

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - IFCS

FEMINISMO E AUTORITARISMO:
A Metamorfose de uma Utopia de Liberação em
Ideologia Liberalizante

Anette Goldberg

TESE DE MESTRADO

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Alice Rangel de Paiva Abreu

Rio de Janeiro, RJ - BRASIL
outubro de 1987

FEMINISMO E AUTORITARISMO:

**A Metamorfose de uma Utopia de Liberação em
Ideologia Liberalizante**

Anette Goldberg

06871

Tese submetida ao corpo docente do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do **Grau de Mestre**

Aprovada por:

Prof.:



(Presidente da Banca)

Prof.:



Prof.:



Rio de Janeiro, RJ - BRASIL
outubro de 1987

Ficha Catalográfica**GOLDBERG, Anette**

Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 1987.

VI, 217 f.

Tese: Mestre em Ciências Sociais (Sociologia)

1. Autoritarismo 2. Feminismo 3. Ideologias
4. Movimentos Sociais 5. Teses

I. Universidade Federal do Rio de Janeiro - IFCS

II. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante.* Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 1987.

Para meus pais

AGRADECIMENTOS

Seria impossível reunir todos os agradecimentos que se impõem ao cabo desta etapa de um projeto iniciado há cinco anos e que já prossegue, em nova fase, tendo logrado sobreviver a algumas "tormentas" nesse período de minha vida. Faço a ressalva pois, sob pena de alongar-me em demasia, optei por expressar minha gratidão àqueles(as) que deram uma contribuição específica à realização deste trabalho sob diferentes pontos de vista.

Agradeço à CAPES, que financia desde 1984 a continuação deste estudo, tendo me concedido uma bolsa para o Doutorado na França;

à Prof^a Dr^a Alice Rangel de Paiva Abreu, minha orientadora paciente, exigente e estimulante;

aos professores Alain Touraine, Daniel Pécaut, Elizabeth Souza-Lobo Garcia, Helena Hirata, Madel Therezinha Luz, Michelle Perrot, Ruth Correia Leite Cardoso, por incentivos intelectuais;

a minha mãe, Hilda Goldberg, especialmente pela valiosa e eficaz colaboração nos levantamentos de imprensa e na organização do material pesquisado; a meu pai, Luiz Goldberg, pela solidariedade constante e irrestrita. Meu reconhecimento a ambos é imenso, inexprimível em palavras;

ao Dr. Paulo Fernando Siqueira, cujo silêncio terapêutico possibilitou-me encontrar uma fala, desbloquear a escrita;

a Eliseo Salinas, com quem tenho feito planos para o futuro;

a meus amigos, Alzira Abreu, Cecilia Thumin, Charles Pessanha, Eléni Varikas, Elina da Fonte Pessanha, Elisabeth Adler, Gabriela Kucawka, Gilberto Velho, Lena Lerner Adelson, Leora Auslander, Maria Alice Rocha, Maria Drozila Vasconcelos, Maria Lucia Maciel, Paulo Antonio de Paranaguá, Roberto Adler, Sandra Macedo de Castro, Sebastião Velasco e Cruz;

às mulheres que foram entrevistadas ou simplesmente observadas e ouvidas, e que me forneceram a matéria viva das reflexões aqui contidas;

last but not least, a Sônia Olesko, responsável pela datilografia e apresentação desta tese.

RESUMO

Esta tese procura reconstituir, através de uma periodização ditada pelos grandes momentos de inflexão do processo político nacional desde os anos 60, a gênese e a evolução do projeto feminista liberalizante gerado num contexto peculiar caracterizado pelo entrelaçamento entre modernização da sociedade e consolidação do regime autoritário.

À luz da distinção entre movimento feminista e movimento de liberação das mulheres, o estudo trata de apreender os diferentes significados que foram associados à palavra "feminismo" por brasileiras, dentro e fora do país, ao longo dos anos 70. É analisada em particular a trajetória do Centro da Mulher Brasileira do Rio de Janeiro, da sua fundação em 1975 até 1979, e são mapeadas as diferentes orientações ideológicas presentes no seu interior, em contraposição àquelas que se expressaram no mesmo período, no feminismo brasileiro do exílio.

Sugerindo também a diferenciação entre estudos sobre mulher e estudos feministas, o trabalho retraza o itinerário percorrido pela área de pesquisas sobre mulher no Brasil, dentro da mesma periodização, visando captar a articulação específica que aqui se construiu entre a mesma e o movimento feminista.

RÉSUMÉ

Cette thèse cherche à reconstituer, à travers une périodisation dictée par les grands tournants du processus politique national depuis les années 60, la genèse et l'évolution du projet féministe libéralisant engendré dans ce contexte particulier, caractérisé par l'articulation d'une société en voie de modernisation et d'un régime autoritaire.

À la lumière de la distinction entre mouvement féministe et mouvement de libération des femmes, l'étude tâche d'appréhender toutes les significations associées au mot "féminisme" par des brésiliennes, dans le pays et en étranger, au long des années 70. On y examine, plus spécifiquement, la trajectoire du Centro da Mulher Brasileira de Rio de Janeiro, de sa fondation en 1975 jusqu'à 1979, et on discrimine les orientations idéologiques qui se sont exprimées dans cet espace, en les confrontant à celles du féminisme brésilien de l'exil à la même époque.

Suggérant également la distinction entre études sur les femmes et études féministes, le travail retraze, à l'aide de la même périodisation, le chemin parcouru par le champ de recherche sur les femmes au Brésil, pour essayer de comprendre le rapport singulier qui s'y est noué, entre celui-ci et le mouvement féministe.

SUMARIO

	Página
Capítulo I: Introdução	1
1. Considerações preliminares.....	2
2. O Problema	10
3. Apresentação da tese.....	15
Capítulo II: Modernização e Processo Político nos Anos 60:	17
Trilhas Sinuosas para o Gênero Mulher	
1. Mal-estar e conflitos de uma geração-sanduiche.....	18
2. A transgressão individualista.....	28
3. A transgressão holista	32
4. O nascimento de uma "questão da mulher".....	41
Capítulo III: A Gestaçãõ de um Feminismo "bom para o Brasil"	45
no Início dos Anos 70	
1. O "milagre": a mulher "Nova" e as "novas mulheres"	46
2. Um passo adiante, dois atrás: primeiros estímulos e obstáculos	52
ao feminismo	
3. Brasileiras em exílio, o feminismo internacional e a	65
intelligentsia nacional	
Capítulo IV: O Movimento Feminista e o Feminismo das	91
Mulheres de Esquerda	
1. O "geral" e o "específico" na transição do regime autoritário.....	92
2. As ideologias das mulheres em movimento: a criação e a.....	10
primeira fase do CMB-RJ	
3. O movimento de mulheres da segunda fase do CMB-RJ.....	121
4. Uma expressão do novo feminismo brasileiro no exílio: o	142
Círculo de Mulheres de Paris	
5. Feminismo e "estudos sobre mulher".....	154
Capítulo V: Conclusões	169
Anexos	175
Fontes	201

ERRATA

- Pg.vi: o Capítulo III tem um item 4, A mulher como objeto de estudo (pg.82)
- Pg.14: 11a linha - leia-se "momentos de inflexão"
- Pg.15: 9a linha - leia-se "penetração difusa"
- Pg.24: 31a linha (citação) - leia-se "em contraposição"
- Pg.27: 15a linha - leia-se "por um ou outro caminho"
- Pg.33: 16a linha - leia-se "núcleo de resistência"
- Pg.34: 14a linha - leia-se "em um ou outro"
- Pg.36: 17a linha (citação truncada) - leia-se "(privilegiando a política como uma esfera à parte e privilegiada) está aberto o caminho ..."
- Pg.43: 2a linha - leia-se "Saffioti, 1976"
- Pg.63: 2a linha - leia-se "e floresceu com o fechamento"
- Pg.77: 12a linha (subtítulo) - leia-se "O feminismo internacional e a intelligentsia nacional"
- Pg.85: 17a linha - leia-se "esse fato deu origem"
Nota de rodapé - leia-se "foi constituída por"
- Pg.94: 2a linha - leia-se "da imprensa de oposição"
- Pg.106: 1a linha - leia-se "5 horas antes"
- Pg.130: 2a linha - leia-se "movimentos feminista e femininos"
- Pg.154: 13a linha (citação) - leia-se "numa causa coletiva"
- Pg.160: 17a linha - leia-se "que pôde ser capitalizada"
- Pg.167: 1a linha - leia-se "Trabalhadoras do Brasil (Fundação Carlos Chagas, 1982)"

Capítulo I

Introdução

"Cependant, c'est précisément cette coïncidence de la politique et de la liberté qui ne va plus de soi à la lumière de l'expérience politique qui est aujourd'hui la nôtre. La montée du totalitarisme, sa revendication d'avoir subordonné toutes les sphères de la vie aux exigences de la politique et sa non-reconnaissance logique des droits civils, surtout des droits de la vie privée et du droit à être libéré de la politique, nous font douter non seulement de la coïncidence de la politique et de la liberté, mais encore de leur compatibilité. Nous sommes enclins à croire que la liberté commence où la politique finit, parce que nous avons vu que la liberté avait disparu là où des considérations soi-disant politiques l'emportaient sur tout le reste"

(Hannah Arendt)

1. Considerações preliminares

Esta tese representa a primeira etapa do desenvolvimento de um projeto mais amplo¹ inspirado por certas marcas de minha trajetória pessoal e esboçado inicialmente dentro de uma perspectiva comparada. Ela foi engendrado na reação de estranhamento que tive diante do chamado "novo movimento feminista" brasileiro, em suas expressões militantes e acadêmicas, quando retornei ao Rio de Janeiro em 1978, após longa permanência no exterior, durante a qual havia podido tomar contato com a experiência dos movimentos de liberação da mulher em sociedades liberais avançadas.

Movida por minha identificação com a esquerda brasileira no exílio e por minha "conversão" ao feminismo efetuada no Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, buscava, naquela primavera da "abertura", encontrar a militância onde faria a síntese dessas duas experiências, o espaço no qual poderia atuar segundo a orientação pela qual não haveria socialismo sem liberação das mulheres nem liberação das mulheres sem socialismo.

Ora, o reencontro com mulheres de minha geração surpreendeu-me. Chamou-me a atenção, por um lado, o fato de que a individuação de muitas delas tivesse sido um processo de grandes rupturas e crises pessoais sem que isso desembocasse em identificação com "irmãs de gênero" e estimulasse o surgimento de um movimento de liberação. Ao contrário, várias das que eu apressadamente tendia a etiquetar como "feministas", se referiam ao feminismo como "coisa de sapatão" ou como "movimento de esquerda fechado e careta".

Por outro lado, espantou-me encontrar no Centro da Mulher Brasileira

¹O referido projeto já está sendo desdobrado com vistas à elaboração de uma tese de Doutorado em História Social sob a orientação da professora Michelle Perrot (Universidade de Paris VII, França)

(CMB-RJ), associação que detinha o monopólio do movimento feminista no Rio desde 1975, expressões de um "novo feminismo" que não pareciam muito diferentes da velha concepção marxista de "movimento de mulheres", encarnado em representantes de uma corrente política que, por várias décadas, havia se posicionado contra o feminismo e considerado suas manifestações passadas como um fenômeno pequeno-burguês criado pela importação de idéias do estrangeiro.

Tudo me parecia fora do lugar. As "novas mulheres" não se consideravam feministas, e as "novas feministas" veiculavam uma concepção do político e uma maneira de fazer política vetustas, ainda que entre elas houvesse muitas sinceramente preocupadas com a melhoria da situação das mulheres ou dispostas a lutar por uma nova sociedade igualitária sob todos os aspectos. Nada disso tinha similitude com a ideologia que eu associava aos novos movimentos de liberação da mulher, surgidos na América do Norte e em países europeus desde o final dos anos 60: aqui pouco se utilizavam as categorias "gênero" e "patriarcado" na caracterização da situação das mulheres; a prática de grupos de auto-consciência não era valorizada; a noção de autonomia e a idéia de experimentos sociais alternativos não apareciam no ideário feminista "bom para o Brasil".

E, fato ainda mais estranho para o meu olhar vindo de fora, encontrava-se em pleno processo de expansão, numa complexa relação com o movimento feminista, uma área de "estudos sobre mulher" que já tinha adquirido certa legitimidade acadêmica e um grau de institucionalização de dar inveja a muitas pesquisadoras que desenvolviam "estudos feministas" em países europeus.

Observar as evoluções caleidoscópicas do processo de transformação da ditadura em democracia e seus efeitos sobre os diversos setores da intelectualidade de esquerda, aí incluindo-se as feministas, torcer pelo Partido dos Trabalhadores, o grande sonho alternativo da "abertura", participar na fundação do Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro em 1979 e do SOS-Mulher em

1981, foram minhas vivências mais próximas que sugeriram as hipóteses subjacentes a este estudo. Como essas hipóteses foram inicialmente comparações, faz-se necessário, antes de explicitá-las, enfatizar certos aspectos relativos à experiência específica do movimento de liberação das mulheres que surgiu nos Estados Unidos e se propagou por várias sociedades liberais avançadas ao longo da primeira metade dos anos 70. São eles: 1º) a existência nessas sociedades de antiga tradição democrática e pluralista, de um campo de possibilidades para o surgimento e a convivência de projetos sociais alternativos; 2º) a forte conotação radical dos novos movimentos de liberação das mulheres; 3º) o caráter marcadamente epistemológico dos "estudos feministas" surgidos e consolidados inicialmente no campo do Ensino, por impulso desses movimentos, desdobrando-se mais tarde num tipo de enfoque incorporado em pesquisas.

Nessas sociedades liberais avançadas, o pano de fundo para a emergência dos novos movimentos de liberação das mulheres foi tecido, entre outros fatores, pelos indícios crescentes de crise do *welfare state* capitalista, pelas mobilizações suscitadas pela guerra do Vietnã e pelo desmascaramento do "paraíso socialista" nos países do leste europeu. A "contracultura" e as lutas das minorias étnicas, a "revolução cultural" chinesa, a revolução cubana e as guerrilhas latino-americanas se tornaram novos pontos de referência para os intelectuais de esquerda. Estes passaram a se dedicar a releituras do marxismo e a valorizar contribuições teóricas até então marginalizadas pelas categorias ortodoxas de pensamento disseminadas pelos grupamentos políticos vinculados à União Soviética: a obra dos filósofos da Escola de Frankfurt, a fenomenologia, o interacionismo simbólico, a antropologia estrutural e a psicanálise. Assim puderam emergir novos temas e problemas como a autonomia, as diferenças, o autoritarismo; assim pôde ser resgatada a subjetividade e repensada a relação entre indivíduo e sociedade.

Tudo isso contribuiu para alimentar, nos idos dos anos 60, a revolta das militantes da "nova esquerda" norte-americana contra os comportamentos machistas de seus companheiros ativistas políticos e/ou parceiros amorosos. Contaminadas pelo feitiço contestatário em voga, as "bruxas" se voltaram contra os "feiticeiros": para muitas dessas militantes, cujo próprio engajamento político já tinha significado uma ruptura importante com padrões de comportamento e projetos familiares, a maturação política e o crescimento individual foram detonadores da explosão de múltiplas insatisfações.

Distinguindo-se frontalmente do movimento feminista liderado por Betty Friedan, que defendia a plena igualdade entre homens e mulheres e atuava como grupo de pressão em prol de reformas sociais que melhorassem a situação feminina (na educação, no trabalho, na saúde, na família), o novo movimento de liberação das mulheres definiu como objetivo primordial a abolição do "patriarcado", ou seja, da supremacia masculina enquanto um grupo sobre as mulheres, da exclusão sistemática das mesmas do exercício do poder na sociedade, da permanente desvalorização de todos os papéis e tarefas a elas atribuídos - situação que não era questionada no seio dos grupamentos da nova esquerda nem em outros movimentos ditos "radicais".

É importante frisar que essa distinção em termos de denominação foi fundamental nos Estados Unidos, dada a contemporaneidade de dois tipos de mobilização de mulheres reivindicando o feminismo, sendo que o primeiro defendia uma orientação liberal clara e explícita à qual o segundo se contrapôs. Já em países europeus essas denominações tenderam a se confundir e a ser usadas como sinônimas, visto que, no período aqui tratado, não havia uma mobilização expressiva de mulheres que se nomeassem "feministas" e atribuíssem a esse termo uma conotação apenas igualitária e progressista. Nesses países, as feministas fundadoras dos movimentos de liberação tiveram

que se contrapor principalmente às correntes de esquerda que defendiam a idéia de "movimento de mulheres" - organização feminina subordinada aos objetivos partidários - mas não se nomeavam "feministas". Muitas dessas militantes, num momento posterior, contagiadas pelos novos movimentos de liberação (ou "novo feminismo"), tiveram um papel fundamental em debates internos de suas respectivas organizações, chegando a provocar fracionamentos e/ou a abandonar a militância nas mesmas².

O movimento de liberação das mulheres se desdobrou *grassa moda* em duas orientações - o feminismo radical e o feminismo marxista ou socialista - que diferiram fundamentalmente na maneira de conceber o "patriarcado" e na forma de se organizar para combatê-lo³. Ambas defenderam a idéia de que os sexos masculino e feminino constituem, além de realidades biológicas, categorias socialmente construídas, os gêneros.

Os grupos de autoconsciência (*consciousness raising groups*) foram criados pelas feministas radicais com o objetivo de desnaturalizar e de tornar visíveis os efeitos do patriarcado, imperceptíveis para grande número de mulheres. Tratava-se de organizar pequenos grupos em cujas reuniões as participantes pudessem falar de suas experiências pessoais e confrontá-las com as das demais, o que deveria levá-las a constatar que seus problemas não eram únicos nem particulares, mas que faziam parte de toda uma vivência social de opressão compartilhada por todas as mulheres.

²Sobre essa distinção entre movimento feminista e movimento de liberação das mulheres e a respeito do papel desempenhado por uma forte orientação feminista radical na construção do que se costuma se denominar "novo feminismo", ver Ballorain (1972), Banks (1981), Benoit; Morin (1973), Boucher (1979), Evans (1980), Freeman (1975), Garcia Guedilla (1981), Goldberg (1982a), Hole; Levine (1979), Léger (1982), Marazzi; Tedeschi (1977), Touraine (1978, 1980, 1984).

³Essas orientações serão analisadas no capítulo IV desta tese. Sobre o feminismo radical, ver Millett (1970), Firestone (1970), Delphy (1974, 1981) e as coletâneas de textos editadas por Morgan (1970), Koedt; Levine; Rapone (1973), Mathieu (1985). Sobre o feminismo marxista ou socialista ver Mitchell (1971), Zaretski (1976), Sargent (1981), Rowbothan (1972, 1973, 1979), Rubin (1975).

Acreditava-se que nesse processo de tomada de consciência poder-se-ia mudar completamente a percepção daquilo que se costumava considerar como importante, legítimo e válido. A partir do momento em que as mulheres se expressassem a respeito de suas vidas cotidianas, de suas experiências pessoais e trajetórias, tudo isso adquiriria novo peso, e elas passariam de meros "objetos de estudo" dos cientistas sociais e psicólogos a sujeitos, "autoridades" especialistas no conhecimento sobre elas próprias. Dessa forma, inúmeros "fatos isolados" e "problemas individuais", uma vez tendo adquirido visibilidade, assumiriam também uma dimensão mais real e crucial, graças às informações que circulariam nos grupos: dados sobre abortos clandestinos, sobre a violência no interior de relações familiares, sobre estupros, etc. E, uma vez rompido o sigilo, esses fatos da esfera "privada" se tornariam públicos, e por conseguinte, passíveis de se transformar em bandeiras de luta, de ser percebidos como fatos sociais e políticos.

Além disso, para as feministas radicais, os pequenos grupos de autoconsciência representavam um micro-experimento social de tipo utópico, um lugar onde as participantes estariam pondo em prática uma alternativa de vida num espaço livre, no qual deveria existir solidariedade, irmandade (*sisterhood*) e cujo potencial transformador e revolucionário, tanto na vida pessoal quanto com respeito à sociedade, poderia ser imenso.

O feminismo radical trouxe o tema da relação entre os sexos para a consciência e a ação públicas num espírito de questionamento, de raiva e de esperança que se baseava na percepção de um tipo de opressão generalizada a todas as mulheres e em seu suposto desejo de individuação e singularização, de construção de um modo de vida alternativo, com base na autonomia adquirida no processo de autoconsciência.

E também na prática desses grupos de autoconsciência que podem ser

localizadas as raízes dos estudos feministas, inicialmente denominados *women's studies*. Parece-me relevante o fato de que esses estudos só tenham se consolidado em espaços acadêmicos quando feministas, ex-militantes ou não, mulheres formadas nos grupos de autoconsciência ou em cursos e seminários oferecidos por feministas pioneiras, passaram também a se dedicar à investigação, o que foi acontecendo no momento posterior às grandes campanhas e mobilizações em prol do aborto, contra a violência específica dirigida às mulheres, passada a época do ativismo em coletivos de diferentes tipos.

Mesmo se a conversão de militantes em pesquisadoras não se deu sempre sem ambivalências e contradições, parece-me que os maiores problemas com relação a isso se colocaram em países onde o movimento de liberação das mulheres não logrou se enraizar socialmente, mantendo-se numa espécie de gueto de ativistas. Meu contato com investigadoras feministas norte-americanas fez-me perceber que para elas as atividades de docência e pesquisa apresentam continuidade com o mesmo engajamento radical do tempo em que, como estudantes, militavam no movimento. Agora, os espaços acadêmicos são vistos como terrenos de luta feminista, não apenas do ponto de vista das discriminações que atingem professoras e investigadoras a nível institucional, mas também no que tange à possibilidade de elaboração de novas problemáticas que levem em conta os gêneros como sujeitos históricos cujas relações se constroem socialmente e são também passíveis de influir sobre o funcionamento e a mudança das sociedades.

É bom ressaltar que as questões levantadas pelos movimentos de liberação das mulheres penetraram nos espaços acadêmicos inicialmente na área de Ensino, na qual as intelectuais feministas tiveram de enfrentar inúmeras dificuldades e resistências dentro das instituições. Mas sua força provinha do fato de que elas podiam, por um lado, satisfazer uma demanda crescente de informa-

ção e de formação proveniente de uma clientela feminina militante e contestatória e, por outro lado, empenhar-se na elaboração de um instrumental teórico adequado para uma revisão total dos paradigmas teóricos das disciplinas, especialmente no campo das Ciências Humanas e Sociais, o que as valorizava bastante.

Todo esse processo favoreceu, por conseguinte, o surgimento de mais de uma geração de pesquisadoras formadas em novos parâmetros teóricos e motivadas para uma reflexão de caráter epistemológico, o que se verificou também, embora em menor escala, em países europeus como a Inglaterra e a França, onde certas iniciativas na área acadêmica, voltadas para o ensino, ao longo dos anos 70, foram abrindo terreno para a incorporação de um enfoque feminista na abordagem dos mais diferentes temas e em várias disciplinas.

Passada a etapa em que os estudos feministas tinham por objetivo "tornar visível o invisível", valorizar experiências geralmente desvalorizadas ou ignoradas - a "cultura feminina", o "poder das mulheres" - para enriquecer o conhecimento das sociedades justapondo ao já conhecido algo que não modifica o que já foi definido como essencial, ousa-se atualmente repensar questões já investigadas, propor novas categorias de análise às Ciências Sociais, reescrever a História⁴.

⁴A respeito da relação entre movimentos de liberação das mulheres e estudos feministas em sociedades liberais avançadas ver, em especial, *"Les Femmes dans la Sociologie"*, (1981), e os textos apresentados no Colóquio *Femmes, féminisme, recherches* (1981). Novas abordagens introduzidas por esses estudos feministas nas Ciências Sociais e Humanas aparecem em Chodorow (1978), Kelly (1984), Perrot (1981, 1984, 1986), Rapp Reiter (1975), Rosaldo; Lamphere (1974), Scott (1985), Tilly; Scott (1978).

2. O Problema

Duas idéias constituem o fio condutor deste estudo. A primeira delas é a de que o contato com uma identidade de gênero por parte de certas mulheres em determinados momentos de suas trajetórias - percepção que adquirem quanto ao fato de que os sexos feminino e masculino constituem categorias que ultrapassam sua dimensão biológica, e de que elas compartilham com outras mulheres uma série de experiências, problemas e dificuldades específicas, sendo colocadas em situações sociais semelhantes - pode desembocar em distintas orientações.

A primeira orientação é aquela que não as conduz necessariamente a agrupamentos e mobilizações coletivas de mulheres, e na qual "consciência de gênero" se expressa através de um processo isolado de rupturas e mudanças em aspectos de suas vidas, no sentido de uma individuação.

A segunda orientação é aquela que conduz mulheres a se agrupar, nomeando-se "feministas", e a buscar coletivamente soluções para seus próprios problemas e/ou para os problemas de todas as mulheres. Nesse caso, e esta é a outra idéia subjacente ao trabalho, à palavra "feminismo" podem ser associados diferentes significados, tanto no que diz respeito às suas representações individuais, quanto às coletivas.

O que me parece importante frisar e não perder a vista é que em todos os casos, essas orientações e significados estão informados, por um lado, certamente, pela história de vida de cada mulher implicada, e, por outro lado, pelo campo de possibilidades existente para a concepção de certos projetos (e não de outros) em momentos históricos determinados. Como observa Velho (1981), "o que a noção de projeto procura é dar conta da margem relativa de

escolha que indivíduos e grupos têm em determinado momento histórico de uma sociedade. Por outro lado, procura ver a escolha individual não mais apenas como uma categoria residual de explicação sociológica mas sim como elemento decisivo para a compreensão de processos globais de transformação da sociedade." (grifado pelo autor)

Aparece também, como elemento fundamental deste estudo, a distinção entre movimento feminista e movimento de liberação das mulheres.

O movimento feminista reivindica a herança dos feminismos do passado, de tradição liberal ou socialista. Na tradição liberal, o sistema como uma totalidade não tem importância, sendo o seu eixo a luta pela igualdade entre os sexos, passível de ser obtida através de mudanças culturais. Na tradição socialista, o marxismo ortodoxo atribui as desigualdades entre os sexos ao sistema capitalista de produção, propondo como eixo a organização de mulheres contra o sistema. Nos dois casos, ao movimento feminista pode ser associada a idéia de surgimento de um novo ator político: a mulher.

O movimento de liberação das mulheres se coloca em ruptura com a tradição igualitária e emancipatória dos feminismos do passado, levantando as questões de identidade, diferenças e singularidade. Para a orientação feminista radical que deu o impulso inicial e a tônica a esse movimento, as noções de patriarcado, gênero e autonomia são fundamentais. O patriarcado é definido como o tipo de dominação masculina presente em todas as sociedades históricas e em todas as relações sociais, responsável pela existência de assimetrias sexuais. Nessa medida é que a luta de liberação - pelo término de todas as relações autoritárias e as práticas opressoras em todas as instâncias de vida privada e pública - aparece associada à noção de tomada de consciência do fato de que os sexos são categorias, além de biológicas, socialmente construídas, constituindo uma espécie de "castas" ou "classes". A reivindicação coletiva e a valorização

dessa identidade por parte de mulheres cria a possibilidade de novos micro-experimentos sociais, baseados na conquista de uma autonomia. É importante notar que essa orientação é a principal interlocutora do novo feminismo marxista ou socialista, tendo tido também grande influência sobre um campo ideológico que chamarei de cultura política alternativa⁵.

Sugeridas por essas premissas aparecem, subjacentes ao trabalho, três hipóteses intimamente relacionadas. A primeira é a suposição de que o tipo de entrelaçamento entre modernização e processo político que deu especificidade e criou as peculiaridades da sociedade brasileira dos anos de ditadura militar limitou o campo de possibilidades para o aparecimento de um movimento de liberação semelhante àquele que vinha mobilizando, no mesmo período, em sociedades liberais avançadas, mulheres de mesma geração e camada social, com trajetórias e questionamentos muito semelhantes aos de muitas jovens brasileiras das camadas médias dos grandes centros urbanos.

A segunda hipótese é a de que a consolidação do autoritarismo e, em particular, o período de "sufôco", ao se constituir em ameaça aos direitos de cidadania dos indivíduos, possibilitou à intelectualidade de esquerda - homens e mulheres - gerar um projeto feminista "bom para o Brasil", o qual se afirmou e se institucionalizou num momento de articulação de vários setores da chamada "sociedade civil", expressando-se no movimento "negociado" por feministas de orientação liberal e por representantes de uma corrente política defensora da concepção marxista ortodoxa de organização de mulheres.

A terceira hipótese é a de que a inexistência de um movimento de liberação das mulheres no Brasil explica, por um lado, a complexa articulação

⁵Essa categoria um tanto ou quanto fluida de "cultura política alternativa" será definida no capítulo IV. Sucintamente, ela designa manifestações de um campo ideológico recente no Brasil, que encampou alguns traços do pensamento autonomista e utópico difundido pela orientação radical dos movimentos de liberação das mulheres em sociedades liberais avançadas.

que se estabeleceu entre a área de pesquisas sobre mulher, o Estado, a esquerda e o movimento feminista, e, por outro lado, a inexistência de estudos feministas propriamente ditos, enquanto atividades de ensino ou de pesquisa, ao longo do período aqui tratado.

Essa hipótese, a meu ver, explica também a escassez de estudos sobre o feminismo contemporâneo no Brasil, em suas manifestações localizadas e em suas distintas tendências. No campo denominado "estudos sobre mulher" que vem se desenvolvendo aqui, na última década, legitimado em grande medida pela existência dos grupos feministas surgidos a partir de 1975, tem sido predominantes os temas vinculados ao trabalho e à família, sendo aliás, já imensa a bibliografia sobre os mesmos⁶.

Dos poucos estudos que abordam a temática "mulher e política", a maioria trata da participação e/ou da representação femininas no universo tradicionalmente definido como político, não tendo incorporado os questionamentos feitos pelos novos movimentos de liberação das mulheres a respeito do próprio conteúdo e funcionamento do "político", ou do significado da separação entre esferas "privada" e "pública". Em consequência, a abordagem do próprio movimento feminista traduz uma representação do mesmo apenas como mais uma modalidade de fazer a mesma política e/ou de incorporar a ela "novas atrizes sociais"⁷.

Existem, é verdade, alguns enfoques mais recentes numa literatura que se refere ao feminismo como utopia de liberação de forma genérica, muitas

⁶Os estudos sobre assuntos vinculados ao tema "mulher e trabalho" foram amplamente enumerados e comentados nas resenhas bibliográficas feitas por Paiva Abreu (1978), Junho Pena (1980), Fundação Carlos Chagas (1981), Aguiar (1983), Souza-Lobo Garcia (1984). Por outro lado os estudos sobre "família" estão comentados nas resenhas bibliográficas de Fukui (1970, 1980), Correa (1984), Salem (1986).

⁷São ilustrativos desse enfoque os trabalhos de Toscano (1976), Blay (1982), Tabak (1983), Tabak; Toscano (1982).

vezes dentro de uma reflexão sobre os chamados "novos movimentos sociais", e onde lhe é atribuído um potencial criador de novos sujeitos políticos e/ou transformador do político⁸. Não me deterei sobre esses trabalhos porque considero que tal percepção não reflete a realidade do movimento feminista brasileiro, ao menos ao longo do período estudado nas páginas que se seguem.

Esta tese buscará justamente captar a realidade desse movimento, reconstituir sua gênese e identificar os fatores propiciadores da afirmação de um projeto feminista liberalizante na sociedade brasileira contemporânea, a partir do estudo de suas manifestações localizadas e particularizadas, dentro de uma periodização que se inicia bem antes do Ano Internacional da Mulher (1975) e que traz as marcas de grandes momentos de reflexão do processo político nacional: o golpe militar de 1964, o endurecimento do regime em 1968, a "pré-abertura" entre 1974 e 1979.

⁸Um texto bem característico desse enfoque é o de Evers (1984). Encontra-se em fase de elaboração por mim própria uma resenha crítica dessa literatura a ser publicada proximoamente no Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais.

3. Apresentação da tese

O presente estudo aborda seu objeto em três momentos. O **capítulo II**, "Modernização e processo político nos anos 60: trilhas sinuosas para o gênero mulher" busca mostrar como a sociedade urbana produzida pela modernização e pelo processo político dos anos 60 estimulou dois tipos de despertar de identidades de gênero que não apontaram, no entanto, para a formação de nenhum movimento de liberação ou feminista.

O **capítulo III**, "A Geração de um feminismo 'bom para o Brasil' no início dos anos 70" procura por um lado, retratar momentos-chaves que marcaram a penetração difusão e confusa de idéias dos movimentos de liberação das mulheres de sociedades liberais avançadas, ao mesmo tempo em que as opções para as jovens transgressoras se tornaram ainda mais limitadas, dado o estreitamento do campo de possibilidades para projetos holistas, após o AI-5. Além disso, ele trata de captar o espaço criado para a geração de um projeto feminista subordinado ao projeto político de uma intelectualidade de esquerda.

O **capítulo IV**, "Movimento feminista e o feminismo das mulheres de esquerda" descreve a experiência do movimento feminista no Rio de Janeiro entre 1975 e 1979, contrastando-a com uma expressão do feminismo brasileiro no exílio no mesmo período. Ele visa mapear os diferentes significados que foram associados por brasileiras dentro e fora do Brasil ao feminismo num mesmo período e retratar os caminhos autoritários pelos quais enveredou o Centro da Mulher Brasileira do Rio de Janeiro naqueles anos de pré-abertura política.

O processo de constituição de uma área de "estudos sobre mulher" no Brasil, fenômeno que vai se produzindo ao longo da periodização que orienta este

estudo, será abordada pelos últimos itens de cada um dos capítulos mencionados.

O **capítulo V** apresenta as principais conclusões da análise realizada e, numa espécie de epílogo faz constatações relativas ao período pós-79, indicando algumas idéias sobre as quais já venho trabalhando para o desdobramento desta tese, e que podem também ser inspiradoras de outras pesquisas.

Para a elaboração deste estudo foi realizada uma pesquisa onde utilizei as fontes escritas e orais listadas no final do trabalho, além das referências bibliográficas mencionadas no texto. Baseei-me fundamentalmente num levantamento feito em dois jornais cariocas e algumas revistas, num levantamento de artigos publicados nos principais órgãos da imprensa alternativa dos anos 70 sobre mulher e feminismo, e num arquivo pessoal do qual constam documentos do Centro da Mulher Brasileira do Rio de Janeiro referentes a todo o período tratado, a coleção completa de Brasil-Mulher e Nós-Mulheres, e os documentos do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, além de outros materiais produzidos e/ou difundidos por grupos de mulheres surgidos no Brasil entre 1975 e 1979.

As fontes orais foram utilizadas principalmente para fornecer pistas à investigação e completar informações contidas no material explorado. Foram entrevistadas 25 mulheres, quase todas de uma geração que beirava os 20 anos em 1964, e que, de uma maneira de outra, podem ser enquadradas na categoria de "transgressoras". Algumas delas desejaram guardar o anonimato; outras se tornaram hoje figuras públicas do feminismo brasileiro, dispensando portanto qualquer apresentação.

Capítulo II

Modernização e Processo Político nos Anos 60: Trilhas Sinuosas para o Gênero Mulher

"O nosso país teve esse defeito. Nem a política assumiu para si a mensagem libertária e a audácia formal da contracultura, respectivamente na vida e no discurso, nem o rigor e a contracultura nunca se politizou, expressando uma plataforma de desejo, das aspirações saudavelmente caóticas de liberdade que se somariam com as lutas concretas que se travavam, mesmo que limitadas à classe média."

(Alex Polari)

1. **Mal-estar e conflitos de uma geração sanduíche**

O desenvolvimentismo dos anos JK, responsável pelo crescimento econômico baseado na industrialização e urbanização aceleradas, que se exprimiu em muitos aspectos pela modernização da sociedade brasileira, foi também propulsor de profundas modificações no que diz respeito à situação das mulheres e às relações entre os sexos, principalmente no seio das camadas médias dos maiores centros urbanos.

Dois indicadores ilustram a modernização dos costumes e a "mudança de mentalidades", como diriam historiadores franceses, no tocante às representações do sexo feminino e às funções a ele atribuídas: a alteração do estatuto jurídico da mulher casada e o aparecimento da revista Cláudia.

O "Novo Estatuto da Mulher Casada", lei aprovada e incorporada ao Código Civil em 1962, é bem revelador do alcance e dos limites dessa modernização naquele momento. O projeto, elaborado pela jurista Romi Medeiros da Fonseca, propunha a plena igualdade entre os cônjuges, mas o resultado de dez anos de tramitações nos poderes legislativos foi um texto que distinguia a mulher casada dos indígenas, dos incapacitados e dos menores e lhe possibilitava o exercício de atividades assalariadas sem necessitar a autorização do marido; este, no entanto, permanecia sendo o chefe da sociedade conjugal (Verucci; Marino, 1985:11-15).

Por outro lado, a revista mensal Cláudia, surgida em outubro de 1962, foi o primeiro periódico feminino fruto de uma concepção distinta daquela que se encontrava na base das inúmeras revistas de fotonovelas de grande circulação na época. Trazendo matérias substantivas e reportagens sobre temas da atualidade,

Cláudia representou, conforme assinalaram Sarti e Moraes (1980), o espírito da década com relação à mulher. Nova consumidora moderna numa sociedade em vias de modernização, sua leitora típica era a jovem esposa das camadas médias urbanas que dispunha de poder aquisitivo para comprar os produtos sugeridos e/ou anunciados do longo das páginas: moda, beleza, eletrodomésticos, mobiliário e decoração, alimentação, viagens.

Logo se verificou também que entre as leitoras da nova revista havia muitas jovens casadas e/ou solteiras, cheias de inquietações, insatisfações, dúvidas e contradições. E para responder às perguntas formuladas em centenas e centenas de cartas que começaram a chegar à redação mensalmente, a editora Abril contratou Carmen da Silva, escritora com formação em Psicologia na Argentina, para assumir a seção "A Arte de Ser Mulher", pela qual ela foi responsável desde 1963 até sua morte em 1985.

Os artigos de Carmen da Silva se referiam aos problemas da vida cotidiana das mulheres das camadas médias urbanas, às dificuldades de relação entre os sexos, a questões candentes para o sexo feminino na época - medo da solidão, busca da felicidade, insatisfações da vida conjugal, frustrações sexuais, maternidade, desejo, bloqueios e culpas. Tiveram tanto sucesso que foram mais tarde reunidos em duas coletâneas (Silva, 1966 e 1967), e é importante notar que toda uma geração de mulheres (entre as quais várias futuras militantes feministas), seduzidas pelas transformações em curso na sociedade brasileira e atraídas pelas novas representações da feminilidade, mas amendrontadas e inseguras diante das fantasias de liberação, individuação e diferenciação que elas suscitavam, foi influenciada por sua leitura.

Foram aliás moças dessa geração que inspiraram a reportagem sobre a "Garota Zona Sul" publicada em 1963, citada por Buitoni (1981:96), que aí detecta os contornos da juventude "de vanguarda" da época, e, ao mesmo tempo

de uma certa mitificação em torno da mulher carioca, futuro modelo para as não moradoras do Rio de Janeiro, ou mais precisamente de Copacabana.

"Estão ligadas por uma rebelião contra as coisas estabelecidas, mas sua maneira de externá-la e mesmo de pressentir essa rebelião é muito variável. Ela pode ser identificada por fumar ou não fumar, por ser intransigente ou não em matéria de sexo, por preferir jazz ou Yivaldi, por abandonar os estudos ou ser aluna excepcional, por ser politicamente participante ou detestar política, por usar biquini ou nunca ir à praia. Em todos os casos ela é radical e sempre contraditória. (...) São as pioneiras, que amanhã serão imitadas." (Cláudia 24, setembro de 1963).

Carmen da Silva consagrou também um artigo à "geração inquieta", onde ela enunciava e comentava, a partir do conteúdo da carta de uma adolescente "revoltada", as dificuldades de inserção no mundo vivenciadas por inúmeras moças naqueles anos 60.

"Este artigo tenta ser um diálogo com Mary. Com alguns milhões de Marias que andam por este nosso vasto Brasil - um país de jovens - com seus *blue-jeans*, seus blusões largos e negligentes, seus olhos orlados de preto ou de azul semi-encobertos pela cabeleira desganhada. Mary, moça de hoje, que não se resigna a ser uma simples espera embalada por um puco de *trist* e *surt*. À espera do casamento que lhe dará a oportunidade de delegar sua vida a outro ser para que ele resolva, ele realize, ele conquiste em seu lugar. À espera da etapa em que se deixará engolfar por uma anesteziante rotina doméstico-social que a faça esquecer os fervores, os vibrantes ideais, o sadio inconformismo de seus anos juvenis. Mary, consciente de que a existência é muito mais que uma sucessão de horários a encher. Mary, que pretende encontrar uma razão de ser para si mesma e para seus contemporâneos, uma inserção na sociedade, um senso, uma justificativa, uma plenitude. Mary, que aspira canalizar numa direção construtiva a força que sente estar em si. Mary impaciente, desorientada, honesta e insubornável." (Silva, 1966:242-3).

Todos esses comportamentos simbólicos, e vários outros, poderiam, a meu ver, ser avaliados à luz da idéia de "modernização reativa" de Figueira (1985c:6). Com efeito, segundo esse psicanalista, as mudanças foram extremamente rápidas no Brasil, desde os anos 50, e, como não houve tempo para as transições a nível de subjetividade e do psiquismo, elas teriam produzido uma simples substituição de normas simbólicas, ao invés de criar a possibilidade de uma maior liberdade de escolha individual. Assim, ainda segundo ele, ser moderno tornou-se automaticamente sinônimo de transgredir, significando antes de mais nada estar em contraste manifesto com valores e modelos de

comportamento habituais e comumente admitidos.

Figueira observa que "vida pessoal" e "subjetividade" são categorias que só emergiram na sociedade brasileira a partir dos anos 60¹. Na herança das décadas anteriores, a esfera "pessoal" estava subordinada à "social", e tudo que dizia respeito às relações entre os sexos estava subordinado a uma ordem familiar no interior da qual havia pouco espaço para opções e projetos de caráter estritamente individuais. Podemos aliás notar no texto de Carmen da Silva citado que a revolta de Mary é interpretada como a busca de "uma razão de ser para si mesma e para seus contemporâneos, como se o fato de abarcar os demais membros da sociedade pudesse legitimá-la, torná-la menos transgressora ou desviante².

¹Na última década foram ganhando maior espaço institucional no Brasil novos enfoques sobre a realidade e a mudança social, que se distinguem das abordagens clássicas marxista e funcionalista. Isso se deveu, em boa medida, à penetração do interacionismo simbólico no campo da Antropologia Social, introduzindo as seguintes premissas como base para as investigações: a) que os seres humanos agem tendo como referência coisas com base no significado que as coisas têm para eles; b) que o significado destas coisas é derivado e surge da interação social de atores sociais; c) que esses significados são manipulados e modificados através de um processo interpretativo desenvolvido pelas pessoas em interação (Blumer, 1969). Os interacionistas simbólicos foram influenciados por Mead (1934), cujas reflexões acerca da vida social conduzem à idéia de que a interação social é um processo formador da conduta humana, ao invés de ser apenas uma forma de expressão ou de realização da mesma; a sociedade por sua vez, passa a ser percebida como existindo em ação, e os indivíduos ou grupos engajados em ações passam a ser considerados como a realidade mais fundamental da vida social, sendo que a organização e a estrutura social derivam dessas ações. Munidos desse novo enfoque, sobre o qual vieram incidir as influências teóricas da fenomenologia, do existencialismo, da psicanálise e da filosofia da linguagem, entre outras, vários cientistas sociais e alguns psicólogos e psicanalistas começaram a se abrir para novos temas e universos de pesquisa. Assim emergiu e vem se afirmando na última década uma linha de investigação sobre as transformações das camadas médias urbanas à luz do processo de modernização da sociedade e da difusão de ideologias individualistas, na qual se inserem, entre outros, os trabalhos de Velho (1972, 1975, 1981, 1986) e de Figueira (1985a, 1985b, 1986).

²A noção de transgressão que será utilizada ao longo deste trabalho foi inspirada pela categoria do "desvio" definida por Becker (1977) como "produto de uma transação que ocorre entre algum grupo social e alguém que é encarado por aquele grupo como infrator de regras". Ao longo dos anos 60, no seio das camadas médias urbanas do Rio de Janeiro, eram consideradas desviantes, em maior ou menor grau, as moças que perdiam a virgindade antes do casamento, as que manifestavam um desejo de realização profissional, aquelas que militavam em grupos de esquerda e freqüentavam meios artísticos, enfim, todas as que podiam, em alguma medida, ser tachadas de "liberadas", palavra que, na época, era pejorativa. Optei pelo uso do termo "transgressão" por considerá-lo justamente mais adequado a essa vivência do ponto de vista das próprias "desviantes", para as quais transgredir tinha uma conotação positiva.

As entrevistas que pude realizar com mulheres que têm hoje em torno de 40 anos mostram claramente todas as ambivalências e as dificuldades que acompanharam essa modernização reativa. Um tema aparece em todos os depoimentos sobre suas vivências nos anos 60: o dramático processo da perda virgindade.

Com efeito, o "deixar de ser virgem" se colocou naquela década para as freqüentadoras de certos meios sociais - principalmente universitários e artísticos - como um rito de passagem para uma etapa superior³, um símbolo de vanguarda, algo que permitia àquelas que ousassem, ter acesso e pertencer a um novo grupo: nesses meios, muito fechados e elitistas, as moças tinham lugar enquanto "liberadas" (objetos sexuais à disposição dos rapazes) ou enquanto namoradas de membros do grupo.

Ora, mesmo para um certo número de moças que tinham mantido relações amorosas estáveis desde a adolescência e se encaminhavam para o casamento com o namorado oficial, esse passo era dado com muita dificuldade, hesitação, vergonha e culpa. Um fator de peso, embora certamente não o único, era a educação recebida e os valores morais judaico-cristãos, que acenavam com o fantasma da "perdição":

"Se a gente começasse a dormir com um cara e depois não casasse com ele, começaria a dormir com outro, e mais outro, e onde iríamos parar no final de algum tempo? Eu pensava isso, conversava com algumas amigas que tinham o mesmo

³ A noção de rito de passagem é inspirada por Van Gennep (1978): "A vida individual, qualquer que seja o tipo de sociedade, consiste em passar sucessivamente de uma idade a outra e de uma ocupação a outra. Nos lugares em que as idades são separadas, e também as ocupações, esta passagem é acompanhada por atos especiais, que, por exemplo, constituem, para os nossos ofícios a aprendizagem, e que entre os semicivilizados consistem em cerimônias, porque entre eles nenhum ato é absolutamente independente do sagrado. Toda alteração na situação de um indivíduo implica aí ações e reações entre o profano e o sagrado, ações e reações que devem ser regulamentadas e vigiadas, a fim de a sociedade geral não sofrer nenhum constrangimento ou dano. E o próprio fato de viver que exige as passagens sucessivas de uma sociedade especial a outra e de uma situação social a outra, de tal modo que a vida individual consiste em uma sucessão de etapas, tendo por término e começo conjuntos da mesma natureza, a saber, nascimento, puberdade social, casamento, paternidade, progressão de classe, especialização de ocupação, morte. A cada um desses conjuntos acham-se relacionadas cerimônias cujo objeto é idêntico, fazer passar um indivíduo de uma situação determinada a outra situação igualmente determinada."

problema e era uma angústia muito grande. No meu caso, havia quatro anos que saíamos juntos e estávamos naquele ponto em que fazíamos tudo na cama, desde que o hímen ficasse intacto. Eu já não aguentava mais, e ainda por cima morria de ciúmes porque sabia que meu namorado tinha relações sexuais com umas duas outras mulheres - desquitadas e mais velhas evidentemente o que ele explicava pelo fato de não podermos ter relações completas, e eu engolia." (entrevista 13)

Assim, o drama apenas se iniciava, quando o "problema" parecia se resolver entre os casais de namorados:

"Começamos a ter relações, mas depois eu fiquei completamente dividida entre a vontade de contar a todo mundo que não era mais virgem e a culpa, a tremenda necessidade de esconder o fato, pelo menos no ambiente familiar, mas também de algumas amigas que tinham uma mentalidade bem atrasada. O pior era a sensação de ter feito uma grande besteira irreversível, sem que ela tivesse me trazido grandes satisfações: o tal orgasmo eu fiquei muitos anos sem saber o que era. E ainda por cima tinha pavor de engravidar. Na época isso era um problema difícil de contornar. A pílula anticoncepcional tinha sido comercializada há pouco tempo, e era preciso obter com alguma amiga já 'iniciada', o nome de alguma médica mais avançada e moderna, que não fosse moralista e aceitasse dar a receita, sem colocar senões pelo fato de sermos solteiras e, em alguns casos, com menos de 21 anos. Superada essa etapa, era preciso ter coragem de entrar numa farmácia e comprar as pilulas, e depois encontrar um lugar para escondê-las em casa, para evitar escândalos em família." (entrevista 14)

Para aquelas que não tinham namorado ou noivo, a questão já se apresentava com algumas conotações distintas. Por um lado havia a curiosidade e a possibilidade objetiva (dada a ausência de compromisso com uma pessoa) de experimentar o "amor livre", de se converter em personagens de um universo onde lhes parecia que as mulheres tinham uma vida menos programada e previsível, mais inteligente e lúdica, como nos filmes de Godard, Truffaut, Antonioni, Bergman. Por outro lado, estava o terror da má reputação e de não conseguir encontrar marido:

"Eu sentia uma mistura de inveja e de desprezo pelas moças da minha geração que 'davam'. Era como se eu possuísse ao mesmo tempo alguma coisa muito preciosa que elas já tinham perdido mas que, em contrapartida, constituía um enorme peso impedindo-me de pertencer a um mundo que me atraía e que eu aliás tentava freqüentar, embora sempre me sentisse meio excluída. Cheguei a sair com alguns caras - mais de um cineasta, um músico, e nem me lembro mais quem - que só queriam me levar para a cama, aparentemente, pois me deixavam correndo na porta do meu edifício quando começavam a me agarrar e eu anunciava que era virgem! E nunca mais telefonavam. Aí eu me consolava dizendo que de qualquer maneira nenhum deles seria bem aceito por minha família, pois não tinham profissões normais, usavam barba, enfim, não faziam o gênero casadoiro." (entrevista 15)

Entre essas moças que tinham em torno de 18 anos na ocasião do golpe militar de 1964, são inúmeras aquelas que, na adolescência, haviam consumido vorazmente as histórias de amor publicadas em coleções especialmente concebidas para o público feminino. Segundo Prado (1981), várias gerações de jovens brasileiras foram estimuladas a ler esses romances - aproximadamente 200 títulos publicados entre 1935 e 1960 - que veiculavam um modelo feminino e outro masculino circunscritos por uma certa visão do amor e do casamento no interior de um sistema moral determinado. Analisando particularmente as obras assinadas por M.Delly, a autora observa:

"Por exemplo, serão encontradas variações nos tipos de beleza, mas o herói e a heroína serão sempre belos. Quanto ao caráter e à personalidade, o herói será um homem duro, orgulhoso, de presença forte e dominadora; as variações serão apenas do grau dessas características. A heroína, por sua vez, será uma mulher doce, frágil, séria (jamais vaidosa ou mundana), de formação católica, que regula seus atos por princípios de caridade cristã (...).

Um outro aspecto que subjaz ao padrão de mulher, marcado via heroína, é o da subordinação. A mulher, nos livros de Delly, aparece sempre numa situação de dependência, devendo obediência seja ao pai, seja ao tutor ou protetor (que pode até se confundir com a figura do futuro marido (...), seja ao próprio marido, seja a um cura. (...).

Relacionada ao aspecto da subordinação, está a questão de atuação na esfera privada. Nos romances de Delly, a orientação das mulheres para o mundo privado é evidente, em oposição à orientação dos homens para o mundo público. Considere-se a atuação das personagens em termos de talento, por exemplo. Tanto o homem quanto a mulher aparecem como talentosos, mas com uma diferença fundamental: o herói pode ser poeta ou escritor, com obras publicadas, enquanto a heroína 'faz poesia'; o herói pode ser um escultor célebre, enquanto a heroína desenha, faz pintura e aquarela para seu lazer no castelo. Todos os dotes artísticos da mulher na música ou nas artes plásticas são exercidos no seu próprio ambiente. (...).

As heroínas se destacam nas tarefas domésticas, para as quais demonstram extrema habilidade, muito valorizada pelos autores sem contraposição às frívolas e desprovidas anti-heroínas. Por seu lado, o herói se destaca na administração dos seus domínios, mantendo as relações externas necessárias. As mulheres brilham em casa, e concorrem para o brilho dos seus parceiros no mundo público. (...).

Uma ideologia da pureza - no sentido de castidade e recato - está presente em todos esses romances. (...) Do esquema casamento-amor-sexo - em torno do qual se polemiza hoje a questão do relacionamento homem-mulher na nossa sociedade - em M.Delly parece só haver o binômio amor-casamento, com a ausência ou camuflagem do discurso erótico e a ênfase no mito da pureza/virgindade. (...) Assim, nas histórias de Delly, a honra na acepção de 'vergonha' acarreta modos de conduta diferentes conforme o sexo: para a mulher, manchar a pureza sexual faz perder a honra, para o homem não. Os heróis podem ser viúvos ou ter tido suas 'aventuras' antes do casamento, as heroínas jamais." (Prado, 1981:84-99, grifado pela autora)

É interessante ressaltar, como aliás a mesma autora assinala, que dentro

desse modelo feminino de pureza, subordinação e domesticidade, as heroínas de Delly podem ser vistas sob outro ângulo, como mulheres fortes, ativas, que vencem por sua força de personalidade e obtêm o reconhecimento do seu espaço pessoal, do direito de fazer certas opções e de manifestar opiniões (Prado, 1981:106). Essas são aliás características que se afirmam num novo estilo de mulher, a "liberada", que encontraremos nos anos 70 como resultante do processo de modernização da sociedade, da expansão do individualismo e do ressurgimento difuso de um feminismo de orientação liberal⁴.

Esse novo estilo de mulher foi surgindo à medida que bom número de moças das camadas médias urbanas das grandes cidades brasileiras começou a viver uma crise na adolescência ou já no início da idade adulta, com relação ao modelo cultural vigente nos anos 60 no qual o processo de individuação de cada sexo era naturalmente e necessariamente distinto, regido por normas estritas e por uma dupla moral.

Trabalhando com os conceitos de socialização primária e secundária e de desmapeamento⁵, Nicolaci-da-Costa (1985) interpreta o "mal-estar em família"

⁴Um feminismo liberal ressurgiu nos Estados Unidos, nos anos 60, representado pela organização National Organization of Women (NOW), criada por Betty Friedan. De todas as orientações presentes nos novos movimentos de liberação das mulheres surgidos nas sociedades liberais avançadas, essa é, no meu entender, a que mais se aproxima de uma ideologia individualista, visto que, a partir de uma concepção igualitária dos sexos, ela enfatiza as possibilidades de realização, de conquista de liberdade e de emancipação para mulheres "exemplares", "excepcionais" ou "vencedoras". Essa orientação não fez a crítica das lideranças, do "estrelismo" e do conceito de "representação" política, mas incorporou elementos da ideologia do mérito e do esforço para a obtenção do sucesso, da ascensão social e do poder.

⁵"A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade". (...)

É imediatamente evidente que a socialização primária tem em geral para o indivíduo o valor mais importante e que a estrutura básica de toda socialização secundária deve assemelhar-se à da socialização primária.: (Berger; Luckmann, 1978)

O desmapeamento, conceito desenvolvido por Figueira, refere-se à convivência, no sujeito, em níveis diferentes, de dois ou mais conjuntos de valores (mapas) internalizados em diferentes momentos de suas formação. Essa idéia é desenvolvida por Nicolaci-da-Costa (1985): "Poder-se-ia dizer que os mapas que, por conta da mudança social acelerada, se tornaram sociologicamente invisíveis (porque ausentes na sociedade mas ainda presentes, mesmo que em estado fragmentário no sujeito) fazem parte do sistema simbólico internalizado através do processo de socialização primária. Estes mapas (...) seriam,

analisando relatos autobiográficos de membros de um segmento das camadas médias urbanas cariocas cujo sexo, infelizmente, a autora não precisa:

"Em um dado momento de sua socialização secundária - adolescência e/ou início da idade adulta (década de 60) - estes sujeitos passam a questionar vários aspectos (já por eles internalizados) do sistema simbólico de seus pais, mas é importante frisar, não todos; (...) os questionamentos se concentram em torno de aspectos como: virgindade, segregação de papéis, código moral assimétrico, religião, gravidez imediatamente após o casamento, etc. Outros aspectos do sistema simbólico internalizado durante sua socialização primária, como o ideal de casamento monogâmico e 'eterno', não são alvo de questionamento sistemático. Como resultado destes questionamentos, estes sujeitos desenvolvem um novo conjunto de representações acerca de sua futura participação na ordem conjugal e familiar. Este novo conjunto de representações se caracteriza: 1) pela retenção de alguns aspectos mais abstratos do primeiro conjunto de representações (por exemplo, o ideal de casamento monogâmico e 'eterno'); 2) pela substituição de algumas formas concretas, que possibilitavam a atualização destes aspectos (por exemplo, segregação de papéis conjugais, pouca ou nenhuma profissionalização da mulher), por outras formas concretas mais modernas, que podem dificultar sua atualização (por exemplo, intercâmbio de papéis conjugais, maior profissionalização da mulher). Este segundo conjunto de representações torna-se, conseqüentemente, duplamente descontínuo em relação ao primeiro. Por um lado, suas formas mais concretas se definem por oposição àquelas do primeiro conjunto de representações que visam substituir. Por outro lado, estas formas concretas recentemente adquiridas são descontínuas em relação àqueles aspectos mais abstratos do primeiro conjunto de representações (por exemplo, ideal do casamento monogâmico e 'eterno'), que se mantiveram inalterados, mas que perderam suas formas concretas de atualização. Instaura-se uma situação de conflito potencial. Configura-se uma situação de desmapeamento. (...) Esta é, no entanto, uma situação de conflito potencial pois se situa ao nível das representações futuras já que os sujeitos ainda não ingressaram na ordem conjugal e familiar propriamente dita (ou seja, ainda não ingressaram nos mecanismos de reprodução da ordem social).

(...) é quando o sujeito passa a se relacionar institucionalmente com um outro, a partir de posições nas quais anteriormente viu seus agentes socializadores estarem, que se torna provável a eclosão do conflito entre os dois conjuntos de representações nele coexistentes em diferentes níveis." (op.cit.: 163-4, grifado pela autora).

As entrevistas que realizei com mulheres que estão hoje em torno dos 40 anos mostraram que efetivamente esse conflito se manifestou e que, instaurada a "crise", suas trajetórias tomaram orientações que correspondem grosso modo às possibilidades de solução apontadas por Nicolaci-da-Costa:

portanto, resistentes à erradicação mas estariam situados em níveis mais primitivos, arcaicos, inconscientes, abstratos e menos passíveis de verbalização. Estes seriam mapas com os quais o sujeito não se identifica totalmente no presente. Os novos mapas, aqueles que ainda são sociologicamente visíveis (porque presentes na sociedade e no sujeito), são parte integrante dos sistemas simbólicos internalizados em processos de socialização secundária." (grifado pela autora)

"1) retorno aos moldes 'tradicionais', o que apresenta uma série de dificuldades, porque o sujeito com eles não se identifica totalmente e também porque estes moldes estão ausentes na sociedade, pelo menos na sua geração e/ou grupo social; 2) adoção de ideologias 'vanguardistas', o que também traz dificuldades para o sujeito, pois (...) os conteúdos internalizados na socialização primária são resistentes à erradicação; 3) busca de equilíbrio e coerência através de terapias." (op.cit.:165, grifado pela autora).

Falarei a seguir do primeiro e do segundo desses caminhos, cujas escolhas puderam se viabilizar no interior do campo de possibilidades existentes, e que podem ser caracterizados como "transgressão individualista" e "transgressão holista"⁶. Quanto à busca do equilíbrio e da coerência pela via terapêutica, pude constatar que um grande número de mulheres dessa geração recorreu a diferentes tipos de terapia em um ou outro momento de suas trajetórias, especialmente a partir dos anos 70, independentemente da opção inicial por um ou outro universo. Isso pode ser entendido, em boa medida, levando-se em conta o fenômeno da difusão da psicanálise no Brasil, estudado por Martins (1979), Velho (1981), Figueira (1981, 1985a, 1985b, 1986), Costa (1984)⁷, já que uma e outra orientação, ao invés de "resolver" a crise, abriam caminhos cheios de conflitos e contradições, dúvidas e ambivalências.

⁶A oposição entre "individualismo" e "holismo" se situa no centro do debate sociológico a respeito da relação entre indivíduo e sociedade.

"On désigne comme holiste une idéologie qui valorise la totalité sociale et néglige ou subordonne l'individu humain. (...) Par extension, une Sociologie est holiste si elle part de la société globale et non de l'individu supposé donné indépendamment.

On désigne comme individualisme, par opposition au holisme, une idéologie qui valorise l'individu (...) et néglige ou subordonne la totalité sociale." (Dumont, 1983)

O substantivo indivíduo é sinônimo de pessoa ou ser humano, sendo que a Antropologia mais recente tem distinguido esses dois termos no estudo de situações sociais onde prevalece a igualdade (indivíduo) ou a hierarquia (pessoa).

⁷Segundo Figueira (1985c), "a psicanálise difundida fornece uma espécie de linguagem para a modernização. É o exemplo da relação mãe e filha. Na família hierárquica, a mãe controla a filha com base no seu poder e na sua posição dentro da família. Na chamada família igualitária, há uma pressão ideológica para que mãe e filha se vejam como iguais. E aí que a psicanálise difundida entra, fornecendo noções para pensar, negociar esta igualdade, levando-a a áreas mais proibidas e ambíguas dentro da família, em nome da universalidade do inconsciente, da libido, do desejo e do complexo de Edipo. Além disso, a psicanálise participa deste processo reforçando as identidades modernas. Numa sociedade como a nossa, uma das defesas contra o conflito entre o arcaico e o moderno é as pessoas se convencerem de que elas são totalmente modernas e que, portanto, não sofrem nenhum conflito. A psicanálise, então, fornece termos, esquemas de pensamento e até mesmo teorias que permitem as pessoas se sentirem afirmadas com os valores das mais recentes formas de individualismo."

2. A transgressão individualista

Ao mesmo tempo fascinadas e amedrontadas por uma "nova era" que parecia se esboçar, muitas jovens pertencentes ao que se poderia chamar de "geração-sanduíche" seguiram uma trajetória sem rupturas radicais, ao menos no começo da vida adulta, mas que já se revelava menos linear e previsível do que aquela de suas mães e avós.

Para muitas, o vestibular e os primeiros anos de faculdade coincidiram com o noivado, o casamento, o nascimento do primeiro filho, e isso freqüentemente provocava a interrupção dos estudos universitários ou o não exercício da profissão, uma vez concluído, o curso superior. Os estudos e/ou a carreira, em muitos casos, eram retomados mais tarde, quando os filhos já estavam crescidos, para preencher um certo vazio existente na vida conjugal ou quando o casamento se rompia.

Essas mulheres tinham crescido e evoluído no esquema de uma "modernização conservadora" (Moore, 1969), onde as mudanças não afetavam as estruturas. Socializadas segundo padrões culturais nos quais a idéia de realização pessoal estava, para o sexo feminino, associada ao casamento, à maternidade, ao "viver para o outro", elas tinham se defrontado, no final da adolescência e/ou no começo da vida adulta, com uma nova representação da feminilidade que começava a tomar corpo nos grandes centros urbanos.

Essa nova feminilidade consistia numa versão moderna de um modelo já interiorizado, na qual se estimulava o ingresso em cursos universitários e até, eventualmente, uma profissionalização, desde que os deveres conjugais e maternais não fossem negligenciados. É freqüente encontrar mulheres que cursaram faculdades durante os anos 60 sem que isso tivesse derivado de um

apelo vocacional bem determinado ou mesmo de uma avaliação das perspectivas de futura inserção no mercado de trabalho.

"Eu acho que naquela época era importante estudar para ter um diploma de curso superior, prenda suplementar no mercado matrimonial mais moderno. Os caras da minha geração ou um pouco mais velhos já não se interessavam por moças incultas; eles queriam companheiras capazes de participar de uma conversa sobre assuntos da atualidade, temas culturais e políticos, suscetíveis de ajudá-los na ascensão profissional e/ou em atividades militantes." (entrevista 14)

A carreira propriamente dita, nessa ótica, era totalmente secundária, visto que a idéia de realização pessoal permanecia associada a um ideal de amor romântico. Dessa forma, o curso podia ser interrompido ou definitivamente abandonado por razões familiares: "falta de tempo", gravidez e parto, deslocamentos geográficos do marido (no interior do país ou em viagem ao exterior) de menor ou maior duração, motivados por sua profissão ou em razão de suas atividades militantes.

As faculdades mais procuradas pelas vestibulandas ao longo dos anos 60 foram aquelas cujos cursos se enquadravam na visão modernizada da feminilidade: Letras, Direito, Pedagogia, Psicologia, História e Geografia. (Barroso; Namo de Mello, 1975).

Os cursos superiores de Letras eram aliás conhecidos e estigmatizados como lugares de "espera-marido". Desvalorizados do ponto de vista do mercado de trabalho, seus conteúdos contribuíam para a "cultura geral" das futuras esposas e mães-de-família e seus diplomas tinham uma função ornamental num segmento da sociedade onde eles serviam, inclusive, para valorizar o status masculino, na medida em que mulheres que se capacitavam para o exercício de uma atividade assalariada podiam, no final das contas, ficar em casa e depender totalmente do marido financeiramente. Os cursos de Direito, apesar de mais respeitados, adquiriam essas mesmas conotações, quando freqüentados por mulheres.

Por outro lado, Pedagogia era a saída universitária quase automática para um grande número de egressas das escolas normais, que buscavam uma inserção mais vantajosa no sistema educacional, aspirando a ser diretoras de escolas, conselheiras pedagógicas, educadoras especializadas, etc. A carreira de Psicologia, procurada por moças de origem social mais favorecida, também era freqüentemente escolhida com objetivos educacionais, visando o acompanhamento de crianças e adolescentes problemáticos ou "excepcionais", o aconselhamento vocacional, etc.

Quanto aos cursos de História e Geografia (assim como, aliás, os cursos de Matemática, Física, Biologia e Química), sua escolha não traduzia propriamente um aumento da participação feminina em atividades de pesquisa nessas disciplinas, mas sim o desejo de boa parte das moças que neles ingressavam de se tornar professoras do segundo grau. Nesse nível de ensino, os docentes eram mais valorizados, os salários mais altos, e os horários de trabalho permitiam a conciliação das atividades de administração do lar e criação dos filhos com o emprego.

Nesse esquema de modernização conservadora, se era revolucionário, em comparação com mulheres de gerações anteriores, atingir um nível mais alto de instrução e, eventualmente, exercer uma profissão, as escolhas femininas refletiam fundamentalmente um desejo de realização em algo além do amor, mesmo que se tratasse de assumir na esfera pública atividades e tarefas tradicionalmente atribuídas às mulheres na esfera privada, desde que houvesse a possibilidade de qualquer tipo de valorização e reconhecimento individual. Isso, no meu entender, poderia ser caracterizado como um processo de individuação negociada.

É interessante notar que, no mesmo período, outras transgressoras foram buscar a individuação num outro tipo de processo individualista onde a

subjetividade, as emoções e a sexualidade passaram a adquirir maior importância, e no qual elas reivindicavam sua singularidade justamente através da valorização de certos aspectos e atributos da feminilidade. Isso se deu, por exemplo, em ambientes artísticos - cinema, teatro, música popular - onde certas figuras (algumas consideradas "musas") contribuíram para a construção de uma imagem de mulher "liberada", enfrentando a censura de "patrulhas" da moral e dos costumes, que julgavam-nas indecentes e escandalosas⁸.

⁸Maria Lucia Dahl, Helena Ignez, Leila Diniz, são algumas dessas figuras "liberadas" da geração à qual nos referimos. São interessantes documentos sobre esse momento os filmes "Todas as mulheres do mundo" (1967) de Domingos de Oliveira e "Leila Diniz" (1987) de Luis Carlos Lacerda.

3. A Transgressão Holista

Esse outro tipo de transgressão se deu, ao que parece, dentro de um esquema onde o movimento de individuação aparecia vinculado à idéia de "missão" a cumprir, com o outro, pelo outro, para a sociedade.

Essa idéia de missão provem originalmente de uma certa representação da mulher como moralizadora e redentora, herdada do positivismo e muito difundida no Brasil desde o século XIX (Hahner, 1978:85-91). Ela é visível nos fundamentos ideológicos que presidiram ao surgimento de associações de mulheres de esquerda nos anos 40, alentadas pelo Partido Comunista Brasileiro em seu curto período de legalidade⁹ e, também, nas motivações que levaram mulheres de diferentes camadas sociais a se mobilizar no início da década de 60, em defesa de Deus, da Pátria e da Família, contra o "perigo vermelho"¹⁰. É importante lembrar que na ideologia propagada pelo movimento que conduziu os militares ao poder em 1964, condenava-se a dissolução dos costumes e a imoralidade, fenômenos apresentados como produtos da ideologia de esquerda, e prometia-se "modernidade e progresso, sem corrupção dos costumes". (Retrato do Brasil 5, s.d.)

Pude constatar, conforme veremos a seguir, que a idéia de missão aparece ainda no processo de individuação de muitas moças da geração a que nos

⁹Após o golpe de Estado de 1937, o movimento feminista que havia lutado pelo voto feminino entrou em declínio. Em 1942, com a entrada do Brasil na guerra, houve um recrudescimento das mobilizações femininas em torno do "esforço de guerra" (campanhas para obter agasalhos de lã para os soldados, cursos de enfermagem, agitação contra a carestia e a inflação e em torno de teses nacionalistas). A partir de 1944 surgiram as Ligas Femininas alentadas pelo Partido Comunista Brasileiro, de cujo programa constavam como prioridades: a) luta contra a demolição das favelas; b) campanhas para a instalação de creches e de bibliotecas infantis; c) luta pela independência econômica nacional (campanha do petróleo); d) luta contra a carestia. (Toscano, 1976).

¹⁰A respeito da participação feminina no golpe de 1964, ver os trabalhos de Scavone (1976) e Simões (1985).

referimos que não seguiram os caminhos da "modernização conservadora" e optaram pela militância, rompendo aberta e radicalmente com valores e expectativas familiares em nome de uma causa social.

Depois do golpe militar de 1964 e uma vez obtida a vitória sobre as classes populares, que tinham se mostrado muito combativas no início da década, e cujos representantes haviam então elaborado um vasto programa de reformas sociais, os novos grupos no poder abandonaram temporariamente a cruzada religiosa, a causa cívica e a da moralidade para se dedicarem prioritariamente à construção de uma sociedade moderna, consumidora de todo tipo de produtos (novo mercado para o capital multinacional associado ao empresariado nacional), inclusive culturais.

A censura e a repressão se instalaram progressivamente no país, de maneira bastante seletiva, poupando inicialmente uma boa parcela da intelectualidade. Foi por essa razão que a mesma pôde permanecer numa espécie de euforia progressista e vanguardista até o final dos anos 60, comportando-se como um núcleo de resistência ao projeto social do novo regime (Buarque de Hollanda; Gonçalves, 1982) e contribuindo para a propagação de um *ethos* de esquerda no seio de certos setores das camadas médias dos grandes centros urbanos. Como bem observou Schwarz (1978:62), apesar da ditadura de direita, havia relativa hegemonia cultural da esquerda no país, o que, para ele, constitui o aspecto mais visível do panorama cultural brasileiro entre 1964 e 1969.

Dessa forma, um espaço de transgressão, para um setor da juventude radicalizada foi, ao longo dos anos 60, o ambiente esquerdista que predominava no meio acadêmico (em certas faculdades) e nos meios artísticos em geral.

Os cursos de Ciências Sociais, por exemplo, atraíam uma clientela de ambos os sexos bastante particular, politizada ou em vias de politização.

Segundo vários depoimentos, a opção por esses estudos superiores tinha sido fundamentada num amálgama entre "sociologia" e "socialismo", que tanto os militares no poder quanto a esquerda oposicionista faziam com freqüência na época. Tratava-se de faculdades onde muitos alunos acreditavam poder encontrar não apenas a explicação dos fenômenos sociais, mas também adquirir os instrumentos teóricos mais adequados para o empreendimento de uma missão "salvadora" da sociedade brasileira (Micelli, 1985). Delas saiu aliás mais de uma geração de sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, entre os quais muitos corresponderam ao perfil de uma intelligentsia auto-investida de uma função utópica (Brunner, 1985); alguns (às vezes os mesmos, em períodos distintos), experimentaram outra forma de onipotência - o poder de um saber reconhecido e legitimado pelo Estado. Nesse último caso, refiro-me àqueles que chegaram a ser solicitados para a confecção de diagnósticos sobre os "problemas sociais", para a formulação de projetos de intervenção e de diretivas de ação de um ou outro setor da sociedade.

No começo dos anos 60, a presença feminina nos cursos de Ciências Sociais também parecia expressar algo de novo com relação a outras faculdades que já mencionei: uma vontade de saber, mais do que de "adquirir cultura geral", de participar e ter um lugar na sociedade como protagonista e não coadjuvante, de romper radicalmente com certos valores e expectativas familiares. O que parecia ser mais fácil no processo de adesão a algum grupo de "vanguarda", onde várias moças "davam", diziam rejeitar a idéia do casamento, a maternidade, sendo que tudo isso era estimulado e aprovado pelo coletivo, que via nessas definições bons sinais de ruptura com os valores "pequeno-burgueses".

Assim, tratava-se para as jovens estudantes universitárias "mais conscientes" de conseguir ingressar nas organizações de esquerda e de participar de um movimento transformador, considerado transcendente, onde

atuariam em igualdade com os rapazes. O preço a pagar por essa possibilidade de participação política variou, segundo o caso, indo da assunção de certos conflitos com alguns membros da família até o rompimento total e o abandono do domicílio. E era preciso, evidentemente, abrir mão da virgindade, para aderir à prática do "amor livre". Mas esse processo, vivido como liberador e de individuação, costumava desembocar numa nova situação opressora, semelhante em muitos aspectos ao universo familiar. A filiação a um grupo de esquerda muitas vezes ocasionada pelo namoro com um de seus militantes, implicava geralmente na adoção de um conjunto de normas simbólicas que regiam a expressão oral e escrita, a maneira de trajar, a escolha do mobiliário das casas, impunham leituras e até mesmo referências teóricas e critérios de avaliação estéticos.

Entre 1966 e 1967 assistiu-se no Rio de Janeiro ao nascimento de uma jovem esquerda, conhecida então como "esquerda festiva" ou "geração Paissandu"¹¹. Tratava-se de um grupo um pouco mais jovem (incluindo muitos secundaristas) que só havia tomado um primeiro contato com a política após o golpe militar de 1964, e que se definia fundamentalmente por fazer contraste com os discursos nacionalistas e reformistas do Partido Comunista pró-soviético e por se opor ao estalinismo dos grupos pró-chineses.

Essa "nova esquerda" reivindicava, por um lado, os ensinamentos do processo guerrilheiro em curso em outros países latino-americanos, orientando

¹¹ Na primeira metade dos anos 60, a vida política nos meios de esquerda (movimento estudantil, ambientes artísticos) era animada por militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de tendência pró-soviética, do Partido Comunista do Brasil (PC do B), de tendência pró-chinesa, e da Ação Popular (AP), de orientação católica progressista. Em São Paulo havia também um setor influenciado pelo trotskismo, que não teve grande expressão no seio da esquerda carioca. A partir de 1967, toda uma série de cisões fizeram surgir dissidências e novos grupos, cujas linhas básicas de diferenciação eram a definição do caráter socialista da revolução e a opção pela luta armada como forma de tomada do poder. A expressão "geração-Paissandu" designa justamente a juventude radicalizada carioca dos anos 60, que freqüentava essa sala de cinema, onde eram exibidos os filmes da *nouvelle vague* francesa e italiana, e outros sucessos internacionais, e ao lado da qual se encontravam alguns bares e restaurantes que serviam como pontos de reunião.

sua formação política pelos escritos de Che-Guevara e de Régis Debray. Por outro lado, ela tinha como referência geracional o movimento *hippie* norte-americano e a ideologia da "contracultura". O texto abaixo, da autoria de Alex Polari, um dos militantes dessa jovem geração, expressa bem essa junção:

"(...) Esse era o clima em que vivíamos. Militantes ainda semivirgens, conseguíamos rimar socialismo com felicidade. Toda e qualquer façanha era possível pois praticamente não tínhamos feito nada. Qualquer um poderia ter a estatura de um Goethe, de um Marx, de um Aristóteles. Desde cedo nosso empenho de nos revolucionar interiormente para poder revolucionar a realidade fora de nós foi uma regra inquestionável. Surpreendo-me ainda hoje como estivemos muito mais perto dessas questões que permanecem no centro da atual discussão sobre uma nova concepção de política, quando pirralhos, do que na chamada maturidade. Acredito que a legalidade, a vida social, as relações humanas muito intensas que tínhamos entre nós, contribuiu para isso.

A nossa Teoria das Relações Múltiplas era uma procura dessa mediação entre o político e o humano, entre o político e o pessoal. Aberto esse flanco, realizada essa cisão (privilegiando o caminho para que convivam na mesma pessoa um discurso e uma prática "progressista" de transformação externa da sociedade juntamente com hábitos, costumes e moral autoritária e até fascista. (...)

Nessa época, nos idos de 68, já arranhávamos essas perguntas. O início daquilo que se convencionou chamar guerra revolucionária estancou e até fez regredir esse processo. As alternativas ficaram estreitas. Ir fundo no combate armado ao regime, ou fazer uma viagem de autoconhecimento por via do marginalismo cultural, das drogas, da experiência de vida comunitária, etc." (Polari, 1982:80-1)

Com efeito, foi mudando a conjuntura e estreitando-se o campo de possibilidades para a expansão dessa nova cultura política¹². Isso fez com que o que denominei transgressão holista começasse a se bifurcar em dois caminhos desvinculados, duas formas de radicalização da juventude, expressas no início da década seguinte pelas opções "luta armada" ou "desbunde".

De um lado, o movimento estudantil cresceu e se politizou muito

¹²A noção de cultura política aqui utilizada é definida por Viola e Mainwaring (1987) da seguinte maneira: "Entendemos por cultura política os valores políticos que provêm a base tanto do discurso e das ideologias políticas como da prática política. Os valores políticos são orientações básicas, que determinam as formas de compreensão da realidade; estão incorporados ao discurso político e ao estilo da prática política. Esta definição supõe que os atores não estão sempre conscientes dos seus valores políticos. Neste sentido, a noção de valores políticos não é sinônimo de discurso ou ideologia, ainda que o discurso e a ideologia expressem elementos valorativos. O discurso reflete a atitude consciente ou instrumental do ator acerca da política, sendo portanto um elemento-chave para compreender aspectos dos seus valores. Não obstante, os atores não possuem plena consciência dos fatores que integram sua visão de mundo e orientam a sua ação - e neste sentido o seu discurso reflete apenas de modo parcial a sua visão de mundo. Além disso, os atores podem criar um discurso para fins instrumentais, que não refletiria nem mesmo os seus valores conscientes."

rapidamente, a partir de campanhas contra a política universitária do governo¹³, e suas lideranças tendiam a buscar alianças com o movimento operário. Entre 1967 e 1968, manifestações, passeatas, greves, enfrentamentos de estudantes e operários com as forças repressivas se tornaram cada vez mais freqüentes, e a escalada desse processo conduziu à proclamação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em dezembro de 1968, decreto que aboliu todos os limites constitucionais à ação governamental por um período indeterminado, atribuindo ao Executivo uma série de poderes excepcionais¹⁴.

"Não houve meio termo; à nossa geração coube começar pelo fim. Talvez porque os que nos antecederam tenham permanecido durante muito tempo marcando passo no início. Tinha começado a me orgulhar do que eu era, do humano que existia em mim, consequência do amor e do aprendizado conjunto com meus camaradas. Mas isso que eu me orgulhava - eu - estava em vias de extinção. Ou melhor, entraria para uma espécie de processo de incubadora, de congelamento. (...).

Estaríamos fadados a estancar no momento em que começávamos a descobrir o mundo, as pessoas, o orgasmo, a felicidade. Tudo isso era lindo, necessário, porém menor que a luta pelos que não tinham condições de serem eleitos para essas coisas. A nós, a vanguarda, cabia apenas ter um gostinho dessa felicidade e dessa satisfação própria dos seres integrais e completos. Depois dessa 'revelação', tratava-se de propiciar menores migalhas ainda dessas coisas aos despossuídos e oprimidos. (...) Mas pouco a pouco os elos da cadeia iam se estreitando. Tanto que, lá adiante, nem mesmo as migalhas eram recebidas por nossos seguidores mais imediatos. O trabalho político cada vez mais era feito sem qualquer preocupação de questionar valores morais ou de procurar integrar a esfera do político nas outras esferas do pessoal, do humano, das quais nunca deveria ter sido separada." (Polari, 1982:156-7)

¹³O Estado brasileiro vinha planejando, desde 1964, a aplicação de um acordo com os Estados Unidos na área de Educação (MEC-USAID), através do qual seria beneficiário de importante auxílio financeiro. A nova política educacional a ser implantada estava baseada numa redefinição do ensino secundário (mais técnico e profissionalizante), instituiu o vestibular unificado para o ingresso nas universidades, com provas de múltipla escolha ao invés das questões discursivas e das redações, favorecia a privatização do ensino e criava a taxa de matrícula nas universidades públicas. Todas essas medidas seriam acompanhadas de uma série de mecanismos legais visando o controle ideológico dos meios universitários.

¹⁴Pelo Ato Institucional nº 5, o presidente da República passava a ter à sua disposição poderes excepcionais que o autorizavam a: a) decretar o recesso do Congresso e demais casas legislativas; b) decretar intervenções em estados e municípios; c) cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos de qualquer cidadão; d) remover, aposentar ou reformar quaisquer titulares de cargos públicos; e) decretar o estado de sítio e fixar seu prazo de duração; f) decretar o confisco de bens; g) suspender garantias constitucionais referentes às liberdades de reunião e de associação; h) estabelecer a censura da imprensa, da correspondência, das telecomunicações e das diversões públicas (Velasco e Cruz; Martins, 1983). Editado em 13 de dezembro de 1968, o AI-5 foi seguido, em janeiro de 1969, pelo Decreto-Lei nº 477, que punia com rigorosas penalidades aplicadas sumariamente, professores, alunos e funcionários de qualquer estabelecimento de ensino que participassem de atividades consideradas pelas autoridades governamentais como atentatórias à ordem pública.

De outro lado, além desse novo movimento estudantil radicalizado, começou a se afirmar no país o movimento cultural chamado "tropicalismo", que atingiu seus momentos mais importantes no final da década, com o *boom* de uma produção artística inovadora, especialmente na música, nas artes plásticas e na literatura. Segundo Buarque de Hollanda (1980:55-61):

"Recusando o discurso populista, desconfiando dos projetos de tomada de poder, valorizando a ocupação dos canais de massa, a construção literária das letras, a técnica, o fragmento, o alegórico, o moderno e a crítica de comportamento, o Tropicalismo é a expressão de uma crise. (...)

O problema do tropicalismo não é saber se a revolução brasileira deve ser socialista proletária, nacional-popular ou burguesa. Sua descrença é exatamente em relação à idéia de tomada de poder, à noção de revolução marxista-leninista que já estava dando provas, na prática, de um autoritarismo e de uma burocratização nada atraentes. Recusava, portanto, o tropicalismo, a esperança no Futuro prometido como redentor. (...) O tropicalismo começa a sugerir uma preocupação com o agui e agora, começa a pensar a necessidade de revolucionar o corpo e o comportamento, rompendo com o tom grave e a falta de flexibilidade da prática política vigente." (grifado pela autora)

Dentro da mesma idéia, em outro trabalho, Buarque de Hollanda e Gonçalves (1982:66-7) assim se referem ao Tropicalismo:

"Na opção tropicalista o foco da preocupação política foi deslocado da área da Revolução Social para o eixo da rebeldia, da intervenção localizada, da política concebida enquanto problemática cotidiana, ligada à vida, ao corpo, ao desejo, à cultura em sentido amplo. Na relação com a indústria cultural essa nova forma de conceber a política veio a se traduzir numa explosiva capacidade de provocar áreas de atrito e de tensão não apenas no plano específico da linguagem musical, mas na própria exploração dos aspectos visuais/corporais que envolviam suas apresentações. Uma 'tática de guerrilha' que poderia ser relacionada às formas de protesto da juventude, à linguagem fragmentada das passeatas com seus comícios-relâmpago, sua retórica e seu ritmo de centralização-descentralização. Mas se é possível estabelecer pontos de contato entre a intervenção cultural tropicalista e o movimento estudantil de 67/68, é preciso, contudo, ter aqui um certo cuidado. A disposição rebelde do grupo baiano não se orientava apenas no sentido de uma crítica aos padrões do sistema. A transgressão enquanto recusa da política tradicional atingia a própria militância de esquerda presente no meio estudantil, que se conduzia no campo do comportamento e das relações 'pessoais' de forma um tanto rígida e conservadora. Não por acaso o relacionamento dos tropicalistas com as áreas militantes seria atravessado por uma série de ambiguidades e mesmo de conflitos. Uma espécie de desconfiança mútua estabelecia essa distância entre o engajamento propriamente político/revolucionário e a disposição anárquica e rebelde que iria informar a experiência de toda uma área da juventude brasileira na viagem do desbunde e da contracultura." (grifado pelos autores)

Essa bifurcação da transgressão holista em dois caminhos - o da jovem

esquerda revolucionária no seio da qual prevaleceu um *ethos* conservador, e o da "marginália", onde se expandiu um *ethos* hedonista, individualista, desvinculado de qualquer projeto de revolução social - é, a meu ver, crucial para o entendimento da história do feminismo que ressurgiu como movimento organizado no Brasil em 1975, e para o estudo e mapeamento das tendências que nele emergiram.

No meu entender, a modernização e o processo político que modelaram a sociedade brasileira nos anos 60 não favoreceram a difusão de uma cultura política libertária e utópica, como aquela presente no tipo de movimento contestatório surgido em sociedades liberais avançadas no mesmo período, e que forneceram o *background* para a formação dos novos movimentos de liberação da mulher no começo dos anos 70 (Goldberg, 1982a).

Não pude encontrar, através da leitura de bibliografia relativa aos anos 60 e mesmo nos depoimentos de mulheres que viveram a adolescência ou o início da idade adulta naquela década, quaisquer indícios de uma experiência coletiva feminina onde a percepção de uma "identidade de gênero"¹⁵ tenha significado algo mais do que um dado de negociação individual com a realidade ao longo de um processo de individuação, pontilhado por ambivalências e hesitações, oscilando entre os conflitos e os compromissos, a rebeldia e o consentimento.

Assim, de um lado o solo foi frutífero para a germinação de uma concepção feminista liberal, na qual os "gêneros" são considerados produtos de aspectos discriminatórios da cultura, expressos nas leis e na educação. Nessa concepção, é ressaltada a idéia de igualdade potencial entre os sexos, cuja concretização aparece ligada às mudanças do processo socializatório e a novas

¹⁵Refiro-me à percepção por parte de mulheres, em determinado momento de suas vidas, quanto ao fato de que os sexos feminino e masculino constituem categorias que não podem ser reduzidas à dimensão biológica, e de que elas compartilham com outras mulheres uma série de experiências, problemas e dificuldades específicas, sendo vítimas de discriminações semelhantes.

leis. Mas ela abre espaço para a valorização do esforço individual, do mérito, do sucesso e do poder expressos nas figuras de mulheres "exemplares", "vencedoras", "excepcionais".

De outro lado, foram lançadas as primeiras sementes para a afirmação de uma visão marxista ortodoxa com relação à "questão da mulher". As "transgressoras" politizadas utilizaram a política para transgredir individualmente e romper com valores e expectativas familiares. No entanto, uma vez feito esse rompimento, o "gênero" mulher submergiu numa identidade de esquerda, processo no qual perdeu toda a capacidade de intervenção sobre o político, ficando subordinado a práticas e projetos "revolucionários" que pareciam justamente ignorar a existência de "gêneros", remetendo para a sociedade do futuro a resolução dos "problemas da mulher".

Nesse contexto, não surpreende o fato de que as únicas mulheres que tenham se mobilizado coletivamente enquanto mulheres na segunda metade dos anos 60, tenham-no feito, ainda uma vez, num empreendimento "salvador", fazendo valer suas identidades legitimadas e reconhecidas de esposas e mães. Dessa feita, tratava-se de protestar contra a violência das ações policiais que começava a revoltar algumas camadas da população e até certos setores da Igreja católica.

Assim, surgiu em 1968, no Rio de Janeiro, a União Brasileira de Mães, que tinha por objetivo apoiar a luta dos estudantes universitários e denunciar os atos arbitrários cometidos contra seus filhos e outros jovens. (MFA-RJ, 1978). Corajosas e eficazes, elas participaram em manifestações contra a ditadura e organizaram campanhas de apoio material aos prisioneiros políticos, ao longo dos duros anos que se seguiram.

4. O Nascimento de uma "Questão da Mulher"

No bojo da riqueza e da efervescência dos anos 60, muitas jovens dos grandes centros urbanos brasileiros descobriram e leram Simone de Beauvoir (que aqui esteve acompanhando Jean Paul Sartre em 1960, tendo feito conferências e participado de reuniões no Rio e em São Paulo), Wilhelm Reich, Margaret Mead, assim como os romances de Virginia Woolf, Henry Miller, Norman Mailer, Lawrence Durrell. No Rio de Janeiro, era grande a clientela feminina dos cinemas de arte - em particular o Paissandu, o cine-clube da Maison de France e a Cinemateca do Museu de Arte Moderna - onde podia-se assistir aos filmes da *nouvelle vague* francesa e italiana (Truffaut, Godard, Resnais, Antonioni, Fellini, Bellochio, etc.), aos suecos de Bergman, e encontrar identificação com vários personagens femininos retratando as interrogações existenciais da época e de toda uma geração que vivia angústias e problemas relacionados com a liberdade, o amor, a sexualidade.

É curioso constatar que tais questões que eram as mais candentes para esse público constituído por jovens intelectuais de ambos os sexos, não apareceram nos primeiros textos acadêmicos sobre o tema "mulher", produzidos na segunda metade dos anos 60. Suas autoras, mulheres de formação universitária pertencentes a uma geração anterior ou por ela muito marcadas, não abriram espaço para conflitos de identidade, nem para todas as angústias que o processo de modernização e as novas representações do feminino vinham provocando.

Segundo esses textos, o principal problema da "condição feminina" no Brasil estaria situado na pouca integração das mulheres no desenvolvimento econômico e no processo de mudança social (Werneck, 1965; Muraro, 1967;

Saffioti, 1969; Studart, 1969). Herdeiras do pensamento latino-americano dos anos 50, para o qual a pequena participação feminina na população economicamente ativa constituía um dos obstáculos à "passagem do tradicional à modernidade", que definiria o processo de desenvolvimento nacional, algumas dessas autoras consideravam que se deveria dar prioridade a essa questão. Por outro lado, como já se constatava que, negando as predições dos ideólogos da modernização, o advento das sociedades industriais urbanas na América Latina não parecia ter modificado fundamentalmente a situação das mulheres com relação ao mercado de trabalho e dentro das estruturas familiares, as mesmas autoras se situavam de um ponto de vista anticapitalista: a população feminina constituiria um exército industrial de reserva para um sistema que a marginalizava. Em consequência, sua "liberação", como a de todos os explorados, passaria pela participação na força de trabalho, lugar de tomada de consciência e de organização.

Não foi por acaso que o texto "O Subdesenvolvimento e a Condição da Mulher" (Werneck, 1965) foi publicado na Revista Civilização Brasileira, periódico de orientação comunista bastante difundido entre os meios intelectuais da época. A mesma revista publicou aliás, em 1967, a tradução do famoso artigo "Mulheres, a revolução mais longa", de Juliet Mitchell, onde a autora, uma das teóricas do feminismo marxista, estuda as estruturas-chave que sobredeterminariam a condição da mulher - produção, reprodução, sexualidade, socialização das crianças. Essas estruturas, segundo ela, se combinariam concretamente para produzir a unidade complexa que é a posição da mulher num contexto histórico determinado¹⁶.

¹⁶A socióloga e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, Albertina de Oliveira Costa, conta ter lido simultaneamente Régis Debray e Betty Friedan, tendo se interessado mais pela autora norte-americana, embora achasse, em 1966, que o feminismo era uma idiotice. Um ano depois, em conversa com Juliet Mitchell, quando esta esteve em São Paulo, disse-lhe que considerava interessantes seus trabalhos, mas que a luta no Brasil era outra.

O estudo mais importante e de maior fôlego produzido nos anos 60 é Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade (Saffioti, 1969). Apresentado em 1967 como tese de Doutorado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, em São Paulo, publicado em 1969 e reeditado em 1976, quase sem modificações, ele permanece como referência obrigatória para os "estudos sobre mulher" no Brasil. Sua autora teve o mérito de reunir uma grande quantidade de dados e de informações que até então se encontravam dispersas e que dizem respeito à transformação das estruturas familiares, à educação das mulheres, à participação feminina na força de trabalho, às lutas feministas, desenvolvendo uma análise segundo a perspectiva "dialética marxista", com o objetivo de mostrar e explicar a posição social reservada ao sexo feminino nas sociedades capitalistas.

Saffioti tentou apreender os mecanismos pelos quais o fator "sexo" age nas sociedades de classe, contribuindo para a exclusão de numeroso contingente feminino da estrutura ocupacional. Ela procurou revelar essa exclusão e destruir o argumento segundo o qual a raiz da mesma estaria na "tradição" ou poderia ser encontrada nas teorias da "natureza feminina". Sobre essa base, a autora se dedicou a retrazar a evolução da condição feminina no Brasil desde o período colonial, buscando demonstrar que a inferioridade social da mulher deriva de uma necessidade estrutural do sistema de produção capitalista.

É também nesse estudo de Saffioti que encontramos sistematizada pela primeira vez uma visão panorâmica das "manifestações feministas" no Brasil desde o começo deste século¹⁷, e onde aparecem claramente explicitadas as idéias de tomada de consciência por parte das mulheres dos problemas da

¹⁷A luta pelo direito de voto levada pelas feministas do início deste século foi objeto, igualmente, do estudo de Moreira Alves (1980). Mas foi graças à historiadora norte-americana June Hahner que se tomou conhecimento da existência de uma imprensa feminista no Brasil na segunda metade do século XIX (Hahner, 1978 e 1981), fato aparentemente ignorado por Saffioti até 1976, quando da reedição de sua tese. Também foram ignoradas até muito recentemente as manifestações de um pensamento feminista libertário existente em setores das camadas médias no início deste século (Moreira Leite, 1984).

sociedade, da necessidade de participar do processo de transformação social e da importância do trabalho como força liberadora, prenunciando a ideologia feminista "mais conveniente para o Brasil" que será veiculada por grande parte da intelectualidade na década seguinte. A guisa de ilustração, assim se exprime essa autora a respeito do movimento feminista de tendência liberal, dos anos 20, que defendeu o direito de voto das brasileiras:

"Conquanto não tenha obtido pleno êxito e nem tenha contado, mesmo na sua fase de apogeu, com a adesão de grandes massas femininas, desempenhou relevante papel no que diz respeito ao despertar da consciência da mulher não apenas para os seus problemas, como também para todos os problemas do mundo moderno que, em última instância, a afetam, direta ou indiretamente. A organização do movimento feminista no Brasil, apesar de ter resultado da importação de idéias que não encontravam muito eco na sociedade brasileira (neste sentido, teria, se tivesse tido pleno êxito desde seu início criado um grande hiato entre a legislação referente à mulher e as verdadeiras relações sociais que a inferiorizavam), inoculou em boa parcela das mulheres, a aspiração de libertar-se e de emancipar-se através do trabalho. (...) Deste ângulo, sua 'importação prematura' operou como fator positivo, porquanto permitiu certa concomitância entre o amadurecimento das idéias feministas e o avanço da mulher em determinadas áreas como as do trabalho fora do lar, da educação, da participação na vida social em geral." (Saffioti, 1976:274).

Capítulo III

A Geração de um Feminismo "Bom Para o Brasil" No Início dos Anos 70

"O que quer que os cientistas sociais possam desejar, existem alguns fenômenos sociais cujo impacto é imediato e profundo, até mesmo decisivo, mas cuja significação não pode ser avaliada efetivamente até bem depois de sua ocorrência, e um deles é, sem dúvida, a erupção de uma grande violência doméstica."

(Clifford Geertz)

1. O "milagre", a mulher *Nova* e as "novas mulheres"

"A década de 70 tem início numa conjuntura de franco fechamento político. As tentativas de resistência à consolidação do regime de 64, que arregimentam setores radicalizados da classe média, especialmente a massa estudantil, são desarticuladas pelo Estado que, com a edição do AI-5, em dezembro de 68, não deixa dúvidas sobre sua disposição de assegurar a 'paz social'. A intervenção nos movimentos contestatórios, a extinção das representações estudantis, os decretos 477 e 228, as demissões e aposentadorias nas universidades, a censura prévia na imprensa, livros e espetáculos, enfeixam a implantação do autoritarismo político preparando o país para ingressar numa nova era, sob o signo do binômio segurança/desenvolvimento. Aproveitando-se de uma conjuntura internacional favorável e assegurando o aprofundamento dos laços de dependência com o capital internacional, o Estado irá promover o clima eufórico e ufanista do 'Milagre Brasileiro'.

A modernização, levada a toque de caixa, parece envolver o país numa 'atmosfera competente'. A tecnoburocracia desenvolve-se, sofisticando seus métodos e seu discurso, agora povoado de siglas, fórmulas, índices e expressões retiradas do vocabulário técnico-administrativo norte-americano. As comunicações são modernizadas e a indústria cultural se desenvolve ao sentido do mercado da classe média, proliferam as enciclopédias em fascículos, tipo Abril e congêneres, as coleções mais variadas, do mundo animal à filosofia grega, da Bíblia às revistas especializadas. A música popular assiste a emergência de marchinhas exortativas e o sambão jóia faz fundo musical para as novas churrascarias. As artes plásticas tornam-se um rentável negócio, concorrendo com a bolsa de valores; no teatro as grandes produções empresariais dominam a cena aberta, e o cinema começa a colocar-se a necessidade de assumir, definitivamente sua maturidade industrial.

Mas é a TV que nesse momento irá melhor expressar o clima do 'milagre'. Trabalhando com a técnica mais recente, a TV constrói a imagem de um país moderno, um Brasil Grande, de obras monumentais, signos de uma potência emergente. A atualização de padrões culturais internacionalizados dita novos hábitos de consumo e comportamento para a burguesia e classe média.

Por sua vez, a intelectualidade vive, nesse início de década, uma situação difícil e nova. Se o governo Costa e Silva dirigiu a ação de caráter repressivo às organizações populares e seus militantes, após as manifestações de 68 essa ação atinge também setores da classe média. O contato com a polícia, a possibilidade da prisão, os maus tratos e a tortura, socialmente mais próximos das classes populares, passam a rondar o cotidiano e o imaginário dos filhos radicalizados das elites, estudantes, intelectuais e produtores de cultura.

A nova situação será experimentada sob formas diversas, tendendo a uma certa desarticulação no campo intelectual e das esquerdas, onde passa a ter lugar uma série de redefinições num clima mais ou menos geral de perplexidade. Se, por um lado, a situação política do país é desanimadora, por outro, o próprio discurso e a prática das oposições parecem vazios e desarticulados.

A insatisfação com as alternativas oferecidas pelo sistema e os desdobramentos de um processo de revisão de alguns pressupostos da militância política, vão ser expressos em formas fragmentadas e minoritárias de radicalização da pequena-burguesia - o desbunde e a luta armada. Essas alternativas, sem dúvidas diversas, não deixam, contudo, de apresentar elementos comuns e bastante significativos, de um momento de desagregação, de falta de perspectivas, e de uma ansiosa busca de saídas. O privilégio da ação e o sentimento colocados à frente das preocupações racionalizantes, a relativa descrença frente ao discurso intelectual e teórico, a valorização do corpo como lugar político, são características gerais e comuns dessas experiências." (Buarque de Hollanda; Gonçalves, 1979-1980:10-11)

Essa foi a nova realidade social criada pelo "golpe dentro do golpe" no Brasil. Por um lado o "milagre econômico" proclamado tinha o objetivo demagógico de obter a adesão das camadas médias ao regime militar, o que se tentava fazer justamente através da apresentação de uma fachada-impacto; por outro lado, ele visava adaptar a demanda do mercado nacional à produção cada vez mais dependente dos países industriais avançados, através do estímulo ao consumo desvairado de tudo aquilo que passou a ser veiculado pelos meios de comunicação como símbolos representativos da "modernidade".

A outra cara do "milagre econômico" era o medo e a perplexidade que tomou conta de certos setores das camadas médias intelectualizadas, bruscamente encurraladas e sufocadas dentro de um cotidiano histórico, estridente e fosforescente, cujos sons e imagens desconexas pareciam ter como objetivo primordial aturdir, massificar, cegar, ensurdecer e silenciar¹.

Tratava-se de abafar protestos, de neutralizar resistências, de estimular o narcisismo e o individualismo para impedir agrupamentos e ações coletivas; era necessário imunizar a população contra a "subversão" e torná-la insensível com respeito às arbitrariedades e violências praticadas pelos órgãos policiais em nome da "defesa da segurança nacional".

Dentro da euforia do "milagre econômico" e da rápida "conversão à modernidade" de setores das camadas médias urbanas brasileiras, começou a ser positivamente veiculado, no início dos anos 70, um novo símbolo feminino - a mulher "liberada", casada ou não, com poucas preocupações domésticas e muita

¹Alguns filmes do chamado cinema "underground" ou "marginal" dos anos 70, assim como os contos de Rubem Fonseca, entre outros, retratam bem o clima de excesso, de violência e crime que invadiu a vida cotidiana dos cidadãos, em contraste com o que era veiculado pelos meios de comunicação: "Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranquilizante, após um dia de trabalho" (Presidente Emilio Garrastazu Médici, 22/3/73, citado por Carvalho em Anos 70, vol.5).

preocupação com o corpo, a aparência física, a vida sexual. Com efeito, segundo Bultoni (1981:106), o produto mais veiculado nas revistas em geral, nas femininas e nas masculinas nos anos 70 foi o sexo.

"Sexo foi o principal produto editorial vendido nesta década. A grande repressão política dos primeiros anos canalizou as insatisfações para desrecale em outras áreas. As revistas masculinas eram censuradas (com retoques em fotos de nus, etc.), mas havia uma permissividade controlada e que interessava ao sistema - desviava as atenções. Nas revistas femininas, o sexo foi conquistando lugar palmo a palmo. De referências à insatisfação sexual da mulher casada, foi passando a matérias sobre virgindade, masturbação, orgasmo, etc. e no final da década, várias revistas femininas já conseguiam publicar, com todas as letras, os nomes dos órgãos sexuais femininos, coisa inimaginável nas contidas revistas da década de 60."

E o produto editorial mais original e característico da década, destinado a "fabricar" e "moldar" mulheres liberadas e a ser consumido pelas mesmas, foi a revista Nova, versão brasileira da *Cosmopolitan* norte-americana que, como toda a imprensa feminina nas sociedades liberais avançadas, denota o impacto dos novos movimentos de liberação da mulher. O primeiro número de Nova foi lançado pela Editora Abril em outubro de 1973, podendo-se ler no seu editorial:

"Nova tem uma história que merece ser contada. Ela nasceu da necessidade de oferecer à mulher brasileira uma companheira útil e atualizada para permitir-lhe o ingresso no fechadíssimo clube das cabeças que pensam, julgam e decidem. Até ontem, este clube estava reservado aos homens, e somente a eles. Hoje, com Nova, estamos pretendendo fornecer-lhe a chave deste clube. Coragem: abra a porta e entre. O mundo é seu. (...) Você também pode. Você também pode ser feliz, mais bonita, mais realizada, mais..." (grifado pela revista, op.cit.:4)

Os títulos de algumas matérias contidas nesse número são ilustrativos: "Morando sozinha", "Você é sensual", "O orgasmo depende muito de você", "Mulheres em ação" (de como algumas datilógrafas e recepcionistas conseguiram "vencer no mundo das finanças"), "Dez anos de confusão" (o depoimento de uma "típica" mulher dos anos 60). Mas essas matérias se situam no meio de outras tantas que poderiam ser incluídas numa rubrica "moda e beleza", ou "como conquistar homens mais interessantes", onde a leitora é levada a acreditar que realmente "tudo pode", desde que possua a receita correta e consuma os produtos adequados, como observa Moraes (1979:78)

"Circunscrever a vida real das mulheres nos limites estreitos de figuras biônicas (as manequins que ilustram a revista parecem mais bonecas do que mulheres) que tudo conseguem resolver, que são sempre belas, jovens e vitoriosas, constitui a tônica editorial e Nova e similares. Revistas em que as condições de existência de uma minoria privilegiada terminam por serem apresentadas como 'a' forma 'natural' de viver: revistas em que a inflação, o desemprego, e os inúmeros problemas que os cidadãos - e as cidadãs, principalmente - enfrentam cotidianamente não merecem nenhuma referência."

A pergunta que se coloca é quem era essa "nova mulher" dos anos 70, potencial consumidora de Nova?

Tratava-se aparentemente de mulheres de 25 a 30 anos, pertencentes às camadas médias urbanas favorecidas pelo "milagre econômico" residentes no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde as incidências do processo de mudanças sociais em curso sobre as mulheres eram mais visíveis, perceptíveis através da elevação do seu nível de instrução e de sua integração no mercado de trabalho.

Por um lado, a reforma do ensino superior implementada pelo governo militar no final dos anos 60, propagandeada como uma medida democratizadora da universidade, tinha favorecido efetivamente um aumento considerável do contingente universitário, através da proliferação de estabelecimentos particulares, logo invadidos pelas camadas médias seduzidas pela possibilidade alardeada de ascensão social através da obtenção de diplomas de nível superior. Segundo Rosenberg e Pahim Pinto (1985:28-29), nos primeiros anos da década de 70, o período de plena expansão do "milagre brasileiro", houve um aumento da matrícula no ensino superior da ordem de 152%. E um dos fenômenos mais significativos nessa expansão do ensino universitário parece ter sido o considerável crescimento da clientela feminina, especialmente nas faculdades de Letras, Ciências Humanas e Sociais, cujas disciplinas não exigiam grandes equipamentos, tendo, por isso mesmo, sido alvo de um grande investimento por parte do setor privado. Barroso (1975:73) observa que a matrícula feminina nesse grau de ensino, que representava 26% em 1956, atingiu 41,5% em 1971 e já sobrepujava a masculina na metade do decênio, apesar de não ter havido,

segundo a mesma autora, alterações dignas de nota na escolha de carreiras, mas sim o aumento da concentração das mulheres em carreiras consideradas femininas.

Por outro lado, já existem vários estudos dedicados à evolução histórica da presença feminina na força de trabalho na sociedade brasileira, tomada isoladamente, a partir da análise de dados censitários e/ou pesquisas de caráter qualitativo, ou então relacionada com a elevação do nível de instrução². E o que muitos desses estudos comprovam é que o "milagre econômico" teve incidências positivas sobre a situação das mulheres pertencentes ao universo de camadas médias que nos interessa, cuja presença na força de trabalho se ampliou consideravelmente na primeira metade dos anos 70.

Segundo Bruschini (1985), a taxa de atividade feminina que relaciona as mulheres que trabalham com a população feminina de mais de 10 anos, passou de 14,6% em 1950 a 18,2% em 1970 e a 28,8% em 1976. Essa autora comprova a ampliação da presença feminina no mercado de trabalho também pela elevação de seus níveis de participação na PEA, assinalando que essa participação é tanto mais intensa quanto mais elevado o nível de instrução, e que a níveis elevados de estudo corresponderão por sua vez taxas mais baixas de fecundidade. Para ela, essa participação se define diferencialmente, conforme a classe social, sendo possível que nas classes médias o elemento mais importante dessa definição esteja relacionado à elevação das expectativas de consumo, em face da proliferação de novos produtos. Poderíamos acrescentar o fator que historiadores franceses chamariam de "mudança de mentalidades" nessa camada social, com respeito ao empreendimento de estudos superiores por parte das mulheres e à profissionalização feminina, como já foi observado no capítulo

²Esses estudos foram enumerados e comentados nas resenhas bibliográficas feitas por Palva Abreu (1978), Junho Pena (1980), Fundação Carlos Chagas (1981), Aguiar (1983) e Souza Lobo Garcia (1984).

relativo aos anos 60.

O que me parece importante frisar é que todo esse processo modernizador de libertação sexual e profissionalização das mulheres se deu dentro de uma perspectiva individualista, competitiva, de êxito pessoal e de ascensão social, onde não havia aparentemente motivos para questionamentos a propósito dos "gêneros" feminino e masculino (graças, inclusive, a existência de empregadas domésticas e da relação de "cumplicidade substitutiva" com certas figuras femininas do universo familiar), ou para uma identificação com outras mulheres que suscitasse qualquer agrupamento ou mobilização coletiva feminina de novo tipo.

A ausência desses questionamentos e a inexistência de agrupamentos ou mobilizações a partir dos temas que, naquele mesmo período, estavam dando origem aos novos movimentos de liberação das mulheres em sociedades liberais avançadas, se verificou também nos novos espaços de radicalização - a esquerda "armada" e o "desbunde" - que se haviam transformado também em opções para muitas mulheres. Uma explicação para esse fenômeno parece se encontrar nas conseqüências do estreitamento do campo de possibilidades de mais de uma geração no início dos anos 70, momento tão bem apreendido, aliás, pelo *slogan* popularizado na época. "Brasil, ame-o ou deixe-o", e o seu estudo, como veremos, é essencial para o entendimento da ideologia feminista que foi sendo gestada naqueles anos e que encontrará sua expressão organizada a partir de 1975.

2. Um passo adiante, dois atrás: os primeiros estímulos e os obstáculos ao feminismo

Rose Marie Muraro foi uma das pioneiras e introdutoras do neo-feminismo no Brasil. Seu livro A Mulher na Construção do Mundo Futuro (1967) trazia uma reflexão sobre a condição da mulher no Brasil, em meio a considerações a respeito da evolução da civilização do século XX e dos novos problemas enfrentados pelos indivíduos - desigualdades sociais, falta de comunicação e despersonalização. Nesse livro, escrito em 1966 em apenas 20 dias, tendo vendido 10.000 exemplares em menos de seis meses (entrevista 9), a autora atribuía às mulheres certas qualidades que, inerentes a sua condição de mães, geradoras e transmissoras de vida, seriam essenciais para a transformação profunda e a sobrevivência da humanidade.

"A partir dali foi que comecei a repensar toda a minha situação pessoal de mulher. Escrevo em 1968 A Automação e o Futuro do Homem, que não tratava de feminismo, mas em 1970 lanço A Libertação Sexual da Mulher. Nessa época a Editora Vozes estava completando 70 anos e eu tinha recém-entrado para a chefia do departamento editorial. Levantei então a idéia de trazer um escritor estrangeiro, que foi aceita por Frei Ludovico. Cogitamos vários, entre os quais Foucault e a Betty Friedan. Por coincidência, por acaso, foi ela a mais acessível; traduzi o livro dela, que me tocou muito, com o qual me identifiquei bastante a partir de tudo que estava vivendo.

A idéia era trazê-la para um lançamento em âmbito universitário, acadêmico, restrito, já que eram os tempos do AI-5, da tortura, e não se podia falar em nada. Qual não foi então o meu espanto quando vi que a Veja, o Jornal do Brasil, o Estado de São Paulo, A Folha de São Paulo, as instituições da Igreja, todos caíam em cima de mim depois da visita, que durou apenas quatro dias. Ela representava um feminismo que hoje em dia poderia ser considerado de direita, mas na época era a primeira vez que se ouvia falar do assunto aqui. Daí que se por um lado O Pasquim, criticava, por outro lado o Paulo Francis escrevia dizendo que aquele era um feminismo político, aceitável, mais adaptado às condições do Brasil." (entrevista 9)

Foi assim que Betty Friedan veio ao Brasil em abril de 1971, a convite da Editora Vozes, para o lançamento de seu livro A Mística Feminina. Bombardeada pela imprensa oficial, que trancou suas declarações e tratou-as pejorativamente, não teve muito melhor recepção por parte dos intelectuais de

esquerda: numa famosa entrevista publicada pelo O Pasquim, Paulo Francis, Millor Fernandes, Flávio Rangel, Fortuna e Ziraldo deixavam bem claros nas perguntas seus preconceitos sexistas e a intenção de ridicularizar e diluir o conteúdo das respostas da entrevistada:

Paulo Francis

"Em primeiro lugar, eu queria saber o que você está fazendo no Brasil. Você veio para subverter a secular submissão da mulher brasileira ao homem?"

"(...) Mas estou feliz de ver que você tem um ponto de vista sociológico, porque algumas de suas irmãs que eu li me pareceram só individualistas, muito preocupadas com problemas sexuais de uma maneira obsessiva, gente como Ti-Grace Atkins e Kate Millet."

Millor Fernandes

"Você está mais fascinada pelas mulheres brasileiras ou pelos homens brasileiros?"

"No final do seu livro, eu percebi que voce não tinha um objetivo muito claro, não sabia o que queria."

"Em tudo que você fala, eu não consigo encontrar nada, mas nada mesmo, novo. É mais importante: quando voces forem vitoriosas no seu movimento - e espero que sejam - voces não saberão o que fazer. Voces não têm um objetivo."

"Mas moças do movimento tiraram seus *soutiens* e queimaram... (...) há um componente de ódio sexual nessa queimação de *soutiens*. É inútil negar. Está em toda a imprensa dos EUA."

Flávio Rangel

"As mulheres francesas do manifesto confessaram que já tiveram abortos. Você já teve algum aborto? (...) Já que você tem esses filhos, desde quando você devotou sua vida à libertação da mulher?"

"Uma mulher homossexual pode ser mais emancipada que uma que não é? Em outras palavras, há muito lesbianismo no movimento?"

Fortuna

"Apesar de seu aviso contra piadas, eu queria perguntar se o movimento não tem publicações que usem o humor."

Ziraldo

"No ato sexual, nós realmente precisamos uma certa submissão da parte da mulher. Isso não é apenas uma tradição: é importante para nós."

(O Pasquim 94, 24 de abril de 1971)

Como não se haviam ainda difundido no Brasil informações sistemáticas e precisas sobre os novos movimentos de liberação surgidos em sociedades liberais avançadas, e muito menos sobre a presença de tendências diferentes

dentro deles, apesar de Betty Friedan representar justamente a organização feminina *NOW*, que constituía a vertente liberal do movimento norte-americano, a representação do *women's liberation movement* que aqui permaneceu após sua visita era assustadora: mulheres feias e lésbicas incontidas queimando sutiãs em praça pública e liderando campanhas em defesa do aborto. Imagens que não agradavam à moral das famílias burguesas conservadoras, cujos representantes no poder vinham utilizando, sempre que necessário e útil, a associação de "imoralidade de costumes" e "subversão" para censurar, reprimir e legitimar atos de força e violência policial. E essas imagens eram também brandidas como fantasmas pelos defensores das classes oprimidas, seja em nome de uma "moral proletária", seja em nome de uma idéia de revolução onde a mudança das relações de produção traria naturalmente a resolução de todos os problemas sociais, inclusive para a "questão da mulher".

A própria Rose Marie Muraro, numa entrevista concedida ao jornal oposicionista alternativo Bondinho assim se posiciona com respeito ao feminismo:

"Há dois tipos de feminismo: um antigo, dentro do sistema, que favorece o sistema e que põe a mulher contra o homem, é uma expressão neurótica de ressentimento do polo dominado - esse só faz aumentar o antagonismo. Mais esquisofrenia! Mas há outro que usa a opressão da mulher dentro de uma luta mais global e sintetiza dialeticamente essa luta pela justiça. É nesse sentido que me coloco. E isso supõe reivindicações, estrutura, pesquisa, novas leis." (Bondinho, 31 de março de 1972)

É interessante observar que esse posicionamento aparece justamente na mesma edição de Bondinho que trouxe ao conhecimento dos leitores da imprensa alternativa a segunda e última parte da tradução de uma longa entrevista de Simone de Beauvoir, originalmente publicada no semanário francês *Le Nouvel Observateur*. Nessa entrevista, a escritora empreende uma revisão das decorrências políticas de seu livro O Segundo Sexo (1970), publicado na França em 1949, no qual ela concluía que a liberação das mulheres estava ligada ao

advento do socialismo. Ela fala das diferentes tendências existentes nos novos movimentos de liberação das mulheres, chamando Betty Friedan de conservadora e defendendo uma vertente radical de maneira até então inédita no Brasil:

"Tudo o que nós conseguimos averiguar é que a luta de classes não leva à emancipação das mulheres. Isto modificou a minha opinião desde a publicação de meu livro. Seja ela comunista, trotskista, maoista, a mulher é sempre inferior ao homem. Logo, estou convencida de que a mulher deve tomar o seu problema em suas próprias mãos. Para se descobrir a relação entre a exploração dos trabalhadores e a exploração das mulheres, há a necessidade de uma análise mais séria. Tenho certeza de que a eliminação do capitalismo trará melhores condições para a emancipação da mulher, mas não quer dizer que isso já esteja ocorrendo. O fim do capitalismo não implica no fim do patriarcalismo enquanto se deixa a família intacta. Acredito que não se deve modificar apenas as condições de posse dentro da família, mas também a sua estrutura (...). Quando se começa a destruir a família e a estrutura correspondente, então existe a possibilidade de, ao mesmo tempo, se destruir o capitalismo." (Bondinho, 17 e 31 de março de 1972)

Percebemos diante disso que naquele momento Rose Marie Muraro criticava a corrente radical do movimento de liberação das mulheres, tachando-a de antiga, pertencente ao sistema e favorável ao mesmo, reduzindo-a sumariamente a uma luta da mulher contra o homem, enquanto defendia confusamente uma corrente liberal em nome da dialética. Anos mais tarde ela explicita mais claramente suas posições:

"Se o feminismo aqui quiser um movimento que se expanda ele não pode ficar na classe média, dadas as conotações do sistema. A única maneira do feminismo aqui não ser recuperado pelo sistema é ele ir para a classe operária, para ser transformador da sociedade. E ele só pode ir para a classe operária no momento em que se faça o chamado feminismo da fome, já que 60% das mulheres brasileiras são mulheres sem homens, aquelas cujos homens passam, procriam com elas e migram, e elas ficam sozinhas. E são essas as mulheres que educam os filhos para migrar e as filhas para ser boazinhas e dóceis; apesar de elas terem o poder econômico na família, quem detem ainda os valores culturais é o homem ausente.

Nas sociedades onde a estrutura de classes é muito clara, toda luta de minorias que não parte para a luta mais geral, contra o Estado central, está fadada a ser recuperada; nós já estamos partindo de onde os países avançados estão chegando agora, porque nós já fazemos da luta feminista uma luta de libertação do trabalhador e da trabalhadora: sem a libertação de um não há libertação do outro e vice-versa." (entrevista à rádio Jornal do Brasil, concedida em 24 de junho de 1981)

E ainda, a respeito de suas primeiras tomadas de posição com respeito ao feminismo:

"O que eu pensava na época está em A Libertação Sexual da Mulher. Naquela época da contracultura eu achava que era preciso fazer uma crítica radical aos valores belicistas da sociedade masculina e que as mulheres eram uma força do lado da vida. E eu penso isso tudo hoje exatamente do mesmo jeito, só que pego do ponto de vista da sexualidade e passo por um crivo de mulher de Terceiro Mundo tudo que falam o Lacan, a Luce Irigaray, o Gérard Leclerc. Parte do que eles falam está certo, e parte sofre de etnocentrismo; a idéia era então fazer um feminismo apropriado para uma sociedade de classes muito violenta como o Brasil, como já não existia na Europa, onde, para lidar com as mulheres, tem-se que lidar não com mulheres de classe média, mas com operárias e camponesas." (entrevista 9)

Em todo caso, "luta de sexos" do movimento de liberação estrangeiro ou "feminismo da fome" nacional parece-me que naquele início dos anos 70, com o estreitamento do campo de possibilidades das camadas médias urbanas intelectualizadas, pouco espaço houve para a difusão de um ou de outro, para a assunção pública e coletiva de certos conflitos da vida privada e/ou o empreendimento de determinadas lutas que dissessem respeito à situação das mulheres mais desfavorecidas.

Como formar grupos, estimular e desenvolver práticas coletivas num país onde qualquer tipo de reunião era proibida? Que significado político podiam assumir naquele momento questões que revelassem aspectos parciais ou estruturais da supremacia do sexo masculino sobre o feminismo? De que maneira praticar o "feminismo da fome" sobretudo se a repressão tornava suspeita qualquer tentativa de contato com membros das "classes fundamentais"?

Respostas parciais a essas perguntas podem ser encontradas na evolução daquele "espaço da transgressão" do final da década anterior, que já se havia então bifurcado em dois caminhos distintos: o movimento estudantil radicalizado e o movimento da contracultura³.

Por um lado a "nova esquerda" investiu pesadamente na resistência

³Como observa Pereira (1981:103), o termo "contracultura", apesar de simplificador e enganoso porque nenhuma cultura pode ser tomada como um bloco monolítico, expressa a representação da cultura dominante e da dominada a respeito de algo que desenvolve um tipo de crítica social que não está "registrada" entre as próprias formas de crítica que a cultura dominante vinha tradicionalmente recebendo.

armada ao regime e se escondeu nas organizações revolucionárias clandestinas, onde passou a imperar o culto da ação dos heróis e onde se valorizavam atributos como bravura, despreendimento, disponibilidade para enfrentar quaisquer perigos, e todo um conjunto de qualidades "morais" através das quais se media o "nível ideológico" dos militantes.

Nessas organizações, muitas daquelas jovens "transgressoras" dos anos 60, desejosas de agir socialmente enquanto sujeitos, tiveram de moderar suas ambições. As injunções do contexto e da "natureza feminina", mal adaptada às dificuldades e aos perigos da ação revolucionária, transformaram suas aspirações ao papel de protagonistas em aceitação tácita dos postos de "coadjuvantes" em missões de alto risco, sobre as quais, na maior parte dos casos, não opinavam.

São eloqüentes os depoimentos de mulheres que viveram clandestinamente ao lado de seus companheiros militantes nas organizações armadas no início dos anos 70, publicados em Memórias das Mulheres do Exílio (Oliveira Costa et alii, 1980).

Yânia:

"(...) na minha organização a mulher funcionava como o homem da casa, ou seja, éramos nós que, por questões de segurança, mantínhamos nossos companheiros. No meu caso, por exemplo, era eu quem tinha um emprego, enquanto meu companheiro lia, estudava, participava. Ele era um profissional.

(...) Nesta divisão revolucionária do trabalho pesou um montão de coisas: toda uma formação no que diz respeito a sexo, família, e a negação dessa mesma formação. No fundo era todo um aproveitamento desta situação, porque as mulheres sustentavam os homens e os homens se dedicavam aos grandes trabalhos da revolução. (...) Eu me sentia como aquele ser inferior que possibilitava aos seres superiores ficarem lendo o dia inteiro.

(...) Nesta organização as mulheres tinham pouquíssimas possibilidades de ler, eram muito mais ignorantes que os homens (...) A gente não lia, não tinha grandes vocabulários marxistas, mas podia ver que estava tudo errado porque tinha contato com o mundo. Os homens, os ditos profissionais, ficavam trancados dentro de casa, entre quatro paredes, conversando, discutindo, fazendo longas reuniões, enquanto a História acontecia lá embaixo. Eles fechavam bem a janela pra não ouvirem o barulho, não serem perturbados durante as reuniões decisivas. Nos encontros mais informais, falava-se, discutia-se, apareciam as visões mais diferentes. Mas na reunião coletiva todos eram enrolados, e as mulheres mais que os homens. Isto porque as opiniões definitivas eram sempre as mais corajosas. Todo

mundo queria estar na linha de frente da coragem e a discordância era considerada como uma proposta prática de recuo.

Isso se tornava claro quando se levantavam objeções e a resposta era a acusação de medo, covardia, desbunde, traição.

(...) Não é que as mulheres tivessem tarefas diferentes dos homens, não. Era um processo natural: no começo éramos todos iguais, mas no fim as mulheres ficavam no movimento estudantil. Nós participávamos das ações, mas os treinamentos para as mulheres eram menos intensivos. E além do mais, tínhamos a tarefa fundamental de manter as casas. Isso não estava escrito em parte nenhuma, mas na prática todas as mulheres faziam isso.

Em relação à questão das tarefas domésticas, todos os homens eram meio domésticos, lavavam pratos. Não era grande desdouro, não era essa a questão. Naquele esquema isto fazia parte do espírito revolucionário. A mulher deixou de ser virgem, o homem deixou de ser macho, lava pratos, faz comida, é bom cozinheiro. Eu acho que isso não era o fundamental. As análises, as grandes análises, a estratégia e a tática, isso era o que importava. E isso eram eles que faziam.

(...) As crianças não existem. Existem só as que já estavam lá antes. Não se fazem novas crianças porque as crianças são um subterfúgio das mulheres. Uma mulher tem suas tarefas revolucionárias cerceadas pelos filhos, uma mulher - quero que fique bem claro que não era um homem e uma mulher - só a mulher. Ter filhos é coisa de mulher, é uma fuga da posição revolucionária. E isso era uma fórmula acabada. Era aquela total distância do povo: ter filhos, tá fadado a não fazer revolução. No Brasil, se você fazia revolução, não tinha filho, não bebia, não dançava." (op.cit.:111-114)

Sonia:

"Na época em que eu participava do movimento estudantil, não senti opressão como mulher, em geral não tínhamos ainda ciência disso. Eu já fazia parte de uma organização política mas a minha atividade era dentro dos organismos de massa e eu me comportava como qualquer mulher naquela época. A opressão era diluída, menos visível. Claro que havia menos mulheres que homens que falavam nas assembleias, por uma questão de verborria, sabe, porque eles aprenderam desde pequeninos a utilizar melhor o verbo do que a gente, simplesmente porque têm mais chance de falar. As mulheres quase não se manifestavam. (...) Quando parti para a clandestinidade foi uma decisão vinculada a uma relação afetiva. Mas eu também achava que era aquilo que eu queria: participar plenamente. (...) Na fase da clandestinidade a gente tinha a visão do militante-herói. A teoria que pairava era que mulher e homem são iguais. A gente era militante, soldado da revolução, e soldado não tem sexo! Era mais ou menos a história dos anjos sem sexo, os anjos redentores da libertação! Mas eu já sentia alguns problemas como mulher, por exemplo, os companheiros achavam que as mulheres não tinham condição de participar das ações.

Na prática as relações entre homens e mulheres eram muito difíceis. Acho que isso é importante dizer porque revela uma realidade que a gente viveu numa certa época. A gente começou a se sentir utilizada como mulher porque, por exemplo, os caras precisavam da gente para compor uma fachada legal, de um casal para alugar apartamento e, às vezes, acabavam canalizando as relações sexuais em cima das companheiras. Eles não tinham condição nenhuma de viver aquela vida, uma clandestinidade fudida, não podiam ver as mulheres deles, não podiam sair pra transar com uma mulher qualquer, não viam ninguém! Era um negócio bastante difícil. As contradições se manifestavam de formas inesperadas, você às vezes tinha que se impor como mulher, como militante política, mostrar aos caras que você tinha capacidade de fazer aquilo. Então, algumas vezes a gente era levada a fazer certas coisas, movida muito mais por uma necessidade de afirmação como mulher dentro daquele grupo do que por um ideal político. (...) Agora, é claro que na orientação política da organização a influência das mulheres era muito menor do que a dos homens." (op.cit.: 247-248)

Angelina:

"Durante muito tempo eu não tive consciência de que existia uma opressão das mulheres dentro dos grupos políticos. Hoje vejo que essa opressão existia muito marcada pelo tipo de estrutura de poder, pelas relações de poder que existiam nas organizações em geral. Quando as organizações assumiam princípios leninistas do centralismo democrático, isso na prática se traduzia em relações hierárquicas profundamente marcadas, onde havia diferentes escalas de poder, onde tinha que haver um chefe. O que acontecia é que a mulher ficava quase sempre em posição de inferioridade nessa estrutura. E a relação de poder é uma relação de necessidade recíproca: quem tá embaixo tem necessidade de ter alguém que esteja em cima e quem está em cima, pra afirmar o seu poder, tem necessidade de ter alguém em baixo. (...) Nesse tipo de situação acho que em geral o homem disputa o poder de uma forma mais decidida. A mulher disputa sem disputar, sem acreditar realmente que vai chegar lá, ou que isso seja importante. Vivi essa opressão num grupo político misturada com relações afetivas e pessoais, havia uma confusão entre a minha relação com um cara enquanto militante e dirigente do grupo e a relação homem-mulher." (op.cit.:249)

Regina:

"Naquele momento a gente pensava em mudança política e social e a gente queria ser o 'homem novo', mas não tínhamos muito claro o que questionar a nível do nosso cotidiano e vida pessoal. (...) No Brasil, a nossa prática política obrigava a um questionamento diário, mas a relação com as outras mulheres era bastante mesquinha. Quando eu digo que não gostava de mulher é porque achava que mulher só era legal, só era gente, se fizesse política. Tínhamos que nos afirmar como ser humano sendo igual aos companheiros sem considerar as contradições que vivíamos, porque a nossa libertação passava por essas atividades políticas, mas não metíamos o dedo na nossa opressão. Então, quando havia uma crise na relação com o cara que a gente vivia, isso não tinha absolutamente controle, nos sentíamos perdidas." (op.cit.:416-417)

Por terem vivido experiências semelhantes, grupos de mulheres norte-americanas e européias desencadearam verdadeiros processos de luta interna no seio das organizações de esquerda em que militavam, chegando mesmo a provocar graves crises políticas ou cisões nas mesmas (Goldberg, 1982a). No Brasil, é certo que o silêncio e o consentimento das militantes pode ser, ao menos em parte, explicado pela inconsciência e/ou pelas conseqüências do processo de socialização diferenciada segundo o sexo, diante das durezas da clandestinidade numa ditadura.

Entretanto, o que me parece importante ressaltar de tudo que emerge desses depoimentos é que esse silêncio e esse consentimento, principalmente da parte daquelas mulheres que divergiam politicamente, que percebiam claramente a assimetria entre os sexos e se sentiam discriminadas e oprimidas dentro de

suas organizações, tiveram uma importância histórica não negligenciável, uma vez que permitiram a afirmação de determinadas opções estratégicas que imprimiram feições e impuseram rumos a esses grupamentos.

Esse é um ponto que me parece de fundamental importância enfatizar. Os trabalhos que começam a ser publicados fazendo narrativas sobre a atuação da "vanguarda armada" nesse período⁴ não levam em conta a existência de diferenças sexuais entre os militantes e não consideram as implicações desse fator nem do tipo de relação que se teorizou, praticou e viveu. Num desses trabalhos, talvez o de maior sensibilidade para certos questionamentos, Polari (1982) faz alguns relatos e constatações interessantes, sem no entanto aprofundar a análise até chegar ao "como" e ao "porque" de tais ocorrências:

"O ambiente era demasiadamente épico para se pretender uma defesa - de resto sempre condenável pelos valores da época - 'do individual'. Acha que apenas balbuciei meio sem convicção umas críticas às resoluções do Comitê, não sem antes concordar com o 'espírito' ou a 'essência' das propostas. (N.da A.: tratava-se de uma resolução que proibia terminantemente os contatos pessoais entre os militantes, a não ser que pertencessem à mesma base ou tivessem tarefas em comum). Só mais tarde compreendi que essas omissões relativas correspondiam para nós - militantes mirins - ao mesmo pendor para o silêncio e à unanimidade burra que tinha proporcionado o assassinato dos melhores bolcheviques." (op.cit.:95)

"(...) Eu e Monica namorávamos ausentes de tudo que não a luz. Achava-a particularmente bonita e tinha orgulho disso. Só depois, na clandestinidade, é que a solução foi ir progressivamente nos enfeando ao mesmo tempo em que fazíamos disso um 'valor proletário' qualquer que esgrimíamos contra desvios esteticistas, narcisistas e exibicionistas. Quanto mais a morte chegou perto, farejou, espreitou, foi mais fácil essa postura típica do pior cristianismo. Essa era uma das síndromes de militância mais usuais. Toda uma geração pretendeu se tornar mais feia para assim se identificar com aqueles miseráveis em nome dos quais lutávamos." (op.cit.:99)

"Do desfrute da natureza, do medo de se entregar às alegrias mais simples ao medo de se entregar às pessoas, aos amigos, o caminho era curto. A época das grandes relações humanas começava também a declinar. Preparar-se para a morte era uma tarefa essencialmente solitária de desprendimento total. Quanto menos vínculos, melhor. A intensidade, qualquer que fosse, passou a ser nossa inimiga. Apesar dos conselhos de endurecer sem perder a ternura, quase perdemos toda ternura, sem sequer endurecer.

Um dia, no sítio, limpando meu revólver, comendo uma geléia de amoras em frente ao samovar, eu pensei nessas coisas. Deu vontade de ser feliz. Não a promessa

⁴A respeito da "vanguarda armada" brasileira no início dos anos 70, ver os livros de Gabeira (1979), Sirkis (1981), Polari (1982), Daniel (1983), Guarany (1984).

de uma felicidade de classe que sequer era a minha, mas uma outra aqui e agora." (op.cit.:106)

"(...) o trabalho político cada vez mais era feito sem qualquer preocupação de questionar valores morais ou de procurar integrar a esfera do político nas outras esferas do pessoal, do humano, das quais nunca deveria ter sido separada. (...) A nossa época fez da cara dura, do semblante sério, do corpo contraído, valores ideológicos, emblemas de combatividade; com isso apenas escondíamos a nossa infelicidade, fruto de uma prática social que não trazia prazer nem para aqueles que seriam os presumíveis destinatários dessa prática, nem para nós mesmos, seus executores onipotentes." (op.cit.:157-158)

Concomitante à resistência armada, encontramos no início dos anos 70 outra forma fragmentada de protesto radical adotada por setores das camadas médias urbanas intelectualizadas: aquilo que foi comumente designado com o "desbunde".

"Ainda que a contragosto, a cruel ditadura militar brasileira dos anos 70 imprimiu um impulso peculiar em certas áreas da vida nacional. A urgência de uma modernização em ambiente avesso à prática política democrática talvez tenha favorecido, entre os jovens, o surgimento de movimentos de liberalização quase sempre desalinhados com orientações ideológicas precisas. (...) Daí porque uma das palavras-chaves do período foi "desbunde" ou "desbum". Alguém desbundava justamente quando mandava às favas - freqüentemente com aparência de irresponsabilidade - os compromissos com a direita e a esquerda militarizadas da época, para mergulhar numa liberação individual, baseada na solidariedade não partidária, e quase sempre associada seja ao consumo de drogas, seja à homossexualidade (então recatadamente denominada 'androginia')." (Trevisan, 1986:166)

Alguns autores já se dedicaram a estudar esse processo que foi vivido por muitos jovens de uma geração nova, criativa e sem projeto social⁵. Vários

⁵Para Martins (1979), os valores, práticas e comportamentos vividos como "contracultura" se transformaram, na verdade, no anteprojeto de liberação que expressa a "alienação" da "geração AI-5" produzida pelo autoritarismo, o qual se tornou, por sua vez, instrumento de alienação. Uma outra visão dessa geração "desbundada", onde se analisa o fenômeno da "politização do cotidiano", é encontrada em Yelho (1975), Buarque de Hollanda e Gonçalves (Anos 70, vol.2) e Pereira (1981). Em resposta ao artigo de Martins, Costa (1984) defende a idéia segundo à qual "as condutas sociais da Geração AI-5 não exprimem apenas os desacertos dos que pretendiam dizer não à opressão e findaram por tornar-se cúmplices inconscientes do que pensaram combater. Estas condutas, reprodutoras do autoritarismo, representam principalmente a conversão da família burguesa às ideologias do bem-estar do corpo, do sexo e do psiquismo, típicas das sociedades de consumo. O indivíduo da droga, da psicanálise e do discurso desarticulado é o indivíduo que foi arrastado de sopetão para a órbita da 'modernização' dos costumes, imposta ao país pela concentração de renda e pela política de industrialização de bens de consumo supérfluos. (...) Mas, a ideologia do consumo não é necessariamente gestada sob o tacão de botas, metralhadoras, torturas, paralisação de atividades sindicais, fechamento de congresso, corrupção, burocrático-policial, etc. Ela pode desenvolver-se sob a bandeira do liberalismo e do respeito dos direitos do homem, como na Europa e na América do Norte." (op.cit.:139)

representantes da chamada "geração AI-5" (Martins, 1979), que saíram da adolescência em 1968, se suicidaram ao longo da nova década, o que nos dá a dimensão da dramaticidade contida na ideologia da "curtição" e do "barato", no "estar numa boa" e na aparente descontração dos "prafrentex".

Um dos trabalhos mais ricos e elucidativos a respeito desse período é o estudo de Pereira (1981) sobre a poesia marginal nos anos 70. Assim se exprime esse autor, com relação ao "desbunde".

"(...) esta talvez seja uma das características da vida cultural brasileira dos anos 70; se, na década anterior, discutia-se grandes questões e com uma movimentação proporcional ao tamanho das questões (...), o mesmo não parece ocorrer na década atual. Estaríamos aqui mais próximos de algo que talvez pudesse ser definido com um processo de 'politização do cotidiano' - as questões são levantadas e encaminhadas, preferencialmente, enquanto interferências no cotidiano das pessoas.

(...) algumas certezas fundamentais apoiadas no discurso crítico tradicional de esquerda cedem lugar às incertezas do desbunde. Cada vez com maior vigor, a cena cultural é tomada pelas idéias da contracultura.

(...) o Brasil, ou melhor, a cultura brasileira vive essa experiência - de incorporação dos valores da chamada contracultura - de modo bastante particular. Neste caso, a penetração destas idéias coincide com um período de intenso fechamento político, durante o qual o discurso tradicional de esquerda sofre forte repressão, o que vem se acrescentar às dificuldades que este mesmo pensamento de esquerda já vinha enfrentando em função dos profundos questionamentos que a falência do populismo e do desenvolvimentismo (...) havia provocado.

(...) Exatamente, um dos traços que caracterizam a poesia marginal é a sua capacidade de aglutinar, de interligar profundamente aquilo que poderíamos chamar (talvez de modo um pouco esquemático) de duas gerações intelectuais - isto é, grupos com vivências particulares e onde o fator idade não tem, de modo algum, um valor absoluto: de um lado, pessoas que não apenas viveram intensamente os anos 60 (especialmente o seu começo), mas já que produziam poesia neste momento (...); de outro um grupo que ingressa de modo mais sistemático no mundo da produção cultural, seja em termos de entrada em instituições como universidades, etc., seja em termos de vivências culturais mais assistemáticas (...)" (op.cit.:33-34)

No universo do "desbunde", o mergulho na subjetividade era condição de sobrevivência (literalmente falando, inclusive), e verifica-se o importante papel desempenhado pelos tóxicos (G.Velho, 1975) e pela psicanálise. Essa foi a época das viagens de auto-conhecimento das *ego trips* onde a percepção dos fatos sociais e a apreensão da realidade passavam primordialmente pela experiência individual, o *vécu*. Passou-se a valorizar aí a noção de "indivíduo" e a desvincular os processos de liberação pessoal de qualquer transformação social. No dizer de

Figueira (1981), a psicanálise no Brasil coexistiu com a possibilidade de participação política dos anos 60 que floresceu com o fechamento político dos anos 70. Se, durante a década de 60 ela havia sido para alguns setores intelectualizados um instrumento de libertação com respeito a preconceitos "burgueses" e valores "pequeno-burgueses", nascidos e produzidos dentro da instituição familiar, que dificultavam o engajamento político (a "transgressão" por excelência na época), no período que ora analisamos a psicanálise parece ter adquirido novos significados.

"Especificando um pouco, centenas de pessoas que durante a década de 60 estiveram de algum modo ligadas à prática política, quando o real não psíquico foi se tornando cada dia mais insuportável, optaram por trocar de investimentos e pode-se assistir aos vários pequenos episódios de uma grande conversão (grifado pelo autor). (...)

Quando o livro de Maud Mannoni (O Psiquiatra, seu 'Louco' e a Psicanálise, publicado no Brasil em 1971) começou a circular - restritamente é verdade mas com tanta euforia, e provavelmente mais entre pacientes reais ou potenciais que entre terapeutas - o momento, ao menos para essas mãos que o faziam circular, já era outro: a necessidade de legitimar a psicanálise como prática libertária. Libertária na hora do desejo, na busca da verdade de si mesmo ou, no linguajar da época entrar em contato consigo mesmo, assumir-se tal como se é realmente, discriminar-se, libertar-se de preconceitos e complexos que se interpunham no caminho da fruição." (op.cit.:42-43)

Para os protagonistas dessa "conversão" e para aqueles jovens da "geração A1-5", a idéia da politização do cotidiano vinha acompanhada do hedonismo, da ludicidade, da forte erotização de todas as relações; era o "eu (=meu corpo), aqui e agora", sem compromisso algum com participação militante ou projetos holistas para um futuro hipotético.

Embora a experiência do "desbunde" tenha sido bastante semelhante para ambos os sexos, nas suas motivações e escolhas, há indícios de uma percepção específica do processo por parte das mulheres, ainda não explorada por nenhum estudo sobre o período.

"Fiz vestibular em 1972, num período em que o país estava no auge dos anos negros da repressão e, ao mesmo tempo, vivendo um enorme desbunde: drogas, movimento *hippie*, *shows* no João Caetano, *happenings*. Tinha sido uma adolescência muito careta, montava a cavalo na Hípica, tinha um noivo, usava aliança no dedo e tudo. Mas nos últimos anos do colégio comecei a virar ligeiramente de esquerda; o

ambiente era progressista e eu tive bons professores de História, decidindo inclusive seguir essa carreira, prestar exame vestibular para a PUC. Mas aí, já no último ano do Clássico, minha turma tinha virado um caos: fumei maconha pela primeira vez, tinha ganhado um carro e bati com ele, frequentava eventos por no-eróticos, comecei a fazer análise. Foi um período de grande turbulência e aos 18 anos eu me sentia exterior ao grupo do desbunde, porque todas as moças davam e eu era virgem, vista como diferente, estigmatizada." (entrevista 8)

"Voltei ao Brasil em 1971, com 25 anos, um diploma da França e separada de meu marido. Foi um horror no início, parecia que a minha cabeça ia-se estreitando, com toda aquela falta de informação e repressão. Foi o início do meu desbunde; entrei numa viagem pessoal à procura de uma liberdade que, na época, se identificava com a liberdade sexual. Queimava-se fumo, tomava-se ácido, ia-se à praia, namorava-se muito; essa era a *ego trip* dos meus amigos que não podiam atuar politicamente. A psicanálise também foi consequência desse momento: eu me fazia perguntas sobre a minha identidade, queria viver a minha vida, encontrar o meu eixo. Não me havia interessado pela Betty Friedan; achava meio burra essa coisa de querer ser igual ao homem, mas gostava da idéia de essência feminina da Germaine Greer, eu queria estar no mundo e me realizar como mulher.

Acho que as relações entre os sexos se equilibraram naquela transa de drogas. Tudo mexia com a sensibilidade, a dos homens também, e eles passaram a respeitar mais o feminino, a valorizar o amor, sobretudo os caras mais jovens. Também entre as mulheres as relações iam mudando, passou a haver menos concorrência pelos homens e mais cumplicidade, embora ninguém conversasse sobre o ser mulher propriamente dito. Naquela barra pesada não havia nenhum espaço para questionamentos de tipo feminista. No entanto, os modelos mais idealizados eram o casal John Lennon e Yoko, e também a Rita Lee, considerada uma mulher incrível, corajosa, roqueira no meio dos homens, que tão bem conciliava a criação artística e a vida amorosa. Foi aí que comecei a transar com um cara cheio de vida, de idéias, de cabeça feita nas drogas e no *rock*, mais jovem que eu e menos machista do que os homens que eu conhecia, acreditando na minha capacidade enquanto pessoa e não me transando só como objeto sexual." (entrevista 4)

Consta, por outro lado, que poucas mulheres foram "produtoras de cultura" naquele universo da poesia marginal, das artes plásticas e do *rock* da primeira metade dos anos 70. Como na resistência armada, elas se mantiveram à sombra e silenciosas. Mas talvez muito mais "na delas", experimentando o "novo"⁶

⁶Em 26 Poetas Hoje (Buarque de Hollanda, 1976), coletânea de poesia marginal dos anos 70, figuram apenas 5 mulheres.

3. Brasileiras em exílio, o feminismo internacional e a intelligentsia nacional

A saída do Brasil e o exílio em certos países constituiu a opção de setores da intelectualidade de esquerda brasileira logo depois do golpe militar de 1964 e, posteriormente, nos anos que se seguiram ao AI-5. Estou utilizando a palavra exílio num sentido amplo, para designar várias situações de saída do Brasil como consequência direta ou indireta do processo político: a) exílios acarretados por perseguição, pressões políticas, detenção de familiares e/ou de amigos próximos; b) banimentos de prisioneiros políticos libertados em troca da vida de diplomatas estrangeiros sequestrados; c) auto-exílios camuflados às vezes em cursos de graduação, pós-graduação, especialização ou simplesmente assumidos como "viagens de desbunde".

Tão diversas quanto as situações de saída do país são as memórias desses exílios já parcialmente exploradas em alguns relatos e estudos específicos e em algumas obras auto-biográficas e/ou de ficção⁷. É importante frisar que a vivência do exílio por parte das mulheres foi bastante distinta da dos homens, sobretudo naqueles exílios de conotação mais militantes. Busquei captar essa vivência em três grandes períodos: 1º) após o golpe de 1964; 2º) após o AI-5; 3º) após o golpe militar de 1973 no Chile.

1º) Após o golpe de 1964

Entre 1964 e 1968 a saída do Brasil por motivo de perseguição, pressões políticas, ou simplesmente por medo e precaução se deu com destino a alguns países latino-americanos - Uruguai, Chile, México, Argentina - tomando também

⁷A experiência do exílio está contida nos livros de Gabeira, Sirkis, Daniel e Guarany, autores já citados acima (cf. nota 4). A vivência específica das mulheres brasileiras no exílio é objeto do livro organizado por Oliveira Costa et alii (1980), e dos artigos de Rocha Lima (1984) e Cunha-Neves (1984).

o rumo da Argélia, da França, da Bélgica, da Alemanha, da Suíça, da Itália, da União Soviética, da Polônia, dos EE.UU. Nessa primeira vaga de saída do Brasil, a maior parte das mulheres que deixaram o país fê-lo para acompanhar seus companheiros. Muitas, de bom grado, puderam enfrentar as novas dificuldades da "profissão" de esposa em terra estrangeira, sem que isso criasse maiores conflitos; no entanto, algumas delas, "transgressoras" naqueles anos 60 viveram essa saída com contradições, caracterizando-a mais tarde como um retrocesso, uma perda de identidade:

"Engraçado, você sabe que no exílio nunca, salvo assim amigas muito próximas, gente que percebia a minha sombra num canto mesmo nos momentos que eu estava sendo mais útil, nunca perguntou o que eu tinha feito no Brasil, porque o dado de referência era o marido. (...) Realmente no exílio é que eu descobri porque enquanto no Brasil eu tinha um nome, que quando peço a você que não ponha o meu nome não é só por não querer mais confusão nenhuma, nenhuma nunca mais na vida, mais é porque eu não sou mais, eu não sou mais, eu tenho mais um nome, tenho que me refazer um nome, o que estou tentando agora é me refazer um nome, mesmo que seja ligado ao meu marido; mas que eu volte a existir... que possa dizer às pessoas, enfim, nas chatíssimas reuniões em que só se fala em dados estatísticos, em que você tem que ter todos os livros de estatística do mundo na cabeça pra ser considerada inteligente, que me perguntem, enfim, sobre as coisas que estou fazendo, que saibam que estou fazendo coisas, que estou realizando, que estou produzindo.

(...) Tenho a impressão de que na esquerda há também um fenômeno que me parece que não é nem de esquerda nem de direita, é um fenômeno social muito mais complexo; é que a mulher é uma sombra (...) do companheiro." (depoimento de Maricota da Silva, em Oliveira Costa et alii, 1980:40-41)

"Em 64 saí para o Uruguai. Realmente fui porque casei. Ele tinha ido na frente e nós casamos por procuração. (...) Eu era militante, mas não tinha necessidade de fugir, e naquele momento acho que nenhum de nós tinha, a não ser as pessoas realmente famosas e conhecidas da política nacional.

(...) esse exílio foi uma carga total! Ao sair, criei uma ruptura em relação à minha família, em relação à minha cidade, ao ambiente em que vivia. E deixei de estudar no momento em que estava entrando na universidade...

(...) O casamento significou uma série de renúncias, de coisas que eu não precisaria fazer se não estivesse casada com essa pessoa. E coisas que tinha que fazer pelo fato de estar casada com essa pessoa. E outras tantas coisas que não podia fazer pela minha formação. (...) As coisas estavam colocadas de tal maneira que ele continuava a ser um militante político, ia a reuniões, falava, discutia, e eu era a mulher dele. (...) De repente vou viver numa casa relegada à categoria não só de não militante, mas de dona de casa, mulher do cara que faz a política." (depoimento de Sandra, em Oliveira Costa et alii, 1980:271-272)

29) Após o AI-5

Entre 1969 e 1973, a saída do Brasil por motivo de perseguição, pressões

políticas, medo e precaução, teve como destino privilegiado o Chile, sobretudo no período que se seguiu à vitória eleitoral da Unidade Popular. A experiência socialista do governo Allende atraiu, por um lado, os brasileiros de "alto nível ideológico" (aqueles que queriam participar na construção desse socialismo, e aqueles que desejavam continuar preparando clandestinamente a luta armada no Brasil, mas com base num país próximo e em condições menos arriscadas) e, por outro lado, aqueles que, a meio caminho entre a resistência armada e o "desbunde", não tinham recursos para se instalar nos países europeus.

Além dos EE.UU., alguns países europeus (França, Itália, Inglaterra e outros) foram escolhidos nesse período por um grande número de "desbundados", cujos recursos familiares lhes permitiam instalar-se no velho continente. Nesses países, eles passaram a fazer parte de uma imensa e complexa colônia brasileira, onde conviviam com exilados do pós-64 (entre os quais havia vários intelectuais conhecidos e de grande peso político na organização das campanhas de denúncia dos crimes da ditadura brasileira e de solidariedade com as vítimas da repressão) e com militantes clandestinos que desenvolviam "missões políticas" e/ou "tarefas de infra-estrutura" (entre os quais figuravam os "heróis" trocados por diplomatas estrangeiros e banidos do território brasileiro, cujos países de residência oficial eram Cuba, Argélia e o próprio Chile).

As vivências femininas dessa segunda vaga de exílio foram se diversificando bastante, na relação direta da complexidade e da dimensão da "colônia" existente no estrangeiro.

No Chile, no meio das tradicionais seguidoras de seus companheiros, já havia algumas ex-prisioneiras políticas e algumas militantes das organizações armadas que, apesar de estarem aparentemente em pé de igualdade com os homens e manifestarem um certo desprezo pelas demais mulheres, começaram a se defrontar justamente com a questão de sua "identidade de gênero".

"Meu companheiro teve que sair, e eu fiquei de seguí-lo pouco depois. Vivi uma verdadeira contradição porque, como todos os companheiros do grupo, eu era um ser apenas político, a minha vida era a revolução e a questão afetiva ficava para segundo plano. Comecei a questionar a minha saída e todos os outros acabaram por achar que era fundamental que eu ficasse. Meu companheiro argumentava que era justo eu sair, que também eu tinha problemas de segurança, que ele não tinha deixado o país por uma decisão individual, que deveríamos levar em conta também o aspecto afetivo. E então fui, não sem antes criar toda uma racionalização à volta do problema: você no exterior tem um papel a cumprir, tem trabalhos importantes a fazer.

No Brasil eu dedicava 24 horas por dia ao trabalho político. De repente chego ao exterior e me pergunto: o que é que eu vou fazer?

Antes de eu sair do Brasil a organização era a minha grande família. Depois que você faz uma opção política como a que eu fiz, dificilmente vê os seus antigos amigos, mesmo o contato com a sua família é esparso. Na situação de clandestinidade, o meu mundo afetivo eram os meus outros companheiros. A organização passava a ser a família alargada, substituindo os amigos, os irmãos, a própria mãe. Na medida em que tive que sair perdi também este mundo afetivo, e foi duro.

(...) A crise de identidade que acabo vivendo no Chile vejo como um problema da minha geração: não fui só eu que vivi aquela situação. Com a geração de 64 é diferente porque eles, na sua grande maioria, já tinham uma profissão definida ou já estavam mesmo exercendo suas profissões quando foram atingidos pela repressão. Conosco, não. Chegamos ao exílio sem poder continuar no mesmo nível o trabalho político que fazíamos internamente e sem ter uma profissão que nos integrasse na nova sociedade.

(...) Meu companheiro pôde aprofundar cada vez mais o seu trabalho, seguir o que estava fazendo, enquanto ia amadurecendo uma série de coisas pra ele mesmo. Eu me sentia cada vez mais fora, sem uma função onde me realizar, (...) me sentia como alguém que está começando do nada, sem base nem bagagem alguma." (depoimento de Maria Nakano, em Oliveira Costa et alii, 1980:314-316)

Entretanto, essa tomada de contato com uma problemática de identidade específica naquele período foi bastante individualizada, vivida como um momento de crise pessoal, ou "crise de geração", e as tentativas de resolução da crise foram evidentemente individuais: matrícula em alguma Universidade, procura de um emprego em algum órgão do Estado (razoavelmente fácil de conseguir a partir de contatos político-partidários), adesão a um dos grupos ou partidos políticos chilenos, com vistas à militância na causa da construção do socialismo. Muitas viram ruir seus casamentos e se juntaram a novos companheiros (o que determinou em certos casos a ruptura com a organização brasileira de origem e a adesão a outra); algumas chegaram até a buscar em surdina algum tipo de auxílio terapêutico, correndo o risco de ser mal vistas no ambiente militante.

A solidariedade entre mulheres brasileiras no Chile apareceu e se

consolidou no Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, que veio responder à demanda de uma enorme população de esposas e donas-de-casa, marginalizadas dentro da sociedade chilena (muitas mal podiam se expressar em espanhol) e da própria colônia brasileira, deslocadas entre os "heróis" e as "heroínas", "caretas" entre os "desbundados".

Criado por Zuleika Alembert, antiga militante comunista preocupada com a "questão da mulher" no socialismo, o Comitê surgiu a partir da visão marxista tradicional com relação a movimentos de massa: o movimento feminino deveria servir para "ganhar" mulheres inorganizadas para os objetivos estratégicos "gerais" da revolução e a execução das tarefas imediatas do partido.

Diversos grupos políticos brasileiros representados no exílio intervinham no Comitê organizando discussões políticas, sugerindo tarefas de apoio à revolução no Brasil e de solidariedade com os refugiados e suas famílias, servindo de intermediários no processo de integração das brasileiras no Chile. Uma das idéias vigentes naquele momento era a de que o aprendizado da construção do socialismo chileno, através da participação em todo tipo de atividades voluntárias, era essencial para a elevação do nível de consciência política e para um futuro retorno à pátria. As atividades do Comitê tinham o apoio até de organizações armadas para as quais o Chile era apenas uma base logística, um lugar de trânsito dos quadros mais visados pela repressão, que saiam clandestinamente do Brasil para treinamentos e outras missões, voltando mais tarde ao país. Para esses quadros, era conveniente e mais seguro ter suas companheiras instaladas no Chile, e, segundo alguns depoimentos de preferência ocupadas com as atividades do Comitê, enquanto eles estavam ausentes...

Já o exílio europeu apresentou algumas características distintas, abrindo a possibilidade, mesmo que para poucas e durante um curto espaço de tempo, de outro tipo de agrupamento de mulheres. A atriz Maria Lúcia Dahl, uma

das "musas" do "cinema novo" (um daqueles espaços da "transgressão" dos anos 60), exilada na Europa em função de seu companheiro, um militante clandestino foragido que "desbundou" e se tornou cineasta, assim se refere àquele período:

"Repressão no Brasil, exílio no exterior, drogas em Londres, reuniões políticas em Paris. Essas reuniões, acompanhadas por muita feijoada completa, estavam longe de ser uma festa. Paris não era uma festa. (...) Os brasileiros exilados viviam o compromisso culpado com uma revolução fracassada no Brasil. Os brasileiros de Londres viviam o compromisso com a marginália e as drogas. Ambos continuavam no Brasil. Não sabiam muito bem o que fazer com a liberdade em terra estrangeira.

Muita gente em Paris morreu nessa época: suicídios, desastres. Muita gente em Londres morreu também numa evolução do processo das drogas." (Dahl, 1983:135)

Muitas brasileiras viveram efetivamente em países europeus no início dos anos 70 sem sair do Brasil; muitas sequer perceberam a existência de um movimento de liberação das mulheres que se encontrava em pleno apogeu, na fase da proliferação dos grupos de consciência, das grandes passeatas e outras formas de mobilização em torno de questões ligadas ao corpo, à sexualidade, à opressão patriarcal dentro e fora da família, incluindo-se aí as organizações de esquerda.

Por razões que caberia talvez buscar nos meandros dos relatos autobiográficos de cada uma, algumas poucas se sensibilizaram por esse novo movimento e dele se aproximaram.

Danda Prado, ex-militante comunista, foi uma das mulheres brasileiras auto-exiladas que mais se empenhou, a partir daquele momento, na organização de um grupo de mulheres latino-americanas em Paris, de conotação feminista o que ela própria explica da seguinte maneira:

"Sempre, desde muito cedo, reagi individualmente às discriminações contra as mulheres, ao papel exclusivo de esposa e de dona de casa. Li O Segundo Sexo ainda solteira, pouco depois que o livro havia sido publicado na França, e em 1960 recebi a Simone de Beauvoir e o Sartre em São Paulo, na viagem que eles fizeram ao Brasil, a convite do Jorge Amado. (...)

Muitas mulheres dentro do PC já eram mulheres diferentes, especiais, se destacavam das outras e não levavam uma vida segundo moldes tradicionais, mas isso era uma atitude puramente individual; ninguém pensava em se organizar enquanto

mulher porque se acreditava que o socialismo resolveria os problemas de discriminação sexual. Lembro-me que Carmen da Silva me procurou em 1965 ou 1966, quando eu dirigia o departamento editorial da *Brasiliense*, com um projeto de revista de mulher, e a minha resposta foi que o assunto estava ultrapassado e que a questão da mulher se resolveria com a luta de classes. Eu já tinha me separado do meu marido naquela época, e pouco depois fui fazer um *Master* nos Estados Unidos. Isso foi em 1967, e logo me mobilizei pela campanha contra a guerra do Vietnã, nem ouvi falar de feminismo. Mas fui muito marcada pelo problema da mulher negra, porque estudava Psicologia e tive de dar atendimento a uma população feminina negra (...)

Voltei ao Brasil pouco depois do AI-5 mas a estadia lá não durou muito (...). Em 1970 vim para a França com a idéia de fazer um Doutorado e desenvolver uma tese sobre mulher, sobre as razões pelas quais, em iguais condições sociais e econômicas, os homens tinham uma situação diferente das mulheres. Procurando informações para o meu trabalho acadêmico, busquei entrar em contato com o MLF, através da Simone de Beauvoir. Ela me advertiu que eu não conseguiria me entender com elas, sendo eu de esquerda latino-americana e o movimento muito radical, mas me apresentou a Anne Zelenski, que tinha vivido em Cuba, e em cuja casa a Marisa morava. A Marisa eu não conhecia, só a tinha encontrado num vôo para Paris, mas nunca mais a tinha visto. A Anne ficou horrorizada porque eu só falava de revolução, de Fidel Castro, etc. Fui então pela primeira vez a uma reunião do MLF na *Mutualité* e lá peguei o endereço de um grupo de mulheres casadas que me pareceram mais próximas, onde havia inclusive uma martiniquenha. Entrei para o grupo e começamos a discutir a questão do trabalho doméstico. Aí a Marisa me pôs em contato com o grupo da Christine Delphy; achei-a louca e ela me achou débil mental porque eu nunca tinha ouvido falar em patriarcado, não entendia essa opressão e, além do mais, morria de medo daquelas militantes francesas ... (...)

Por conta da idéia da tese, resolvi convocar uma reunião com todas as brasileiras que pude localizar em Paris; muitas vieram a essa primeira reunião e não voltaram, com outras continuei a reunir. Aí, com algumas latino-americanas da faculdade surgiu a idéia de criar um grupo. Quando isso aconteceu houve brasileiras contrárias à idéia, que achavam que criar uma entidade era ir longe demais. Diga-se de passagem que meu companheiro na época e outro militante da YPR achavam boa a idéia, queriam canalizar o grupo para a YPR, mas eu fui contra.

As brasileiras tiveram de se enfrentar com seus companheiros por causa do grupo. Uma e outra vieram me dizer particularmente que não poderiam mais vir às reuniões porque tinham medo de ser responsáveis pela perda do apoio político que suas famílias recebiam. Nessa época a Frente dos Brasileiros no Exílio me convocou a uma reunião e nela me perguntaram em que esse negócio de mulher podia ajudar na luta contra a ditadura?." (entrevista 18)

Conta-se que as reuniões do Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, surgido em 1972, eram feitas numa sala do subsolo de um bar e que, enquanto as mulheres discutiam, seus maridos, companheiros e namorados ficavam circulando entre o andar superior e o banheiro (freqüentemente instalado no subsolo dos bares parisienses), para ouvir o que se dizia, dedicando particular atenção às intervenções inflamadas da atriz Norma Benguel. Dentre esses homens havia vários membros e dirigentes da Frente de Brasileiros no Exílio, e esta reagiu ameaçando retirar o apoio às famílias cujas mulheres

continuassem participando daquelas reuniões. Como a perda desse apoio político podia significar em alguns casos a perda de ajuda financeira, de emprego, etc., todos os homens começaram a pressionar suas companheiras para que se afastassem do Grupo. Tiveram êxito, como se constatou pela debandada das brasileiras, ajudados pela ambigüidade que elas próprias tinham, o temor de que tais reuniões "apolíticas" se transformassem numa espécie de terapia grupal e de que a assunção do feminismo provocasse o abandono da luta de classes. (Fonte: depoimentos registrados no encontro Assim se Passaram 10 Anos, São Paulo, USP, 2-6 de dezembro de 1985).

Mas mesmo aquelas que se desligaram do Grupo tiveram a oportunidade de vivenciar naquelas reuniões algo que as marcaria profundamente, e que o depoimento que se segue expressa com muita força:

"Pra mim uma experiência muito importante no exílio, certamente eu não teria vivido no Brasil, foi o grupo de mulheres da América Latina, organizado por Danda Prado.

Nós nos reuníamos uma vez por semana, o grupo cada vez foi aumentando mais, eu francamente acho que no fim, sei lá, devia haver 100 mulheres presentes. Era um grupo completamente apolítico. Cada dia havia um tema, e sobre esse tema você falava ou não falava. Eu pessoalmente levei meses pra falar alguma coisa, mas ficava profundamente comovida quando via certas mulheres falando; não que o meu problema pessoal, que o meu conjunto de problemas se identificasse ao problema delas, ou dela, mas porque ela ousava, ela estava se despedaçando em público pra começar a viver de uma outra forma, pra começar a ousar de uma outra forma, falar sobre si mesma, coisas que certamente ela nunca tinha tido oportunidade antes e principalmente diante de um público.

(...) era lindíssimo você ver então pessoas que nunca na vida tinham falado em público, nunca tinham dado uma aula, nunca tinham realmente se manifestado como seres humanos e que de repente começavam a falar. (...) Havia temas que me interessavam mais, temas que me interessavam menos, mas o que interessava fundamentalmente era ver como nós éramos parecidas; era a gente ver como a nossa dor, enfim como a nossa... como o nosso inconsciente tinha sido forjado da mesma maneira. Idades inteiramente disparatadas, formações inteiramente disparatadas e aquele negócio era sagrado, aquela hora era uma vez por semana... eu acho que se fosse toda a noite haveria gente toda noite porque o importante era aquele encontro. (...) Acabou, eu tenho a impressão de que talvez tenha continuado de outras formas. Num certo momento eu fiquei doente, deixei de frequentar um período e quando voltei tive a impressão de que houve alguma coisa que eu não saberia dizer... enfim, se mal-entendidos ou qualquer coisa de muito imponderável aconteceu e o grupo desfez-se, mas eu considero, pra mim, essa experiência uma das coisas mais bonitas que eu já vivi." (depoimento de Maricota da Silva, em Oliveira Costa et alii, 1980:38-39)

Uma das atividades que animou o Grupo Latino-Americano de Mulheres foi a divulgação das idéias dos novos movimentos de liberação, o que se fazia através de uma rede de correspondentes que foi sendo montada em vários países, inclusive no Brasil. Este trabalho se consolidou com o aparecimento do boletim *Nosotras*, bilingüe, com artigos em português e espanhol, cujo primeiro número é dotada de janeiro de 1974. Algumas brasileiras, entre as quais Danda Prado, Mariza Figueiredo e Clélia Piza figuravam entre as responsáveis pelo boletim, que continuou sendo publicado após o desaparecimento do Grupo, chegando a completar dois anos de existência em 1976.

Segundo Danda Prado, o maior número de assinantes de *Nosotras* era do Brasil, graças à divulgação que fazia Mariza em suas viagens ao país, e a uma prima sua de São Paulo, que se dispunha a receber um pacote de boletins e fazer a sua distribuição pelo correio nacional. Isso diminuía consideravelmente os custos de envio e, sobretudo, os riscos de extravio, já que naquela época toda a correspondência, especialmente aquela proveniente do estrangeiro era passível de censura. Dessa forma, em 1975, muitas mulheres brasileiras liam *Nosotras*, que circulava de mão em mão, após ter sido recebido pelas assinantes, entre as quais figuravam pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas.

Mas além das assinantes e correspondentes no Brasil, algumas brasileiras espalhadas pelo mundo foram contatadas por Danda Prado:

"O fato de ser filha de Caio Prado, um intelectual respeitado pela intelectualidade de esquerda, me dava legitimidade em vários meios. Quando resolvemos fazer o *Nosotras*, peguei listas de nomes de mulheres em outros países, escrevi para todas, cheguei a viajar para Londres. Lá, aliás, um dos maridos das mulheres que convidei para uma reunião se deitou na porta da casa e disse que ela só iria se passasse por cima do cadáver dele... Apesar dessas resistências, pude manter uma grande correspondência com algumas mulheres a partir daquele momento." (entrevista 18)

Num âmbito mais restrito, um pequeno número de brasileiras que se encontrava em Berkeley, nos Estados Unidos, no início dos anos 70, foi também

contagiado pelo novo movimento de liberação das mulheres e chegou a formar um pequeno grupo de consciência conforme relata Branca Moreira Alves:

"Mon mari, ayant dû partir aux Etats-Unis pour terminer une maîtrise, (...) je l'avais suivi. Le Féminisme existait déjà mais je n'en avais pas d'autre image que celle donnée par les journaux, le côté 'sensation' comme, par exemple, brûler ses soutien-gorges. Je n'avais jamais réfléchi sérieusement au mouvement. Jusqu'au jour où - peu de temps avant notre retour au Brésil - j'ai reçu une lettre d'une amie, Danda Prado, me demandant ce que je pensais du féminisme. Ce fut très bizarre parce que, tout à coup, en lisant cette lettre, je m'en souviens, j'ai réalisé qu'en effet je n'avais jamais réfléchi à la question... c'était absurde puisque j'étais femme de n'avoir jamais pris la peine d'y penser... pour la première fois de ma vie j'ai compris que j'étais une femme et senti en même temps un immense plaisir. C'était comme si, enfin, je découvrais ma mission: qu'est-ce que j'ai à tant chercher quoi faire dans la vie, puisque je suis une femme c'est cela que je vais faire, à cela que je vais me consacrer: être une femme et travailler pour les femmes. Je découvrais que c'était bon d'être une femme. J'avais toujours pensé le contraire, que mieux valait être un homme. (...) Et j'ai aussitôt répondu à cette amie, longuement, en lui parlant de mes rapports avec mon mari, des choses de ma vie, que déjà je plaçais dans cette optique: je suis une femme...

Notre correspondance a continué et c'est à partir de là que j'ai contacté des amies brésiliennes qui étaient comme moi aux Etats-Unis avec leurs maris, pour former un groupe de travail uniquement entre femmes. Nous avions déjà un groupe de travail d'étudiants brésiliens, mais nous y venions en couples et les hommes parlaient beaucoup plus que les femmes. Beaucoup parmi nous avaient la charge du ménage, ou des enfants. Les hommes qui avaient tout leur temps pour lire, se cultiver, étaient évidemment plus articulés. Celles d'entre nous qui faisaient des études et avaient donc un peu plus d'assurance prenaient parfois la parole dans ces réunions de travail, mais les autres ne bronchaient pas. Je me souviens d'une fille dont je n'avais jamais entendu la voix; dès la première réunion que nous avons eue entre nous elle a commencé. Son mari, son frère, le problème de la masturbation, tout y est passé. (...) Nous avons découvert que les plus silencieuses, celles qui étaient muettes, n'étaient muettes que parce que leurs maris étaient près d'elles... et qu'elles avaient énormément à dire. Que celles qui ne faisaient pas d'études, ce n'était pas par manque d'intérêt mais seulement à cause des circonstances de leur vie. Ce fut si merveilleux, si positif, ce premier groupe (...) que dès mon retour au Brésil j'ai formé un groupe avec des femmes de tous âges, de la génération de ma mère et de la mienne, un groupe de réflexion." (depoimento de Branca M. ALVES, em Lapouge: Piza, 1977:40-43).

Branca Moreira Alves, como veremos no capítulo seguinte, foi fundadora do primeiro grupo "neo-feminista" brasileiro, que surgiu no Rio de Janeiro em 1973. Consta, embora eu não tenha reunido maiores precisões a respeito, que algumas de suas companheiras do grupo de Berkeley participaram de um grupo de mulheres em São Paulo, em 1974, que começou a ler e discutir o livro de Germaine Greer, A Mulher Eunuco. Esse grupo teria posteriormente cindido entre aquelas que queriam fazer um trabalho de reflexão (grupo de consciência),

chamado pelas outras de "terapia", e aquelas que desejavam um "programa de ação".

Outras brasileiras estiveram nos Estados Unidos no início dos anos 70, e, mesmo sem ter participado diretamente do movimento de liberação ou formado grupos, "descobriram" o feminismo, aderindo intelectualmente a uma ou outra tendência do mesmo, e criaram formas de divulgação deles no Brasil. Isso se deu através do envio de cartas e artigos aos jornais da imprensa alternativa, da difusão de documentos e publicações importantes e, no caso de algumas intelectuais que estavam desenvolvendo carreira acadêmica, na promoção do tema "mulher" como objeto de estudo, conforme veremos mais adiante.

3º) Após o golpe militar no Chile

Com a queda do governo de Salvador Allende e o estabelecimento de um regime militar no Chile, observa-se o fenômeno do êxodo desse país de asilo de toda a colônia brasileira e latino-americana em geral que lá se encontrava, cujos exilados tiveram de se disseminar por vários países do mundo - Canadá, França, Bélgica, Suíça, Suécia, Dinamarca, Alemanha, Portugal, Moçambique, Guiné Bissau - nos anos que se seguiram.

Os homens latino-americanos que chegavam aos novos países de exílio, principalmente naqueles mais avançados, beneficiavam da imagem valorizada dos "guerrilheiros" que haviam combatido pela libertação de seus países e pela democracia; o mito do herói revolucionário facilitava a inserção e minorava o sentimento de perda de identidade. Dessa forma, embora muitos tenham continuado a ser sustentados por grupos e partidos políticos de orientação semelhante à de suas organizações de origem, vários, graças ao passado militante, puderam conseguir bolsas de estudo ou empregos mais qualificados (Cunha-Neves, 1982:111).

Entretanto, no caso das mulheres, esse segundo exílio se transformou na vivência agravada de todos os problemas que já haviam pesado sobre o primeiro - dificuldades de inserção social e sentimento de perda de identidade e de regressão - uma vez que na maioria dos novos países de exílio o estatuto do exilado político se assimilava ao do imigrante de baixa extração social e baixo nível cultural. Como o passado político delas inexestia ou era considerado sem importância com relação ao dos homens, e sendo o custo de vida nesses países muito elevado, as exiladas se viram compelidas a procurar empregos pouco qualificados e desvalorizantes, para suprir as necessidades de sobrevivência do grupo familiar. Assim, várias diplomadas de curso superior se tornaram faxineiras, *baby-sitters*, secretárias, vendedoras e operárias.

O mergulho forçado numa realidade social onde não tinham privilégios de classe, onde não era possível ter empregada doméstica, e o contato com mulheres desconhecidas que se rebelavam e se mobilizavam coletivamente contra coisas que as brasileiras tendiam a encarar como "naturais" - a dupla jornada de trabalho, as assimetrias justificadas pelas diferenças de sexo dentro e fora do âmbito familiar (inclusive nas organizações da esquerda brasileira no exílio) foi muito importante para o processo de reconhecimento de uma identidade de gênero por parte de muitas brasileiras.

"Foi no meu novo país de exílio que tomei consciência mais clara da condição de inferioridade da mulher. Nunca pensava antes na minha situação como mulher, embora achasse importante integrar as outras mulheres na luta política, sobretudo as operárias. Não via então que nos organismos que definiam as linhas políticas, que tomavam as decisões, o número de mulheres era mínimo. Mesmo nós, que vínhamos da Universidade, tínhamos uma participação insignificante a este nível. Mas naquela época não me dava conta disso. Foi preciso tomar contato com os movimentos feministas de um país mais desenvolvido para que eu passasse a pensar nestes problemas. No princípio, achava que o movimento feminista era um negócio totalmente louco, que não tinha nada a ver com o processo real, que era um grupo de mulheres alienadas. A minha visão em relação a este movimento era extremamente crítica, pois achava que o importante era fazer o que fazíamos no Brasil: integrar as mulheres na política, dentro de uma perspectiva socialista. Mas quando começo a conhecer a luta feminista que se desenvolve em todos os países desenvolvidos, a ver que ela é realmente a expressão de uma situação de dominação e a tentativa de romper com isso, consigo compreender a sua razão de ser." (depoimento de Maria Nakano, em Oliveira Costa et alii, 1980:316-17).

Reuniram-se nesse terceiro período do exílio brasileiro vários tipos de mulher, de mais de uma geração, com trajetórias bastante diversificadas, que começaram a formar grupos só de brasileiras e/ou a se integrar nos movimentos de liberação dos países onde se encontravam. Após uma tentativa fracassada de criação de um grupo nos moldes do Comitê que havia existido no Chile, surgiu em Paris, em 1975, o Círculo de Mulheres Brasileiras. Dele falarei no capítulo seguinte, considerando que o seu aparecimento já se situa no momento em que a conjuntura em nosso país se transformava. Mas a sua importância não será devidamente avaliada, visto que a análise dos rumos que o feminismo tomou no Brasil a partir de 1979, com retorno das exiladas, extrapola a atual dimensão deste trabalho.

O feminismo internacional e a inteligentisa nacional

Paulatinamente, o debate suscitado pelos movimentos de liberação das mulheres em outros países foi furando barreiras e abrindo espaços no Brasil, provocando as reações da inteligentisa nacional. Isso se deu basicamente através do semanário Opinião, fundado em 1972, que foi até 1975, apesar da censura constante de que era alvo, a mais importante tribuna da oposição no país e palco dos debates de idéias que agitaram os diversos setores da intelectualidade naquele período.

Assim, em janeiro de 1973, na seção "Opinião dos Leitores" foram publicadas as cartas da poetisa Rita Moreira e da cineasta Norma Bahia Pontes, ambas residentes em Nova York, onde trabalhavam numa emissora de televisão produzindo reportagens e debates sobre o comportamento das minorias étnicas ou sociais. De férias no Rio de Janeiro, elas trouxeram pessoalmente suas cartas à redação do jornal. A de Rita Moreira é uma crítica acerba a um *cartoon* que havia sido produzido pela revista Veja no ano anterior, no qual Millor Fernandes mostrava as mulheres brasileiras suspensas por tóteres cujos fios de controle

estavam seguros pelas mãos de uma norte-americana.

"Millor Fernandes é nefasto porque encarna o patriarcalismo no que esse sistema tem de mais brutal. O que o humorista diz acontecer em sua anedota antifeminista (brasileiras títeres de americanos) nunca ocorreu aqui. No Brasil ocorreram, isto sim, alguns congressos femininos. (...) O que existe na América, e em outros centros desenvolvidos onde se permite a contradição é o feminismo, que não é congresso, mas movimento, com inúmeras facções e um ponto comum: a opressão da mulher. Para as mulheres que fazem parte do *'New Feminism'* e de outras facções mais recentes, Betty Friedan, ao lutar apenas pelos direitos civis da mulher é tão sistema quanto McGovern quis ser. O *'New Feminism'* e suas organizações defendem a liberação da mulher, no sentido mais amplo que isso pode ter: abolição de todos os tabus sexuais, abolição dos papéis sexuais impostos pelo sistema, abolição da família nuclear, abolição da responsabilidade exclusiva dos pais na educação dos filhos, abolição, enfim, do patriarcalismo." (Opinião 12, 22-29 de janeiro de 1973:22. Grifado pelo jornal).

Em complemento, à carta de Norma Bahia Pontes traz uma análise histórica da opressão da mulher, estabelecendo as diferenças entre o que ela identifica com as duas grandes facções do feminismo norte-americano, descrevendo os grupos de consciência e apresentando didaticamente o termo "patriarcalismo", até então ainda bastante ignorado no Brasil, com tal conotação:

"Embora atualmente, dentro do movimento feminista, permaneça a orientação de prosseguir na defesa dos direitos civis da mulher na atual sociedade em que vivemos, linha liderada pela *NOW* (*National Organization of Women*), fundada por Betty Friedan, espalhou-se a partir dos Estados Unidos e depois pelo mundo, principalmente na Europa Ocidental, uma nova linha no Movimento: a linha de liberação da mulher, que começou a partir de uma perspectiva bem peculiar: os chamados grupos de *'consciousness-raising'* (despertar da consciência). (...)

O patriarcalismo é uma ideologia surgida a partir da organização do controle da mulher pelo homem. O sistema patriarcal encara a mulher como objeto de uso e a explora em dois níveis: o da produção de trabalhos não remunerados (cuidados domésticos, criação e educação da prole) e o da reprodução que garante o fornecimento da mão-de-obra (os filhos). Essa exploração é reforçada pela instituição da família nuclear, origem da propriedade privada, mantida até nossos dias pelo sistema de heranças, de geração a geração. O patriarcalismo difundiu-se de tal modo que se tornou a ideologia do Estado dominante, oprimindo e controlando toda a sociedade." (Opinião 12, 22-29 de janeiro de 1973:22. Grifado pelo jornal).

No mês seguinte, na mesma seção, outras três cartas foram publicadas, sob o título geral "E o debate feminista prossegue". Uma delas era assinada por Branca Vianna (nome de casada de Branca Moreira Alves), que dava um pequeno depoimento sobre sua trajetória de mulher. (Opinião 17, 26 de fevereiro a 4 de

março de 1973:23).

Pouco tempo depois o semanário publicou um surpreendente artigo, sem assinatura, denominado "Em defesa do aborto", a respeito dos riscos da interrupção clandestina da gravidez, e, na mesma página, "Novas técnicas, mais seguras que o parto", igualmente anônimo, versando sobre o novo método de aborto por aspiração e suas vantagens. (Opinião 19, 12-19 de março de 1973:24).

E, para coroar essa série, o economista Paul Singer se manifestou, através de um artigo chamado "Caminhos brasileiros para o movimento feminista" que, embora não traga nenhuma menção às cartas de Rita Moreira e de Norma Bahia Pontes, claramente polemiza com suas autoras, utilizando até a acusação da origem burguesa e privilegiada, para propor uma definição alternativa do feminismo, que seria mais conveniente para o Brasil.

"Como não podia deixar de ser, o movimento feminista acabou repercutindo no Brasil. (...) É preciso porém não transplantar meramente a problemática feminista de países industrializados ao nosso meio. A mulher americana ou europeia compartilha do elevado padrão de vida de toda a sociedade, por mais masculina que ela seja. Ela desfruta de bom nível educacional e pode optar pela sua independência econômica, engajando-se na vida profissional. (...) A situação da mulher brasileira é, obviamente, muito diferente. Dado o baixo padrão de vida da maioria, apenas um pequeno número de mulheres da classe média e alta pode identificar como sua a problemática levantada pelos movimentos feministas dos países desenvolvidos. A grande maioria das mulheres no Brasil ainda não tem condições de se livrar da sujeição econômica ao homem - ao pai primeiro, ao marido depois - dadas as condições de pobreza geral que se concretiza, para a mulher, sob a forma de falta de oportunidades de entrada no processo social de produção. Até que estas condições se alterem radicalmente (e nisso homens e mulheres estão igualmente interessados), o movimento feminista no Brasil terá que se colocar como problema vital o trabalho da mulher se não quiser falar, em nome de um grupo reduzido que, nas atuais circunstâncias, goza de uma situação privilegiada."

E ainda, depois de toda uma análise baseada em dados sobre a exclusão feminina das atividades econômicas, Paul Singer conclui:

"O feminismo, entendido como um movimento de emancipação social ao lado de outros, pode ter um papel relevante no Brasil, desde que se fundamente na situação real das grandes massas femininas do país. E de se crer que entre suas tarefas deverá ter grande prioridade a luta contra as barreiras que impedem à mulher o acesso ao trabalho socialmente produtivo, que abre perspectivas à independência econômica, sem a qual a emancipação nos demais planos permanecerá utópica." (Opinião 24,

16-22 de abril de 1973. Grifado por mim).

No meu entender, esse artigo, de caráter acadêmico, traz o prenúncio de uma orientação em torno da qual se estruturarão mais tarde grupos de mulheres no Brasil. Depois dele, durante mais de um ano, Opinião se manteve praticamente em silêncio com relação aos movimentos de liberação das mulheres em outros países ou mesmo no que diz respeito ao feminismo "bom para o Brasil", à exceção da carta irada de um leitor, atacando violentamente as idéias de Rita Moreira e de Norma Bahia Pontes (Opinião 31, 4-11 de junho de 1973:2), e da reportagem sobre uma audiência concedida pelo Papa à Betty Friedan, extraída do jornal *Le Monde* (Opinião 56, 3 de dezembro de 1973:18). De resto, o semanário publicou apenas algumas matérias e reportagens suscetíveis de interessar as leitoras mulheres - sobre os riscos da pílula anticoncepcional, sobre o descontentamento das francesas com a lei do aborto, sobre o divórcio, sobre a participação feminina na força de trabalho, sobre a imagem da mulher na publicidade, sobre a mulher e o esporte - cujo teor não despertava polêmica.

Coincidindo com esse silêncio, e provavelmente explicando-o, está o fato de que naquele momento se iniciava uma grande mobilização de vários setores da sociedade em prol de uma anunciada "abertura" do regime, e que a intelligentsia de esquerda, homens e mulheres unidos em apoio ao único partido legal de oposição, passou a dar total prioridade à preparação das eleições para o Senado, a Câmara Federal e as Assembléias estaduais, que ocorreriam em novembro de 1974.

Mas o debate em torno do feminismo reapareceu justamente na época das eleições, em outro órgão da imprensa alternativa, com a matéria "Ninguém segura mais a mulher" trazendo declarações de impacto da jornalista Gilda Grillo, que se propunha a lançar um movimento feminista no Brasil. (Crítica 10, 7 de outubro de 1974).

Algumas semanas depois, Opinião "respondia", publicando uma reportagem sobre o Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas, com entrevistas de suas militantes, cuja tônica geral sugeria, além das analogias com o momento político brasileiro, os caminhos mais adequados para o movimento de mulheres no Brasil: a luta emancipatória pela igualdade de direitos e a participação na vida política. (Opinião 104, 1º de novembro de 1974:16-17).

No mês seguinte, foi a vez da atriz Norma Benguel entrevistada em Paris declarar ao semanário Crítica:

"Feminismo pra mim é isso: descobrir que você é mulher. É uma questão de sexualidade. Tem o problema econômico também mas esse a gente resolve depois (...). Se eu fizesse um grupo feminista lá, faria um grupo de amigas que conversassem. Às vezes a gente pensa que tem um problema de tamanho de um bonde e vê que todo mundo tem o mesmo. Daí vê que ele não era tão grande assim. A mulher é feminista quando descobre que é mulher até os pés. Ainda não tem movimento feminista no Brasil porque até agora as mulheres estavam mais preocupadas em fazer infraestrutura de outras coisas. Ou por falta de informação, né?" (Crítica 18, 2 de dezembro de 1974).

Para se contrapor a essa tendência, Opinião apelou para a palavra doutra de Claude Alzon, um professor da Universidade de Paris, traduzindo um artigo originalmente publicado em *Le Monde*, chamado "O Espírito fechado do feminismo radical". Nele esse autor se queixa da exclusão dos homens do debate travado pelas feministas francesas, critica teoricamente a corrente radical e atribui-lhe o objetivo de converter todas as mulheres ao homossexualismo! (Opinião 109, 6 de dezembro de 1974).

4. A mulher como objeto de estudo

Caberia ainda, dentro da análise do processo de gestação da ideologia feminista que se expressará de forma organizada no Brasil a partir de 1975, falar dos primeiros contornos da institucionalização do tema "mulher" como objeto de estudo, o que se deu sob injunções que irão definir o tipo de articulação original e específica que se estabelecerá mais tarde entre "estudos sobre mulher" e feminismo. (Goldberg, 1986)

Na origem desse fenômeno se encontram as decorrências da reforma do ensino superior implementada pelo governo militar no final dos anos 60, ao mesmo tempo em que iam-se instituindo mecanismos para a repressão severa e generalizada a todas as formas individuais e coletivas de expressão de descontentamento com o estado de coisas no país. Isso impediu que as universidades brasileiras se transformassem em centros de contestação e de subversão, a exemplo do que estava ocorrendo em outros países naquele momento.

"(...) O Governo Costa e Silva desencadeou uma sequência de medidas repressivas que dismantelariam o movimento dos estudantes e professores, assim como a conexão entre eles. Em novembro de 1968, um mês antes do AI-5, foi promulgada a Lei de Reforma Universitária. Ela, na aparência, modernizava a academia, estabelecendo a departamentalização, extinguindo as cátedras, criando o ciclo básico e institucionalizando a pós-graduação. Mas ela e a sua regulamentação traziam também um elenco de decisões de sentido político notório.

Ao unificar o vestibular por área de conhecimento e por região, ao acabar com candidatos reprovados, classificando-os todos, ela, de um lado, tirava os milhares de excedentes das ruas (subvertidos, na linguagem do poder, pela ação do ME) e, de outro lado, estimulava a privatização do ensino superior, já que às faculdades particulares, especialmente as menos categorizadas, caberia absorver aqueles excedentes. Educação deixava de ser "matéria de salvação pública" e passava a ser "um bom negócio". Ao implantar o sistema de créditos e permitir a matrícula por disciplina, o que até hoje funciona precariamente, a reforma universitária desmobilizou a turma na sala de aula, onde começavam e acabavam as práticas da discussão paritária mobilizadora. E ao proibir as questões discursivas, ditas "subjetivas", impondo as questões ditas "objetivas", ela, além de atender em cheio aos interesses cibernéticos da comunidade do computador, desmobilizava conscientemente o candidato como produtor de um raciocínio original. Afinal, pensar

já era subversão.(...)

Dois meses depois do AI-5, um decreto-lei deu vida ao famigerado número 477. Estabelecia-se, na área da educação e especialmente na universitária, o processo sumário para as punições(suspensões ou demissões)de professores, funcionários e estudantes acusados de atividades subversivas”(Werneck da Silva, 1985:41-42)

Cerca de quatro meses depois do AI-5, o governo militar aplicou as sanções previstas no novo decreto- cassação de mandatos, suspensão de direitos políticos e aposentadorias- punindo cerca de 200 cidadãos em menos de duas semanas; entre eles se encontravam vários cientistas sociais que não haviam sido atingidos pelas medidas repressivas do pós-64.

Mas, fato aparentemente paradoxal, é também nos conteúdos de uma nova política científica do Estado brasileiro subjacente à reforma universitária que encontramos o germe da importante expansão da pesquisa em Ciências Sociais; principalmente da Sociologia em São Paulo, e da Antropologia e da Ciência Política no Rio de Janeiro.

De um lado, a partir de 1968, verifica-se uma vertiginosa expansão dos cursos de pós-graduação no Brasil, tendo as matrículas nesse nível de ensino aumentado de 127% entre 1969 e 1970 (Moura Castro, 1986:13). Na área de Ciências Sociais, de 11 cursos de Mestrado e 1 de Doutorado em 1969, passa-se, em 1974, a 55 cursos de Mestrado e 14 de Doutorado em todo o país (op.cit:16). Os objetivos da institucionalização da pós-graduação eram assim definidos: a) formar professores para o ensino superior; b) preparar pessoal de alta qualificação para as empresas públicas e particulares; c) estimular estudos e pesquisas que servissem ao desenvolvimento do país (op.cit:12).

A criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em 1969 institucionalizou, por outro lado, o apoio do Estado ao desenvolvimento da pesquisa científica. Inicialmente a gerencia desse Fundo esteve com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, mas em 1971 foi criada a

Finep(Financiadora de Estudos e Projetos), que passou a coordenar suas aplicações. Num contexto mais amplo, como assinala Moura Castro (1986:13), estava o amadurecimento de uma política governamental de promoção da ciência e da tecnologia, já que ambas começavam a figurar como prioridades nos Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico (PNDs).

Embora, evidentemente, o desenvolvimento das Ciências Sociais não fosse prioridade da política do Estado em matéria de desenvolvimento científico e tecnológico, os temas sociais candentes do momento acabaram sendo contemplados na distribuição de recursos para a pesquisa, graças ao apoio de alguns órgãos governamentais e da Fundação Ford, que desempenhou um papel fundamental na criação e na consolidação de centros de pesquisa fora das estruturas universitárias através da concessão de subvenções e de bolsas aos pesquisadores vinculados a projetos específicos (Maciel, 1985).

Dessa forma, neutralizou-se por um lado a influencia de intelectuais pertencentes a uma geração que se havia atribuido uma missão histórica transformadora da sociedade, impedindo-os de usar a cátedra; por outro lado, foi possível beneficiar da formação qualificada e do talento dos mesmos para a execução de projetos específicos, de interesses das agências financiadoras, o que lhes trouxe em contrapartida a possibilidade de uma relativa autonomia para desenvolver também estudos sobre temas de seu interesse pessoal no interior das novas estruturas devidamente protegidas pela institucionalização.

Efetivamente, a atividade de pesquisa constituiu nessa época, para um certo número de intelectuais, uma espécie de possibilidade legal de participação política, uma forma de entrar em contato com grupos socialmente discriminados ou marginalizados (Aguilar, 1981:5). Assim, nessa estratégia de refúgio e de substituição, começaram a ser desenvolvidas algumas linhas de investigação sobre "problemas sociais", embora isso tenha ocorrido em condições nas quais o

"informacionismo" apoiado em prioridades ideológicas ou tecnocráticas de várias ordens substituía teorizações, as técnicas eram elevadas à categoria de método (Velho, 1983) e os diagnósticos "neutros" e "objetivos" tomavam o lugar da crítica social e epistemológica.

Foi nesse contexto que a mulher começou a despontar como um objeto de estudo em pesquisas que, mesmo sendo numericamente inexpressivas em comparação a um período mais recente, contribuíram para esboçar os contornos daquilo que se afirmará nos anos consecutivos como uma área específica: os "estudos sobre mulher".

Duas grandes linhas temáticas recobrem o conjunto dos trabalhos acadêmicos daquela época que, direta ou indiretamente, estudam a população feminina brasileira: a reprodução humana e a força de trabalho.

Com relação à primeira, no início dos anos 70 estimava-se que 50% da mortalidade geral do país referia-se aos grupos materno, pré-escolar e infantil e, como dentro do clima geral da época, a proteção materno-infantil passou a ser considerada pelo governo militar como uma questão da "política de desenvolvimento e segurança", esse fato originou programas específicos de assistência às gestantes e crianças. Além disso, o rápido crescimento demográfico, os problemas econômicos derivados dele e a pressão do governo norte-americano para a adoção de programas de controle da natalidade colocaram na ordem do dia o tema do "planejamento familiar" (Barroso, 1985:4-5). Isso explica, por exemplo, o grande desenvolvimento dos estudos demográficos, dentro de um programa de pesquisas quantitativas sobre a população brasileira financiado pela Fundação Ford e executado pelo CEBRAP, centro que havia surgido em São Paulo em 1969, fundado por cientistas sociais compulsoriamente afastados de suas atividades docentes⁸.

⁸A "primeira geração" do CEBRAP foi construída por Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Elza

Quanto à segunda linha temática, o aumento da população feminina na PEA começou a suscitar uma série de estudos sobre essa incorporação, a maioria deles, inicialmente, de caráter quantitativo e descritivo, realizados com base na análise dos censos e das PNADs. Ao longo desse período, como pode-se verificar pelo levantamento bibliográfico realizado pela Fundação Carlos Chagas (1981:33-101), esses estudos foram executados, por um lado, por órgãos públicos vinculados aos governo, como o IPEA, o SENAC e o SENAI; por outro lado, eles alimentaram unidades de investigação em centros vinculados ou não às universidades, que conseguiam financiamento para seus projetos, dos quais começaram a nascer também dissertações de Mestrado e teses de Doutorado específicas sobre mulher⁹. O tema "trabalho", aliás, como constata Oliveira Costa, Barroso e Sarti (1985) será predominante nas pesquisas sobre mulher no Brasil até o final dos anos 70.

Além de Elza Berquó, que juntamente com Cândido Procópio Camargo, inaugurou no CEBRAP toda uma linha de estudos demográficos sobre população à qual novos pesquisadores foram paulatinamente se incorporando¹⁰, outros cientistas sociais como Paul Singer, Felicia Madeira, Helena Lewin e Eva Alterman Blay merecem ser citados, por terem realizado naquele período trabalhos que se tornaram posteriormente clássicos da bibliografia brasileira sobre o trabalho feminino¹¹. Eva A. Blay foi, aliás, a segunda cientista social,

Berquó, Otávio Ianni, José Arthur Gianotti (professores aposentados da USP), além de Cândido Procópio Camargo e Juarez Brandão Lopes. É importante notar que naquele momento político em que sociólogos e filósofos eram considerados "subversivos" e suas disciplinas acusadas de "subjetivismo", a pesquisa quantitativa realizada, por exemplo, pelos demógrafos, era extremamente valorizada porquanto vista como "objetiva" e "neutra".

⁹Segundo Oliveira Costa, Barroso e Sarti (1985:10), se antes de 1970 haviam sido feitas apenas duas dissertações de Mestrado e duas teses de Doutorado sobre Mulher, entre 1970 e 1974 foram apresentadas 17 dissertações de Mestrado e 8 teses de Doutorado sobre Mulher.

¹⁰As publicações do CEBRAP trazem os resultados desses estudos, voltados para a fertilidade, a mortalidade, as migrações. Ver, em particular, Berquó; Milanese; Prandi (1971) e Berquó; Camargo (1971).

¹¹Ver, em particular, os trabalhos de Singer (1971), Madeira; Singer (1973), Madeira (1973),

após Heleleth Saffioti, mencionada no capítulo sobre a década anterior, a obter o título de Doutora com a apresentação de uma tese sobre mulher (1972), o que por sinal lhe valeu ter sido uma das 3 brasileiras (únicas latino-americanas presentes) a participar do 7º Congresso da Associação Internacional de Sociologia, realizado no Canadá em agosto de 1974, apresentando seu trabalho na seção "*Sex-roles in society*" (*Nosatras*, novembro de 1974).

Tão logo as Ciências Sociais fizeram suas primeiras aparições nos congressos anuais da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), o que aconteceu justamente no início dos anos 70, os primeiros estudos sobre mulher que se desenvolviam no país começaram a aí aparecer sob forma de comunicações isoladas ou apresentadas em seminários e mesas-redondas sobre temas correlatos, nas áreas de Demografia, Sociologia, Antropologia, Ciências Econômicas e Políticas. A título de ilustração citamos a seguir os principais trabalhos onde a mulher era objeto de estudo, que foram apresentados à SBPC nos primeiros anos da década¹².

1971

E. Blay - Trabalhador feminino na indústria, apresentado na seção de Sociologia, a cargo do Centro de Estudos Rurais e Urbanos da USP, que a própria autora tinha fundado em 1964, juntamente com Maria Isaura Pereira de Queiroz e Lia Fukui, o qual desenvolveu posteriormente uma linha de pesquisas sobre família, hoje um dos pontos fortes dos "estudos sobre mulher" no Brasil.

1972

Lewin; Pitanguy; Romani (1977), Blay (1978).

¹²Sou grata à professora Maria Lucia Maciel, do Departamento de Sociologia da UnB, por ter me comunicado os dados sobre as reuniões da SBPC, levantados em sua pesquisa de tese de doutorado (Maciel, 1985).

a) No curso "Atualização em demografia":

N. Patarra - Fertilidade

b) No simpósio "Reprodução humana no Brasil":

J.L. Madeira- Tendência histórica da fertilidade no Brasil

A. Cuning - Metodologia das pesquisas de fertilidade

c) No simpósio "A Condição feminina no Brasil: problemas atuais":

F.R. Madeira - A Utilização dos censos e a força de trabalho feminina

M.I. Rodrigues- Implicações ideológicas do planejamento familiar

J.M. Moutinho- A Mulher e o trabalho: um estudo sobre tecelãs

1973

a) Na mesa-redonda "O Crescimento da população brasileira" coordenada por Elza Berquó, em nome do CEBRAP:

F.R. Madeira - Força de trabalho no Brasil (1940-1970)

C.R. Spindel- Disponibilidade e aproveitamento dos recursos humanos do estado de São Paulo e da região metropolitana

b) Comunicação de H.I.B. Saffiotti - Profissionalização feminina

1974

H.I.B. Saffiotti- Relações de sexo e classes sociais

V.L. Ferrante - Reações de operárias face ao FGTS e à ideologia dominante

A mulher como objeto de estudo acadêmico também apareceu em alguns

trabalhos apresentados no encontro do Conselho Nacional de Mulheres¹³ realizado em outubro de 1972 no Rio de Janeiro, com o apoio de uma série de personalidades reunidas pela principal organizadora, a jurista Romi Medeiros da Fonseca. Uma das coordenadoras do encontro, Rose Marie Muraro, relata de que maneira ele se pôde concretizar, ilustrando bem todos os condicionamentos e os limites impostas pela conjuntura daquele momento.

"Em junho de 1971 eu conheci a Heleieth Saffioti, fui a Araraquara conversar com ela, eu apavorada de ser fichada pelo SNI, mas começamos a discutir mulher e sociedade de classes. Na mesma época encontrei Romi e comecei a frequentar as reuniões do Conselho, que era outra coisa, um pessoal de classe dominante. A própria Romi tinha muitos contatos na área de governo, mas era uma pessoa muito solidária e legal. Quando ela resolveu fazer aquele encontro em outubro de 1972, entregou-me a coordenação da parte intelectual, dizendo que eu chamasse pessoas de todo o Brasil para participar. Mas só consegui trazer a Heleieth, de intelectual mais conhecida, algumas atrizes que se dispuseram a dar testemunho de vida - a Leilah Assumpção, a Leila Diniz, a Odete Lara - e a Zuzu Angel, um pouco antes do filho dela ser morto pela repressão. Era uma gente que incomodava ao sistema e quiseram me prender na época. A Romi foi chamada aos DOPS oito vezes durante a preparação do encontro, duas dessas vezes para salvar o meu pelo porque eu estava prestes a ser presa. Foi quando ela reuniu todas as correspondentes internacionais e ameaçou dizendo 'agora prendam, mas vão ter de levar-nos todas juntas e isso vai ficar registrado internacionalmente! Conseguimos fazer um congresso onde se brigou muito - nele entrou o pessoal da Benfam e começou-se a discutir o planejamento familiar - mas ele ocupou a primeira página de todos os jornais de 1972. E, obviamente, depois disso não conseguimos fazer mais nada porque ficamos na mira da repressão.'" (entrevista 9)

Romi Medeiros da Fonseca acrescenta a esse relato:

"Eu não tinha a menor idéia do que estava acontecendo naquele momento, não sabia que era uma loucura organizar aquele encontro debaixo do autoritarismo que existia. Tinha pessoas da família envolvidas em política e fui muito bem recebida pelo Chagas Freitas, que me deu todo o apoio para o encontro, que só se realizou graças às minhas relações com o governo. Mas fui obrigada a presidir todas as sessões e ser responsável pelas mesmas, sob pena de ver fechado o Conselho Nacional de Mulheres. Fui chamada ao DOPS várias vezes durante a sua preparação, e eles me diziam à Senhora é uma pessoa distinta, mas anda muito mal acompanhada'. Havia mais de 600 pessoas no encontro, e nele se falou de planejamento familiar, de aborto (coisas que a Betty Friedan tinha levantado e que desagradavam à Igreja) de creches, de reforma do Código Civil e de serviço cívico feminino." (entrevista 6)

Apesar de muito importantes por terem contribuído para dar visibilidade

¹³O Conselho Nacional de Mulheres foi fundado em 1949 por Romi Medeiros da Fonseca, com o apoio de algumas mulheres das elites brasileiras da época, visando iniciativas institucionais em prol da emancipação feminina.

a um "fato feminino" na sociedade brasileira, os estudos que tinham a mulher como objeto nesse início da década - também realizados aliás por alguns homens - não foram empreendidos com objetivos epistemológicos. Descritivos em sua maioria, por um lado eles não questionaram nenhum dos fundamentos teóricos ou metodológicos das disciplinas no seio das quais foram produzidos; por outro lado, dada a influência de certos posicionamentos ideológicos, neles freqüentemente se empregavam categorias de análise marxistas com o objetivo de provar que os "problemas da mulher" nas sociedades capitalistas eram, na verdade, problemas das sociedades de classes que só poderiam ser combatidos e solucionados mediante uma ação conjunta de ambos os sexos em prol da revolução social.

Capítulo IV

O Movimento Feminista e o Feminismo das Mulheres de Esquerda (1975-1979)

"Il est évident que ces réflexions et ces descriptions s'appuient sur la conviction qu'il est important d'établir des distinctions. Insister sur une telle conviction semble un truisme gratuit étant donné que personne, pour autant que je sache en tout cas, n'a encore affirmé que les distinctions n'ont pas de sens. Il existe pourtant un accord tacite dans la plupart des discussions entre spécialistes en sciences sociales et politiques qui autorise chacun à passer outre aux distinctions et à procéder en présupposant que n'importe quoi peut prendre le nom de n'importe quoi d'autre, et que les distinctions ne sont significatives que dans la mesure où chacun a le droit de 'définir ses termes'".

(Hannah Arendt)

1. O "geral" e o "específico" na transição do regime autoritário

A partir de 1974, o "milagre econômico" foi fortemente afetado pela crise internacional do petróleo e pela deterioração dos termos de intercâmbio comercial; o poder aquisitivo das camadas médias começou a diminuir ao ritmo da concentração do capital e da inflação galopante. Em contrapartida, ao cabo de alguns anos de total fechamento político, o novo presidente Ernesto Geisel acenava com a "descompressão" - um programa de institucionalização do regime autoritário trazendo algumas medidas liberalizantes, cujo objetivo seria

"ver os instrumentos excepcionais não tanto em exercício duradouro ou freqüente, antes como potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica (...) até que sejam superados pela imaginação política criadora, capaz de instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes dentro do contexto institucional." (discurso pronunciado por E.Geisel em 19/3/74, citado por Velasco e Cruz; Martins, 1983:46).

Em novembro de 1974 estavam previstas eleições diretas para o Senado, a Câmara Federal e as Assembléias estaduais. Certo da vitória, o novo governo militar investiu pesadamente neste pleito, buscando nas urnas legitimação para o projeto de "distensão lenta e gradual" que informava a promessa de reformas do regime. Como prova de boas intenções, foi relaxado o controle sobre os meios de comunicação durante a campanha eleitoral, o que propiciou ao MDB, único partido de oposição legal, propagandear sua linha política de defesa da Constituição e dos Direitos Humanos, fazer denúncias e preparar o contundente protesto das oposições pelo voto: a eleição de 16 dos 22 senadores e 160 dos 364 deputados federais (Velasco e Cruz; Martins, 1983:51). Nesse ano eleitoral, havia se expandido o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base impulsionado por setores progressistas da Igreja católica, e a Ordem dos Advogados do Brasil tinha se destacado como órgão de protesto e denúncia contra as arbitrariedades, as prisões, as torturas e os desaparecimentos de que vinham sendo vítimas os

cidadãos.

A fragorosa derrota da ARENA nas urnas desencadeou uma forte reação da extrema direita militar e um recrudescimento das ações da máquina de repressão, visando o extermínio dos grupos clandestinos de oposição através da utilização de práticas para-policiais - interrogatórios e torturas em locais privados, seqüestros, assassinatos de prisioneiros políticos. Duas mortes violentas devido à tortura comoveram a opinião pública nesse período: a do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975 e a do operário Manoel Fiel Filho no início de 1976.

Por conseguinte, em lugar da anunciada "distensão", o que se verificou naquele momento foi um aumento da tensão política que culminou no "pacote de abril" em 1977, ano-chave no processo de transformação do regime (Kucinski, 1982). O conjunto de novas medidas endurecendo o regime, baixadas numa demonstração de força do Executivo, aliado à insatisfação e decepção sentidas por vários setores sociais, provocou o chamado "despertar da sociedade civil", categoria abrangente que englobava o amplo espectro de oposições que aspirava ao Estado de Direito e ao restabelecimento de liberdades democráticas.

Como ilustração dessa efervescência política, podemos citar a 29ª Reunião Anual da SBPC, realizada em São Paulo em julho de 1977 a despeito da desaprovação velada ou claramente expressa por setores governamentais (materializada na proibição do comparecimento dos professores, funcionários públicos, no corte de verbas para a realização do encontro, etc). Nessa reunião, um "Memorial dos Cientistas à Nação" foi divulgado, expressando o repúdio aos obstáculos colocados pelo governo para a sua realização, pedindo liberdades democráticas e rejeitando a censura em todas as suas formas. A isso seguiram-se meses de intensa atividade oposicionista, marcados pela luta em prol da anistia e pelo restabelecimento das liberdades democráticas, durante os quais

passou-se a difundir informações sobre o exílio (tornaram a aparecer no noticiário político da imprensa o de posição os cidadãos cassados e banidos pelo regime) e a se falar dos "prisioneiros(as) políticos(as)", expressão que se contrapunha ao vocabulário utilizado pelos meios de comunicação oficiais - "terroristas" e "subversivos(as)". Esse mesmo período foi marcado, por outro lado, pelo debate entre propostas políticas de diversos setores sociais, em função da votação das reformas chamadas "de abertura", prevista para novembro de 1978 (dias antes de novas eleições parlamentares), com o objetivo de preparar a transmissão da presidência da República ao general Figueiredo¹.

Nessa agitada conjuntura, as mulheres voltaram a emergir de forma organizada no cenário político nacional do qual haviam estado ausentes desde as grandes mobilizações "com Deus e pela Família" estimuladas pela Campanha da Mulher pela Democracia, que culminaram no golpe militar de 1964 (Simões, 1985). Dessa vez foram os setores progressistas da igreja católica, junto aos quais vinham atuando clubes de mãos de paróquias de São Paulo, que criaram e deram impulso ao Movimento do Custo de Vida, que se desenvolveu principalmente a partir desse estado entre 1973 e 1979, reivindicando a criação de creches e cooperativas nos bairros da periferia dos grandes centros urbanos, um abono salarial de emergência para todos os trabalhadores e o congelamento de preços de produtos de primeira necessidade (Singer; Caldeira Brant., 1980).

Paralelamente, o ano de 1975 trouxe para as mulheres brasileiras uma oportunidade única e inédita: a instituição pela ONU do Ano Internacional da

¹Do pleito de novembro de 1978 sairiam nomes para as Assembléias Legislativas, para a Câmara dos Deputados e para uma cadeira no Senado. Preparando-se para passar o governo em março do ano seguinte a seu sucessor, o general Figueiredo, o presidente Geisel havia anunciado, em junho, as reformas institucionais projetadas pelo governo e o cronograma para sua entrada em vigor a partir de 1979. Essas reformas trariam o fim das cassações de mandatos e da suspensão dos direitos políticos com base no AI-5; do direito do Presidente de fechar o Congresso; de outros poderes arbitrários, como a remoção de juizes e a aposentadoria compulsória de funcionários públicos; das penas de morte, banimento e prisão perpétua; o restabelecimento do *habeas corpus* para crimes políticos; a possibilidade de organização de partidos; uma anistia parcial.

Mulher, inaugurando a Década da Mulher. Cabe aqui observar que enquanto essa iniciativa estava sendo apontada pelos movimentos de liberação das mulheres em sociedades liberais avançadas como uma tentativa capitalista e imperialista de "recuperar" e neutralizar os conteúdos mais globalmente contestatários do feminismo, transformando-o num mero movimento de emancipação em luta pela integração feminina no desenvolvimento econômico e social dos países "subdesenvolvidos", no Brasil ela abriu um campo de possibilidades há muito restrito e limitado pelo regime autoritário.

Foi assim que algumas mulheres que haviam começado a se sensibilizar pela questão da anistia nos anos anteriores se juntaram, a partir da iniciativa de Therezinha Godoy Zerbine, (esposa de um general cassado em 1964) para fundar o Movimento Feminino pela Anistia(MFA) em abril de 1975. Tendo como centro irradiador São Paulo, o MFA suscitou a criação de Núcleos no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, na Bahia, no Ceará, no Paraná, em Santa Catarina, cuja atuação se estendeu até 1979.

"Já há certo tempo, mulheres de várias profissões e idades se preocupavam em São Paulo com o problema da anistia. Entretanto, até 1975 anistia era tabu. Por isso, nosso mérito foi aproveitar o Ano Internacional da Mulher para cumprir nosso objetivo.(...) Em março daquele ano, resolvemos nos reunir e no dia 13 de abril, fizemos a fundação oficial do Movimento. Foi tirada uma comissão provisória e o Manifesto da Mulher Brasileira em favor da Anistia. Nessa ocasião, fui credenciada para ser a representante oficial do Movimento no México. Lá, apresentei uma moção pedindo anistia para todos os presos políticos do mundo." (entrevista de T.G.Zerbine, Nós Mulheres 3, nov. dez. 1976:9)

"Em 1975 a ONU organizou o Ano Internacional da Mulher, comemorado com uma tribuna Livre no México. Fui a única mulher representando o Brasil nessa Tribuna. O Movimento Feminino pela Anistia já estava organizado por mulheres que, angustiadas há muito tempo pela situação nacional, acalentavam o sonho da pacificação do nosso país (...)

(...) As pessoas que formaram a Comissão Provisória do Movimento éramos eu, minha filha, uma colega sua, a filha de um general também cassado, uma escritora que também é mulher de um oficial, uma socióloga, uma estudante de comunicação, uma pedagoga, uma artística plástica... Éramos dez mulheres muito machucadas e feridas. (...)

Meu marido foi preso logo depois do movimento armado. As crianças ficaram muito amarguradas porque eram as únicas que conheciam com o pai preso. (...) Lembro do meu filho sentado no tapete dizendo algo que me doeu muito: 'Mamãe, o papai não é comunista... O que é corrupto?' Ele tinha ido por exclusão, porque diziam que o movimento de 64 tinha sido feito para punir os comunistas e os corruptos (...)

Elaboramos um Manifesto da Mulher Brasileira, a espinha dorsal do Movimento. Depois começamos a contatar mulheres por todo o país através de cartas. (...) Nossa primeira bandeira foi a da Anistia, mas o "pacote de abril", que traumatizou toda a nação, fez que refletíssemos. Esvaidas todas as esperanças, resolvemos pegar também a bandeira da Constituinte." (Zerbine, 1979).

Como veremos em detalhe nas páginas que se seguem, outras mulheres aproveitaram a ocasião fornecida pelo Ano Internacional da Mulher e organizaram, sob o patrocínio da ONU e da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, uma "Semana de Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira", de 30 de junho a 6 de julho de 1975. Dos desdobramentos dessa iniciativa surgiu o Centro da Mulher Brasileira no Rio de Janeiro, primeira associação "neo-feminista" brasileira, e começaram a aparecer grupos de mulheres em outros estados, aos quais se deve a iniciativa de criar os jornais Brasil-Mulher (1975-1979) e Nós-Mulheres (1976-1978), fundados respectivamente no Paraná e em São Paulo, graças ao espaço aberto pelo Ano Internacional da Mulher².

É importante observar que embora o Brasil tenha comparecido com representação oficial à Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher realizada no México, em julho de 1975, o governo não considerou necessária a formulação em âmbito de Estado de uma política global visando implementar os objetivos fixados para a Década nas recomendações aprovadas pela Conferência. Como assinala Barroso (1982:114), a baixa prioridade que a questão da mulher recebia na política nacional foi admitida nas respostas dadas pelo Governo brasileiro ao questionário da ONU sobre a implantação nacional do Plano Mundial

²Não há obras ou artigos publicados sobre as expressões localizadas do feminismo contemporâneo brasileiro e, evidentemente, o estudo de grupos e associações de mulheres surgidos em outros estados a partir de 1975 reivindicando o feminismo ultrapassa as dimensões deste trabalho, embora tenha um interesse comparativo importante. Assim, vale a pena mencionar a tese de Doutorado de Moraes (1981), centrada sobre a trajetória dos grupos paulistas e, particularmente dedicada ao estudo dos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres. Tratando do período posterior a 1979, e especialmente centradas sobre a experiência dos SOS, fui informada da conclusão recente de duas dissertações de Mestrado, também em São Paulo, de Heloísa André Pontes e de Maria Filomena Gregori. Enfim, encontra-se em fase de conclusão, o estudo de Miriam Pilar Grossi sobre o feminismo em Porto Alegre, também a partir do grupo SOS local.

de Ação da Década da Mulher, no período de 1975 a 1978, onde se afirmava que:

"(...) as estratégias globais e os mecanismos de ação não têm sido considerados necessários, uma vez que a posição da mulher na sociedade brasileira vem evoluindo naturalmente, dentro do processo global de desenvolvimento. Com o processar do desenvolvimento econômico e o conseqüente desenvolvimento intelectual vão-se atenuando e diminuindo as diferenças de tratamento entre o homem e a mulher na consideração das funções sociais. Esta é a evolução natural que derrubará os preconceitos existentes ainda em quase todo o mundo..." (Questionário da ONU, Respostas do Governo Brasileiro, 1979:2, citado por Barroso, 1982:114).

Por conseguinte, as poucas iniciativas na esfera do Estado, naquele período, voltadas para a situação da mulher, podem ser entendidas, num primeiro momento, como conseqüências diretas dessa ótica de desenvolvimento e modernização. Mas será surpreendente constatar que elas terão efeitos perversos e decisivos sobre os recém-surgidos grupos que reivindicavam o feminismo, o que poderá ser visto em detalhes nos percalços dos primeiros anos do Centro da Mulher Brasileira do Rio de Janeiro. Por ora, para finalizar esta pequena introdução, limitar-me-ei a enumerar as iniciativas e medidas propostas pelo Estado no tocante à situação das mulheres, no período mencionado.

1ª) Projeto de um novo Código Civil apresentado ao Congresso em dezembro de 1975, dando início a um longo caminho de emendas e tramitações que durou mais de 10 anos. Produto do trabalho de uma equipe de juristas coordenada pelo professor Miguel Reale, da Universidade de São Paulo, seu texto original mantinha a direção (substituindo o termo "chefia") da sociedade conjugal nas mãos do marido, apesar de dar alguns passos significativos para diminuir a inferioridade da mulher casada, no Direito da Família (Verucci; Marino, 1985:27).

2ª) Comissão Parlamentar Mista de Inqüérito (CPI) sobre a situação da mulher na sociedade brasileira. Proposta pelo senador Nelson Carneiro (MDB-RJ), a CPI da Mulher funcionou entre abril e setembro de 1977 no Congresso Nacional, tendo como relatora a deputada Lygia Lessa Bastos (ARENA-RJ), na

época a única parlamentar de sexo feminino a nível federal. No âmbito da CPI fizeram-se 20 reuniões e foram apresentados 39 depoimentos bastante díspares de "personalidades atuantes em ramos diversificados", segundo o relatório final, que, como assinala Oliveira Costa (1985:61), julgaram necessário, em sua grande maioria, se identificar como "feministas" ou "antifeministas" em seu depoimento, talvez porque na justificativa da convocação da Comissão constassem "pesquisas científicas sobre a condição feminina", o "Ano Internacional da Mulher" e a menção "feminismos e outros movimentos extravagantes à parte". Assim foram ouvidas Heloneida Studart, Sandra Cavalcanti, Romi Medeiros da Fonseca, Cidinha Campos, Therezinha Zerbine, além de várias advogadas e pesquisadoras que aproveitaram essa oportunidade para divulgar resultados parciais de pesquisas que desenvolviam sobre aspectos da situação feminina no país, como veremos mais adiante neste capítulo. A CPI da Mulher, da qual fizeram parte 11 senadores (8 da ARENA e 3 do MDB) e 11 deputados (6 da ARENA e 5 do MDB), recomendou ao Presidente da República a criação de uma Assessoria, a nível de Ministro de Estado ou de Secretaria Especial, devotada aos assuntos vinculados à mulher e ao menor, mas tal recomendação não teve seguimento naquela época (Oliveira Costa, 1985:61-2).

3º) Lei do Divórcio promulgada em junho de 1977, após alguns anos de tramitações do projeto apresentado pelo deputado Nelson Carneiro (Verucci; Marino, 1985:21-6).

4º) Projeto de Reforma da CLT apresentado pelo Ministério do Trabalho, tramitou no Congresso desde 1977 até 1984. O projeto propunha medidas de igualização dos sexos no trabalho, mantendo o caráter protecionista da legislação apenas no tocante à maternidade. Em consequência, deveriam ser levantadas as proibições ao trabalho noturno das mulheres e à prestação de horas extras, e permitida nacionalmente a presença feminina em determinados

ramos considerados perigosos ou insalubres. O mesmo projeto propunha que qualquer contrato de trabalho que contivesse aspectos discriminatórios fosse considerado nulo.

5º) Anúncio do Programa de Prevenção à Gravidez de Alto Risco (PPGAR) anunciado em julho de 1977, que provocou inúmeros debates e controvérsias e não chegou a ser aplicado finalmente. Oficialmente destinado a orientar mães sobre os riscos da gravidez, evitar a alta mortalidade materna e infantil e o nascimento de crianças defeituosas, foi denunciado por representantes de alguns setores sociais como um programa de medidas visando o controle da natalidade.

2. **As ideologias das mulheres em movimento: a criação e a primeira fase do Centro da Mulher Brasileira (CMB-RJ)**

Em 1974, como vimos anteriormente, um debate em torno dos significados e representações associados à palavra "feminismo" já tinha aparecido no âmbito da intelligentsia brasileira, expresso por intermédio de artigos, reportagens e cartas publicadas pelos jornais da imprensa alternativa. De modo quase caricatural e grosseiro, as tendências que emergiam retratadas nesse material apontavam para dois feminismos: um, "importado", apanágio de "burguesas sexualmente frustradas" e/ou de "lésbicas raivosas" engajadas numa luta de sexos; o outro, "mais adequado à realidade nacional", defensor da emancipação da mulher num processo de mudança da sociedade.

No Rio de Janeiro, ao longo da primeira metade dos anos 70, havia grupos de mulheres que se reuniam informalmente e que se desconheciam entre si, até o momento em que se encontraram na perspectiva comum de aproveitar o Ano Internacional da Mulher para criar um evento feminista no Brasil.

O primeiro desses grupos havia surgido em 1972, conforme o relato de Branca Moreira Alves que, recém-chegada dos Estados Unidos, reuniu por um lado mulheres de 25 a 35 anos de formação universitária e, por outro lado, um grupo de senhoras de mais de 45 anos, militantes da Ação Católica dos Meios Independentes, do qual participava sua própria mãe.

"Em julho de 1972 eu estava por voltar de Berkeley, tinha um grupo lá, e pensava o que ia fazer politicamente quando voltasse para o Brasil. E cada vez era mais claro pra mim que eu tinha que fazer um trabalho com mulheres, que isso seria o mais importante. Mas quando voltei não existia nada aqui; era o período Médici, o auge da repressão, só tinha tortura e prisão. Aí resolvi entrar para o Mestrado do IUPERJ e fazer um grupo de estudo com umas amigas e mais um grupo de mulheres de mamãe, que era da Ação Católica dos Meios Independentes. Começamos a ler A Mulher e o Trabalho de Evelyn Sullerot, que tinha tradução em português, o Engels, e não me lembro o que mais. Ficamos mais ou menos um ano e meio reunindo na casa de mamãe, lendo e estudando, e também mandávamos cartas para jornais, denunciando sexismos e outras coisas. Mas no grupo havia claramente uma divergência entre as

duas gerações. Eu tinha 32 anos, A Leila 26, e o grupo da mamãe acima de 45. Elas nos inibiam para falar de certos assuntos como a sexualidade, e nós as inibíamos porque éramos todas universitárias formadas, habituadas a um tipo de articulação e leituras. Então era como se fôssemos os homens da reunião: falávamos, citávamos autores, e elas eram inibidas, mas exerciam cerceamento nos temas tratados. Foi muito interessante para todas a experiência, foi a primeira vez que existiu um grupo de mulheres aqui com essas características, e ele durou de meados de 1972 até o final de 1973 mais ou menos. Éramos mais ou menos 15 a 20 pessoas, muitas flutuantes, mas os grupos meu e da mamãe eram fixos. Depois essas reuniões maiores foram morrendo, acho que pelas razões que te disse, (...) mas o grupo da minha geração continuou se reunindo e atraiu mais gente, algumas que perdi de vista, outras com quem continuo a encontrar até hoje, e aí a gente fez realmente um grupo de reflexão, no sentido intimista, falando de nós mesmas, de sexualidade, etc. Para mim foi o primeiro grupo desse tipo de que participei, depois da experiência de Berkeley, que tinha durado só três meses. Quando surgiu a coisa do Ano Internacional da Mulher nós éramos um grupo de umas dez mulheres, que já se havia estabilizado há alguns meses, e as mais antigas éramos eu e a Leila, que estávamos reunindo desde 1972. Acharmos logo que seria bom aproveitar a oportunidade para fazer alguma coisa, mas não sabíamos bem o que." (entrevista 7)

O segundo grupo informal que existia no Rio era constituído por mulheres mais jovens, universitárias em torno dos 20 anos, amigas que, juntas, estavam descobrindo, fascinadas, uma nova literatura feminista vinda do estrangeiro. Maria Luiza Heilborn (Malu) relata a sua descoberta do feminismo e o encontro entre os dois grupos, em função do Ano Internacional da Mulher.

"Quando entrei para a PUC conheci pessoas novas e fizemos um grupo muito unido - eu, Kátia, Lena, Marhel, Luiza. Foi através da Marhel que tive acesso à literatura feminista, porque ela tinha uma cunhada feminista exilada na Suíça que lhe mandava material. Foi algo que me fascinou. Por um lado eu estava fazendo análise, e o feminismo se integrava com as questões que eu me colocava enquanto mulher, da condição feminina, etc. Por outro lado, o feminismo tinha uma explicação social para tudo que eu sentia e percebia. Encontrei uma razão de ser para a minha sensação de estar mal na minha pele, de ser desviante, de não ter cumprido com as expectativas familiares. Com toda a tradição intelectual familiar que eu carregava, o feminismo veio a calhar, foi um momento de grande releitura de minha própria vida onde passei a entender socialmente a relação e a falta de amor entre meus pais, por exemplo, para além das questões pessoais.

A primeira coisa que li foi *La Cause des Femmes* da Gisèle Halimi e fiquei fascinada; li como um romance. Isso era em 1974. No grupo, as mais feministas éramos eu, Marhel e Katia, muito por influência de Rosiska, a cunhada de Marhel. Depois li Simone de Beauvoir, Ti-Grace Atkins, Sheila Rowbothan e mais as coisas do IDAC que a Rosiska mandava. Eu militava no Diretório, mas o que me dava realmente identidade era o feminismo, o que era aliás super mal-visto na época. Era como se eu tivesse abandonado a luta de classes para adotar a luta de sexos. Eu não tinha feito isso, mas dentro do Diretório sentia-me discriminada, como se tivesse passado a ser alguém em luta por uma revolução íntima, pessoal. Continuava a fazer grupos de estudo sobre *O Capital* e a revolução na América Latina, mas na verdade era essa literatura feminista que me aparecia como uma descoberta, um novo filão de explicação do mundo. Do ponto de vista sociológico, era como se eu tivesse aberto uma porta e tivesse apenas de entrar, para compreender o que se passava. E eu tinha uma avidez enorme de conhecer...

Ainda em 1974 eu, Marhel e Kátia dissemos que viria o Ano Internacional da Mulher e que precisávamos fazer alguma coisa. Eu não tinha muita noção de movimento internacional, só curtia as coisas que eu lia, mais teóricas; no meu grupo de amigos de contracultura isso era totalmente secundário, nem se falava na questão. Na época havia uma repressão terrível, tínhamos muito medo: fazer o que, como? Aventamos então a possibilidade de aproveitar o patrocínio da ONU para fazer alguma coisa, não como fachada, mas para divulgar mesmo o feminismo no Brasil. Aí fomos falar com a Mariska, concunhada da Marhel, que conhecia o representante da ONU aqui. Ela se entusiasmou com a idéia e foi aí que resolvemos entrar em contato com o único grupo feminista que existia no Rio na época, o da Branquinha, uma verdadeira entidade com quem a Marhel também tinha contato, através da mãe (como em tudo, funcionaram as redes pessoais e familiares). Marcamos uma reunião com o grupo delas e vieram a Branca, a Leila e várias outras, algumas das quais não queriam topar o lance. (...) Foi um encontro muito esquisito, não sei se porque o clima geral do país era de suspeita e de desconfiança ou se havia apenas estranhamento porque éramos muito mais jovens do que elas. Em todo caso, de repente se formou uma comissão de umas dez pessoas, entramos em contato com a Carmen da Silva e as reuniões foram para a frente. Muita gente não quis participar por medo da repressão, apesar de termos conseguido um verdadeiro documento assinado pela ONU. Também pusemos um monte de homens na programação, porque era impensável na época fazer alguma coisa pública não mista, e inventamos o nome pomposo de 'Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira', para não usar o termo 'feminista', que assustava as pessoas." (entrevista 8)

Esse título acadêmico e, portanto, "neutro", serviu para abrigar no auditório da ABL no Rio de Janeiro, de 30 de junho a 6 de julho de 1975, uma série de conferências e debates sobre vários aspectos da situação da mulher, cuja programação prevista era a seguinte:

Dia 30/6: A Situação da Mulher no Brasil

Carmen da Silva: A mulher brasileira, uma experiência vivida.

Moema Toscano: Histórico dos movimentos femininos no Brasil.

Ligia Fagundes Telles: Uma presença na literatura.

Agnaldo Marques: A maternidade no Brasil.

Dia 1/7: A Situação Jurídica da Mulher no Brasil

Haroldo Lins e Silva: A mulher e o direito de família

Benedito Calheiros Bonfim: A mulher na legislação trabalhista

Ana Acker: A mulher e os direitos humanos

Dia 2/7: A Mulher e o Trabalho

Eva Alterman Blay: A mulher no trabalho qualificado

Neuma Aguiar: A mulher e o campo

Dia 3/7: Aspectos Psíquicos e Fisiológicos da Mulher

Naomi Vasconcelos: Aspectos psico-fisiológicos do prazer feminino

Eduardo Mascarenhas: Desenvolvimento das noções masculinas e femininas na formação da personalidade humana

Luis Paiva de Castro: Uma elaboração do tema abordado pelo Dr. Eduardo Mascarenhas

Mario Vitor de Assis Pacheco: Problemas do controle de natalidade

Dia 4/7: A Educação e os Papéis Sexuais

Marília Graciano: A família e os papéis sexuais

Guimar Namó de Mello: Possibilidades e indicações da escola como agente modificador dos papéis sexuais

Fúlvia Rosemberg: A educação através dos meios de comunicação

Raquel Moreno: A família como processo socializador

Dia 5/7 A imagem da Mulher na Arte e nos Meios de Comunicação

Maria Helena Kuhner: Visão dos papéis sexuais no teatro brasileiro contemporâneo

Marina Colassanti: A mulher brasileira através dos meios de comunicação

Lara de Lemos: A mulher na literatura brasileira contemporânea.

Dia 6/7 Conclusões Gerais da Semana

Celso Furtado: Um depoimento

Heleieth Saffioti: Relato sobre a Conferência do México.

(Fonte: Opinião 138, 27 de junho de 1975:19)

A iniciativa teve um êxito inesperado até para as próprias organizadoras, que, por medo da repressão, ficaram nos bastidores, indo uma de cada vez para a mesa, onde estavam representadas a ONU e a ABI. Branca Moreira Alves faz o

seguinte relato, a respeito daquela semana:

"Quando o Encontro começou, numa segunda-feira, assistiam em média umas 40 pessoas, mas esse número foi aumentando, até que na sessão de encerramento havia umas 300. Na quarta-feira uma moça da platéia que nunca mais vi sugeriu que, além das conferências, nos reuníssemos um pouco antes e um pouco depois, só entre mulheres, para falar de nós. Aí pedimos uma sala à ABI, que nos emprestou uma no 7º andar, onde passamos a nos reunir, a partir da quinta-feira, duas horas antes da hora da conferência prevista. Até que no domingo marcamos de nos reunir várias horas antes da sessão de encerramento, para discutir o manifesto; foi uma coisa muito vibrante porque ninguém mais havia feito esse tipo de coisa desde 64. Então, de repente, falava uma que se percebia que tinha tarimba de movimento estudantil e que procurava organizar, propunha grupos, etc.; aí aparecia outra que falava mais alto, propunha outras coisas, só de mulher (...). Se tinha gente com intenções de outro tipo, não sei, mas ali só se discutiu coisas de mulher. A elaboração do manifesto foi um barato, apesar do texto ter saído uma sala onde se falava de tudo. Eu nunca tinha participado de movimento estudantil, não tinha experiência de ir a reuniões e organizar coisas, só tinha ido a comícios e passeatas, e achei muito gostoso escrever. Na última noite tínhamos o Celso Furtado como chamariz, e então desceu a PUC inteira para vê-lo falar - imagina só, em plena repressão, o Celso Furtado falando de feminismo no Brasil, dizendo que isso era a coisa mais importante que estava acontecendo no mundo; foi emocionante. Sinto aquele período como uma coisa muito boa, estava concretizando a militância sonhada desde 1972 nos Estados Unidos." (entrevista 7)

Maria Luiza Heilborn (Malu) também se expressa a respeito daqueles dias que ficaram na história do novo feminismo brasileiro como "a semana da ABI":

"Foi um sucesso apoteótico e inesperado. Não sei bem porque, aliás. Não sei se as pessoas estavam sentindo problemas da condição feminina, se a situação geral era tão sufocante que todo mundo queria aproveitar qualquer espaço para respirar, se as duas coisas juntas, o fato é que a semana foi um grande êxito. No grupo organizador havia apenas uma moça que tinha preocupações políticas, o resto era todo feminista. Lá na ABI, entretanto, acorreram outras pessoas militantes de organizações de esquerda, buscando aproveitar aquele espaço. Quando surgiu a idéia de formalizar um grupo, a discussão sobre o nome a ser adotado revelou logo alguns problemas: várias não queriam que se colocasse a palavra "feminista", termo assimilado então a 'sapatão'. Hoje pode parecer incrível, mas o homossexualismo era um tema-tabu, não se podia tocar no assunto." (entrevista 8)

Assim realizou-se a "semana da ABI", sob a total proteção da ONU, com garantia do governo de que ninguém seria preso, com todos os participantes tomando cuidado para não se "exceder" e extrapolar em suas intervenções o âmbito dos problemas da mulher e da situação feminina, pois havia um limite claro: não se podia criticar o regime. Tanto que, por ordem superior, não pôde haver debate sobre a conferência final de Celso Furtado, cujo surpreendente depoimento virá reproduzido abaixo. Um dado importante para situá-lo: o

economista e na época ex-Ministro, exilado após o golpe de 64, tinha como companheira Lucia Tosi, membro do Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris e uma das responsáveis pelo boletim *Nasatras*.

"O movimento feminista se manifestou de uma forma mais ou menos espontânea. Não saiu do cérebro de nenhum ideólogo, surgiu em muitos lugares simultaneamente e deve, portanto, refletir um profundo atraso em certa fase da evolução de nossa cultura. É um esforço de algo que se rompeu ali onde já não era mais possível suportar as tensões. É por isso também que ele se propaga com tanta rapidez.

As palestras ouvidas durante essa semana são muito parecidas com outras que se ouviu na Suécia, França e EUA. O seu caráter da universalidade e a rapidez de sua propagação indicam que ele deve certamente estar ligado a formas muito profundas na transformação de nossa cultura.

Fui levado a concluir que esse movimento possivelmente seja a dimensão mais importante dos grandes movimentos sociais do fim deste século e que devemos entendê-lo como parte dessas transformações sociais. Portanto, ele é parte do esforço de nossa cultura para avançar para mais longe. Por isso quiçá aqueles que, como eu, quiseram colocar esse movimento em termos de problema nunca puderam entender o que se passava.

É o que se passa com todos nós, homens, quando pensamos apenas em termos de problema. É que nós já transformamos a realidade numa coisa esquemática. O problema é qualquer coisa que tenha uma solução. E um movimento como este não tem propriamente soluções. Ele está na fase de criar, de avançar se criando. Portanto, ele surge dos conflitos, e conflitos exigem arbitragem, exigem tomada de posição, exigem aceitação de valores. Portanto, a dificuldade que nós, homens, temos, resulta exatamente disso: não podemos compreendê-lo.

Aquilo que se pode compreender, de alguma maneira, já está sendo superado. Aquilo que é um problema já tem uma solução pelo menos à vista. E esse movimento está na fase de auto-identificação; ele brota realmente dos próprios conflitos da nossa sociedade, das próprias tensões dessa sociedade, e portanto está na fase de auto-invenção. É nesse sentido que não podemos exigir dele nenhuma explicação simples, nenhuma justificativa fácil, e muito menos traduzidas nos termos do discurso que nós, os homens, criamos.

O feminismo está, por definição, ligado a uma certa percepção do mundo. Portanto vocês, mulheres, terão por muito tempo que ter paciência, porque não poderão esperar que sejam compreendidas facilmente, como não pode ser compreendido ninguém que realmente inventa.

A transformação das mulheres será seguramente a fase superior da própria transformação da nossa cultura, no sentido de abrir as portas à criatividade e à liberação de nós todos, homens e mulheres.

É portanto com uma convicção muito profunda, de quem refletiu por muitos anos, e de quem se comprometeu com a necessidade de que o mundo se transforme e seja algo melhor do que aquilo que recebemos, que eu acompanho o grande movimento feminista em todo o mundo. Sou totalmente solidário com ele, por simpatia humana e na medida em que todos nós somos, essencialmente, criaturas humanas." (Fonte: Opinião 140, 11 de julho de 1975:20)

Após esse depoimento, a semana foi encerrada com a leitura de um documento gestado nas reuniões paralelas às conferências e que teve sua forma final no último dia, como fruto das discussões de 80 mulheres, reunidas durante

horas, antes da sessão de encerramento. Esse texto continha uma primeira parte analítica, resumindo o conteúdo das conferências, seguido das seguintes conclusões:

1º) A luta pela libertação da mulher não deve ser desvinculada da luta pela libertação do ser humano em geral.

2º) O primeiro passo será a tomada de consciência pela mulher de sua posição dentro da realidade sócio-econômica em que vive, havendo para isso necessidade de um amplo trabalho de reeducação.

3º) Para tanto, é necessário que as mulheres se organizem e possam manifestar livremente seu pensamento, numa ampla frente para discutir, reivindicar e se lançar num programa de ações concretas.

4º) Esse programa de ações concretas pressupõe como tarefa mínima a formação de grupos para discussões, estudo e encaminhamento de seus problemas concretos.

Neste **Ano Internacional da Mulher** aderimos a todos aqueles que no mundo inteiro lutam contra as formas de opressão e discriminação.

Propostas:

1. Propomos a criação de um Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira que obedecerá a seguinte estrutura:

- a) um centro de estudo, reflexão, pesquisa e análise;
- b) um departamento de ação comunitária para tratar concretamente e a nível local dos problemas da mulher.

O objetivo principal do Centro será combater a alienação da mulher em todas as camadas sociais para que ela possa exercer o seu papel insubstituível, e até agora não assumido, no processo de desenvolvimento.

A nossa primeira etapa de ação será a aquisição de uma sede, personalidade jurídica, estatutos e o apoio ativo do maior número possível de mulheres a quem pedimos filiação.

2. Decidimos pela criação de um jornal que terá como objetivo a veiculação e divulgação dos problemas reais da mulher no sentido de criar uma consciência nacional de sua condição."

(Fonte: Boletim do Centro da Mulher Brasileira 1(1), 1976:3-5)

Assim, graças a uma verba obtida com a ONU por Rose Marie Muraro³, o Centro da Mulher Brasileira (CMB) pôde ser legalmente fundado no Rio de Janeiro,

³Rose Marie Muraro alega (entrevista 9) não ter integrado o grupo organizador da semana da ABI por já ser muito conhecida e o feminismo não comportar "estrelas". Poder-se-ia considerar também a hipótese dela não ter aparecido por medida de precaução, na medida em que, além de feminista, era conhecida como pessoa ligada aos meios de esquerda.

em Assembléia Geral de 23 de agosto de 1975, dispondo de uma sede num edifício do centro da cidade e um estatuto registrado em cartório. Nesse estatuto, figuravam como objetivos da entidade:

- a) criar um centro de documentação;
- b) promover a realização de pesquisas sobre a condição da mulher, buscando para tanto os recursos necessários;
- c) promover a divulgação das informações levantadas sobre a condição da mulher, através dos meios disponíveis;
- d) promover a criação de grupos de reflexão sobre a condição da mulher;
- e) promover o intercâmbio com outras organizações afins;
- f) promover e solidarizar-se com todas as iniciativas que venham ao encontro dos objetivos do Centro.

O mesmo documento estabelece a estrutura do CMB, instituindo como órgãos a Assembléia Geral composta por todas as sócias, de caráter soberano e deliberativo, e um Colegiado, composto por 9 sócias eleitas anualmente para assegurar a coordenação, sendo de sua competência:

- a) deliberar sobre medidas a tomar no sentido de serem atingidas as finalidades do Centro;
- b) executar as deliberações da Assembléia Geral;
- c) aprovar os pedidos de admissão de sócias;
- d) organizar comissões ou departamentos;
- e) representar o Centro ativa, passiva e judicial e extra-judicialmente para a coordenadora em exercício.

Os primeiros grupos formados e as primeiras atividades internas e

externas desenvolvidas pelo CMB em seus primeiros meses de existência não refletiam toda a heterogeneidade das sócias e os diferentes significados e representações que se associava à palavra "feminismo". Entretanto, na fase do CMB-RJ, que vai da fundação até o começo de 1977, nele conviveram três tendências, cuja identificação será feita a partir de seus contornos tênues, uma vez que não havia debate teórico propriamente dito, explicitando e fundamentando as divergências existentes. Ao contrário, o medo da repressão, muito presente para algumas sócias que tinham passado militante, familiares presos e um projeto "político" para o Centro, logo se difundiu e instaurou uma espécie de paranóia coletiva, a partir da qual se defendia a manutenção das aparências de unidade e de consenso, como garantia de sobrevivência. Dentro dessa idéia, não foi difícil para algumas neutralizar pontos de vista e anseios de outras, cujas tendências "desviantes" estariam antes de mais nada "fazendo o jogo do sistema". Esse processo de estrangulamento interno e de fechamento, que assimilou, aliás, aspectos do processo político que o país vinha atravessando naquela década, provocou desilusões, desgastes e insatisfações que conduziram várias sócias, inclusive algumas fundadoras, a se afastarem do CMB.

Os primeiros indícios da existência de diferentes significados e representações associados ao feminismo aparecem nas posições esboçadas ainda nas reuniões da ABI e/ou nos seus desdobramentos. Elas diziam respeito à estrutura, à forma de organização e às denominações que abrigariam e assegurariam a continuidade daquele evento.

Com relação à estrutura e à forma de organização das mulheres, manifestaram-se naquele momento as adeptas da criação e do funcionamento espontâneo de grupos fluidos de autoconsciência, contra aquelas que defendiam a necessidade de criar uma entidade com personalidade jurídica, que contivesse

um órgão de coordenação dos grupos "de reflexão", de fomento e centralização de trabalhos e atividades consideradas prioritárias. Como a repressão, ameaça real para algumas, era um fantasma para muitas, venceu a segunda posição, baseada no argumento da necessidade da cobertura legal e institucional para fazer reuniões e desenvolver atividades.

Com relação às denominações, houve debate a respeito da inclusão do termo "feminista" no nome da futura entidade. Venceu a posição de não utilizá-lo, fundamentada numa razão tática, como vimos no depoimento de Malu: tratava-se de uma palavra estigmatizante na época, comumente considerada como um sinônimo do termo "homossexual". Também será importante destacar a não utilização da expressão "movimento de liberação", e uma certa indecisão ou imprecisão no uso das expressões "movimento feminista" e "movimento de mulheres", por parte das sócias e/ou militantes do Centro.

Por outro lado, verifica-se que o estatuto do CMB se refere a grupos de "reflexão" em lugar de adotar a denominação "grupos de autoconsciência", popularizada pelos movimentos de liberação das mulheres em outros países para designar um tipo particular de coletivo cuja prática estava centrada no debate e na reflexão sobre as experiências individuais de cada participante, no tocante aos problemas específicos da identidade feminina. Essa opção, justificada outra vez pela necessidade de se proteger da repressão (a palavra autoconsciência poderia ser confundida com militância política), instaurou justamente a ambiguidade quanto à natureza e as práticas dos novos grupos de mulheres, e acabou provocando tensões, dado o surgimento de grupos auto-definidos como "de reflexão", "de trabalho", "de reflexão e trabalho". Ora, neles, na verdade, a prática de autoconsciência era minoritária, pouco valorizada, e a reflexão se converteu paulatinamente numa atividade derivada do estudo e da pesquisa sobre alguns temas considerados como eixos de discussão e/ou de intervenção da

mulher: a situação da mulher trabalhadora, as creches do município do Rio de Janeiro.

As divergências que apareceram nessa primeira fase do CMB, desde a própria decisão de sua fundação, que repousavam aparentemente em questões de estrutura, forma e denominação, indicam a presença de três orientações ideológicas: um feminismo radical, um feminismo liberal e um marxismo ortodoxo. Para mapeá-las, inspirei-me nos critérios de identificação utilizados por Chinchilla (1982), que estuda as diferenças entre as correntes ideológicas do feminismo norte-americano confrontando cada uma delas com as seguintes questões: 1º) qual é a origem da opressão das mulheres; 2º) qual é a luta principal e quais os objetivos a alcançar; 3º) como se organizar?

Não será demasiado insistir sobre o fato de que referir-me-ei a tendências que não apareceram assumidas enquanto tal por um ou outro grupo dentro do CMB, mas cuja presença pôde ser percebida graças a alguns depoimentos, e através da análise dos documentos internos e dos boletins publicados ao longo do período em estudo.

Feminismo radical⁴

Para as correntes que reivindicam o feminismo radical a nível internacional, as origens das desigualdades sexuais e da opressão feminina se encontram no "patriarcado", tipo de dominação masculina presente em todas as sociedades históricas contemporâneas. Shulamith Firestone, autora de *A Dialética do Sexo* (1971), traduzido e publicado no Brasil em 1976, primeira grande teórica do feminismo radical materialista, localizou a origem da desigualdade entre os sexos na esfera da reprodução, ou seja, nos diferentes

⁴São teóricas do feminismo radical Millett (1970), Firestone (1970), Delphy (1974, 1981). Ver também as antologias de textos editados por Morgan (1970), por Koedt, Levine, Rapone (1973) e por Mathieu (1985).

papéis biológicos na procriação. Variantes idealistas do feminismo radical enfatizaram idéias e valores como determinantes históricos independentes e buscaram avaliar a importância das "culturas" masculina e feminina dominantes na formação de comportamentos (Chinchila, op.cit.:222).

Para o feminismo radical, a luta principal é a de liberação. Uma liberação que se daria primeiramente a nível das mulheres, na esfera do cotidiano, e depois a nível da sociedade, atingindo outras esferas. Os movimentos de liberação das mulheres do começo dos anos 70 foram movidos pela utopia radical segundo a qual seria possível mudar qualitativamente as relações entre as mulheres e entre os sexos no imediato, desde que se assumisse a luta contra as atitudes autoritárias e as práticas opressoras em todas as instâncias da vida privada e pública, sem o que, inclusive, não se poderia conceber nenhuma revolução da ordem social. Isso é o que se buscava expressar com as palavras de ordem que apontavam para a conquista da autonomia em todas as dimensões da existência e da livre disposição do corpo (controle sobre a sexualidade e sobre a reprodução).

Como se organizar para atingir essa autonomia? Era preciso justamente que as mulheres passassem a se valorizar como seres femininos, processo que ocorreria nos pequenos grupos de autoconsciência, onde se estabeleceriam laços de irmandade de gênero capazes de assumir a luta contra a classe masculina opressora e onde se conceberiam estruturas alternativas de solidariedade e apoio às mulheres (clínicas de saúde, plantões para as vítimas de violência, etc.).

Penso poder afirmar, por tudo que foi dito nas páginas precedentes, que o feminismo radical se manifestou e foi derrotado nos debates que definiram a criação e o perfil do CMB em sua primeira fase, o que é amplamente demonstrado pelo depoimento que se segue:

"Nunca tinha ouvido falar em feminismo até 1975, apesar de ter sido muito influenciada pela leitura de Carmen da Silva. (...) Era um período incrível esse do nascimento do movimento feminista no Rio, havia enorme solidariedade entre os grupos e a forma de ligação inicial era simples: uma vez de quinze em quinze dias uma mulher de cada grupo ia a uma reunião inter-grupos. Isso foi logo depois da ABL. No sábado seguinte ao final daquela semana uma mulher que estava insatisfeita com o casamento resolveu fazer algo inédito e promoveu uma reunião pública em sua casa, naquela época de grande repressão! Foi nessa reunião que nasceu o nosso grupo ao mesmo tempo que vários outros: legislação, mulher e trabalho, creches, cinema, meios de comunicação. Numa certa hora, quando os grupos estavam sendo propostos, M. disse que não sabia nada de estudos sobre mulher e que queria um grupo que começasse do nada, para entender a situação da mulher na sociedade em geral. Yiramos o grupo Nada. Foi só depois de algumas reuniões que surgiu o CMB, quando apareceu uma verba obtida por intermédio da Rose Marie que possibilitava o aluguel de uma sala. Mas aí já tinham começado as divergências, porque nesse grupo grande havia mulheres que já tinham uma visão de feminismo e que diziam que se começássemos a estruturar, hierarquizar e depender de órgãos externos, já não poderíamos falar livremente dos problemas de mulher, daríamos prioridade a organizar, fazer coisas, etc. Isso era contestado pelo meu grupo, que queria encontrar sozinho sua forma de trabalhar, seu caminho, que não sabíamos qual seria. Mas outras diziam que era muito perigoso reunir assim sem organização e estrutura legal, que um dia iríamos presas. Já em 1975 esses dois pensamentos estavam bem formulados: um por aquelas que viam na criação de uma entidade a única forma de sobrevivência do movimento de mulheres (e talvez tivessem razão, já que o CMB é até hoje um eixo dele); o outro por nós que não concordávamos, que queríamos um movimento mais selvagem, livre, onde o nosso compromisso fosse apenas conosco, mulheres. (...) Na época eu não tinha clareza do porque das divergências, mas mais tarde vi claro. As mulheres que queriam integração no sistema, legalidade e estrutura eram militantes políticas, isto é, tinham participação política, familiares presos, torturados, e elas achavam que o nosso feminismo era burguês, diziam que queríamos ficar olhando para nossos umbigos quando no país havia repressão e toda uma situação social a ser mudada. Nós também achávamos que era preciso mudar a sociedade, mas pensávamos que mudando a situação da mulher poderíamos contribuir para, no futuro, mudar a sociedade, construir algo a longo prazo, uma sociedade onde os homens fossem mais sensíveis e não quisessem torturar ninguém. Elas queriam tirar os presos da cadeia já; nós queríamos uma coisa mais radical a longo prazo: mudar as cabeças das mulheres e dos homens.

Havia grupos que diziam fazer autoconsciência ao mesmo tempo em que desenvolviam práticas concretas. Houve aliás, na época, um trabalho inter-grupos sobre um projeto de novo Código Civil. Nosso grupo sempre dava colaboração quando nos pediam já que tudo que se fazia na época aparecia sob a égide do CMB. Mas colocávamos sempre que estávamos contra certas coisas que nos expunham à repressão, aquelas atividades feitas em nome das lutas gerais, mas esse problema existia. A representante do nosso grupo que ia às reuniões inter-grupos voltava sempre insatisfeita e preocupada, dizendo 'não está dando pé, não há espaço para as nossas questões de mulher, e nós somos as que mais divergimos do conjunto'. Havia outros grupos em desacordo com os rumos que iam sendo tomados pelo CMB, mas que não chegavam a tomar posições tão abertamente diferentes. Um dia escrevemos um documento que desapareceu e que ninguém tem mais, onde sintetizávamos nossas posições e reivindicações. Era muito engraçado, porque nas assembleias gerais todo mundo parecia concordar com as nossas colocações, mas já na reunião seguinte ninguém mais se lembrava delas. Aparecíamos com propostas concretas de grupos de reflexão sobre sexualidade e contracepção, e era como se nunca tivéssemos tocado no assunto, como se não tivéssemos sido ouvidas na vez anterior. Aí resolvemos não nos desgastar mais e continuar com o nosso pequeno grupo, sem tentar convencer ninguém mais.

Éramos 8 em média, e fazíamos três reuniões por mes para quem quisesse.

participar. Lemos o livro da Belotti e então cada uma foi contando sua história de vida, a partir do que a leitura inspirava. Fomos ficando muito unidas, até que um dia uma de nós pôde colocar abertamente a sua homossexualidade, e foi um momento muito bonito do grupo. Nós nos colocávamos como o primeiro grupo de feministas radicais no Rio de Janeiro e existimos como grupo até 1977, quando cada uma seguiu um rumo diferente, entre mudança de cidade, viagens e casamentos. Nossa relação com o conjunto do CMB, apesar das divergências e diferenças era boa: naquele momento havia tanto ódio no contexto que só podíamos nos juntar para construir algo juntas. (...)

Não chegava aqui quase nenhuma informação de fora, mas o nosso grupo, em particular, recebia informação sobre o movimento feminista internacional. Aliás, logo na primeira reunião do nosso grupo Nada, a Gilda Grillo, que tinha chegado de fora, passou uma noite inteira falando sobre o movimento, os grupos de consciência, a solidariedade entre as mulheres, a socialização diferenciada, etc. Ela foi muito importante para o nosso grupo, não só teórica como praticamente. Uma vez, na saída de uma assembléia geral, um monte de mulheres que tinham ficado atraídas por ela vieram para a minha casa e comemos tudo o que havia. No final da noite, fato inédito neste país, a Gilda tirou seus anéis e foi para a cozinha lavar os pratos! Na tal assembléia geral ela não tinha podido abrir a boca quase; na época era muito difícil se dar a palavra a uma pessoa associada com o feminismo internacional, considerado ainda uma coisa muito elitista. Todas no CMB se diziam feministas, mas defendiam um feminismo diferente daquele dos países desenvolvidos: aqui, tratava-se de lutar pela causa das outras mulheres, de salvar as operárias, cuja causa era mais importante do que a nossa, já que tínhamos comida, casa e instrução. Era engraçado, tinha até gente que saía vomitando se se falasse em aborto; não se podia falar em problemas pessoais, todas se diziam bem e felizes, quem tinha problemas eram as operárias, as outras mulheres, uma dissintonia total com a realidade! Outra influência importante no grupo foi de uma de nós que falava muito de sua experiência enquanto mulher nos partidos de esquerda no movimento estudantil em São Paulo, contava a exploração de que era objeto por ser bonita e atraente; por outro lado, ela conhecia toda uma literatura sobre a experiência das mulheres em outros países onde havia partidos revolucionários, os quais só se preocupavam com causas abstratas, em salvar os oprimidos sem pensar nas mulheres.”(entrevista 3)

Feminismo liberal⁵

O liberalismo é uma construção ideológica baseada na crença da possibilidade do progresso social e da melhoria das condições de existência através de mudanças e inovações no interior de um sistema social, dando grande importância à liberdade e ao bem-estar individuais. Tendo-se afirmado na Europa e nos Estados Unidos nos séculos XVIII e XIX, como uma ideologia que defendia as liberdades individuais contra todas as formas de despotismo e de ingerência do Estado na vida social, econômica e religiosa, o liberalismo difundiu a noção de

⁵São precursores do feminismo liberal contemporâneo Mary Wollstonecraft (1759-1797) e John Stuart Mill (1806-1873). Betty Friedan (1963, 1983) é a representante atual mais conhecida dessa corrente, tendo criado a *National Organization of Women* nos EE.UU., cuja trajetória foi estudada por Freeman (1973).

democracia, defendeu a abolição da escravidão e a extensão dos direitos naturais. O pensamento liberal contemporâneo evoluiu da idéia da luta dos indivíduos contra um Estado para a concepção segundo a qual os governos, enquanto representantes coletivos de uma sociedade, podem e devem tomar medidas para assegurar o bem-estar de cada indivíduo, através da regulação dos direitos e das obrigações dos cidadãos. Advêm dessa utopia do *welfare state* as lutas por direitos civis e cívicos, conduzidas por grupos de pressão que defendem determinados interesses e que tendem a se transformar em grupos de representação na esfera dos poderes estatais.

O feminismo liberal, herdeiro dessa construção ideológica, não desenvolve nenhuma nova teoria a respeito da origem propriamente dita das desigualdades entre os sexos, considerando que as diferenças entre homens e mulheres não são naturais, mas culturais. Sua tendência é enfatizar a existência de iguais potencialidades em ambos os sexos, e não a valorizar suas diferenças. Inspirado pela corrente filosófica iluminista, o feminismo liberal considera que as mulheres, assim como outros grupos oprimidos, são vítimas da defasagem entre os direitos naturais - a igualdade entre as raças e os sexos expressa pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão - e as realidades sociais, que privilegiam os indivíduos de raça branca e sexo masculino - leis obsoletas, educação discriminatória, mentalidades atrasadas.

Essa tendência defende a luta pela igualdade dos sexos, tendo como objetivos a conquista de direitos civis e a abrogação de todas as formas de discriminação sexual presentes nos âmbitos social, econômico e político. É também o feminismo liberal que enfatiza as possibilidades de realização pessoal, de conquista de liberdades e de emancipação para mulheres "exemplares", sendo, como já foi dito, a tendência que mais se aproxima do individualismo contemporâneo.

Do ponto de vista liberal, a organização ou movimento feminista aparece como um movimento de pressão para a conquista de direitos civis para todas as mulheres e de espaços públicos de atuação para as representantes dessa minoria política. Além disso, os grupos feministas constituem um lugar de encontro e fortalecimento mútuo de "novas mulheres", um espaço de individuação.

É importante notar que enquanto as feministas radicais reivindicaram aspectos inovadores do movimento de liberação das mulheres, enfatizando sua ruptura com o feminismo igualitarista do passado, popularizado como "sufragista", as feministas liberais se empenham justamente na reapropriação desse legado histórico.

No primeiro número do boletim do CMB-RJ, encontramos um extenso artigo sobre "A Mulher no Código Civil", que poderíamos atribuir a uma tendência feminista liberal. A idéia subjacente ao texto é a de que as desigualdades sexuais e as discriminações que atingem as mulheres brasileiras são fruto de uma inadequação entre o processo de desenvolvimento e modernização da sociedade desde o Código Civil de 1916, e os hábitos e valores culturais arraigados, que a legislação obsoleta contribui para perpetuar, sem levar em conta as mudanças da situação feminina já existentes.

"Ao se formalizar um conjunto de leis que regem a sociedade civil, regem as boas regras do Direito que a legislação se adequa à realidade social do presente, e que seja bastante flexível para englobar transformações futuras. Um código rígido acaba tornando-se rapidamente obsoleto - mil aditivos e disposições que procuram superar suas defasagens com relação à sociedade que pretende regular.

Nosso Código Civil data de 1916. O Brasil era nesta época uma economia agrária, e apenas começavam a se formar as classes sociais que compõem as sociedades modernas industrializadas e urbanizadas. (...) Evidentemente a mulher de hoje tem muito pouco a ver com a de 1916. Entretanto, parece que o homem não mudou tanto, haja visto a mentalidade patriarcal que rege o projeto do novo Código Civil. Se não o homem em geral, pelo menos não mudaram os juristas, que se recusam a ver na nova mulher a companheira do homem capaz de partilhar em pé de igualdade os deveres e responsabilidades da família. A mulher vem ingressando em massa nas profissões e assumindo cargos antes exclusivamente masculinos, exercendo-os com igual capacidade (...). O fato de que esta participação não esteja ainda equiparada em 50% (...) nos cargos de mando e na produção, não se deve à sua incapacidade, mas aos preconceitos e obstáculos criados pela cultura patriarcal. (...) A mulher ainda é vista como apêndice do homem, como dependente, como semi-

incapaz, recusando-se-lhes o reconhecimento de seu pleno desenvolvimento como ser humano com iguais poderes e deficiências, qualidades e defeitos que o homem. As propostas feministas pretendem justamente alcançar este reconhecimento, pela valorização do papel e da imagem da mulher em nossa cultura, ainda tão carregada da herança patriarcal. O Centro da Mulher Brasileira pretende atuar neste sentido, promovendo pesquisas e debates sobre a situação da mulher e trabalhando para solucionar os problemas criados pela discriminação de sexo. Como primeira tarefa o Centro desenvolveu um estudo sobre a parte referente à família no projeto do Novo Código Civil." (Boletim do CMB I(1), 1976:8-9)

Por outro lado, também traduz uma concepção feminista liberal o seguinte relato a respeito da experiência de um dos grupos do CMB, espaço de fortalecimento individual das participantes:

"Nosso grupo formou-se em meados de 1975, ou seja, há um ano e meio. Sua composição era de pessoas que se conheciam por já terem participado de um grupo anterior e de pessoas que foram aos poucos se entrosando a partir do seminário da ABI. (...) Éramos desde o início sete mulheres que apesar de terem histórias de vida diferentes, apresentavam uma identificação quanto a uma visão de mundo política e feminista. Todas trabalhavam, na grande maioria já tinham filhos, e suas trajetórias profissionais possibilitavam uma enriquecedora troca de experiências. (...) Se exercermos fora do grupo uma prática intelectual, não intelectualizamos o nosso grupo, procuramos um enriquecimento na troca de experiências, aprendendo no sentido de uma nova socialização baseada no amor e no respeito. Tivemos a 'coragem' de nos colocar por inteiro falando sobretudo sobre todas as nossas vivências e fantasias. E, assim, fomos nos conhecendo. Nosso grupo se constituiu numa transa de vida e é essa a nossa mais importante prática feminista - uma nova socialização. (...) Todas temos a sensação de termos crescido, apesar das crises pessoais que passamos fora do grupo. Nesse processo de crescimento o grupo serviu como ponto de apoio fundamental. Nossas discussões levaram sempre em conta a relação homem-mulher, as relações decorrentes do casamento, nosso problema de independência através do trabalho, nossa dupla jornada e nosso esforço de não sucumbirmos depois dessa dupla jornada. (...) Como prática coletiva, no sentido em que essa noção é usada, nosso grupo participou de alguns trabalhos tais como: elaboração das críticas ao anteprojeto do Código Civil, na parte referente ao Direito de Família; na preparação da festa de encerramento do Ano Internacional da Mulher; na divulgação de jornais feministas como Nós Mulheres; na elaboração de um projeto que se concretizou no show 'Amélia já era!'; na participação em debates na PUC do Rio de Janeiro e em São Paulo. As práticas individuais são aqui omitidas na medida em que representam trabalhos individuais desenvolvidos autonomamente por membros do grupo a partir de motivações pessoais, opções de vida, chances profissionais, etc., e não nos consideramos no direito de divulgá-las." (Boletim do CMB II(2), jan.1977:8-9)

Marxismo ortodoxo "feminista"⁶

O pensamento marxista clássico localiza a origem da opressão feminina

⁶Ver, a respeito da evolução do pensamento dos marxistas sobre a questão feminina os trabalhos de Alembert (1980, 1986).

no sistema capitalista de produção. Engels considerava que a emancipação das mulheres dependia do seu acesso ao trabalho assalariado, da sua participação na força de trabalho e conseqüente adesão à luta pelo socialismo conduzida pelo proletariado contra a exploração, pela instauração de um sistema social que liberaria homens e mulheres. A essa idéia, Lenin acrescentou a constatação de que o trabalho doméstico era improdutivo e desvalorizante, devendo portanto ser substituído por equipamentos coletivos onde as mulheres seriam assalariadas - creches, lavanderias, refeitórios, etc.

Nessa concepção, por conseguinte, o movimento de mulheres constitui o setor do partido revolucionário de vanguarda responsável pela conscientização das mulheres com respeito à emancipação pelo trabalho e à exploração capitalista, pela organização das trabalhadoras na luta contra o sistema e por uma sociedade sem classes.

Marxistas ortodoxas buscaram intervir ideologicamente e transformar o feminismo nascente num movimento de mulheres desde o começo, como demonstra o depoimento publicado no primeiro número do boletim do CMB, de "uma jornalista de 42 anos com 3 filhos". Este texto, como veremos, é um documento político de princípios sobre a situação da mulher, onde a autora tem por objetivo combater principalmente o feminismo radical, utilizando idéias simplistas e noções estereotipadas:

"O feminismo tem uma séria dificuldade inicial: mulher não é classe. Suas reivindicações não se colocam tão claramente como as da classe operária por exemplo. Mulher também não é povo colonizado como querem algumas feministas francesas e americanas. Pois o povo colonizado tem em relação ao seu colonizador apenas uma obrigação simples: expulsá-lo. E pode a mulher expulsar o homem? Ela quer isso? Ou ela ama o homem - como seu filho, irmão, colega, amante, marido - tendo o seu destino irrevogavelmente ligado ao dele? Claro que a mulher não pode - nem quer - lançar o homem ao mar. O feminismo se destina, pois, a ajudar o processo de libertação dos dois. E o seu principal esforço deve ser no sentido de procurar levar as mulheres a fazer o possível para ingressarem no mercado de trabalho. As condições deste serão assim tão desejáveis? Sabemos que não. Mas que mulher pode se tornar crítica das condições de trabalho a não ser trabalhando? Que mulher, sentada em casa, de crochê na mão, saberá que a jornada é excessiva, o salário curto, o ambiente freqüentemente insalubre, etc.? Que mulher, diante de sua panela, poderá

entender o que significa ser sindicalizado? No trabalho, a mulher adquire duas coisas elementares mas essenciais: a capacidade de criticar as condições de trabalho e o mínimo de independência econômica para começar a tentar sair do estado de subordinação consolidado por séculos de cultura em que, a par de ser explorada tanto quanto o homem - foi explorada também em sua condição feminina.

Sabemos que a situação de inferioridade da mulher é um problema que só será mudado muito depois que tiverem se transformado as sociedades. A última coisa a se modificar é sempre a mentalidade das pessoas. Mas um primeiro passo deve ser dado. E este deve ser a consciência do maior número possível de mulheres de que não trabalhar significa - não existir." (Boletim do CMB I(1), 1976:6)

A análise dos discursos veiculados pelo CMB-RJ, de suas práticas internas e atividades externas, conduzem à conclusão de que a tendência ideológica que predominou nessa primeira fase foi o feminismo liberal. As mulheres que a representavam puderam recuperar, por um lado, a idéia dos pequenos grupos de consciência do feminismo radical e, por outro lado, compatibilizar a "reflexão" sobre si próprias com a iniciativa de atividades que deram a tônica das aparições públicas do Centro. Assim procedendo, enquanto as marxistas ortodoxas, ainda quantitativamente minoritárias, se dedicavam principalmente a uma intervenção de caráter partidário camuflada por uma auto-denominação feminista, e as feministas radicais se isolavam, as feministas liberais se fortaleceram individualmente a partir do trabalho de reflexão em grupo e se dedicaram à questão dos direitos civis e ao estudo de estereótipos sociais que contribuem para a discriminação da mulher. A guisa de ilustração, enumerarei a seguir as atividades externas do CMB desde o momento de sua criação até o final de 1976.

1975:

Agosto: proposta de emenda ao anteprojeto do Código Civil na parte relativa ao Direito de Família, encaminhada à Comissão Especial da Câmara Federal por 3 representantes do CMB, que foram à Brasília levar o documento.

Dezembro: festa "Realidade Mulher" no Museu de Arte Moderna, marcando o encerramento do Ano Internacional da Mulher. O evento consistiu em palestras, exposições de quadros e livros de artistas e escritoras, painéis sobre a imagem da mulher na publicidade e na literatura infantil, além de uma programação

utilizar o movimento de mulheres como veículo, fazendo manipulação e só se concentrando no problema das classes. Eu aliás nem percebia muito o que acontecia, não tinha experiência política e só pensava na solidariedade feminista, sem perceber que o que acontecia nas reuniões era luta pelo poder; depois a Leila me explicava tudo. Aliás eu fui a única do nosso grupo que continuei no Centro, tentando inclusive arranjar financiamentos para as suas atividades; as outras se desligaram, continuamos apenas com o nosso grupo.

A repressão era o nosso grande fantasma. Não nos acontecia nada e eu pensava que não ameaçávamos ninguém - quem iria prestar atenção a coisas de mulher? Se fôssemos cinco operários reunindo, certamente seria diferente; eu achava que estávamos nos dando mais importância do que realmente a repressão nos dava. O problema é que a questão era outra: o medo vinha das mulheres que tinham participação política em outros grupos e se sentiam pessoalmente ameaçadas e perseguidas." (entrevista 7)

O segundo depoimento é de Malu, mais radical:

"Havia gente no Colegiado com tendência dirigista, uma moça sobretudo, que propunha que este fosse um órgão controlador com vida própria, autônomo, industriando o CMB nos seus trabalhos junto a mulheres de periferia, faveladas, etc. Já havíamos surgido assim meio aos trambolhões, com aquela preocupação de não ser só uma coisa de feministas, de ser um organismo do movimento de mulheres, para descaracterizar o conteúdo estigmatizante da palavra. Depois adotamos o nome eufemístico de grupo de reflexão, e havia uma tendência defendendo a formação quase compulsória de grupos de trabalho. Tenho a sensação de que havia a idéia de transformar o Centro num lugar de conscientização política, pelo tipo de literatura e atividades propostas. Logo me cansei, não havia nada mais chato do que aquelas reuniões. Entrei para um grupo de reflexão onde havia pessoas do Colegiado e eu era a mais nova; elas tinham 8 a 10 anos mais do que eu, mas como me sentia velha naquele momento, eu me identificava totalmente com elas, e foi uma experiência importante, fundamental. Até o momento em que várias das pessoas daquele grupo resolveram sair do Centro porque já não agüentavam mais. Então viajei para a França, fui visitar a Marhel, que estava morando lá, e tive então a oportunidade de ver algumas coisas do feminismo, ler outras, perceber que o feminismo não tinha nada a ver com o que se estava fazendo no Brasil. Aí, quando voltei em 1976 nunca mais puz os pés no CMB. Só continuei no grupo de reflexão, no qual todas, com exceção da Branca, acabaram abandonando o Centro." (entrevista 8)

3. O Movimento de Mulheres da Segunda Fase do CMB-RJ

O ano de 1977 foi marcado pela consolidação e hegemonia da tendência marxista ortodoxa no Centro da Mulher Brasileira. Entretanto, como se percebe aliás pelo seu histórico de atividades, duas tendências se mantiveram no seio da entidade. A primeira se voltou decididamente para a mulher trabalhadora e trilhou o caminho clássico dos "movimentos de mulheres" de filiação partidária, adotando a perspectiva política da ampla frente de oposições ao regime militar que se formava naquele momento de "despertar da sociedade civil". A segunda tendência, de cunho feminista liberal, perseverou, apesar da defecção de várias de suas militantes, na linha de defesa da igualdade de sexos, dialogando com o Estado enquanto um movimento de pressão para a conquista de direitos civis e espaços públicos de atuação para as mulheres e suas representantes.

Mas é fundamental assinalar que dado o caráter reformista da linha política que inspirava as marxistas ortodoxas e tendo em vista as esperanças depositadas pelas feministas liberais no processo de "abertura" do regime, essas duas tendências se confundiam e faziam compromissos com uma certa facilidade. Isso teve como resultado a perda da especificidade do pensamento feminista, engolido pela idéia de um "movimento social" (ou "popular") de mulheres cujas lutas "gerais" eram contra a ditadura, pela anistia e o restabelecimento das liberdades democráticas, e cujas lutas "específicas" estavam voltadas para as creches e para questões como o controle da natalidade e a legislação protetora do trabalho feminino, temas que constituíam aliás objeto de estudo e debate no âmbito governamental.

Para ilustrar e melhor situar esta análise da segunda fase do CMB-RJ, enumerarei a seguir as atividades que mobilizaram suas militantes em 1977 e

especial para as crianças.

1976:

Março: mesa-redonda na OAB sobre a situação jurídica da mulher, tendo a participação de juristas e de uma advogada representando o CMB.

Agosto: show "Amélia já Era", no teatro João Caetano, seguido de debate sobre a visão da mulher na música popular brasileira, onde compareceram cerca de 1500 pessoas.

Outubro: Encontro de creches, patrocinado pela PUC e pela Obra da Fraternidade da Mulher Brasileira, refletindo avanços de um trabalho de levantamento das instituições voltadas para o atendimento do menor, filho das mulheres trabalhadoras no município do Rio de Janeiro, desenvolvido por um dos grupos do Centro com financiamento da ONU.

Terminarei o estudo sobre essa primeira fase do CMB-RJ citando depoimentos de duas de suas fundadoras, através dos quais percebemos claramente que a situação interna foi mudando, e que a correlação de forças foi revertida na entidade em 1977, o que mudou completamente sua dinâmica interna e o seu perfil externo. Em primeiro lugar, Branca Moreira Alves, que poderia ser incluída na tendência feminista liberal:

"A grande proposta do Centro era tratar da condição da mulher, nisso todo mundo estava de acordo. Depois é que divergíamos. Eu acho que deveríamos ter ficado mesmo com atividades de intelectual e não ter partido para aquele negócio de militância de burguesia nas favelas. Acho que o que a gente fazia bem mesmo era animar debates intelectuais, nas favelas nem sabíamos como falar com as pessoas, tínhamos que ler Paulo Freire antes de ir.

A primeira coisa que fizemos, duas semanas depois da fundação do Centro, foi o projeto de reforma do Código Civil e fomos à Brasília levá-lo; depois organizamos o 8 de março. Isso fazíamos bem. Mas já havia gente que queria outro tipo de coisa. Lembro por exemplo que uma vez, saindo de uma reunião, uma sócia dizia que tínhamos que encher o Maracanã de mulheres, juntar 100.000 mulheres no estádio, levar o Centro para todo o Brasil para criar um forte movimento de mulheres militante!

Havia grupos de reflexão, o nosso e outros, e grupos de trabalho, mas logo veio um período em que grupo de reflexão começou a ser mal visto, considerado como burguês, intimista; dizia-se que sexualidade não era relevante, que tinha-se que tratar de mulher e trabalho. Foi até nesse momento que pintou a possibilidade de fazer um projeto de pesquisa, e a Comba, do nosso grupo, queria fazer sobre esse tema, nós sobre sexualidade. Aí ela saiu do nosso grupo (mais tarde voltou, reformulou, hoje continua conosco), mas na época fomos alvo de críticas e nos afastamos do Centro quando começou a ficar muito forte aquela coisa da esquerda

1978:

1977:

Março: promoção do "Encontro da mulher que trabalha", no Sindicato dos Aeroviários, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Abril: mesa-redonda organizada em colaboração com o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), sobre o tema "Controle da natalidade". Representava o CMB a socióloga Moema Toscano.

Maior: debate sobre a Mística Feminina na sede do CMB

Setembro:

dias 10 e 11 - encontro na Associação de Moradores do Chapéu Mangueira, com palestras das sócias e militantes do CMB Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos (Santinha), médica, sobre "Reprodução, aparelho genital feminino e controle da natalidade" e Comba Marques Porto, advogada, sobre "Os Direitos da mulher".

dias 28 e 29 - apresentação de trabalho sobre "A discriminação da mulher" no seminário "Direito de Interesse Social" promovido pela Fundação Ford e pela Casa Rui Barbosa. Representavam o CMB Branca Moreira Alves e Leila Linhares.

Apresentação à Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional (CPI da Mulher) das propostas do grupo de trabalho sobre creches: depoimento da socióloga Moema Toscano.

Outubro:

dia 4 - mesa-redonda organizada em colaboração com o Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES) sobre o "Plano de Prevenção à Gravidez de Alto Risco" (PPGAR). Representava o CMB a médica Santinha.

dia 15 - apresentação do trabalho sobre creches na "Semana da Cidade", no auditório da ABI.

dia 19 - mesa-redonda organizada em conjunto com a Sociedade Brasil-Mulher e o grupo feminino da PUC-RJ sobre "Feminismo". Representavam o CMB a economista Hildete Hermes de Araujo e a psicóloga Vivian Tauille.

dia 22 - conferência da socióloga Moema Toscano e da jornalista Heloneida Studart sobre "A Mulher na China"

Novembro participação em mesa-redonda sobre "A Mulher na sociedade" realizada na PUC de Belo Horizonte. Representava o CMB a historiadora Branca Moreira Alves.

Dezembro: participação em mesa-redonda em comemoração ao 29º aniversário da assinatura da Carta dos Direitos Humanos, promovida conjuntamente com a Sociedade Brasil-Mulher. A União Brasileira de Mães e o Movimento Feminino pela Anistia, na sede da ABI.

1978:

Janeiro: participação como observador no I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema.

Março: comemorações do Dia Internacional da Mulher

dia 8 - solenidade nas Câmaras de Vereadores do Rio de Janeiro e de Nova Iguaçu.

dias 9 e 10 - "Jornadas da memória da mulher", no auditório da ABI, constando de conferências e debates sobre "As lutas femininas no Brasil desde o movimento sufragista" e "O movimento feminista atual no Brasil e em outros países".

dia 11 - "Festa da Mulher" no Museu de Arte Moderna, com painéis e debates sobre a mulher na propaganda, imprensa feminina, proteção à infância, creches, exposição de livros e jornais, etc.

Maior: "II Encontro da mulher que trabalha", no Sindicato dos Metalúrgicos do RJ

(Fontes: Relatório das atividades do Centro da Mulher Brasileira em 1977 e Três anos de atividades do Centro da Mulher Brasileira, Arquivo Pessoal)

O relatório Três anos de atividades do Centro da Mulher Brasileira aponta o "II Encontro da mulher que trabalha" como um marco nas orientações do movimento feminista:

"O período 75/76 foi basicamente o de estruturação e retomada do movimento feminista no Rio de Janeiro. Se por um lado, o conjunto de nossas atividades foi objeto de muitas críticas e auto-críticas devido à própria precariedade de seu conteúdo, por outro lado foi a forma de sobrevivência encontrada. As condições

políticas gerais não eram muito favoráveis ao estabelecimento de movimentos em geral.

A partir de março de 1977, com a realização do "I Encontro da mulher que trabalha" - como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher - iniciou-se um movimento de 'sair de si', estando mais atento ao conjunto de reivindicações da sociedade civil, tentando fazer do Centro da Mulher Brasileira uma associação mais atuante, respondendo melhor aos acontecimentos nacionais através da colocação da problemática da mulher e em especial da mulher que trabalha no cenário político da Nação." (op.cit.:2-3)

Dois temas foram abordados no I Encontro da mulher que trabalha - a dupla jornada de trabalho e as condições do mercado de trabalho para a mulher - desembocando nas seguintes resoluções finais:

I. Quanto ao Centro da Mulher Brasileira:

1 - que ele continue desenvolvendo seus trabalhos no sentido de abordar as especificidades do problemas da mulher;

2 - fazer uma campanha permanente no sentido de que as mulheres se filiem ao Centro da Mulher Brasileira, para que ele se fortaleça como ponto de encontro, de discussões e ação em favor da mulher;

3 - que as mulheres tragam para o Centro da Mulher Brasileira os problemas enfrentados a nível profissional, para que ele, como elemento coordenador, possa tomar as providências cabíveis;

4 - que o Centro da Mulher Brasileira procure desenvolver uma espécie de coordenação no sentido de desenvolver os movimentos existentes a nível das organizações profissionais de bairro.

II. Quanto às reivindicações sugeridas no Encontro, no que dizem respeito aos problemas da mulher em geral:

1 - que se trabalhe da forma que for possível, e junto a quem de direito, para que se crie nas empresas e principalmente nos bairros toda a infra-estrutura necessária para suprir o trabalho da mulher dentro de casa. Em particular, que se estude as possibilidades e se reivindique a implantação, a nível municipal, de sistemas de creches, dado que o problemas da criança é fundamental na vida da mulher que trabalha;

2 - que se promova, sob a coordenação do Centro, uma campanha no sentido de mudar a concepção corrente sobre o desempenho social da mulher, dado que sua discriminação tem amparo numa educação deformada, que começa dentro de casa e prossegue na escola;

3 - que se lute por salário igual para trabalho igual em relação aos homens;

4 - que se estude uma forma de modificação dos critérios de seleção, tentando eliminar a discriminação da mulher no acesso ao mercado de trabalho;

5 - que as mulheres que aqui trouxeram suas contribuições e que se encontram conscientes dos problemas da mulher se empenhem firmemente na luta por sua superação;

6 - que se organizem as seguintes comissões:

- a) por categoria profissional, com representante feminino de cada setor, para o encaminhamento de seus problemas específicos;
- b) uma comissão coordenada pelo Centro, para trabalhar junto aos sindicatos e associações profissionais, visando fortalecer a participação da mulher na vida sindical;
- c) uma comissão coordenada pelo Centro, para fazer um levantamento das associações de bairro existentes, e divulgar o trabalho por elas desenvolvido.

7 - que as mulheres se solidarizem com a luta travada pelo Movimento Feminino pela Anistia, pelo respeito aos direitos humanos, pela liberdade de expressão e pela revogação da censura." (Fonte: Documentos do CMB-RJ, Arquivo Pessoal)

Para aplicar essas resoluções, elegeu-se para o 3º Colegiado do CMB-RJ, no final de março de 1977, a chapa "Mulher Hoje", constituída em sua quase totalidade por mulheres marxistas ortodoxas, membros ou simpatizantes do Partido Comunista pró-soviético (clandestino). Do programa dessa chapa constava a redefinição das funções do Colegiado, o que se traduzia na prática por uma maior burocratização de suas funções e conseqüente aumento de poder das coordenadoras responsáveis por setor ou tarefa, e uma proposta de linha de ação que visava implantar grupos de assistência jurídica e frente de trabalho junto a comunidades. (Anexo II)

Nos meses subseqüentes, como se pôde observar pelo histórico de atividades, as militantes do CMB oscilaram entre tarefas de "conscientização" e organização junto a mulheres das camadas populares (movimento de vanguarda) e iniciativas de cunho intelectual, voltadas para a denúncia de discriminações e debates sobre temas considerados importantes, geralmente aqueles suscitados por algum projeto do Estado concernente à população feminina (movimento de pressão).

É bastante significativo o interesse que suscitou a divulgação pelo governo do Programa de Prevenção à Gravidez de Alto Risco (PPGAR), e a tomada de posição do Centro a esse respeito. O documento que explicita suas críticas ao

PPGAR (Anexo 3) é fruto, a meu ver, de dois tipos de preocupação. Por um lado, ele reflete a necessidade das militantes de esquerda de não se incompatibilizar com a Igreja católica, contrária ao controle da natalidade e ao planejamento familiar, cujos setores progressistas eram importantes aliados na luta contra a ditadura. Por outro lado, ele expressa a vontade que tinham militantes feministas de abrir o debate sobre temas como a contracepção e o aborto, até então bloqueado por razões de ordem política, o que estava em contradição flagrante com a política feminista internacional que defendia justamente a livre disposição do corpo e o direito de escolha das mulheres com relação à maternidade.

Entretanto, quanto mais avançava o processo político naquele período-chave de transformação do regime, quanto mais se verificava a efervescência da "sociedade civil" com a perspectiva de reformas institucionais acenadas pelo governo, menos espaço havia para uma política feminista autônoma (o termo é aqui utilizado na acepção de independente das organizações partidárias, e não no sentido mais abrangente da autonomia reivindicada pelos novos movimentos de liberação das mulheres nas sociedades liberais avançadas).

Em conseqüência, muitas mulheres que haviam procurado o CMB, atraídas por uma idéia imprecisa do feminismo formada a partir de alguns livros traduzidos e de artigos publicados por jornais da imprensa alternativa, mais próximas de uma tendência liberal do que da visão marxista ortodoxa, foram se afastando, decepcionadas com a manipulação política e a dinâmica autoritária que o novo Colegiado, com sua "opção pelas massas", ia imprimindo ao funcionamento da entidade. O editorial do Boletim de outubro de 1977 constata justamente:

"Uma das preocupações mais sentidas por todas nós durante os últimos tempos foi a de que o Centro da Mulher Brasileira não conseguiu ultrapassar o reduzido grupo de mulheres mais organicamente ligadas a ele e partir para uma mobilização significativa de mulheres de diferentes espaços socio-econômicos, culturais, ligados

por um elo comum (...)." (Boletim do CMB 11(4), outubro de 1977:1)

Não logrando organizar um amplo "movimento de mulheres", as militantes marxistas ortodoxas foram adaptando a linha do "sair de si" e se diluindo num movimento feminino pelos direitos humanos, onde associações e grupos que haviam surgido como "feministas", aproveitando a oportunidade fornecida pelo Ano Internacional da Mulher, começaram a querer se desvencilhar desse qualificativo que se havia tornado incômodo, principalmente na perspectiva de iniciativas e atividades conjuntas com outros grupos e associações de mulheres para os quais ele era estigmatizante. Era o caso, por exemplo, do Movimento Feminino pela Anistia, cuja presidente, emitiu a seguinte opinião sobre o feminismo, em entrevista publicada no Pasquim em julho de 1977:

"You ser muito franca. As feministas não devem pensar que descobriram a pólvora. (...) Quem me deu um depoimento bonito sobre isso foi uma senhora cujo marido está desaparecido: 'Olha, Dona Therezinha, não somos filhotes de Betty Friedan. Quando a revolução de 30, um movimento realmente progressista, prometeu o voto à mulher, as mulheres lutaram com a maior bravura porque queriam participar. As lutas feministas, como são colocadas no Brasil, são inadequadas no tempo e no espaço.' (...) As feministas brasileiras procuram seguir as feministas inglesas ou americanas, o que não faz sentido num Terceiro Mundo, ou principalmente no continente latino-americano, onde nossos problemas são pão, teto, educação, saúde... (...) O feminismo é colocado no Rio, São Paulo, Porto Alegre e talvez em Belo Horizonte. Quem for falar de luta feminista no Nordeste sairá a pedradas." (Zerbine, 1979:22-3)

É curioso contatar, diante desse depoimento, que a partir de novembro do mesmo ano o Movimento Feminino pela Anistia, o Centro da Mulher Brasileira e a Sociedade Brasil-Mulher (núcleo de difusão do jornal constituído no Rio de Janeiro) aparecem unidos em várias ocasiões. Nesse mês as três assinaturas já figuram num "Manifesto de solidariedade às presas políticas em greve de fome", que termina da seguinte maneira:

"Nós, representantes de entidades feministas brasileiras, cumprindo nosso papel em defesa dos Direitos Humanos, alertamos o povo para a dramática situação, pois omitir-se nesta hora é corroborar para o prosseguimento de tamanha injustiça humana e social. Mais uma vez, perante tais arbitrariedades, unimos nossas vozes por uma anistia ampla, geral e irrestrita." (Boletim do CMB III(5), março de 1978:6)

Em dezembro, com a Sociedade Brasil-Mulher, a União Brasileira de Mães e o Movimento Feminino pela Anistia, o CMB-RJ promoveu uma solenidade em comemoração ao 29º aniversário da assinatura da Declaração de Direitos Humanos. Neste ato, realizado na ABI, sua representante declarou:

"A mulher sempre foi a parte silenciosa da História da humanidade. Educadas para a passividade, devemos romper nosso silêncio organizando-nos em defesa de nossos direitos, esquecidos e desrespeitados, devemos conquistar o direito ao trabalho, a um salário justo e igual, a condições de vida dignas, à participação política, ao exercício pleno das liberdades democráticas. E devemos, como mulheres, conquistar o direito de ser respeitadas como seres humanos essencialmente, idênticos ao homem, ao lado de quem desejamos lutar em condições de igualdade por um mundo melhor para ambos os sexos." (Três Anos de Atividades do Centro da Mulher Brasileira)

No começo de 1978, ano eleitoral que encerrava grandes expectativas para os opositores ao regime militar, o Centro elaborou uma "Carta às Mulheres" (Anexo 4), que teve 10.000 exemplares distribuídos, onde conclamava o eleitorado feminino a votar nos candidatos que apresentassem em sua plataforma o programa de "reivindicações gerais" e "reivindicações específicas" que se segue:

Reivindicações gerais:

- . anistia ampla, geral e irrestrita;
- . eleições livres e diretas para todos os cargos eletivos;
- . Assembléia Geral Constituinte, soberanamente eleita;
- . Contra a carestia;

Reivindicações específicas:

- . Criação de creches nas empresas e principalmente nos bairros;
- . Aumento do número de áreas de lazer principalmente nos bairros pobres;
- . Aumento do número de escolas e do número de horas letivas;
- . Ampliação e melhoria da merenda escolar nas escolas públicas;
- . Igualdade salarial;
- . Condições mais adequadas de trabalho;

- . Abertura do debate sobre a legislação que rege o trabalho feminino;
- . Abertura do debate sobre a implantação do planejamento familiar;
- . Supressão do uso da mulher na propaganda como mero objeto sexual e de consumo;
- . Fim da educação discriminada;
- . Acesso a cargos políticos elevados e postos de direção em geral.

É importante observar mais uma vez nesse programa o compromisso entre uma concepção marxista ortodoxa reformista e uma concepção feminista liberal. Na medida em que as reivindicações gerais não contêm nenhum tipo de "promessa" de nova sociedade para o futuro, na qual homens e mulheres estariam contemplados, aparece o espaço para as reivindicações específicas no presente. Assim, mesmo que não haja nenhuma menção a "movimento" (nem de "liberação", nem "feminista", nem mesmo de "mulheres"), vemos que a tônica das mesmas oscila entre a criação e/ou a melhoria das condições que possibilitem o ingresso da mulher na força de trabalho (nas camadas sociais menos favorecidas), e alguns itens que contemplam outro tipo de questões. É clara também a preocupação de não entrar em choque com setores progressistas da Igreja católica ou outros, refratários a qualquer medida de limitação da natalidade e totalmente contrários à idéia de campanhas e políticas visando a divulgação de métodos contraceptivos e defendendo a legalização do aborto.

O programa dos três dias de comemorações do 8 de março desse ano, assumido conjuntamente pelo recém-criado Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), pela Sociedade Brasil-Mulher, pela União Brasileira de Mães e pelo CMB-RJ, refletirá o mesmo compromisso entre tendências, deixando entrever também a preocupação com a conquista e/ou a recuperação de algumas áreas de influência, o que pode ser tributado a uma perspectiva unitária motivada pela conjuntura pré-eleitoral no país. Procurando agradar a gregos e troianos, as

militantes do Centro visitaram Câmaras Municipais da Baixada Fluminense, promoveram debates na ABI sobre os movimentos feminista e femino do passado, abriram até espaço para uma comunicação de Maria Helena Darcy de Oliveira (Marhel), que havia residido na França, sobre as tendências existentes no novo movimento de liberação de mulheres internacional, e realizaram uma festa no Museu de Arte Moderna, nos moldes daquela que tinha marcado o encerramento do Ano Internacional da Mulher em dezembro de 1975.

É flagrante o contraste entre o espírito fechado do "Manifesto" divulgado nessas comemorações pelas entidades organizadoras e o conteúdo inédito da comunicação de Marhel. Eis os dizeres do "Manifesto":

"(...) Não podemos esquecer que a emancipação da mulher está intimamente ligada às soluções dos problemas mais gerais da sociedade.

A situação que hoje vivemos caracteriza-se pelo descontentamento crescente da maioria da população no que toca às suas condições de vida e de trabalho. A falta de liberdade que alija da vida política de países imensos setores da população, impedidos de defender seus interesses, leva ao agravamento dos problemas econômicos e sociais de nosso povo.

Nós, mulheres brasileiras, além de enfrentarmos ao lado dos homens as permanentes crises políticas, econômicas e sociais, sofremos toda uma série de problemas específicos do sexo feminino, tais como os relacionados à discriminação no mercado de trabalho e à falta de uma infra-estrutura social, que joga sobre os nossos ombros todo o peso do trabalho doméstico e da educação dos filhos.

Diante dessa realidade, somente o desenvolvimento da nossa consciência e da nossa participação fará aumentar as forças que trabalham por uma sociedade mais justa. É dentro deste contexto que procuramos levar à frente a luta pela emancipação da mulher, conscientes de que esta tarefa cabe a todos nós, homens e mulheres.

Estando a resolução de nossos problemas relacionada com a solução dos problemas mais gerais de nossa sociedade, cabe-nos hoje nos posicionar firmemente na luta pelas liberdades democráticas e por uma anistia ampla, geral e irrestrita. Na busca da libertação feminina é necessário que nos coloquemos ao lado de todas as forças sociais que buscam viver com dignidade pessoal e coletiva.

Para nós, o DIA INTERNACIONAL DA MULHER é um dia de reflexão e de luta."

Centro da Mulher Brasileira
Comitê Brasileiro pela Anistia
Sociedade Brasil-Mulher
União Brasileira de Mães

Segundo Marhel, a origem do movimento de liberação das mulheres do

final dos anos 60 foi o redimensionamento da opressão do grupo político "mulheres", que passou a ser situada na esfera doméstica, o que dará ao movimento um caráter internacional e policlassista, diferenciando-o dos movimentos feministas do passado. Depois de argumentar contra as críticas mais correntes ao "caráter burguês" do feminismo e mostrar justamente o importante papel que as mulheres das camadas médias intelectualizadas desempenham nos novos movimentos, ela apresenta as suas tendências e ações, de uma forma didática e aberta, esclarecendo aspectos ignorados ou sobre os quais poderiam pairar dúvidas e equívocos.

"Basta examinar a prática no interior do movimento para se perceber a diversidade de formas de ação que indicaria, portanto a existência de diversas tendências. A primeira divisão que podemos indicar é a de 'feminismo radical' e 'feminismo político'.

O primeiro grupo vê o movimento como um quadro de desenvolvimento pessoal, o espaço social para superar sentimentos de inferioridade interiorizados pelas mulheres, o lugar afetivo de experimentação de novas relações não autoritárias. Em suma, o movimento é o centro de elaboração de uma crítica das relações humanas impostas pela sociedade repressiva e o lugar de uma reinvenção liberadora. Essa tendência considera que o processo de mudança social e de afirmação de relações que negam a sociedade repressiva é, em si, revolucionário.

A outra corrente, a do feminismo político, acusa as feministas radicais de reduzirem o movimento a uma experiência existencial e pretendem que este tenha um impacto e uma significação especificamente política. Assim, o movimento em vez de fechar-se sobre si mesmo deve ter uma abertura para o exterior enquanto um instrumento de mudança social. Esta corrente do feminismo tem uma subdivisão segundo a concepção que os grupos que a integram têm do sentido e da amplitude das mudanças sociais desejadas. Assim vemos:

- as igualitaristas que centram sua ação em todas as manifestações concretas e específicas da exploração da mulher na vida social tentando abolir a discriminação para obter um estatuto de igualdade com os homens;
- a corrente política mais radical que estima que o estatuto inferior da mulher é consequência das estruturas econômicas e sociais impostas pelo sistema capitalista. Assim, seria inútil lutar por uma igualdade no interior desse sistema que é, em si desigual. Para elas, a liberação da mulher só viria depois de uma mudança radical das relações sociais. Em consequência essa tendência privilegia o engajamento das mulheres ao lado de outras forças sociais oprimidas cuja ação visa, exatamente, essa mudança social." (Oliveira, 1978:6)

Vemos que Marhel se refere, utilizando outras denominações, quando apresenta o "feminismo político", àquelas tendências que apresentamos como "feminismo liberal" e "marxismo ortodoxo", o que se evidencia quando ela fala das linhas de ação propriamente ditas:

*A essas três correntes correspondem linhas de ação diferentes:

a) a tendência qualificada como existencial, retomando-se aqui o termo pelo qual os grupos que se dizem políticos qualificam o feminismo radical pejorativamente, tem como premissa a convicção de que a reinvenção de relações não é um projeto para o futuro mas se faz a cada dia, aqui e agora, em estreita relação com o desenvolvimento pessoal de cada mulher. Fundamentando-se na revoluções socialistas que tiveram lugar historicamente, passam a mostrar que a mudança nas relações de produção não engendrou mecanicamente a mudança nas relações interpessoais. A perspectiva revolucionária dessa corrente centra-se em que afirmar valores que são a antítese daqueles que funcionam como suportes à sociedade capitalista é, em si, um ato revolucionário que se relaciona com a luta para transformar essa sociedade. Em suma, trata-se da tomada de consciência da potencialidade de uma vida nova, autenticamente livre e criativa, cuja realização, impedida pela sociedade repressiva, implica sua superação para transformar essa potencialidade, vivida por uma minoria, em uma realidade histórica para o conjunto das mulheres. É neste quadro que encontramos as discussões sobre sexualidade, livre apropriação do corpo (homossexualismo e aborto, por exemplo), o questionamento da família nuclear, a tentativa de redefinição da violência sexual, etc.

b) O ponto de partida para as correntes que se dizem políticas é evidentemente diferente

- a tendência igualitarista parte da constatação de que a mulher é explorada socialmente e submetida a um *status* inferior ao do homem. São essas diferentes manifestações de discriminação que se trata de combater a fim de transformar a relação de desigualdade homem/mulher. O meio de se chegar a isso é a organização das mulheres como grupo de pressão capaz de fazer valer seus direitos onde eles são desrespeitados, daí as lutas pela igualdade no acesso à educação, ao emprego, à remuneração igual, trabalho doméstico assalariado, criação de creches, etc.

- Para a tendência política mais radical a premissa é outra. No ponto de partida, há a visão da situação oprimida das mulheres como consequência direta da sociedade capitalista, o que faz com que a luta contra essa opressão não seja mais do que um aspecto da luta geral para a superação da sociedade repressiva. A mulher doméstica é assimilada a um subproletariado cujo futuro histórico se confunde com o da classe trabalhadora. As mulheres operárias devem, então, assumir o papel de vanguarda do movimento de liberação da mulher que se confunde com o da emancipação da classe operária." (op.cit.:8)

Parecendo totalmente extemporâneas para a maior parte do público presente àquele evento, as colocações de Marhel não tiveram grande repercussão nem consequências visíveis. Naquele contexto de 14 anos de ditadura militar, a política das oposições tinha adquirido aspectos quase tão autoritários e repressivos quanto a do regime, e estas funcionavam como verdadeiras "patrulhas ideológicas" (Buarque de Hollanda; Pereira, 1980) com relação a tudo que se desviasse das ortodoxias. E se as mulheres feministas tinham, antes de mais nada, identificação com os homens dos grupos de esquerda, o CMB-RJ, que detinha o monopólio da organização das mulheres no Rio de Janeiro, era movido

por posições e práticas internas que estavam muito longe de abrir espaço para o pluralismo, como se depreende do depoimento de uma das ex-integrantes do extinto grupo Nada:

"Fiquei em Paris até fevereiro de 1977 e lá, em contato com Danda Prado e Marisa Figueiredo, tive a visão do movimento feminista francês e desenvolvi trabalhos com elas. Nunca tinha militado em nenhum partido mas achava que precisava me preparar para a eventualidade, por isso decidi aproveitar aquela viagem para conhecer as condições de vida e de militância no movimento. Quando voltei, eu e Danda tínhamos decidido que não podíamos deixar morrer o trabalho do nosso grupo e ela me deu contato com a Marhel, que eu nunca mais tinha visto desde a semana da ABl em 1975. Tentei reintegrar o CMB, quando vi que meu grupo tinha se desintegrado. Tinham-me dito que o Centro havia mudado muito; na verdade ele tinha piorado muito, já não havia respeito mútuo e tinha um grupo dominante muito reacionário com respeito ao específico da mulher, que só queria trabalhar com as 'bases', só falava de mulher operária, camponesa, favelada, etc. O material que eu tinha trazido da França sobre a questão do aborto não despertou o menor interesse, e me desanimei. Fiquei me correspondendo com a Danda, ela dizia que era assim mesmo, que tínhamos que ser perseverantes, mas não sabia o que fazer. Traduzia textos, levava material sobre aborto para pessoas mobilizadas pelo feminismo, como a Heloneida, mas não encontrava nenhuma ressonância. Aí tive a oportunidade de fazer outra viagem para o exterior, em 1978, mas antes de embarcar pude ir a ABl e ver a Marhel falando sobre o movimento internacional numa cerimônia toda convencional, com flores na mesa, platéia e conferências. Era interessante porque o único discurso feminista mesmo era o da Marhel, que não foi entendida. As organizadoras tinham conseguido levar mulheres das camadas populares que tinham se destacado em alguma atividade e algumas figuras de projeção no Rio de Janeiro, mas os debates não refletiram o conteúdo de tudo que ela havia colocado..." (entrevista 3)

Corroborando esse depoimento e as observações anteriores, podemos citar alguns trechos de matérias publicadas no Boletim do CMB III(5), de março de 1978.

A primeira delas é um comentário das editoras do boletim a respeito de um artigo de Branca Moreira Alves, publicado no mesmo número, relatando o Congresso Nacional de Mulheres realizado em dezembro de 1977 nos Estados Unidos. O artigo, bastante longo e detalhado, diz o seguinte:

"A cidade de Houston, Texas, assistiu na primeira semana de dezembro ao maior congresso feminista da História: 14.000 mulheres reuniram-se durante três dias para debater as principais propostas do movimento. (...) Por larga maioria foram votadas as seguintes propostas: aprovação da Emenda Constitucional por Direitos Iguais; aborto livre e financiado por entidades federais ou estaduais para aquelas que não o puderem pagar; um plano nacional de seguro-saúde especial para mulheres; benefícios sociais para as donas-de-casa; eliminação da discriminação contra as lésbicas no trabalho, moradia e acesso a crédito, além do direito à guarda de

seus filhos; expansão do programa de educação bilingue para mulheres pertencentes a grupos raciais minoritários; uma campanha federal para educar as mulheres sobre seus direitos a receberem empréstimos bancários; programas federais e estaduais de proteção às vítimas infantis de maus tratos e educação de prevenção ao estupro; abrigos financiados pelo Estado para mulheres espancadas por seus maridos; um programa federal destinado a superar a pobreza e o subemprego." (op.cit.:4-5)

O "Comentário" assinado "Boletim" dispensa qualquer comentário, despertando a suspeita de que o artigo mencionado talvez nem tivesse sido publicado se não fosse da autoria de um membro do Colegiado do CMB já bastante conhecida por sua militância feminista:

"É típico da sociedade norte-americana as reivindicações específicas que por isto mesmo morrem no seu próprio âmbito, sem envolver quase nunca uma discussão de caráter político mais profundo (partidos políticos, sindicatos). Fica este exemplo para maior ilustração do que dizemos: mobiliza-se milhares de pessoas, gasta-se milhões de dólares por reivindicações menores que atacam os sintomas, mas não as causas do mal." (op.cit.5)

A segunda matéria, assinada pela sócia Maria Tereza Teixeira, é intitulada "Feminismos ou Cuidado com as Imitações" e pretende separar o joio do trigo, criticando as tendências radical e liberal. Para atacar o feminismo radical ela comenta o lançamento da tradução brasileira do livro de Kate Millet, A Política do Sexo:

"É necessário fazer uma clara distinção do que significa uma luta conseqüente pela libertação da mulher e o que são atitudes revoltosas que, longe de fazerem avançar a luta para que a mulher caminhe socialmente para uma posição melhor, vêm servir ao *establishment* e agravar a situação da mulher, na medida em que são facilmente absorvidas pelas classes dominantes e por elas manipuladas para jogar no ridículo um movimento que tem um potencial revolucionário (a palavra usada aqui no seu sentido mais amplo) muito grande.

Exemplificando: enquanto havia movimentos feministas conseqüentes nos EUA, voltados para os problemas objetivos da mulher trabalhadora ou da dona-de-casa afastada da força de trabalho porque escrava das responsabilidades do lar, a imprensa dava o maior destaque à queima de sutians, reduzindo o movimento de libertação da mulher a um movimento libertário de mulheres da classe média." (op.cit.:7-8)

Para atacar o feminismo liberal, a autora utiliza a polêmica existente a propósito da revisão da legislação protetora do trabalho feminino, especialmente quanto ao item relativo ao trabalho noturno, sobre o qual não havia consenso entre as feministas brasileiras:

"Desde quando o movimento feminista quer a abolição do impedimento do trabalho noturno? E que tipo de feminismo é esse que assim reivindica?"

É claro que a mulher da classe média pode trabalhar à noite. Ela explora uma outra mulher (por favor, não se trata de uma maldade pessoal, mas de um fato social, que não se resolve individualmente) das chamadas classes subalternas para que ela, classe média, se mostre 'livre'.

E a mulher das classes subalternas? Onde estão as creches para ficar com as crianças enquanto a mulher trabalha à noite? O seu marido vai jantar no refeitório da fábrica ou na fábrica onde trabalha não há, evidentemente, refeitório algum e ele espera chegar em casa e encontrar 'a janta' pronta, depois de uma jornada exaustiva (...).

E qual é a posição do Centro nessas questões? Vamos engrossar as vozes do feminismo da classe média, aprovando a situação da mulher trabalhadora nessas e em outras questões?" (op.cit.:9-10)

A resposta de Maria Tereza Teixeira à própria pergunta expressa a posição marxista ortodoxa:

"É bom que fique claro que existem diversas 'problemáticas femininas'. E que a problemática feminina não é a mesma para todas as mulheres. A expressão 'nós, mulheres', muito semelhante a 'nós, cristãos', encobre diferenças de classe e dificuldades para a resolução dos respectivos problemas. Não somos todas iguais pelo simples fato de sermos mulheres. O feminismo não é uma religião, é uma disposição de luta, um programa de luta. E há então que se fazer escolhas, de se optar por um certo tipo de feminismo, e não por uma adesão eclética a todos eles. (...)

Nem todos os feminismos se parecem. É necessário saber se situar neste quadro."

E a autora se posiciona num comentário favorável à criação da Associação Feminista da Bahia, noticiada por um boletim anterior, que se propunha a

"defender os direitos de igualdade civil e política da mulher, integrando-a no conjunto da luta da sociedade pela transformação social, das relações humanas e do trabalho, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa." (op.cit.:8)

A terceira matéria, assinada por Comba Marques Porto, outro membro do Colegiado do CMB-RJ, é uma carta ao Jornal do Brasil a sobre o artigo escrito por uma jornalista a propósito do lançamento na França do livro Brasileiras: voix, écrits du Brésil (Lapouge Pisa, 1977), intitulado "Brasileiras - num livro frances as aspirações e lutas de nossas feministas".

"Não li o livro das francesas e por isso não devo julgar a obra. Mas, na condição de integrante do movimento aqui no Rio, devo esclarecer que o feminismo como resolução de problemas pessoais não é aspiração da maioria das brasileiras que hoje atuam. Aqui no Rio de Janeiro, o Centro da Mulher Brasileira vem

desenvolvendo desde 1975 um trabalho no sentido de agrupar mulheres de diferentes camadas sociais para, juntas, lutarem pela superação dos preconceitos que em verdade existem. Desta forma, vem o Centro promovendo atividades diversas onde são discutidas questões vinculadas à vida da mulher, particularmente da mulher trabalhadora, tais como: creches, salário, situação no mercado de trabalho, etc.

Assim, não é válido afirmar ou insinuar que as atividades feministas no Brasil são dirigidas por um pequeno grupo de mulheres frustradas, iradas e rivais. Ainda que elas existam (e não se pode proibir que as pessoas discutam suas frustrações) esta tendência não é a tônica do nosso movimento. É bom que saibam que hoje no Brasil o movimento feminista é encarado com seriedade por todos aqueles (e mormente aquelas) que desejam abolir os preconceitos generalizados, construindo para uma sociedade mais justa." (op.cit.:15-6, grifado pela autora)

Coerente com o pensamento hegemônico que aparece nas matérias assinadas por Maria Tereza Teixeira e por Comba Marques Porto, o CMB-RJ promoveu em maio de 1978 o II Encontro da Mulher que Trabalha, no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, com o objetivo de debater o anteprojeto de nova regulamentação do trabalho feminino na CLT, elaborado pelo Ministério do Trabalho. A frente "Mulher e Trabalho", responsável pelo Encontro, colocava várias restrições à supressão de itens protetores das funções de esposa e mãe e, para fundamentar suas posições, estava desenvolvendo um estudo sobre a legislação protetora do trabalho feminino.

Depois disso as militantes do Centro debandaram até novembro para se dedicar a campanhas eleitorais. As reuniões se esvaziaram, inclusive as do Colegiado, e os grupos, já reduzidos e meio isolados, ficaram sem nenhuma instância de integração ou razão de ser.

Alguns candidatos contemplaram, em suas plataformas, pontos da "Carta às Mulheres". Mas o critério de adesão a um(a) determinado(a) candidato(a) e o empenho em sua campanha foi menos feminista do que político-tendencioso⁷, ou simplesmente pessoal (havia candidatos que eram companheiros e/ou familiares de militantes do Centro). Nessa medida a jornalista Heloneida Studart, sócia do

⁷Como estava em vigor o sistema bipartidário, todos os candidatos apoiados pelos diversos grupos e partidos de esquerda clandestinos existentes apareceram como candidatos de oposição do MDB.

CMB foi uma candidata apoiada pelas marxistas ortodoxas, mas não foi a candidata das feministas, apesar de ter usado o *slogan* "Uma mulher pela democracia" e incluído em seu programa vários pontos em defesa das mulheres (Anexo V).

Enquanto se desenvolviam as campanhas eleitorais amadurecia para os membros do Colegiado do CMB-RJ o projeto de promover um Encontro Nacional no início do ano seguinte, para reunir os grupos e associações de mulheres que tinham se criado em vários estados desde 1975.

Seja porque a conjuntura nacional estava se tornando estimulante, apontando para uma ampliação do campo de possibilidades para novos projetos e empreendimentos coletivos e a idéia do Encontro era promissora, seja porque a "debandada" das militantes de esquerda no período das campanhas eleitorais tinha deixado o espaço físico do Centro relativamente desativado e disponível para que mulheres com novas idéias lá se encontrassem⁸, o fato é que os ventos de "abertura" começaram a soprar, já no segundo semestre de 1978, sobre o Centro da Mulher Brasileira. É o que se depreende dos dois depoimentos que se seguem. O primeiro deles é de Malu:

"(...) um dia alguém, acho que foi a própria Branca me pediu para ir a uma reunião no Centro, que seria importante porque havia gente nova chegando, com outras posições, e seria importante participar. Aí fui e encontrei a Ligia, a Bruna, a Leni, a Dorinne, a Ajuda, gente que escapava àquela chatice que consistia em bloquear literalmente a fala das outras pessoas, em impedir que os debates fluíssem, em deter o poder do discurso como se isso fosse a coisa mais importante, o poder da catequese, do púlpito. Nesse dia então tive a sensação de que tinha alguma coisa acontecendo, as pessoas pareciam mais jovens, mais luminosas, mais bonitas, mais alegres. Isso foi em meados de 1978, eu já tinha voltado da França há algum tempo mas não fazia nada, só me dedicava à análise e aos meus casos amorosos.

Lembro que eu, a Bruna, a Ajuda e a Ligia entramos numa de fazer algo no

⁸Tratava-se, por um lado, de uma nova leva de sócias do CMB que não tinham participado de sua fundação e que dele tinham se aproximado por curiosidade ou interesse despertado a partir de atividades profissionais e/ou de leituras. Começavam a aparecer traduções brasileiras de obras importantes do movimento de liberação norte-americano e a imprensa alternativa, em particular o jornal Movimento, estava abrindo muito espaço para os temas "mulher" e "feminismo". Por outro lado haviam chegado duas antropólogas, uma italiana (Bruna Franchetto) e outra norte-americana (Leni Silverstein), e uma jornalista holandesa (Dorinne), todas trazendo suas experiências de participação nos movimentos de liberação em seus respectivos países. E já havia também algumas "retornadas" do exílio europeu.

Brasil para divulgar o aborto e a contracepção, o que desencadeou uma briga inacreditável. Porque mesmo entre as pessoas que estavam chegando de fora, havia quem acreditasse na aliança com a Igreja e as forças democráticas: nem todo mundo tinha sido exilado, era um momento de acreditar no Brasil, e então não havia acordo sobre levantar a questão do aborto, por causa da Igreja. (...) Mas o que a gente queria era revitalizar o feminismo no Rio, e então bolamos a proposta de um seminário ou painel sobre 'saúde e reprodução', que despertou muito conflito e divergência dentro do Centro. A Ligia insistia para que na pauta figurasse também algo sobre violência contra a mulher e teve que brigar por isso, o que mostra bem o tipo de reticências do movimento nacional para reconhecer temas básicos. (...) Era um ano eleitoral, mas eu não consegui votar na Heloneida; desde 1975 ela era uma pessoa que eu não considerava feminista mesmo. Votei no Modesto e tinha feito campanha pelo Lysâneas na faculdade - fiz a opção pelos 'autênticos'". (entrevista 8)

A segunda "retornada" ao CMB-RJ tinha sido integrante do extinto grupo Nada e abandonado a entidade desde 1976.

"Passei o mês de junho de 1978 em Paris e, desanimada, discuti com a Danda as experiências do movimento no Rio. Ela me estimulou a tentar formar um novo grupo ao voltar. Aí entrei em contato com a Marhel, conseguimos reunir mais cinco mulheres e voltamos a fazer um trabalho de reflexão a partir do livro da Belotti. Através da Marhel tivemos contatos com o grupo da Malu, que tinha se reunido fora do CMB todo aquele tempo, descobrimos pessoas que estavam ainda no Centro mas insatisfeitas, como a Hildete, e encontramos algumas pessoas novas chegadas de fora, como a Ligia, ou estrangeiras, como a Leni e a Dorinne, trazendo a experiência de militância no movimento internacional. Resolvemos levar ao CMB a proposta da jornada sobre 'saúde e reprodução' porque era importante ter o apoio delas enquanto entidade, com nome, sede, etc., e foi aí que voltamos a participar das reuniões do Centro, que percebemos que havia muita gente insatisfeita, muita gente querendo outra coisa, e que as discussões a respeito da proposta do seminário podiam ser um elemento de criação e expansão de uma nova mentalidade." (entrevista 3)

Após as eleições de novembro as militantes do Centro voltaram a ocupar seu espaço, na perspectiva da organização do I Encontro Nacional de Mulheres, previsto para os dias 8, 9 e 10 de março de 1979. Assim, a partir de janeiro de 1979, as incompatibilidades e divergências começaram a aparecer de forma flagrante nas Assembléias Gerais, provocadas pela nova e incômoda proposta de jornada sobre "Mulher e Reprodução" levada pelos dois pequenos grupos informais que se haviam constituído.

"Obra do acaso ou efeitos da conjuntura, foi um período em que vários níveis de insatisfação com o Centro da Mulher Brasileira tornaram-se manifestos: algumas sócias do Centro e outras mulheres que começavam a frequentá-lo criticavam a existência de temas-tabus nas discussões, especialmente aqueles que se referem ao corpo e à sexualidade; a abordagem acadêmica e objetificante dos problemas da condição feminina no Brasil; a falta de solidariedade e de afetividade sentida nas reuniões; a estrutura vertical da entidade e as práticas autoritárias percebidas. Para muitas o Centro da Mulher Brasileira tinha se transformado num espaço não

feminista, num simples compartimento político das lutas pela transformação da sociedade brasileira, cuja especificidade provinha da composição feminina, muito mais do que da preocupação de travar lutas contra a discriminação e a opressão da mulher enquanto sexo em todas as instâncias: do pessoal ao social, do privado ao político.

Foi a partir da explicitação de nossas insatisfações e expectativas frustradas que decidimos nos reunir fora do Centro da Mulher Brasileira e escrever um texto para o Encontro Nacional promovido por essa entidade e programado para março último. Esse texto foi assinado por vinte e uma mulheres: tratava-se de participantes de dois grupos de reflexão do Rio de Janeiro, entre as quais algumas sócias fundadoras do CMB e de algumas mulheres que buscavam uma aproximação com o feminismo nesta cidade, algumas recém chegadas do exterior e tendo desenvolvido uma prática com os grupos feministas europeus e norte-americanos.

Naquele momento nosso objetivo ao divulgar esse texto era o de abrir o debate com todas as sócias do Centro da Mulher Brasileira para avaliar a possibilidade de se transformar aquela entidade num espaço onde outras tendências pudessem se encontrar e desenvolver suas atividades. Sua leitura, numa das jornadas do referido Encontro, desencadeou inúmeros debates e suscitou polêmicas." (Cadernos da Associação das Mulheres 3, agosto de 1979:44-5)

O documento final do Encontro Nacional de Mulheres realizado no Rio de Janeiro, de 8 a 11 de março de 1979, promovido pelo Centro da Mulher Brasileira (Anexo VI), do qual participaram mulheres de oito estados reflete bem a hegemonia nacional da tendência que havia se tornado predominante no CMB-RJ. Contudo ele também permite perceber as brechas que já se abriam para uma explosão da diversidade: das oito comissões nas quais se repartiram 400 mulheres havia duas que escapavam à tônica geral dos debates, estando voltadas para a violência e a sexualidade. E intervindo nessas comissões, encontravam-se justamente várias autoras do "Documento das 21" (Anexo 7).

Após o Encontro Nacional, foram realizadas três grandes assembléias no Rio, das quais participaram cerca de 50 mulheres, para debater uma possível reestruturação do CMB-RJ. As assinantes do "Documento das 21" tinham passado a defender a idéia de só integrar o Centro ou nele permanecer se o Colegiado fosse abolido e a entidade se tornasse uma organização de estrutura horizontal, na qual os mais diversos grupos se vinculariam através de uma coordenação de caráter rotativo, composta por participantes de cada grupo e por ele escolhidas, segundo seus próprios critérios.

Nas duas primeiras assembléias essa proposta parecia estar refletindo os anseios da maioria. Na terceira e última, entretanto, quando ela deveria ser posta em votação, encontrou uma resistência totalmente inesperada expressa por intervenções de mulheres que não tinham participado das discussões anteriores e que, finalmente, perfizeram a maioria dos votos. Graças a esse procedimento golpista o Centro saiu dessa assembléia com sua estrutura incólume e sua ideologia preservada. Mas o feminismo de feições monolíticas estaria definitivamente liquidado no Rio de Janeiro.

Por um lado, o grupo de reflexão que havia se mantido, como foi visto, desde antes do Ano Internacional da Mulher, prosseguiu independente, adotando mais tarde o nome Grupo Ceres. Esse batismo foi inspirado pelo trabalho de pesquisa que realizou durante os anos de 1978 e 1979, com financiamento da Fundação Carlos Chagas, sobre a identidade social e sexual da mulher (Grupo Ceres, 1981). De orientação predominantemente feminista liberal, compunham o grupo Branca Moreira Alves, Comba Marques Porto (que se havia afastado por divergências políticas em 1977 e depois voltou), Jacqueline Pitanguy, Leila Linhares Barsted, Mariska Ribeiro e Sandra Boschi.

Por outro lado, a "Comissão Violência Contra a Mulher", que havia sido criada no Encontro Nacional, juntamente com outras mulheres, entre as quais assinantes do "Documento das 21" e simpatizantes das idéias nele contidas, decidiram fundar o Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro em abril de 1979.

A trajetória do Coletivo escapa ao âmbito deste trabalho. Sem embargo, é importante assinalar que na primeira fase de sua existência ele foi o espaço de convergência no Rio de três orientações ideológicas, que mais tarde se separarão também, tomando novos rumos dentro e/ou fora do movimento.

Essas orientações, como aquelas cujos contornos haviam aparecido na

primeira fase do CMB-RJ tampouco foram assumidas enquanto tendências que explicitassem posições e debatessem diferenças e divergências fundamentais. Assim, é minha a tentativa de ensaiar uma classificação das mesmas, nomeando-as feminismo radical, feminismo marxista ou socialista e cultura política alternativa. A primeira delas já foi abordada anteriormente; das duas outras falarei nas páginas que se seguem, visto que elas se haviam manifestado pela primeira vez em grupos de mulheres brasileiras no exílio formados depois de 1975, dentro do período que abrange o presente estudo.

Também excede o período analisado neste trabalho a trajetória ulterior do CMB-RJ. Cabe entretanto fazer referência ao fato de que, graças à supressão do bipartidarismo trazida pelas reformas da "abertura", foi possível, a partir de 1980, o surgimento de várias formações políticas e a reativação de canais de representação popular como associações e sindicatos. Nessa medida, as militantes marxistas ortodoxas que tinham logrado atravessar os anos anteriores sem se contagiar pelas tendências ideológicas no campo do feminismo, preferiram investir em outros espaços de atuação onde podiam claramente defender sua posição clássica de "movimento de mulheres". Outras marxistas que permaneceram no Centro e as novas sócias que dele se aproximaram nos anos subseqüentes, tiveram então a possibilidade de se redefinir como "feministas" associando a esse termo diferentes significados e representações. Isso foi comentado por Rose Marie Muraro em 1983:

"Fui para os Estados Unidos em 1976, quando já havia duas facções em briga lá dentro - as políticas e as feministas propriamente ditas. Depois do 'racha' de 79 as políticas que permaneceram no Centro se converteram ao feminismo e o 'racha' perdeu a razão de ser: hoje em dia todas participam das mesmas coisas e se preocupam com as mesmas questões - o 8 de março, as eleições, a violência, o aborto. Eu que naquela época era o elemento de mediação entre as duas facções, voltei a militar no Centro em 1980 e foi dentro dele que surgiu o 'grupo de sexualidade' que me ajudou na pesquisa para meu livro Sexualidade da Mulher Brasileira, cuja verba foi obtida em nome da entidade." (entrevista 9)

4. Uma Expressão do Novo Feminismo Brasileiro no Exílio: O Círculo de Mulheres em Paris

Entre 1975 e 1979 processos semelhantes ao que assistimos no Rio de Janeiro ocorreram em outros estados onde grupos e associações de mulheres surgiram, aproveitando a oportunidade aberta pelo Ano Internacional da Mulher. Não é objetivo deste item abordar o feminismo no Brasil obviamente, mas apenas tentar apontar outras tendências ideológicas nele contidas, não contempladas ou pouco enfatizadas no estudo do CMB-RJ, mas que se afirmarão no período posterior à "abertura". Essas tendências são o feminismo marxista ou socialista e o autonomismo cujos contornos embrionários, como veremos, começam a aparecer já na experiência do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris (1975-1979).

Feminismo marxista ou socialista⁹

Nascido no seio da "nova esquerda" norte-americana e europeia¹⁰, essa tendência procurou se diferenciar, por um lado, do feminismo liberal que considerava conservador e reformista, e, por outro lado, do feminismo radical,

⁹Contribuições teóricas importantes no campo do feminismo marxista ou socialista (os textos expressam inclusive as nuances entre ambos, que não me pareceram relevantes para este trabalho) se encontram em Mitchell (1971), Zaretsky (1976), Sargent (1981), Rowbothan (1972, 1973, 1979), Rubin (1975). Além desses, cabe mencionar os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Estudo Sobre Divisão Social e Sexual do Trabalho (GEDISST), na França, dirigido por Danièle Kergoat. Também começam a aparecer no Brasil estudos importantes nesse campo, dentro da problemática da produção/reprodução da força de trabalho, sobre os quais não me detenho pois eles correspondem a um período posterior ao abrangido por este trabalho.

¹⁰Não será demasiado chamar a atenção para o fato de que enquanto a "nova esquerda" brasileira fazia sua ruptura com os partidos reformistas e se proclamava revolucionária, dentro de um regime ditatorial onde o que ela pôde inovar foi calcado nas leituras de Guevara e Debray, a "nova esquerda" norte-americana e europeia já nasceu integrando à ruptura com o stalinismo toda uma cultura anti-autoritária que não tinha que lidar com a repressão e a onnipresença do Estado, podendo florescer como ideologia holista. Dessa forma, as militantes desses grupos já traziam incorporados à sua formação de esquerda, elementos para contestar as formas de discriminação e opressão vigentes nos mesmos, e detectar contradições entre as teorias revolucionárias e as práticas patriarcais de seus companheiros.

que considerava sexista, embora reconhecesse que a contribuição teórica e epistemológica deste último era fundamental para o movimento de libertação das mulheres e para os estudos feministas.

O feminino marxista ou socialista considera a visão marxista ortodoxa com respeito à origem da opressão das mulheres economicista, reducionista e biológica, e passa a buscá-la na combinação entre a economia capitalista e as diferenças biológicas entre os sexos. Para as teóricas dessa tendência a opressão "patriarcal" é necessária ao capitalismo: algumas consideram que existe um sistema integrado - o capitalismo patriarcal - no qual a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de classe/gênero se reforçam mutuamente intervindo simultaneamente nas esferas da produção e da reprodução; outras se referem a dois sistemas relativamente autônomos, onde o capitalismo estrutura a instância de opressão econômica e o patriarcado a de dominação biológica. Marcaram essa tendência os debates a respeito da mão-de-obra feminina como exército industrial de reserva e sobre o valor do trabalho doméstico.

Na lógica do feminismo marxista ou socialista, não existe um "inimigo principal", devendo a luta ser travada simultaneamente contra a opressão capitalista e a opressão patriarcal, visando a construção de uma sociedade socialista feminista na qual, além das relações de produção, estarão transformadas as esferas da família e da sexualidade, assim como a determinação dos papéis pelos gêneros.

Em conseqüência, para combater ao mesmo tempo os dois tipos de opressão que pesam sobre as mulheres, as feministas marxistas defendem a idéia de dupla militância, ou seja, da atuação nas organizações da esquerda revolucionária (oriundas da ruptura com os partidos ditos reformistas, stalinistas, revisionistas, etc.) e no movimento autônomo de mulheres. É

importante frisar que a noção de autonomia para essa tendência está restrita à noção de não subordinação dos grupos de mulheres aos grupos e partidos de esquerda, não tendo nenhuma conotação utópica ou alternativa sendo distinta da idéia de autonomia difundida pelo campo ideológico do qual falarei a seguir.

Autonomismo ou cultura política alternativa¹¹

Esta é uma categoria um tanto ou quanto fluida que utilizarei para englobar manifestações de um campo ideológico novo que teve seu impulso inicial nos anos 60 com os grupos da chamada "contracultura" que desenvolveram a crítica das sociedades altamente industrializadas, nas quais o progresso material se estaria construindo sobre a deterioração das relações sociais e sexuais, com o sacrifício da natureza, da paz, da comunicação e da solidariedade entre os indivíduos, das emoções, da felicidade.

Dentre as manifestações desse campo estão os chamados movimentos sociais alternativos ou de minorias (políticas), que incorporaram também, além de questões levantadas pelos movimentos homossexuais, negros, ecológicos, pela paz, idéias-mestras da tendência radical dos movimentos de liberação das mulheres - a importância da subjetividade e das vivências individuais, da "irmandade", da "autonomia", a crítica à separação entre "pessoal" e "social" ou "político", "privado" e "público", "específico" e "geral".

Felix Guattari coloca que a problemática desses movimentos está na concepção de um deslocamento de finalidades da produção e da vida social em direção a questões mais próximas da vida existencial dos indivíduos, num processo de singularização, de construção de uma nova subjetividade permanentemente questionada e recomposta, ao mesmo tempo em que vai

¹¹São referências importantes para este campo ideológico os autores Michel Foucault, Cornelius Castoriadis, Claude Lefort, Felix Guattari e Toni Negri. Cabe mencionar, no Brasil, Marilena Chauí, Sueli Rolnik, e, particularmente, os colaboradores da revista Desvios.

buscando se afirmar socialmente em meio às relações de força existente. Segundo seu ponto de vista, os movimentos alternativos permitem que possam proliferar na sociedade novos meios de cristalizar outras formas de organização, uma outra maneira de conceber as relações entre a vida cotidiana, o trabalho, a economia do desejo, etc., sendo que o que conta é o desenvolvimento, a proliferação, que não se circunscrevem aos grupos portadores dessa intervenção analítica. Assim, não é importante tampouco o resultado concreto imediato a que se chega (ganhos e vitórias quantificáveis e palpáveis), mas o fenômeno de ruptura na subjetividade coletiva por eles provocado. (Desvios 5, março de 1986)

Essa ruptura, que Guattari chama de singularização, pode produzir novos tipos de referência, novos universos para compreender diferentemente uma situação. Não se trata para ele de produzir um modelo com o qual toda a sociedade vá se identificar, mas sim do estímulo à geração de outras situações criativas, em condições particulares, igualmente singulares. É nesse quadro que aparece a problemática da autonomia para esse campo ideológico: como encarar a organização social - seja ao nível dos grupos militantes, seja ao nível dos problemas da vida cotidiana, ou mesmo de um projeto de reconstrução da sociedade, a partir desse processo de singularização. (op.cit.:1986)

Para Guattari e Negri (1985), a autonomia deve ter uma ação sobre dois pontos: por um lado, buscando um novo tipo de relação e a aliança com as formações políticas e sindicais; por outro lado, mantendo uma ação contínua, uma dissidência analítica sobre o conjunto da sociedade, inclusive sobre os partidos e sindicatos com os quais se estabelece uma aliança.

Mais uma vez, como já foi feito com relação à trajetória do CMB-RJ, cabe chamar a atenção para o fato de que nenhuma dessas duas orientações ideológicas será encontrada em estado puro e muito menos no estágio de

formulação atingido nos anos mais recentes. Contudo, parece-me importante chamar a atenção para o fato de que o contato com os espaços de liberdade existentes nas sociedades democráticas e pluralistas tornou mais amplo o campo de possibilidades de "conversão" das brasileiras no exílio a feminismos associados a novos significados.

Assim, um pequeno grupo de brasileiras que se havia reunido durante todo o ano de 1975 entrou em desacordo com as posições e as práticas propostas às mulheres da colônia exilada por militantes do PC, entre as quais algumas recém-chegadas do Chile. Dessas reuniões surgiu o documento Por uma Tendência Feminina Revolucionária, onde elas se posicionavam "pela criação de um movimento autônomo de mulheres com base na luta de classes" e propunham a "constituição de uma tendência revolucionária dentro do movimento de mulheres brasileiras", fazendo um apelo à criação de um "círculo de discussão com as companheiras que estejam de acordo com os pontos políticos essenciais deste projeto e que se disponham a aprofundar esta linha de posições e desenvolver uma atividade no sentido de formação desta tendência revolucionária" (Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias, 1975:2-3)

O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris nasceu em abril de 1976, constituído por umas vinte mulheres que estavam de acordo com as posições gerais desse documento e se reconheciam no programa de reivindicações proposto pelo mesmo:

"(...) consideramos que é necessário desde já lutar para exigir a igualdade dos sexos e questionar nossa dominação, imposta pela sociedade de classes. Sabemos que a nossa liberação não será alcançada dentro do sistema, mas a luta começa de hoje. Começa por algumas reivindicações imediatas que dão as condições mínimas para a nossa emancipação:

- . mesma educação para meninos e meninas;
- . igualdade de acesso à formação profissional;
- . não aos trabalhos só para mulheres;
- . por um trabalho igual salário igual;
- . garantia de trabalho levando em conta a maternidade;
- . creches e refeitórios nos locais de estudo e trabalho e nos bairros;

- . aborto e contracepção livres e gratuitos
- . retirada da imagem da mulher para fins publicitários.

Todas essas reivindicações imediatas são importantes de serem levadas desde hoje e elas têm condição de ser absorvidas pelas plataformas de luta dos trabalhadores em geral.

Nosso programa pode e deve ser parte integrante do programa socialista, programa que levará a classe operária à vitória." (op.cit.:7-8)

Durante quase um ano, repartidas em subgrupos que analisavam a discriminação da mulher na educação, a imagem feminina na arte e na publicidade, estudavam a questão do trabalho feminino e outros temas levantados pelo movimento de liberação das francesas, essas brasileiras se dedicaram também a refletir sobre suas experiências pessoais, sobre o seu *vécu* de mulheres das camadas médias que tinham problemas com relação à sexualidade, à maternidade, viviam conflitos conjugais, se sentiam sem identidade no exílio, tinham dúvidas, medos, inseguranças.

Ao cabo desse primeiro ano de existência, o Círculo funcionava de um modo que poderíamos caracterizar como esquisofrênico: às práticas de grupos "de consciência", ditas atividades "para dentro", justapunham-se práticas "para fora", que visavam sensibilizar as mulheres da colônia e/ou esquerda brasileira com relação a um feminismo que estaria vinculado à luta de classes e aos partidos políticos, conforme o expresso na "Carta Política" de maio de 1976:

"Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a sua opressão. Somente nós mulheres organizadas autonomamente podemos estar na vanguarda desta luta, levantando nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista.

A luta contra a nossa opressão específica se integra à luta contra um sistema no qual o homem também é oprimido. Por exemplo: se é correta a luta constante contra toda manifestação do machismo, isto não significa travar uma luta contra os homens mas sim contra toda uma ideologia que forja e perpetua este tipo de comportamento.

A opressão das mulheres toca diferentemente cada classe social: de um lado se combina com privilégios, de outro com exploração. Não consideramos portanto que existam questões exclusivamente femininas que unificariam todas as mulheres numa luta comum contra uma opressão.

A organização e o combate de nós mulheres contra nossa opressão específica, vinculada ao processo de luta do proletariado, permitirá a criação de novas relações coletivas se opondo sob todos os terrenos à ideologia dominante, e permanece como um

objetivo até o surgimento de uma humanidade desalienada no senso mais geral do termo." (Círculo de Mulheres Brasileiras, arquivo pessoal)

Apesar de mobilizadas pelo processo do estuprador de uma brasileira, violada na Bélgica em julho de 1976, não foi esse tipo de questão que constituiu a tônica das atividades "para fora" das mulheres do Círculo. Com efeito, após a promoção de uma noitada aberta à colônia, consistindo numa exposição sobre imagens da mulher da arte e na publicidade e estereótipos femininos no sistema educativo brasileiro, e na apresentação do filme O Sal da Terra seguido de debate, após ter divulgado um manifesto de apoio às prisioneiras políticas no Brasil numa jornada pelo Comitê Brasil-Anistia em janeiro de 1977, e já tendo assinado alguns artigos sobre a situação das mulheres brasileiras publicados no jornais do movimento de liberação das francesas, o Círculo pode fazer sua grande aparição pública em março de 1977. Isso se deu na ocasião de um encontro chamado *Parole aux Femmes de l'Amérique Latine*, organizado por iniciativa do jornal *L'Information des Femmes*, no qual representantes de vários países do continente expuseram, para uma sala repleta de homens e mulheres, aspectos da situação de suas compatriotas, especialmente daquelas pertencentes às camadas menos favorecidas e economicamente exploradas.

A partir desse momento, que marcou seu crescimento e sua legitimação no seio da colônia brasileira, o Círculo desenvolveu atividades de "tomada de consciência, organização e luta" tendo por objetivo:

• ampliar as atividades do Círculo ao conjunto de mulheres brasileiras residentes em Paris para que elas participem em nossa causa comum: a causa das mulheres;

• estabelecer laços permanentes com o movimento feminista de nosso país e levar-lhe uma solidariedade ativa através de uma contribuição efetiva ao seu trabalho: envio de material, análises, artigos sobre o movimento feminista internacional, divulgação do material publicado por elas, etc.;

• trabalhar no sentido de integrar a análise sobre a condição das mulheres no Brasil, suas formas de organização e de luta ao conjunto do trabalho de denúncia e de divulgação feito na França contra a opressão que sofre o povo brasileiro. Nosso objetivo aqui é contribuir à criação de um clima de solidariedade internacional com relação à condição da mulher brasileira e sua dupla exploração;

. por meio de uma participação conjunta e de um intercâmbio de experiências, elaborar e assimilar todas as contribuições generalizáveis do movimento feminista internacional e particularmente do movimento feminista francês;

. estreitar laços com os grupos de mulheres latino-americanos em Paris e estabelecer relações com outros grupos de mulheres brasileiras no estrangeiro para conhecê-los e analisar as possibilidades de uma prática integrada;

. aprofundar de maneira sistemática os estudos realizados por nosso grupo sobre as questões feministas e a realidade brasileira;

. dadas as condições de objetificação e utilização do corpo da mulher, empreender um trabalho sobre o corpo e a sexualidade da mulher brasileira. Queremos desse modo contribuir com as lutas das mulheres pela livre disposição do corpo. A informação e os debates suscitados por essa ação poderão ampliar nossos contatos com as mulheres brasileiras no estrangeiro e responder a um nível concreto de suas necessidades;

. realizar as memórias coletivas do Círculo num esforço constante de reflexão e de autocritica de nossas formulações teóricas e de nossa prática. Esse trabalho de reflexão interna nos permitirá avaliar a orientação de nossa prática, tomar novas iniciativas a partir de uma análise de erros cometidos no passado e levar uma contribuição teórica ao movimento das mulheres." (Círculo de Mulheres Brasileiras, documento distribuído numa jornada organizada pelo Comitê Brasil-Anistia em junho de 1977)

O Círculo chegou a agrupar uma centena de brasileiras, a maioria na faixa dos 30 anos, que iam se repartindo em subgrupos segundo suas amizades e/ou preferências por temas de discussão e/ou práticas desenvolvidas. Uma Coordenação composta por uma representante de cada subgrupo designada em sistema de rodízio, tinha a função de agilizar a circulação de informações no interior do Círculo, e uma Assembléia Geral se reunia mensalmente para debater temas substantivos considerados mais importantes e tomar decisões. Além dessas instâncias, foram se criando Comissões específicas para tarefas como a confecção do boletim, a montagem do arquivo, a promoção de jornadas e encontros ou a intervenção em atos públicos promovidos por outros grupos e entidades francesas e brasileiras.

De composição muito heterogênea, com diferentes motivações e vivências, distintas procedências em termos sociais e/ou regionais, marcadas ou não por uma experiência militante, as feministas do círculo disseminavam

duas orientações, nem sempre de maneira assumida e explícita, que predominavam e davam a tônica do caráter e das atividades dos subgrupos.

A primeira orientação provinha da tendência constituída por mulheres inspiradas pela vertente "luta de classes" do movimento francês que defendiam a "dupla militância" (atuação simultânea no Círculo e nos grupos da esquerda brasileira)¹². Preocupadas fundamentalmente com a conscientização das demais mulheres com respeito às lutas "mais gerais" da sociedade brasileira e às lutas "específicas" das trabalhadoras, e em desenvolver práticas voltadas para essa tarefa, elas se dedicavam ao estudo e à reflexão teórica, tendo produzido textos para discussão sobre o trabalho feminino e sobre as tendências do feminismo internacional, análises críticas dos editoriais e do conteúdo dos jornais brasileiros Brasil-Mulher e Nós-Mulheres, além de documentos lidos e divulgados em atos públicos e reuniões de diversos tipos.

A outra orientação presente nos subgrupos era quantitativamente minoritária, representada por mulheres um pouco mais jovens do que a média, que não tinham tido experiência militante ou tinham "desbundado" no começo dos anos 70, atraídas e motivadas principalmente pelo aspecto contracultural, libertário e utópico dos novos movimentos de liberação das mulheres. Delas provinha o estímulo às "novas práticas"; graças a elas no Círculo se fez reflexão sobre o *vêcu* das próprias participantes, discutiu-se (ainda que tímida e secundariamente) problemas de individuação feminina, relações entre as mulheres e entre os sexos, falou-se de amor e de emoções, deu-se grande ênfase às questões de sexualidade e do corpo (concretizada nos subgrupos de ortogenia e de teatro), e incluíram-se aspectos lúdicos e prazerosos nas práticas

¹²As feministas marxistas ou socialistas se identificavam na França como "tendência luta de classes" do movimento de liberação das mulheres, para se diferenciar da tendência assumidamente sexista e separatista representada pelo grupo Psicanálise e Política. Elas terminaram por fundar um "Movimento Autônomo de Mulheres" (autonomia significando independência dos partidos políticos), enquanto que as feministas radicais mais sexistas fizeram o registro legal da sigla "Movimento de Liberação das Mulheres" (MLF).

desenvolvidas.

O que aparece nos documentos do Círculo reflete melhor, indiscutivelmente, a primeira tendência mencionada embora haja depoimentos de algumas militantes - por exemplo, de E. sobre a própria experiência de aborto, e do subgrupo de teatro sobre suas práticas voltadas para o trabalho de corpo - pelos quais entrevemos a presença da segunda orientação (Círculo de Mulheres Brasileiras, 1979). Isso se explica talvez pelo fato de que o monopólio da palavra escrita pertencia àquelas que sentiam menos bloqueio nessa forma de expressão, às vezes graças à vivência militante no seio das organizações de esquerda; é certo também, por outro lado, que a "missão conscientizadora" dirigida às demais mulheres implicava em escrever para divulgar, propagandear, "ampliar", "ganhar".

É possível, entretanto, que os aspectos mais inovadores a resgatar daqueles anos de existência do Círculo estejam ligados justamente à tendência menos "política", cuja influência difusa e vigilância contínua mantiveram acesa, ao menos nos dois primeiros anos, a luta constante contra as inúmeras tentativas de transformação daquele coletivo em "braço feminino" dos grupos de esquerda brasileira organizados no exílio. Em tensão permanente e oscilando entre as duas orientações o Círculo de Mulheres em Paris foi um espaço onde várias brasileiras puderam, pela primeira vez, expressar-se sobre temas da vida privada jamais abordados no âmbito da esquerda e no qual algumas puderam questionar o próprio estatuto de exiladas que as definia, apenas por serem companheiras ou familiares de militantes refugiados. Foi no processo de reconhecimento de uma identidade de gênero vivido no Círculo que várias militantes de grupos de esquerda ousaram contestar uma série de aspectos "machistas" e "falocráticos" do funcionamento dos mesmos e começaram a defender o pluralismo e a diversidade de opiniões contra a idéia do "necessário

consenso; algumas, desenvolvendo a noção de "autonomia" (palavra muito utilizada mas cujo sentido mais profundo não aparecia na prática do Círculo), chegaram mesmo a descortinar uma nova representação do universo da política, que passaria a abrigar todas as dimensões da existência até então compartimentalizadas em "pessoal", "político", "privado", "público", "feminino", "masculino".

O Círculo começou a se fazer conhecer no Brasil por intermédio do envio de correspondência, de documentos e de publicações aos grupos que se formaram no país a partir de 1975, e também graças à ocorrência de alguns encontros e reuniões com brasileiras de passagem por Paris. Mas sua influência foi realmente importante a partir de 1979, quando se deu o retorno maciço dos(as) exilados(as) propiciado pela Lei de Anistia.

Essa, no entanto, é uma outra história que ainda não foi contada e explorada em todos os seus detalhes e particularidades. O que sabemos é que de, retorno aos vários estados de onde provinham, as ex-integrantes do Círculo criaram grupos de mulheres ou integraram os já existentes, imprimindo-lhes novas direções e até, em alguns casos, provocando fracionamentos e criando novos grupos. E encontraremos nos anos que se seguiram até hoje, trajetórias individuais muito diferenciadas, e uma evolução bastante distinta desses grupos, fenômeno que, no meu entender, caberia analisar justamente à luz dos vários significados e orientações que estão associados às noções de "liberação" e de "feminismo" no Brasil.

Em todo caso, para finalizar esse relato, gostaria de enfatizar alguns aspectos na história do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, visto que a meu ver eles suscitam uma reflexão a respeito dos fatores constitutivos das novas feições que adquirirá o feminismo carioca (e de outros estados) no período "pós-abertura".

O primeiro aspecto é a ausência da tendência radical. Dessa feita, não por exclusão propriamente dita (como havia ocorrido na primeira fase do CMB-RJ), mas simplesmente porque as remanescentes brasileiras do Grupo Latino-Americano de Mulheres e do boletim *Nosotras* que se identificavam com essa corrente, já haviam encontrado seu lugar e espaço de atuação em grupos do movimento internacional onde a identidade de esquerda não era a tônica dominante.

O segundo aspecto decorre justamente dessa ausência de uma tendência que via como uma luta geral o combate a todas as formas de "opressão patriarcal", tornando possível à "nova esquerda feminista" brasileira usar e reivindicar as idéias de "dupla militância" e de "movimento autônomo" propaladas pelas feministas marxistas ou socialistas, conservando paradoxalmente a dicotomia hierarquizada "lutas gerais"/"lutas específicas". Isso na prática minimizou, se não bloqueou, a revolta contra a dinâmica autoritária, manipuladora e opressiva dos grupos de esquerda brasileira organizados no exílio, nos quais as militantes do Círculo reassumiam sua identidade fundamental de mulheres de esquerda e se contentavam em receber algumas migalhas paternalistas e interessadas dos "homens novos" cujo espírito permanecia tão fechado quanto antes.

Enfim, na ausência desse combate que teria sido tão saudável e inovador se ele tivesse podido se desenvolver desde os tempos em que essa esquerda ainda atuava no Brasil, um espaço de "liberação" e de "autonomia" foi sendo esboçado a despeito da "nova esquerda", tornando-se algo minoritário porém alternativo, visto como "desviante" mas semeando seus frutos...

5. Feminismo e "estudos sobre mulher"

Durante todo o período analisado neste capítulo, militantes feministas e intelectuais acadêmicas que iam se especializando na "questão da mulher", se superpuseram e se confundiram numa amálgama que beneficiou a umas e a outras, permitindo-lhes, por um lado, "dar visibilidade" à mulher e desvendar aspectos de sua opressão, e, por outro lado, provocar o reconhecimento crescente do novo "objeto de estudo" e sua legitimação como área de pesquisa.

Segundo Oliveira Costa, Barroso, Sarti (1985:6)

"Os pesquisadores viveram neste período (1975-1978) sob intenso fogo cruzado: o dos colegas, da comunidade acadêmica e das agências de financiamento, para quem deviam incessantemente provar que sua atividade era científica e não de denúncia militante, e o das feministas, para quem precisavam provar seu desinteresse numa carreira pessoal e seu empenho numa causa relativa. Feministas para a comunidade acadêmica e acadêmicas para as feministas, as pesquisadoras viveram perigosamente nesta zona fronteira de tensão e ambigüidade".

Vendo essa tensão e ambigüidade sob outro ângulo, poderíamos dizer que as intelectuais acadêmicas feministas oscilaram entre uma posição liberal e uma posição marxista. No primeiro caso, investiam num diálogo com o Estado autoritário, que vinha efetivamente modernizando a sociedade e abrindo um espaço (quicá demagógico) para a expressão de representantes de grupos e categorias sociais interessados em dar contribuições às mudanças projetadas. No segundo caso, procuravam honrar o compromisso de denunciar o capitalismo e todas as suas formas de opressão, mas não podiam desprezar as oportunidades que lhes ofereciam as instituições para divulgar e defender os problemas específicos das mulheres trabalhadoras, à espera de momentos mais favoráveis às lutas "mais gerais".

O que é certo é que não houve, da parte do Estado, grande empenho em freiar ou combater iniciativas de intelectuais acadêmicas feministas, o que

pode ser explicado, ao menos em parte, pela tendência "informacionista" e voltada para uma "engenharia social" presente, como já me referi, na política científica elaborada naqueles anos de autoritarismo desenvolvimentista, o que se traduziu numa certa cooptação de jovens cientistas sociais desprovidos de recursos para realizar seus projetos de investigação.

Assim, a problemática da mulher iniciou naquele período sua trajetória de expansão acadêmica e institucional enquanto área de pesquisa, o que aliás deixa surpreendidas pesquisadoras européias que lidam com grandes dificuldades para desenvolver e obter reconhecimento para seus "estudos feministas". Refletindo sobre esse fenômeno, e sobre a constatação feita por Elisabeth Souza-Lobo no seminário Zahidé Machado Neto (Fundação Carlos Chagas, 1984:7), a respeito do "falso campo homogeneizador criado pela problemática da mulher", não posso deixar de pensar no caráter pouco ameaçador desse campo, que atribuo, em grande medida, à exclusão da tendência radical do movimento feminista brasileiro (ao que me consta, o CMB-RJ não foi um caso isolado).

Na ausência de uma tendência feminista radical no movimento, não houve estímulo à reflexão teórica sobre o "patriarcado" como um sistema de opressão perpassando a sociedade de classes, o que tranquilizava os intelectuais (majoritariamente de esquerda), salvaguardando sua hierarquia temática que definia os temas "nobres" (o Estado, a Política, a Economia, as Classes) e os temas "menores", e seu ponto de vista comprometido com a classe trabalhadora, privilegiando freqüentemente esse universo de pesquisa em detrimento de outros.

Além disso, a "conversão" de intelectuais acadêmicas ao feminismo consistia às vezes simplesmente em se dedicar a "estudar mulher", e mesmo quando a conversão acadêmica a esse objeto de estudo era fruto de uma

militância num grupo feminista, como a neutralização da tendência radical havia implicado na rejeição às práticas de autoconsciência, existia a negação (consciente ou inconsciente) por parte das "mulherólogas" da presença de diversas formas de "opressão patriarcal" em todas as esferas da vida social e das relações entre os sexos. Isso contribuiu para que elas poupassem os homens, de modo geral, já que o fato de investir prioritariamente em pesquisas sobre as outras mulheres afastava qualquer possibilidade de questionamento de aspectos discriminatórios e opressores de suas próprias vidas familiares, de seu universo profissional e/ou político¹³.

Dessa forma, os "estudos sobre mulher" puderam beneficiar de uma certa complacência paternalista e se expandir, ocupando os espaços institucionais que lhes foram abertos. Prova disso é sua presença crescente nas reuniões anuais da SBPC no período que nos interessa neste capítulo.

1975 (XXVIIª Reunião):

a) Simpósio "Contribuição das Ciências Humanas à Compreensão da Situação da Mulher", coordenado por Carmen Barroso e Eva Alterman Blay:

Eva A. Blay - Trabalho Industrial X Trabalho Doméstico: a ideologia do trabalho feminino (Sociologia)

Glaura Vasques de Miranda - A Educação da Mulher Brasileira e sua Participação nas Atividades Econômicas em 1970 (Economia)

Verena Martinez Aller - Qual é a Mulher que Merecemos? (Antropologia)

Marília Graciano - Contribuições da Psicologia Contemporânea para a Compreensão do Papel da Mulher (Psicologia)

¹³Mas não se tratava de um idílio. Em várias ocasiões, intelectuais se viram compelidas a responder publicamente a ataques feitos ao feminismo por seus homólogos masculinos. Cito apenas a título de ilustração, uma polêmica que ocupou durante algum tempo páginas de Movimento, suscitada por uma entrevista do sociólogo José de Souza Martins ao mesmo jornal, cujo título era "O Homem também não é livre" (op.cit. 139, 27/2/78).

b) Comunicações:

H.I.Saffioti - A Empregada Doméstica na Comunidade de Araraquara

S.M.P, Cavasin e M.A.Mario - A Penetração da Mão-de-Obra Feminina no Mercado de Trabalho em um Município Paulista: Rio Claro

M.M.Malta Campos, Y.L.Esposito - Relação entre Sexo da Criança e Aspirações Educacionais e Ocupacionais das Mães

C.L.M.Barroso - O Acesso da Mulher ao Ensino Superior Brasileiro

F.Rosemberg - A Escola e as Diferenças Sexuais

c) Conferências:

J.Jaquette - Estudo Comparativo Sobre a Condição da Mulher nas Américas do Sul e do Norte

1976 (XXVIIª Reunião)

a) Simpósio "Identidade Sexual e Laços Intra-Sexuais no Brasil" coordenado por Mario Bick e Carlos R.Brandão (UNICAMP, Antropologia)

M.Bick - ... na classe média e alta

C.R.Brandão - ... entre camponeses

V.S.G.Martinez - ... no proletariado urbano e rural

P.A.Fry - ... entre subculturas "desviantes"

A.M.Zaluar Guimarães, D.Brown - ... no catolicismo e na umbanda

b) Comunicações:

M.P.Drumont - O Machismo: Análise de um Ideal

M.L.K.Eluf - O Comportamento da Mulher (pesquisa realizada entre participantes do Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista em outubro de 1975)

M.S.Leite de Barros - Trabalho Feminino e Sindicalismo no Brasil

1977 (XXIXª Reunião)

a) Simpósio "Implicações de Pesquisas sobre Problemas das Mulheres no Brasil", coordenador por Marília Graciano e Maria M.Malta Campos:

M.M.Malta Campos - Pesquisa sobre Mulher: Reflexões a Respeito de sua Prática

P.Singer - Implicações de Pesquisas sobre Reprodução Humana

H.I.B.Saffioti - Pesquisa e Sociedade

B.M.Moreira Alves - Pesquisa sobre Mulher e Condição Feminina

b) Comunicações

C.M.L.Braga e Z.M.Machado Neto - As Baianas do Acarajé

M.I.S.Paulilo - O Trabalho da Mulher no Meio Rural

E.S.de Sá Barreto, M.M.Malta Campos - Bibliografia Anotada sobre A mulher Brasileira

E.Doria Bilac - O Ciclo do Trabalho Feminino Entre os Trabalhadores Manuais

O.M.Ravagnani, S.M.A.de Carvalho, A.T.Delgado Sobrinho - Manifestação de Machismo do Chofer de Caminhão

M.P.Drumont - Machismo e os Meios de Comunicação: Alguns Aspectos

C.Sarti, J.C.Raschkovsky, M.A.Aidar, S.Padilha - A Imprensa Feminista no Brasil

M.C.S.B.Lima - Participação Política das Mulheres na Redemocratização do Estado Brasileiro

1978 (XXXª Reunião)

a) Simpósio "Papéis Sociais da Mulher" coordenado por Heleith I.B.Saffioti:

H.I.B.Saffioti - Emprego Doméstico e Capitalismo

M.Graciano - A Socialização da Mulher

M.Toscano - A Mulher e a Política

N.Aguiar - A Divisão Sexual do Trabalho, Contigüidade de Tarefas e Alocação de Tempo: Um Estudo de Caso

b) Painei: (área de Sociologia):

M.C.A.Bruschini - Mulheres e Trabalho: Estudo de Algumas Profissões de Nível Superior

M.I.S.Paulillo, C.G.Araujo - Educação e Trabalho da Mulher entre Parceiros, Assalariados e Volantes no Meio Rural

P.C.Giuliani - Estrutura Produtiva e Trabalho: As Condições de Existência da Força de Trabalho Feminina

M.A.Silveira, M.M.C.Carvalhosa - Trabalho Domiciliar na Indústria do Vestuário

Z.M.Machado Neto, L.Simões - Mulher, Trabalho e Discriminação: Um Estudo Piloto em Salvador

c) Painei: (área de Política)

F.Tabak, H.P.de Araujo, B.C.Brandão - Movimento Feminino Organizado no Rio de Janeiro (1940-1960)

Essa amostra que se atém às disciplinas do campo das Ciências Sociais não inclui os importantes trabalhos que se desenvolviam no mesmo período na área jurídico-acadêmica, notadamente as pesquisas sobre o Direito da Família (Pimentel, 1976) e sobre a Consolidação das Leis do Trabalho (Cardone, 1975), e certamente deixou escapar um ou outro trabalho apresentado na mesma reunião sob alguma outra rubrica.

De qualquer modo meu objetivo era apenas o de mapear as tendências predominantes nos "estudos sobre mulher" entre 1975 e 1978 e detectar algumas de suas feições ainda embrionárias que se afirmarão nos anos seguintes.

Observa-se antes de mais nada, o aparecimento de uma segunda geração de pesquisadoras, figurando ao lado das pioneiras dos estudos sobre mulher

(Heleieth Saffioti, Eva Blay), que tinham em torno dos 30 anos naquela época e que, por caminhos diversos, foram levadas a eleger a mulher como objeto de estudo de suas pesquisas para dissertações de Mestrado e/ou teses de Doutorado. É flagrante aliás, como mostram Oliveira Costa, Barroso e Sarti (1985:10) a progressão desses trabalhos acadêmicos sobre mulher que, nos registros anteriores a 1970, se reduzem a duas dissertações de Mestrado, duas teses de Doutorado e uma de Livre-Docência. Eis os dados do levantamento feito pelas autoras.

	Mestrados	Doutorados
Antes de 1970	2	2
1970 a 1974	17	8
1975 a 1979	54	5
1980 a 1984	61	20

Esses trabalhos acadêmicos foram desenvolvidos predominantemente nas áreas de Sociologia da Educação e do Trabalho. Lembramos que muitas mulheres dessa geração tinham feito Escola Normal e ingressado mais tarde em cursos superiores de Pedagogia, formação que pode ser capitalizada em estudos sociológicos críticos sobre aspectos da Educação. Um bom número de outras que se movimentavam em ambientes de esquerda nos anos 60, haviam sido estimuladas a cursar faculdades de Sociologia no Brasil e/ou no exterior, tendo adquirido uma formação marxista o que explica também sua predileção por temas ligados à participação feminina na força de trabalho na cidade e no campo, nos mais variados aspectos, e a opção predominante pelas mulheres trabalhadoras das camadas sociais menos favorecidas como universo de pesquisa.

Encontramos assim, na área de Educação, estudos sobre o processo de formação de estereótipos sexuais na escola, na família e através dos meios de

comunicação; sobre os condicionamentos culturais que regem as escolhas profissionais femininas; sobre papéis sexuais, etc. Esses temas parecem inspirados pela visão feminista liberal segundo a qual as iguais potencialidades dos sexos masculino e feminino se desenvolvem de forma desigual e assimétrica, o que seria ocasionado por valores culturais discriminatórios introduzidos na vida social e transmitidos de geração em geração.

Na área do Trabalho, surgem por um lado vários estudos monográficos sobre emprego doméstico, domiciliar e no setor informal de modo geral, e sobre certas profissões; divulgam-se por outro lado, resultados de pesquisas mais abrangentes que exploram importantes dados estatísticos sobre, por exemplo, a formação profissional da mulher trabalhadora (Ministério do Trabalho; SENAI; SENAC, 1976) e sobre a mão-de-obra feminina no Brasil (Lewin; Pitanguy; Romani, 1977), existindo uma tendência a relacionar a educação e a participação da mulher nas atividades econômicas.

Vários desses estudos trazem ainda subjacente a visão marxista ortodoxa com respeito à necessidade de participação da mulher na força de trabalho e tendem a estudar o fenômeno da "condição feminina" do ponto de vista da ausência e/ou da exclusão das atividades consideradas produtivas. Outros já se dedicam a "tornar visível o invisível", e analisam a situação da mulher que trabalha buscando captar a presença feminina na força de trabalho em atividades onde ela era até então despercebida. Despontam também no mesmo período, as primeiras tentativas de relacionar emprego feminino e vida familiar, que desembocarão posteriormente numa importante linha de pesquisa que será desenvolvida por sociólogas e economistas de orientação feminista marxista ou socialista, preocupadas com a construção e os fenômenos derivados da relação entre as esferas da produção e da reprodução.

Cabe aqui dizer algumas palavras sobre a ausência da Demografia e dos

estudos sobre reprodução humana na amostra apresentada, já que esses estudos tinham sido justamente um dos dois campos, na primeira metade dos anos 70, onde se passou a considerar a mulher como objeto de pesquisas. Haveria a meu ver três explicações para isso, reforçando-se mutuamente.

Uma primeira explicação, de natureza acadêmica se encontra provavelmente no fenômeno da expansão das Ciências Sociais, que teve como consequência a especialização e a compartimentalização cada vez maior das subáreas (Velho, 1983), tendo as disciplinas passado a procurar afirmar uma identidade própria que as fizesse deixar de ser apenas fragmentos de um campo de conhecimento. Dessa forma os estudos demográficos que se referiam obrigatoriamente, e as vezes especificamente, à população feminina puderam, a partir do Simpósio Sobre o Progresso da Pesquisa Demográfica no País, em 1976, seguido da fundação da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) que realizou seu primeiro encontro em 1978, ser apresentados e debatidos prioritariamente nesse novo espaço.

A segunda explicação me parece ser de natureza metodológica. Os estudos sobre reprodução humana não eram efetivamente centrados no objeto "mulher", sendo talvez até, naquele período, pioneiros em partir de uma perspectiva de relação entre sexos, já presente também em alguns trabalhos de História Social sobre a família¹⁴.

A terceira explicação que encontro é política. Já que os estudos sobre reprodução humana tocavam forçosamente a controvertida questão do planejamento familiar e incluíam necessariamente os temas da contracepção e

¹⁴Já mencionamos anteriormente o Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU) da USP, criado em 1964 por Maria Isaura Pereira de Queiróz, Lia Fukui e Eva Alterman Blay, onde se consolidou uma linha de estudos sobre família que hoje é desenvolvida também em outros espaços acadêmicos, merecendo destaque os trabalhos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS/MN), no Rio de Janeiro. Ver as resenhas dos trabalhos sobre Família feitas por Fukui (1970, 1980), Correa (1984), Salem (1986).

do aborto, censurados no ideário feminista de esquerda hegemônico até 1979, seu afastamento (desejado, planejado ou casual) era oportuno do ponto de vista das militantes e acadêmicas.

Considerarei interessante incluir na amostra um simpósio de antropólogos sobre "Identidade Sexual e Laços Intra-Sexuais" realizado na reunião de 1976, exatamente porque ele me parece destoar do conjunto de trabalhos catalogáveis na rubrica "estudos sobre mulher", constituindo no entanto uma ilustração da linha de estudos de Antropologia Urbana que vinha tomando impulso desde o começo dos anos 70. Esta se desenvolverá bastante nos anos 80, e abrirá espaço para uma terceira geração de feministas acadêmicas cujas preferências em termos de pós-graduação começarão a se orientar para a Antropologia e a História, onde haverá justamente maior espaço para temas "menores" - a vida privada, o cotidiano, as emoções, os comportamentos "desviantes", as "minorias" - e para outros universos que não o das classes trabalhadoras.

Quanto à Ciência Política, área cuja composição predominante dentro das Ciências Sociais no Brasil é até hoje masculina, constatamos que foi a disciplina onde menos ventos feministas sopraram, fossem eles quais fossem. A total ausência de questionamento de seus cânones e conceitos fundamentais e o confinamento do "político" (*le politique*) à esfera do Estado, e de suas instituições, fez com que a ênfase dos estudos considerados de "mulher e política" tenha sido na participação (no eleitorado, nos sindicatos, nos partidos) e na representação (ocupação de cargos eletivos) feminina na esfera pública a nível estadual e federal. De vocação predominantemente quantitativa, eles não puderam se expandir durante os anos de autoritarismo, até porque a conjuntura não estimulava nem oferecia material empírico muito substancial que servisse para atualizar e/ou modificar os dados de que já se dispunha a respeito da pequena participação e reduzida representação política das mulheres.

Cabe, de toda forma, fazer menção ao trabalho de maior fôlego concluído no período, que foi a tese de livre-docência apresentada à PUC-RJ por Moema Toscano, "Mulher, Trabalho e Política: Caminhos Cruzados do Feminismo (1976), que trata dos itens "Feminismo", "Trabalho", "A Mulher na Política" e "A Mulher Trabalhadora e os Sindicatos".

Nesse estudo a autora trata do que ela considera ser a defasagem entre a presença crescente da população feminina brasileira no mercado de trabalho e o seu "desempenho social" restrito, comprovado pelo "alheamento da área das decisões políticas". Em consequência ela defende a idéia de que a principal tarefa das organizações feministas é a mobilização das mulheres com vistas à participação social e política, sem o que o processo de integração das mesmas à força de trabalho não será completo.

Na parte relativa ao feminismo, Toscano faz uma reconstituição histórica do "movimento feminista" no Brasil, onde aparece uma curiosa periodização em duas fases: a primeira, marcada pela campanha do voto feminino, e a segunda, a partir de 1944, pelo surgimento de inúmeras organizações de mulheres de esquerda, alentadas pelo Partido Comunista Brasileiro (que vivia então um curto período de legalidade), que teriam sido atuantes até o início dos anos 60. Nesse momento é que a autora situa nova interrupção nas atividades feministas no país, explicada da seguinte maneira:

"A partir de 1962, abalada a sociedade brasileira com os efeitos da renúncia do presidente Jânio Quadros, começaram as associações feministas a sofrer uma certa parada em sua atuação, principalmente aquelas de caráter popular, tais como as ligas femininas. No Estado da Guanabara e em São Paulo, onde os governos estaduais conflitavam abertamente com o Governo Federal, muitas dessas associações foram fechadas ou impedidas de funcionar. Até mesmo as associações de caráter 'apolítico' como a FBPF (Federação Brasileira para o Progresso Feminino) e o CNM (Conselho Nacional de Mulheres) tiveram sua atuação ainda mais reduzida pela ausência de motivações maiores, especificamente feministas, num período de intensas polêmicas em torno dos grandes problemas nacionais, como o foram os anos 60/65.

Os grupos femininos mais jovens que, normalmente, deveriam ir assumindo posição nessas associações à medida em que se confirmasse sua inserção na sociedade adulta - seja através do estudo ou do trabalho - não escondiam sua total indiferença por qualquer movimento especificamente feminista. A revolta juvenil dos anos 60,

traduzida no comportamento nihilista face aos valores tradicionais, a fuga no *hippysmo* ou mesmo o afastamento dos quadros sociais institucionalizados, tornavam qualquer esperança de rejuvenescimento do feminismo uma esperança vã." (Toscano, 1976:60)

É interessante confrontar esses posicionamentos com o histórico do feminismo feito por Saffioti, já mencionado no capítulo referente aos anos 60. As duas autoras coincidem na caracterização da luta pelo voto como um processo de idéias importadas por mulheres burguesas. Saffioti, entretanto, não nomeia "feministas" associações que não reivindicaram essa denominação, o que lhe reserva a possibilidade de diferenciar uma concepção marxista ortodoxa de "movimento de mulheres" de uma nova orientação feminista socialista. Quanto às "omissões históricas" relativas à existência de uma imprensa feminista no final do século XIX e às manifestações feministas de cunho libertário e anarquista dos anos 20, também já mencionadas com respeito ao estudo de Saffioti, elas não são reparadas pelo trabalho de Toscano.

Verificamos na amostra da SBPC a predominância de pesquisadoras de São Paulo, estando representados secundariamente o Rio de Janeiro e outros estados. E é efetivamente em São Paulo que se encontram até hoje os maiores recursos humanos e materiais nesta área que foi se constituindo como "estudos sobre mulher", o que corrobora aliás a conhecida representação de São Paulo como "locomotiva do Brasil". Isso se deveu em grande medida a um grupo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas (Carmem Barroso, Maria Malta Campos, Fúlvia Rosemberg, entre outras) que desde 1974 organizaram seminários sobre o assunto, que eram freqüentados por pessoas de outras instituições, inclusive estrangeiras.

Vendo possibilidade de obter financiamento de órgãos estaduais, federais e da Fundação Ford, esse grupo elaborou em 1975 um Programa de Pesquisas Sobre o Trabalho e a Educação da Mulher, que constava de um projeto de concurso de bolsas de pesquisa aberto a pessoas de todo o país, e de cinco projetos a

serem realizados dentro da própria Fundação Carlos Chagas: uma bibliografia anotada, um centro de documentação, um curso de pesquisa, uma pesquisa sobre viéses sexuais na avaliação de redações escolares e outra sobre mulher e ciência (Oliveira Costa; Barroso; Sarti, 1985:12). Fruto da primeira fase dos trabalhos realizados por organizadoras e participantes desses seminários é o Cadernos de Pesquisa nº 15 de dezembro de 1975, inteiramente composto de artigos e relatos de pesquisas recentes sobre a mulher, onde figuram trabalhos apresentados no mencionado simpósio organizado na reunião da SBPC naquele ano.

Cabe assinalar também que quatro pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, além de Moema Toscano da PUC-RJ, deram a nota acadêmica dos depoimentos prestados à Comissão Parlamentar de Inquérito Sobre a Mulher (CPI) do Senado Federal em 1977. Moema Toscano apresentou o trabalho sobre creches no município do Rio de Janeiro que vinha realizando com outras sócias do CMB-RJ. Quanto às demais, os temas escolhidos foram os seguintes:

Carmem Barroso - A Situação da Mulher Trabalhadora no Brasil

Guiomar Namó de Mello - A Mulher e o Sistema de Educação Formal

Fúlvia Rosemberg - A Discriminação Contra a Mulher e a Educação Informal

Maria Malta Campos - As Creches no Brasil

O primeiro "Concurso de Dotações para Pesquisas Sobre a Mulher Brasileira" realizado pela Fundação Carlos Chagas com financiamento da Fundação Ford foi em 1978. Foram avaliados 127 projetos e selecionados 20. Os dois livros que reúnem os resultados das pesquisas realizadas com esse auxílio mostram ainda o peso do tema "mulher e trabalho" - seja do ponto de vista das concorrentes, seja para a banca examinadora. O primeiro deles, Vivência (Fundação Carlos Chagas, 1980) reúne textos sobre Imprensa, Cinema, Literatura, História e Sexualidade, deixando o segundo volume inteiro para as

(Fundação Carlos Chagas, 1982).

Em 1978 ocorreu também, no Rio de Janeiro, um grande evento acadêmico (que foi aliás criticado por militantes feministas que dele se sentiram excluídas) patrocinado pelo Ministério da Educação e Cultura, Fundações Ford e Rockefeller e Embaixada do Canadá, tendo também o apoio da ONU, da OEA, e da OIT. Foi o seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina, organizado por Neuma Aguiar, que reuniu contribuições novas e importantes no assunto, ultrapassando algumas limitações que certos engajamentos militantes tinham acarretado ao tratamento acadêmico dessa temática, e à utilização de novos conceitos e critérios metodológicos, por exemplo, com releção aos dados fornecidos pelos Censos (Aguiar, 1984).

Não me parece surpreendente, dado tudo que foi dito ao longo dessas páginas, o fato de que um dos problemas que sobressaem até hoje com respeito aos "estudos sobre mulher", como observam Oliveira Costa, Barroso e Sarti (1985:8), seja a falta de diálogo destas pesquisas com as áreas de estudos onde se situam, e com a totalidade das Ciências Humanas. Esse talvez seja justamente um dos efeitos perversos da complacência paternalista que os "estudos sobre mulher" obtiveram, graças à ausência de "pecado original" na sua concepção. Não tendo sido engendrados em grupos de autoconsciência e tendo se desenvolvido paralelamente mais em aparente simbiose com um movimento feminista caracterizado pelo consenso negociado entre a ortodoxia marxista e a tendência liberal (o qual funcionava como seu interlocutor e censor), eles não reuniram a meu ver, no período estudado, os insumos necessários para enfrentar debates teóricos e polêmicas metodológicas suscetíveis de ocasionar rupturas dos cordões umbilicais que os uniam a disciplinas e instituições.

Dessa forma, foi só a partir de 1979, com o novo campo de possibilidades trazido pelo processo de abertura política, que se viabilizou a separação (já

então desejada por muitas pesquisadoras) entre militância feminista e/ou de esquerda e atividade de pesquisa. Daí por diante, começou a ser possível, inclusive, refletir sobre a acumulação já existente, abrir novos caminhos teóricos, assumir novas temáticas, ousar diferenciar, enfim, "estudos sobre mulher" de "estudos feministas".

Capítulo V

Conclusões

*"Cada coisa a seu tempo tem seu tempo.
Não florescem no inverno as arvoredos,
Nem pela primavera
Têm branco frio os campos."
(Fernando Pessoa)*

O estudo apresentado buscou chegar à gênese do projeto feminista que se afirmou de forma institucionalizada no Brasil entre 1975 e 1979. Dentro de uma periodização marcada pelas grandes inflexões do processo político nacional a partir dos anos 60, tentei demonstrar como a articulação particular e específica entre modernização e autoritarismo limitou o campo de possibilidades para a formação de um movimento de liberação das mulheres mas criou condições para a afirmação de um projeto feminista de esquerda.

Procurei analisar os caminhos da "identidade de gênero", enfocando "transgressoras individualistas" e "holistas" como possíveis trajetórias distintas. No caso das primeiras, a percepção dessa identidade funcionou como dado de negociação individual com a realidade, ao longo de processos de individualização pontilhados por ambivalências e hesitações, oscilando entre conflitos e compromissos, a rebeldia e o consentimento (conflitos em torno da dupla moral sexual, do projeto afetivo e o desejo de realização profissional, da representação usual de feminilidade). Esse tipo de transgressão conteve, de alguma maneira, os germe de uma orientação feminista liberal, que defenderá a idéia de igualdade potencial entre os sexos e abrirá caminho para mulheres "exemplares", "excepcionais", "vencedoras", além de propor como eixos de luta coletiva a modificação das leis discriminatórias e mudanças no processo de socialização.

Já as transgressoras holistas, utilizaram a política para rupturas individuais com valores e expectativas familiares, mas uma vez feita essa ruptura, sua identidade de gênero submergiu numa "missão de esquerda" e sucumbiu num processo no qual elas perderam toda capacidade de intervenção sobre o político, ficando subordinadas a orientações que remetiam para a sociedade do futuro a resolução dos "problemas da mulher".

Busquei captar a relação entre o processo político e a evolução do

movimento feminista no Rio de Janeiro e no exílio, para destacar os diferentes significados e representações que foram associados ao feminismo; procurei enfatizar a presença de mais de uma orientação dentro desse movimento, através da recuperação de sua trajetória desde os primeiros debates travados na imprensa alternativa anterior a 1975, percorrendo os caminhos do Centro da Mulher Brasileira até o momento em que ele deixou de ser o único espaço feminista no Rio de Janeiro.

Como já assinali na Introdução, o estudo detalhado do prosseguimento dessa história, que será resumida abaixo, será objeto de outra etapa de trabalho.

O ano de 1979 foi muito importante para a vida política brasileira e também para as feministas. A anistia permitiu o retorno ao país de muitas mulheres que durante o exílio - seu ou de seus companheiros - haviam tomado contato com a experiência dos movimentos de liberação europeus e que tinham se "convertido" ao feminismo. Essas mulheres entraram nas associações feministas e nos grupos de mulheres no interior dos quais o consenso político estava há muito periclitante, contribuindo para a introdução de práticas voltadas para a sexualidade, o aborto, a violência e trazendo elementos para os debates sobre a relação entre feminismo e luta de classes, a autonomia, o separatismo e o pluralismo. As reações foram imediatas, e cisões aconteceram em muitos grupos.

O fracionamento das associações feministas esteve intimamente relacionado, mais uma vez, com o processo político: a abertura permitiu em 1980, após 15 anos de bipartidarismo, a organização de partidos políticos. Com o aparecimento ou a reativação de certos canais de representação política, muitas militantes abandonaram os grupos feministas, ou passaram a privilegiar abertamente seu ativismo nas comissões e departamentos femininos dos sindicatos legais e novos partidos, o que possibilitou às "retornadas" e a

militantes de uma nova geração ocupar os espaços feministas e transformá-los. Assistiu-se assim, por um curto período, à proliferação de grupos em todo o país: coletivos de *self-help*, associações de mulheres reunidas em torno das mais diversas práticas, e, por fim, grupos de consciência onde, pela primeira vez, não se tinha vergonha de falar na primeira pessoa do singular.

Entretanto, em pouco tempo, a maioria desses grupos entraram em crise e se viram numericamente reduzidos e com as atividades paralisadas, o que contrastava com a presença feminina maciça nas organizações político-partidárias nas quais a "questão da mulher" tinha se tornado tema de debate e item obrigatório dos programas e das plataformas eleitorais em preparação, já que em 1982, pela primeira vez desde o golpe de Estado de 1964, os brasileiros puderam eleger governadores para todos os estados, senadores, deputados, vereadores e prefeitos.

Ocorreu que no seio dos grupos feministas surgiram divergências em torno do apoio a um ou outro partido, a um(a) ou outro(a) candidato(a), já que todos os partidos de oposição apresentaram candidatos e plataformas eleitorais com reivindicações formuladas por feministas. Naquele momento, os únicos coletivos que lograram continuar suas práticas de forma mais independente foram os grupos SOS contra a violência, importante polo de agrupamento de mulheres em 1980 e 1981.

Efetivamente, nas eleições de novembro de 1982, um certo número de mulheres se elegeu para alguns cargos, e esse fato marcou, a meu ver, novo momento de inflexão para o feminismo.

A partir de 1983, verificam-se alguns fenômenos simultâneos e significativos na sociedade brasileira, que, no meu entender, traduzem a permanência de marcas do processo de gestação e institucionalização do

movimento feminista que aqui surgiu em 1975. São eles os seguintes:

1º) uma grande desmobilização de associações, grupos e coletivos militantes feministas e outros, defensores de uma cultura política alternativa, cujo discurso foi, em certa medida, recuperado por grupos partidários (Partido Verde, setores do PT);

2º) a proliferação de grupos de mulheres desenvolvendo atividades mais ou menos assistencialistas e/ou "conscientizadoras";

3º) a ocupação de espaços no aparelho do Estado e nos órgãos públicos por feministas (a título individual ou coletivo).

É interessante observar que ao longo dos anos de autoritarismo a orientação "negociada" pelo orientação feminista liberal e pelo marxismo ortodoxo estimulava a participação num movimento que deveria agir como grupo de pressão e lutar pelas reivindicações "específicas" das mulheres e "gerais" de toda a sociedade. A partir da transição do regime, a orientação feminista mais visível é aquela que aponta para a noção de representação das mulheres e/ou do movimento. Isso uma vez mais, numa história que já ficou longa e repetitiva, cria para algumas a possibilidade de "cumprir uma missão" e/ou de "fazer política", e, sem dúvida alguma, de contribuir para a melhoria de aspectos da situação geral das mulheres, mas talvez limite para muitas as possibilidades de reinvenção do político, do cotidiano.

De toda forma, aparece como dado positivo da mudança de regime a ampliação do campo de possibilidades para o surgimento de novas práticas sociais. Talvez o feminismo já tenha extrapolado as feministas; é possível que a repercussão e os efeitos difusos da modernidade representada em alguma medida por esse movimento sejam imensos e insuspeitados. O campo está aberto para a investigação sobre as mudanças por ele introduzidas no tecido social brasileiro.

E, justiça seja feita, nessa nova linha de investigação já começaram a surgir estudos que, sem nomear-se assim, são feministas, embora não sejam "sobre mulher".

Anexos I a VII

Observação: Os anexos I a III e VI a VII foram copiados dos textos originais.

Anexo I**Centro da Mulher Brasileira****Estatuto**

O Centro da Mulher Brasileira, entidade de fins culturais e educativos, fundada em 6 de julho de 1975, sem preconceito de raça, cor, nacionalidade, credo religioso ou político-partidário, e sem visar lucro, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, reger-se-á pelo estatuto aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, abaixo transcrito:

Capítulo I**Da entidade, seus fins e objetivos**

Art.1º - O Centro da Mulher Brasileira tem por finalidade o conhecimento e a divulgação da condição da mulher em geral e, em particular, da mulher brasileira, atuando no sentido da superação dos seus problemas.

Para tanto o Centro se propõe a:

- a - criar um centro de documentação;
- b - promover a realização de pesquisas sobre a condição da mulher, buscando para tanto os recursos necessários;
- c- promover a divulgação das informações levantadas sobre a condição da mulher, através dos meios disponíveis;
- d - promover a formação de grupos de reflexão sobre a condição da mulher;
- e - promover o intercâmbio com outras organizações afins;
- f - promover e solidarizar-se com todas as iniciativas que venham ao encontro dos objetivos do Centro.

Capítulo II

Art. 2º - São órgãos do Centro:

- a - a Assembléia Geral
- b - o Colegiado

Da Assembléia Geral

Art.3º - A Assembléia Geral é um órgão composto por todas as sócias do Centro da Mulher Brasileira e se constitui como órgão soberano e deliberativo.

Art.4º - As reuniões da Assembléia Geral deverão ser realizadas em cada 2 (dois) meses em caráter ordinário.

Art.5º - Poderão ser realizadas reuniões extraordinárias da Assembléia Geral por proposta do Colegiado ou de 1/3 (um terço) de suas sócias.

Parágrafo único - A Assembléia Geral Extraordinária poderá decidir somente dos assuntos que motivaram a sua convocação.

Art.6º - Compete à Assembléia Geral:

- a - definir e deliberar sobre a filosofia de ação, propósitos, objetivos e programação do centro;
- b - julgar o relatório e as contas do Colegiado;
- c - julgar sobre matéria que não esteja especificada no presente Estatuto.

Art.7º - As convocações das Assembléias Gerais Ordinárias serão estabelecidas no princípio de cada mandato do Colegiado, estabelecendo datas e locais de reuniões; não obstante, cada reunião será divulgada com 7 (sete) dias de antecedência, informando-se hora e local de sua realização, quer em primeira, quer em segunda convocação.

Art.8º

- a - As Assembléias Gerais Ordinárias realizar-se-ão em primeira convocação com o número de 1/3 (um terço) das sócias regularmente inscritas no quadro social, sendo suas deliberações tomadas por maioria absoluta de votos;

- b - as Assembléias Gerais Extraordinárias realizar-se-ão, em primeira convocação, com o número de 1/3 (um terço) das sócias, sendo suas deliberações tomadas por 2/3 (dois terços) das sócias presentes.

Parágrafo único - Em segunda convocação, deliberará a Assembléia com qualquer número de sócias num prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas.

Do Colegiado

Art.9º - O Centro da Mulher Brasileira será coordenado por um Colegiado composto por 9 (nove) mulheres, eleitas em Assembléia Geral,

§ 1º - O Colegiado será renovado anualmente, votando-se a reeleição para o período seguinte.

§ 2º - O Colegiado escolherá, por um sistema de rotatividade, uma coordenadora e uma suplente por um período de 40 (quarenta) dias, sem funções deliberativas.

Art.10 - Compete ao Colegiado:

- a - deliberar sobre medidas a tomar no sentido de serem atingidas as finalidades do Centro;
- b - executar as deliberações da Assembléia Geral;
- c - aprovar os pedidos de admissão de sócias;
- d - organizar comissões ou departamentos;
- e - representar o Centro ativa, passiva e judicial e extra-judicialmente para a coordenadora em exercício;
- f - deliberar sobre as atividades financeiras do Centro, devendo designar 2 (dois) de seus membros para visar contas ou documentos financeiros e para assinatura de cheques;
- g - contratar funcionárias para as atividades de secretaria e tesouraria e demais atividades administrativas que se fizerem necessárias.

Art.11 - O Colegiado se reunirá, obrigatoriamente uma vez em 15 (quinze) dias, deliberando com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art.12 - Compete à Secretaria:

- a - orientar e dirigir o trabalho da Secretaria, a correspondência, o arquivo e o fichário;
- b - assinar a correspondência juntamente com a coordenadora em exercício, no período;
- c - atender ao expediente do Centro;
- d - elaborar os relatórios do Colegiado;
- e - lavrar e assinar as atas das Assembléias Gerais e das reuniões do Colegiado, sendo que estas últimas serão, também, subscritas pelos demais membros presentes.

Art.13 - Compete à Tesouraria:

- a - arrecadar contribuições, anuidades e demais recursos do Centro, assinando os recibos respectivos;
- b - apresentar ao Colegiado o relatório anual da situação financeira do Centro;
- c - pagar as contas visadas e rubricadas pelos membros do Colegiado designados para tal fim, na forma do Art.10, item "f";
- d - depositar os fundos sociais em estabelecimento bancário ou Caixas Econômicas designados pelo Colegiado;
- e - assinar e endossar, com um dos membros do Colegiado designado para tal fim, cheques, ordem de pagamento ou saques, bem como títulos que importem em responsabilidades financeiras da sociedade.

Capítulo III**Das Eleições**

Art.14 - A eleição do Colegiado realizar-se-á anualmente, no dia 8 de março.

Parágrafo único - A posse do Colegiado dar-se-á no prazo máximo 15 (quinze) dias.

Art.15 - O regime eleitoral será sempre o de voto secreto.

Art.16 - Haverá registros de candidaturas até 30 (trinta) dias antes da realização da Assembléia Geral que elegerá o Colegiado.

Art.17 - No caso de vaga de um membro do Colegiado, o cargo será preenchido automaticamente pela respectiva suplente eleita. Na falta desta, por eleição em Assembléia Geral, completando a escolhida e restante do mandato.

Capítulo IV

Dos recursos e do patrimônio

Art.18 - O patrimônio social será constituído de:

- a - contribuição das sócias;
- b - doações, legados e subvenções;
- c - bens móveis e imóveis por ele adquiridos;
- d - rendas provenientes de quaisquer atividades do Centro;
- e - empréstimos e financiamentos que vier a realizar

Parágrafo único - Os empréstimos e financiamentos, bem como a aquisição ou alienação de bens imóveis, só poderão ser efetuados mediante a aprovação da Assembléia Geral, de pelo menos maioria simples de suas associadas presentes.

Capítulo V

Das sócias, sua admissão, direitos e deveres

Art.19 - O quadro social do Centro se compõe:

- de sócias efetivas, mediante a contribuição mínima mensal de 2% (dois por cento) do salário mínimo.

Art.20 - A admissão das sócias no quadro social será feita mediante proposta assinada por uma sócia, devidamente aprovada pelo Colegiado.

Art.21 - A sócia que deixar de pagar durante o prazo superior de 6 (seis) meses as suas contribuições, sem justificção, ou transgredir o presente Estatuto, ou praticar atos que e incompatibilizem com os objetivos do Centro, será advertida pelo Colegiado. No caso de reincidência, poderá ser excluída através de decisão

da maioria simples da Assembléia Geral.

Art.22 - São direitos das sócias:

- a - votar e ser votada para o Colegiado;
- b - gozar das vantagens e regalias conferidas pelo Centro, nos termos deste Estatuto;
- c - participar de Comissões, Departamentos e demais atividades desenvolvida pelo Centro.

Parágrafo único - O direito de voto só poderá ser exercido quando quites as sócias com a tesouraria e depois de decorridos 6 (seis) meses da aceitação de sua proposta, podendo entretanto participar das discussões da Assembléia Geral antes deste prazo, sem direito a voto.

Disposições Gerais

Art.23 - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral.

Art.24 - As sócias não são responsáveis, nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Art.25 - Os Estatutos poderão ser reformados a qualquer tempo, sendo feito a primeira convocação para a Assembléia com 15 (quinze) dias de antecedência da data designada, desde que assim o julgue necessária 2/3 (dois terços) das sócias do Centro. E, em segunda e última convocação, por carta, 15 (quinze) dias após a primeira Assembléia, com qualquer número de sócias presentes, em Assembléia Geral para isto convocada.

Art.26 - O Centro será considerado dissolvido após a primeira convocação com 15 (quinze) dias de antecedência, a qual compareçam 2/3 (dois terços) das associadas e em segunda e última convocação, feita por carta, 15 (quinze) dias após a primeira, com qualquer número de sócias presentes, em Assembléia para isto convocada e revertendo o patrimônio para quem determinar a Assembléia Geral."

Anexo II

'Chapa 'Mulher Hoje'

Companheiras,

O Centro da Mulher Brasileira caracterizou-se nestes quase dois anos de existência por uma atuação voltada principalmente para discussões teóricas dos problemas da mulher, definição do feminismo e prioridades quanto a ação prática dentro da realidade brasileira.

O próprio desenvolvimento das atividades do Centro da Mulher Brasileira, das discussões internas e de um maior debate que os temas do feminismo vem suscitando nos últimos tempos, nos levaram aos poucos a definir uma linha de ação mais voltada para grupos e camadas de mulheres profissionalizadas e portanto mais atingidas pelos problemas da discriminação e pela falta de instituições adequadas ao atendimento de suas necessidades.

No sentido de dar continuidade a essa linha de ação, visando, inclusive, a concretizar as propostas surgidas no 1º Encontro da Mulher que Trabalha a chapa 'Mulher-Hoje' que agora se apresenta propõe:

1 - Quanto a organização interna do Centro da Mulher Brasileira

1.1) - Redefinição das funções do Colegiado.

A experiência dos dois mandatos anteriores mostrou a necessidade de definição de responsabilidade específica a cada membro do Colegiado. Depois de longas discussões, propomos que as principais funções do Colegiado devam ser as seguintes:

- Coordenadora de Programação - responsável pela realização das propostas da Assembléia Geral.

- Coordenadora de Pesquisa e Documentação - responsável pelo levantamento de trabalhos e pesquisas sobre a condição da mulher, orientando grupos que queiram se encaminhar para a pesquisa, mantendo contatos com organizações congêneres e organizando um setor de documentação.

- Coordenadora de Comunicação Social - encarregada da Comissão de Imprensa do Centro da Mulher Brasileira e de sua divulgação junto aos órgãos de comunicação de massa.

- Coordenadora da Secretaria - encarregada da administração da sede social, organização da biblioteca, arquivo, fichário, correspondência e demais tarefas pertinentes à secretaria.

- Coordenadora de Tesouraria - responsável administração do setor financeiro do Centro da Mulher Brasileira.

1.2) - Indicação de um número de suplentes, equivalentes ao número do colegiado, com participação permanente.

1.3) - Melhor aproveitamento da sede social com plena utilização dos seus recursos, tais como: realizar cursos, encontros, plantões, reuniões de grupo.

2 - Quanto as atividades a serem desenvolvidas pelo Centro da Mulher Brasileira no Ano de 1977

A chapa 'Mulher-Hoje' apresenta como linha de ação as seguintes sugestões a serem discutidas na Assembléia Geral após as eleições.

2.1) - Dar prosseguimento às atividades já em desenvolvimento no Centro.

2.2) - Implantar os grupos de Assistência Jurídica e Frente de Trabalho junto a Comunidade.

2.3) - Executar todas as propostas aprovadas no 1º Encontro da Mulher que Trabalha.

Esta chapa é composta por companheiras de vários grupos que aceitaram assumir um compromisso com o Centro da Mulher Brasileira, levando em conta que nos encontramos num momento decisivo - de um lado o Centro gerou expectativas de todos que participaram do 1º Encontro, de outros enfrentamos uma situação financeira de quase insolvência.

Sabemos que para levarmos a cabo nossas propostas necessitamos do apoio e colaboração ativa de todas as companheiras.

Participe trabalhando, discutindo e criticando.

A Chapa 'Mulher-Hoje' indica as seguintes companheiras:

Coordenadora de Programação:	Titular -	Comba Marques Porto
	Suplente -	Santinha Tavares.
Coordenadora de Pesquisa e Documentação:	Titular -	Moema Toscano
	Suplente -	Berenice Brandão.
Coordenadora de Comunicação Social:	Titular -	Luciana Portinho
	Suplente -	Viviam Tauille
Coordenadora da Secretaria:	Titular -	Vera Borges
	Suplente -	Hildete H. de Araújo
Coordenadora da Tesouraria:	Titular -	Branca Moreira A.
	Suplente -	Mariska Ribeiro."

Anexo III

"O Centro da Mulher Brasileira considera necessário trazer a público sua posição com relação ao Programa de Gravidez de Alto Risco, recentemente divulgado pelo governo. Este programa tem sido amplamente criticado sob o ponto de vista de suas implicações políticas e médicas. Achamos no entanto que a questão fundamental da situação da mulher vem sendo ignorada nos debates suscitados a este respeito.

Como mulheres consideramos que o controle de nossa reprodução é um direito básico pelo qual devemos lutar. Achamos que o exercício da sexualidade não está subordinado à procriação e que a maternidade deve ser fruto de uma opção livre e consciente.

Por outro lado, reconhecemos que a questão do planejamento familiar, conforme colocada pelo PPGAR levanta sérios problemas que devem ser debatidos. Sob este título pomposo esconde-se na realidade o início oficial de um plano de controle da natalidade abrangendo as camadas menos favorecidas de nossa população. Plano este, aliás, que já vem sendo implementado no Brasil há mais de uma década pela BEMFAM, com financiamento externo.

Ao reivindicar o controle de nosso corpo e o exercício livre de nossa sexualidade não esquecemos as conotações implícitas num programa governamental da grande escala que visa limitar o crescimento das populações pobres. Subentende-se num tal programa que a causa principal do baixo nível de renda de grande parte da população mundial consiste em sua alta taxa de expansão demográfica. Assim, o planejamento familiar seria capaz de solucionar os problemas criados pelo desnível sócio-econômico. Esta premissa tem sido largamente refutada, cabendo-nos aqui apenas indicar os principais argumentos

que a desmascaram e com os quais concordamos. As taxas de crescimento populacional de mortalidade materno-infantil estão intrinsicamente ligadas ao nível sócio-econômico de uma população. O planejamento familiar é uma consequência natural da melhoria das condições de vida. Existe enorme diferença entre diminuição da pobreza e diminuição da população. Não é o volume populacional que determina o padrão de vida de um povo e sim uma melhor distribuição da renda nacional. Atacar o problema da pobreza sob o ponto de vista da expansão populacional é desvirtuar a questão fundamental, que não se coloca na natalidade e sim na má alocação dos recursos da sociedade. Argumenta-se que as mulheres a serem atendidas terão liberdade de opção. Diante da realidade brasileira, perguntamos qual a possibilidade de opção que se coloca a uma mulher quando seu futuro filho não terá condições mínimas de sobrevivência. No momento em que nossa sociedade for realmente voltada ao atendimento das necessidades básicas da nossa população, oferecendo a cada um de seus membros habitação, educação e saúde, a questão do controle da natalidade poderá ser colocada em seus devidos termos. A limitação da natalidade há de ser resultado de uma livre opção e não o fruto da necessidade.

Como mulheres, achamos necessários acrescentar a estas críticas o ponto de vista que mais de perto nos toca: nosso próprio corpo. Tendo em vista os efeitos colaterais cientificamente comprovados do uso indiscriminado da pílula anti-concepcional e, por outro lado, considerando a precariedade da assistência médica no Brasil, denunciemos a implementação de um plano que colocará em risco a saúde de um grande número de mulheres. Nas atuais condições da Saúde Pública no Brasil é notório que não existe qualquer possibilidade de se estender às usuárias da pílula o atendimento médico indispensável.

Como mulheres, queremos ainda repudiar o que consideramos ser mais um aspecto da discriminação geral que sofremos na sociedade. O ônus do controle da

natalidade recai unicamente sobre nós, visto que a indústria farmacêutica não se preocupa em desenvolver e divulgar métodos anti-conceptivos masculinos e aprimorar aqueles não prejudiciais à saúde.

Por outro lado, mais uma vez somos vítimas da implantação de políticas governamentais que nos consideram como meros objetos passivos e sem capacidade de escolha e decisão. O corpo da mulher é ainda uma vez utilizado como patrimônio social, acima de seus direitos e de sua individualidade. Historicamente assim tem sido, seja com relação às políticas natalistas ou anti-natalistas. No entanto, sendo os filhos também um benefício para a sociedade, esta não se considera responsável por eles ao ponto de lhes oferecer condições dignas de vida.

O Centro da Mulher Brasileira pretende com esta carta provocar a reflexão sobre o Controle de Natalidade, tendo em vista a complexidade do assunto e a falta de informação a este respeito.”

Anexo IV

CARTA ÀS MULHERES

O processo eleitoral é oportunidade privilegiada para que diferentes camadas da população manifestem seus anseios e busquem soluções a fim de resolver os problemas mais sentidos do seu dia a dia.

Acreditamos que a mulher não é um ser passivo, acomodado em sua essência. Essa passividade, que tem se refletido na escassa participação das mulheres na vida política de nosso país, resulta de uma opressão milenar, agravada pela falta de liberdade de organização e participação vigentes. As mulheres, quando chamadas a intervir em qualquer problemática, têm revelado excelentes qualificações e levado com seriedade e persistência as tarefas que se apresentam.

Por isso, nós do CMB não podemos ficar indiferentes ao processo eleitoral que terá seu desfecho nas eleições para deputados e senadores em novembro. Vimos pois, de público, colocar nossas reivindicações básicas no sentido de encaminhar a discussão das mulheres para um posicionamento eficaz frente às eleições próximas.

Na situação que vivemos em nosso país, cresce o descontentamento de parcelas cada vez maiores da população com a alta do custo de vida, aliada à falta de liberdade de organização e participação, o que torna mais penosas as condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral. No entanto, sente-se hoje um esforço crescente de mobilização e reorganização da sociedade, que quer se fazer ouvir em todos os setores da vida nacional, abrindo os debates no sentido de redefinir os rumos traçados para a política interna e para o desenvolvimento em geral.

Para alcançar esse objetivo depende-se fundamentalmente da disposição de cada um, e de todos em conjunto, no sentido de sair da passividade que nos foi imposta pelo arbítrio e pela exceção, e buscar as formas mais adequadas de organização, nos próprios locais de trabalho, nos bairros, nos sindicatos e nas associações e, através delas, manifestar seus anseios e reivindicações.

O Centro da Mulher Brasileira (CMB), entidade sem vínculo político-partidário e voltada para defesa dos interesses da mulher, considera que o contingente feminino não pode ficar alheio a esse esforço. Por isso, se une aos setores da população brasileira que se posicionam hoje pela volta ao Estado de Direito, pela restituição plena das Liberdades Democráticas, como condição necessária para a construção de uma sociedade mais justa, onde todos tenham direito a salários dignos, à moradia, saúde e alimentação adequadas.

As dificuldades pelas quais passa o povo brasileiro atingem, igualmente, homens e mulheres. No entanto, foi imposto às mulheres um papel social determinado, que gera condições de vida e trabalho desiguais.

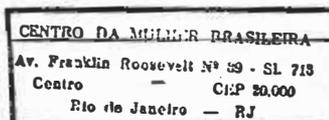
Assim é que, para atender às necessidades de mercado ou de realização pessoal, e sobretudo para aumentar a renda familiar, a mulher foi obrigada a se lançar no trabalho extra-doméstico, sem contar com a infra-estrutura necessária para o cuidado dos filhos e do lar, como creches, lavanderias e refeitórios públicos. Além disso, as mulheres têm sido sistematicamente alvo de discriminações ligadas ao sexo, com salário inferior para função igual, discriminação em determinadas áreas do mercado de trabalho, uso pela propaganda como objeto sexual e de consumo. Para agravar ainda mais essa situação, as medidas de proteção legal existentes ou são insuficientes, ou não são corretamente aplicadas.

O CMB, entidade que vem lutando desde sua criação pela emancipação e libertação feminina, entende que a resolução dos problemas da mulher só ocorrerá de maneira satisfatória, com plena participação dela nas discussões e no encaminhamento dos mesmos. O caso da política de planejamento familiar e as alterações propostas para modificar a CLT no capítulo referente ao trabalho feminino são fatos recentes que revelam a tentativa de impor determinadas políticas, sem o debate prévio com participação das interessadas.

Consideramos que o contingente feminino deva votar nos candidatos que apresentem em sua plataforma o programa mínimo abaixo relacionado, bem como se comprometam a divulgá-lo e trabalhar pelo seu cumprimento. Por outro lado, assumimos a responsabilidade de entrar no debate dos temas assinalados, de modo a abrir caminho para veicular as questões mais sentidas pela população feminina, e contribuir para sua solução mais rápida e mais adequada.

Reivindicações gerais:

- Anistia ampla, geral e irrestrita
- Eleições livres e diretas para todos os cargos eletivos
- Assembléia Geral Constituinte, soberanamente eleita
- Contra a carestia



Reivindicações específicas

- Criação de creches nas empresas e principalmente nos bairros
- Aumento do número de áreas de lazer, especialmente nos bairros pobres
- Aumento do número de escolas e do número de horas letivas
- Ampliação e melhoria da merenda escolar nas escolas públicas
- Igualdade salarial
- Condições mais adequadas de trabalho
- Abertura do debate sobre a legislação que rege o trabalho feminino
- Abertura do debate sobre a implantação do planejamento familiar
- Supressão do uso da mulher na propaganda como mero objeto sexual e de consumo
- Fim da educação discriminada
- Acesso a cargos políticos elevados e postos de direção em geral

1978

Anexo V

MULHER SEU VOTO É IMPORTANTE

O voto da mulher representa mais que a metade da população eleitoral do estado.

VOCÊ É MAIORIA, MAS ESTA EM SITUAÇÃO DE MINORIA

Estes são dados que você já conhece, ou já sentiu. Veja:

- 27% das mulheres que trabalham são empregadas domésticas, cujos direitos as férias, 13.º salário e outras garantias dependem da bondade dos patrões.
- Pelo mesmo trabalho de um homem, as mulheres recebem um salário 25% menor. Isto quando são aceitas no trabalho, pois os empregadores preferem dar os cargos de responsabilidade para os homens.
- As profissões caracterizadas como femininas são as mais mal pagas: empregadas domésticas, enfermeiras, professoras, secretárias. Os melhores salários são destinados aos homens. Quem vende o trabalho tem que vendê-lo pelo seu justo valor. Se você fosse vender um quilo de tomate na feira, aceitaría negociá-lo mais barato só por que é mulher?
- Os argumentos usados são de que as mulheres não têm que sustentar a família, o que não corresponde à verdade, pois muitas mulheres precisam trabalhar para sustentar filhos, e muitas vezes outros familiares.
- As donas-de-casa, consideradas "prezadas domésticas", são trabalhadoras que acumulam vários cargos, enfrentando um trabalho diário de no mínimo 14 horas, sem o devido reconhecimento da sociedade.
- Essa mulher, dona-de-casa, deve se sustentar com o salário do marido que trabalha por dois, salário este que atualmente está valendo 57% a menos do que valia em 1963.

O ORÇAMENTO AFERTA

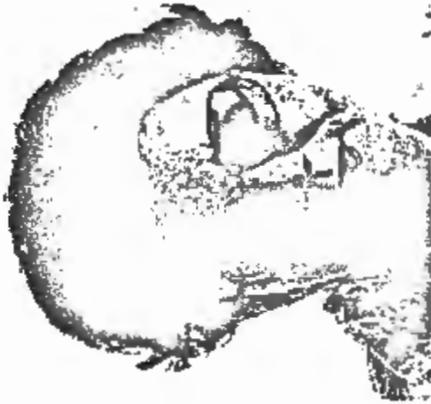
No caso das mulheres que trabalham fora de casa, elas têm ainda o trabalho doméstico, o que significa uma dupla jornada de trabalho.

ONDE DEIXAR AS CRIANÇAS?

A candidata a deputada estadual Heionelda Stuart, jornalista e escritora, autora de vários livros, inclusive: Mulher, Objeto de Cama e Mesa, não está apenas consciente destes problemas, mas também comprometida com a solução dos mesmos.

— Propõe a luta pela criação de creches nas empresas e principalmente nos bairros, pela igualdade salarial para homens e mulheres, pela criação estadual de serviços nas comunidades que facilitem os afazeres domésticos (refeições, lavanderia e áreas de diversão), pela melhoria da qualidade da merenda escolar, pelo aumento do número de horas-aula em cada turno das escolas públicas, pelo reexame do código civil em tudo aquilo que limita a ação da população feminina, principalmente nos capítulos do direito da família.

— Você é mulher, trabalhadora e cidadã. Tome consciência. Participe do seu sindicato, da sua associação de bairro e onde for possível reunir para discutir seus problemas e os da comunidade.



Jornalista militante e escritora, Heionelda Stuart é antes de tudo uma estudiosa da situação da mulher no mundo atual. Natural do Ceará, ela teve que lutar muito para estudar e ser uma profissional. A sua obra inclui: "Dona de Casa e Mulher", "MDB, 1972" (obra a seguir "Uma Mulher Pela Democracia" e o programa "fórum vários pontos em defesa da mulher. Segundo ela: "uma trabalhadora mata e é aplaudida do que os trabalhadores".



Comitê: Largo do Machado, 29 — sobreloja 267

PARA DEPUTADA ESTADUAL



UMA MULHER
PELA DEMOCRACIA!

Anexo VI

**Documento Final do
Encontro Nacional de Mulheres, Realizado no Rio de Janeiro,
de 8 a 11 de março de 1979, Promovido pelo
Centro da Mulher Brasileira**

O Encontro Nacional de Mulheres, considerando que o documento final do I Congresso da Mulher Paulista, é um relato exemplar da condição de vida da grande maioria de mulheres brasileiras, e considerando também que este documento é um ponto de partida para a indispensável unidade de ação do movimento feminista, vem fortalecer esta unidade, encampando inteiramente suas reivindicações.

Contudo, como este Encontro é de âmbito nacional, incluímos neste documento as conclusões resultantes das diversas Comissões de Trabalho das quais participaram mulheres de 8 Estados da Federação, e as moções e recomendações aprovadas no encerramento dos trabalhos.

1ª Comissão: POLITICA

Concluiu que:

- 1º) a luta das mulheres tem componentes específicos femininos, mas esta se insere na luta pelas reivindicações dos trabalhadores e do povo brasileiro, destacando-se a luta pela conquista das liberdades democráticas;
- 2º) é necessário reforçar o trabalho pela anistia nos grupos femininos, criando núcleos do MFPA no Centro da Mulher Brasileira e nas demais entidades e grupos femininos, especialmente, nos participantes deste Encontro;
- 3º) é importante aumentar a participação da mulher nos órgãos legisladores, e para isto, todas as organizações femininas devem desde já preparar suas candidatas às próximas eleições em 1980.

2ª Comissão: MERCADO DE TRABALHO

Concluiu que:

1º) exigir o cumprimento da CLT no que se refere ao princípio do salário igual para trabalho igual, independente de sexo e idade;

2º) exigir a extensão dos direitos estabelecidos na CLT às trabalhadoras rurais;

3º) exigir do Ministério do Trabalho uma efetiva fiscalização quanto ao funcionamento de creches nas empresas;

4º) exigir que o trabalho noturno da mulher só seja realizado em caráter opcional, condicionado à concordância prévia e expressão das mulheres e de suas associações de classe;

5º) a jornada de 8 horas de trabalho, conquistada após árdua e sangrenta luta dos trabalhadores, deve ser remunerada condignamente, de modo a atender às necessidades básicas de sobrevivência, sendo de nosso inteiro repúdio a utilização de horas extras como complementação de salário;

6º) solicitar no Congresso a instalação de uma CPI sobre o trabalho da mulher, ouvidos mulheres e entidades representativas de diversas categorias profissionais;

7º) encaminhar à Câmara dos Deputados Emendas ao Projeto de Reformulação da CLT do Ministério do Trabalho;

3ª Comissão: INFANCIA E CRECHES

Concluiu que:

1º) na oportunidade do Ano Internacional da Criança o Encontro Nacional de Mulheres, através de suas participantes, assumirá um movimento pela criação de creches, em caráter nacional, envolvendo todas as organizações ou grupos de mulheres, entidades estudantis, sindicatos, associações profissionais e de bairros, e demais setores representativos da sociedade, promovendo denúncias, levantamentos de dados, discussões e campanhas, visando pressionar o governo e as empresas à assumir sua co-responsabilidade na questão do atendimento da criança de 0 a 6 anos, durante o período de trabalho dos pais;

2º) denunciar a exploração publicitária do Ano Internacional da Criança, que vem sendo utilizada para fazer propaganda ofensiva às crianças, pois não corresponde à realidade social das famílias trabalhadoras e marginalizadas da participação da renda nacional.

4ª Comissão: TRABALHO DOMÉSTICO

Concluiu que:

1º) todos os direitos assegurados na CLT seja extensivos às empregadas domésticas que, pela lei em vigor, só tem direito à anotação na C.T.P.S. e férias;

2º) é necessário conscientizar as empregadas domésticas no sentido da força de trabalho que representam;

3º) conscientizar as donas de casa da importância de sua participação na vida comunitária levando-as a reformular os modelos perfeccionistas que as escravizam às tarefas do lar;

4º) incentivar a solidariedade das donas de casa entre si, como forma de suprir a carência dos serviços públicos nas comunidades a que pertencem, estimulando maior união do esforço para melhorar a qualidade de vida, para isso criando as associações de bairro onde, organizadas, poderão conseguir suas reivindicações próprias;

5º) protestar contra o alto custo de vida a que a política governamental está levando ao povo brasileiro, e protestar contra a tentativa do governo de desacreditar junto à opinião pública, o Movimento do Custo de Vida, cujas denúncias e reivindicações devem ser assumidas por todas as mulheres.

5ª Comissão: RELAÇÕES RACIAIS

Concluiu que:

1º) o Encontro Nacional de Mulheres se solidariza com as lutas das mulheres negras, considerando sua condição de mais oprimida que a mulher branca, denunciando a discriminação racial em todos os níveis: o Estado, a escola, a religião, os meios de comunicação, etc.;

2º) protestar contra a opressão política, social, econômica e sexual da mulher negra;

3º) lutar por efetivas oportunidades quanto à abertura do mercado de trabalho para a mulher negra.

6ª Comissão: VIOLENCIA

Concluiu que:

1º) decidiu construir-se em um grupo de reflexão e trabalho sobre a questão da violência, a fim de levantar dados sobre questões como esterilização forçada; estatística sobre estupro e violência sexual sobre crianças, aprofundando a análise sobre as raízes deste fato;

2º) tentar determinar as táticas que o movimento feminista deverá empregar na luta contra a violência;

3º) propor ao Encontro uma Moção de Repúdio ao fato ocorrido em Goiás quando uma menor Edna, de 13 anos, foi despida e obrigada a caminhar semi-nua pelas ruas seguida pelos faróis acessos do carro do seu "torturador", o funcionário do Banco do Brasil, Jonas de Souza Mendes, porque Edna, empregada doméstica de Jonas, havia roubado algumas peças de roupa;

4º) propor uma Moção de Solidariedade à Edna.

7ª Comissão: SEXUALIDADE

Concluiu que:

1º) a sexualidade não é um dado "natural" mas sim cultural, histórico, e por isso mesmo deve ser situado numa estrutura social concreta;

2º) em nossa sociedade os conceitos de feminino e masculino reforçam as posições de poder, definem o destino máximo da mulher como reprodutora, e excluem o prazer sexual feminino da esfera das relações, onde ela constitui mero objeto de prazer do homem e não sujeito do seu próprio prazer;

3º) a prática dos grupos de reflexão deve ser valorizada como forma de refletir e repensar a sexualidade; com vistas a tomar consciência do seu caráter cultural e não "natural".

8ª Comissão: FEMINISMO

Concluiu que:

1º) a luta pela libertação da mulher brasileira está indissolavelmente ligada às lutas gerais por liberdades democráticas e por uma anistia ampla, geral e irrestrita, e vem para somar força a todos os movimentos contra qualquer tipo de opressão;

2º) a tática atual dos movimentos de mulheres implica na luta pela unidade desses movimentos, unidade esta que pressupõe a diversidade dos grupos e organizações, e superação das particularidades de cada um através da adoção de bandeira comuns, tais como as expressas no documento paulista;

3º) o movimento feminista deve ser aberto a todas as mulheres, independentemente de condição social, racial, credo religioso e posição político-partidária; implica na aproximação com associações de classes, de bairro, clubes de mães e donas de casa, etc. e incentivo à organização de mulheres no local de trabalho e moradia; significa trabalhar sobre os problemas que se colocam especificamente para a realidade de cada grupo, assumindo as bandeiras gerais do movimento; estímulo e criação de uma imprensa feminina.

Recomendações

1) Considerando que este Encontro Nacional de Mulheres, o primeiro realizado após 20 anos, tem importância relevante para o crescimento do movimento feminino e feminista no Brasil, e que dele participaram 400 mulheres representando oito estados da Federação, RECOMENDA que se estimule a mobilização e organização das mulheres para reivindicar, não sobre suas especificidades como também sobre as reivindicações de todo o povo brasileiro, através de todas as formas possíveis, em sindicatos, associações profissionais e de bairros, partidos políticos e em entidades especificamente voltadas para a defesa dos interesses da mulher.

2) Considerando ser da maior importância a participação da mulher no processo político e sendo os partidos políticos instrumentos de mobilização e representação popular, o Encontro Nacional de Mulheres RECOMENDA que os movimentos femininos organizados no Rio de Janeiro reivindiquem junto ao MDB a ativação de seu Departamento Feminino.

Rio, 11/3/1979

Anexo VII

"Ser mulher é ser objeto de uma discriminação baseada única e exclusivamente no sexo, desde o nascimento até a morte. É jamais ser reconhecida como ser responsável, seja na educação, na instrução, no trabalho doméstico ou profissional, nas relações humanas, na sexualidade, no casamento, na família, no campo político, no econômico, no social..."

Para algumas mulheres, a essa discriminação vem se juntar aquela que elas sofrem por pertencerem a uma classe social ou por serem de uma raça determinada...

Ser feminista é descobrir a realidade desta condição... É afirmar que a discriminação que atinge as mulheres enquanto mulheres não provém da natureza nem é condicionada pela natureza biológica, mas que ela é construída e vinculada a formas sociais determinadas. É lutar para que essa situação seja superada e para que as mulheres possam assumir suas próprias vidas da maneira que elas escolherem. É, inevitavelmente, construir uma nova sociedade.'

(Les Cahiers du Griffon - nº 1)

Este texto se insere no quadro das discussões que desejamos travar com todas as companheiras do Centro da Mulher Brasileira, e com todas as mulheres interessadas em buscar conosco os caminhos da construção de um movimento feminista brasileiro.

O que é Feminismo?

Para nós, o feminismo implica uma nova visão da sociedade, baseada em relações não autoritárias, o que permitirá a cada um - homens e mulheres - viver livremente sua opção. Assim, o feminismo é político na medida em que enfrenta o debate sobre a especificidade da opressão feminina e suas causas, tirando as mulheres do isolamento e da passividade em que têm sido mantidas secularmente, levando-as a contestar vários pilares da sociedade em que vivemos. Como todos os oprimidos do mundo, as mulheres têm sido divididas e

mantidas em estado de rivalidade e competição, fechadas em suas casas, em suas cozinhas, em suas relações com os companheiros, em sua solidão, e até em suas pequenas conquistas no terreno da liberação individual.

O papel do grupo de reflexão e de consciência - tão pouco compreendido no Brasil - é justamente o primeiro passo da possibilidade de mudança das relações interpessoais a partir do intercâmbio de experiências vividas por nós: a sexualidade, a contracepção, a violência, os diversos tipos de discriminação e de opressão que sofremos.

Através desses grupos é que podemos perceber que essa opressão é específica e se encontra profundamente vinculada aos papéis que nos foram atribuídos há séculos, assim como todos os condicionamentos que recebemos e que têm por objetivo primordial a perpetuação desses papéis. A compreensão do conteúdo dessa opressão específica, e de como ela se exerce no interior de cada classe social, une as mulheres e cria uma nova solidariedade entre elas, um tipo de relação até então inexistente, levando-se à contestação coletiva desses papéis e de tudo que vincula esses condicionamentos. A reflexão coletiva e o debate conduzem a uma prática que possui um enorme potencial revolucionário na medida em que contesta e busca substituir valores básicos da sociedade em que vivemos:

- a família, onde a mulher é esposa, reprodutora de crianças e valores sociais, mantenedora da força de trabalho, sem que o trabalho doméstico seja considerado como um trabalho produtivo, indispensável à manutenção da sociedade capitalista;

- a inserção profissional, pois a mulher ocupa geralmente, os empregos menos remunerados, mais repetitivos, menos qualificados, onde as leis não aplicadas (a trabalho igual, salário igual, obrigatoriedade de creches em locais de trabalho

com mais de 30 (trinta) mulheres, etc);

- legislação discriminatória criada e posta em prática pelo Estado;
- a ideologia transmissora dos valores veiculados pela escola e reforçada pelos meios de comunicação (os estereótipos sexuais);
- os padrões e as normas que regem a disposição de nossos corpos e nossas opções sexuais de parceiro;
- a violência cotidiana considerada "natural" que se abate sobre as mulheres: os preconceitos, a segregação, as agressões, o espancamento, o estupro, as imposições, os limites institucionais para determinadas atividades;
- o autoritarismo, em todas as suas manifestações, desde as relações interpessoais, passando pelas relações de trabalho, à vinda dos grupos e organizações políticas que sempre relegam a segundo plano as questões específicas da condição feminina.

Como vemos a construção de um Movimento Feminista no Brasil?

A partir do que dissemos anteriormente, pensamos que o Movimento Feminista no Brasil pode ser construído num processo de criação de espaços próprios, de intervenção em todas as instâncias da sociedade. Pensamos que as mulheres devem procurar assumir suas aspirações e reivindicações específicas na vida pessoal, social, política e econômica, fortalecidas por um movimento próprio, sem subordinação a outros grupos que também travam debates e lutam pela transformação da sociedade. Com isto queremos dizer que podemos nos filiar a esses grupos individualmente, ou desde que aceitam nosso movimento como uma força legítima que veio para somar esforços e não para dividir, como muitos acreditam. É importante que nos fortaleçamos dentro do nosso

movimento para que possamos levar, no seio desses grupos, sobre cada questão, o ponto de vista, as reivindicações e aspirações das mulheres.

Para isso é importante que adquiramos uma formação prática a respeito de nossa especificidade e que procuremos difundir esse conhecimento entre outras mulheres - é uma das maneiras de estabelecer relações com mulheres de todas as origens, através das quais poderemos compreender mais globalmente a sociedade e os problemas sociais que o movimento deve enfrentar: só uma prática transformadora das condições de vida das mulheres, coletivamente, poderemos mudar alguma coisa em nossas próprias vidas, aceitando as responsabilidades de uma participação política exige, tomando iniciativas, falando, agindo, com mais confiança em nós mesmas.

Quem Somos

Somos um grupo de mulheres de gerações diferentes e vivências distintas que, em algum momento, em épocas diversas, procuramos o Centro da Mulher Brasileira, único espaço no Rio de Janeiro onde acreditávamos que poderíamos encontrar mulheres com uma perspectiva de luta feminista. Levávamos conosco inúmeros questionamentos sobre nossa condição, muitas dúvidas, algumas idéias, uma enorme vontade - necessidade de intercambiar experiências e de realizar objetivos coletivamente, a partir do despertar da consciência da opressão específica que sofre o nosso sexo.

Passado algum tempo percebemos que o Centro em muitos momentos se afastou das propostas feministas, que nortearam sua criação.

Dessa forma, com espanto, vimos, em muitas Assembléias, atitudes e comportamentos autoritários, agressivos, ausência de afetividade entre as mulheres presentes e a percepção da existência de temas tabus. Onde a preocupação de estreitar laços com outras mulheres dentro de uma perspectiva

feminista, nos espaços abertos pelas Associações de Bairro, profissionais e comunidade. Onde conhecer a realidade e amplitude de nossa sexualidade diferenciando nossas experiências sexuais dos mitos masculinos que nos foram impostos? Essas atitudes, comportamentos e restrições são inconcebíveis dentro do Movimento Feminista.

De que necessitamos para construir o Movimento Feminista no Brasil?

Necessitamos de um espaço onde vários grupos de mulheres, de várias gerações, origens e raças possam se encontrar para refletir, debater, programar e realizar suas práticas segundo seus interesses e convivências. E que esses grupos não tenham uma vinculação burocrática ao espaço que ocupam e que suas reuniões não reproduzam os modelos masculinos de hierarquização e competitividade; é preciso não esquecer que esses grupos serão formados por mulheres com passados e níveis de consciência distintos, que não se conhecem, que muitas vezes nunca debateram e que, inseguras, tem medo de se expressar, preferindo delegar a palavra às 'especialistas'.

Pensamos que esses grupos devem se ligar horizontalmente, sem subordinação a uma direção, e que as estruturas e as formas de funcionamento sejam criadas, inventadas, na própria vivência de cada grupo, a partir das necessidades de suas práticas, traduzindo o avanço do próprio Movimento ao invés de limitá-lo criando impasses.

Por isso, através desse documento, procuramos mobilizar as mulheres para que juntas reflitamos sobre o feminismo e o Centro da Mulher Brasileira, expressando coletivamente nossas críticas e expectativas para que possamos, a partir daí, transformar o Centro da Mulher Brasileira num espaço realmente feminista.

Dentro do Movimento Feminista todas as mulheres terão espaço - físico, mental, emocional e, principalmente, ideológico - para descobrir suas potencialidades e, assim, deixar seu mundo particular e restrito passando a atuar efetivamente na construção de uma nova sociedade, liberta do patriarcalismo que nos tem dominado ao longo da história.

Rio de Janeiro, 4 de março de 1979.

Ajuda, Ana, Andréa, Anette, Branca, Dorinne, Eliane, Elice, Jacqueline, Leila, Leni, Ligia, Malu, Marhel, Marla Alice, Marisa, Mariska, Riso, Sandra, Vânia, Zezé."

Fontes

1. Referências contidas no texto

AGUIAR, Neuma

- 1981. *Estudas de Mulheres em Versão Brasileira*. Rio de Janeiro, APEM.
- 1983. "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, São Paulo, n.16.
- 1984. *A Mulher na Força de Trabalho na América Latina*. (org.). Petrópolis, Vozes.

ALEMBERT, Zuleika

- 1980. "Os Marxistas e a Elaboração Teórica Sobre a Mulher". *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n.26, (especial "Mulher Hoje).
- 1986. *Feminismo: O Ponto de Vista Marxista*. São Paulo, Nobel.

ARENDT, Hannah

- 1972. *La Crise de la Culture*. Paris, Gallimard.

BALLORAIN, Roland

- 1972. *Le Nouveau Féminisme Américain*. Paris, Denoel.

BANKS, Olive

- 1981. *Faces of Feminism. A Study of Feminism as a Social Movement*. Oxford, Martin Robertson & Company Ltd.

BARROSO, Carmen

- 1977. "A Situação da Mulher Trabalhadora no Brasil". *CFI Sobre a Situação da Mulher*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas. (mimeo).
- 1982. *Mulher, Sociedade e Estado no Brasil*. São Paulo, Brasiliense/UNICEF
- 1985. *A Saúde da Mulher no Brasil*. São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina.

BARROSO, Carmem & NAMO DE MELLO, Guiomar

- 1975. "O Acesso da Mulher ao Ensino Superior Brasileiro". São Paulo, *Cadernos de Pesquisa*, n.15.

BECKER, Howard

- 1977. "Marginalis e Desviantes". *In: Uma Teoria da Ação Coletiva*. Rio de Janeiro, Zahar.

BENOIT, Nicole & MORIN, Edgar

- 1973. *La Femme Majeure*. Nouvelle Feminité, Nouveau Féminisme. Paris, Seuil

- BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas
1978. *A Construção Social da Realidade*. Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis, Vozes.
- BERQUO, Elza & CAMARGO, Cândido Procópio
1971. *Diferenciais de Fertilidade*. São Paulo, CEBRAP, (Caderno 1)
- BERQUO, Elza; MILANESI, Maria L. & PRANDI, José Reginaldo
1971. *Aspectos Biológicos da Fertilidade*. São Paulo, CEBRAP. (Caderno 4)
- BLAY, Eva Alterman
1972. *A Mulher e o Trabalho Qualificado na Indústria Paulista*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP.
1978. *Trabalho Domesticado: A Mulher na Indústria Paulista*. São Paulo, Atica.
1982. *Do Espaço Privado ao Público: A Conquista da Cidadania pela Mulher no Brasil*. Trabalho apresentado no 6º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Friburgo.
- BLUMER, Herbert
1969. *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall.
- BOUCHER, David
1979. "The Deradicalization of Feminism: Ideology and Utopia in Action". *Sociology*. The Journal of The British Sociological Association. London, n.13(3), sept.
- BRASIL. Senado Federal, 1977
1978. *CPI da Mulher*. Brasília
- BRUNNER, José Joaquín
1985. "La Función Utópica de los Intelectuales". In: Maria Susana Arrosa Soares (coord.), *Os Intelectuais nos Processos Políticos da América Latina*. Porto Alegre, Editora da Universidade.
- BRUSCHINI, Maria Cristina
1985. *Mulher e Trabalho: Uma Avaliação da Década da Mulher*. São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa
1976. *26 Poetas Hoje*. (org.). Rio de Janeiro, Labor do Brasil.
1980. *Impressões de Viagem*. CPC, Vanguarda e Desbunde 1960-70. São Paulo, Brasiliense.

- BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa & GONÇALVES, Marcos Augusto
 1979-80. "Política e Literatura: A Ficção da Realidade Brasileira". *Anos 70* Rio de Janeiro, Europa, vol.2
 1982. *Cultura e Participação nos Anos 60* São Paulo, Brasiliense.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder
 1980. *Patrulhas Ideológicas: O Engajamento em Questão*. São Paulo, Brasiliense.
- BITTONI, Dulcília Helena Schroeder
 1981. *Mulher de Papel. A Representação da Mulher pela Imprensa Feminina Brasileira*. São Paulo, Loyola.
- CARDONE, Marli
 1975. "Subsídios do Direito do Trabalho para um Debate sobre a Situação da Mulher". *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.15, dez.
- CHINCHILLA, Norma
 1982. "Ideologías del Feminismo: Liberal, Radical y Marxista". In: Magdalena Leon (ed.), *Debate sobre la Mujer en America Latina y el Caribe*. Bogotá, ACEP. (*Sociedad, Subordinación y Feminismo*, vol.3).
- CHODOROW, Nancy
 1978. *The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender*. Berkeley, Univ. of Califórnia Press
- CIRCULO de Mulheres Brasileiras
 1979. *Dossiê*. Paris. (mimeo)
- Colóquio "Femmes, Féminisme, Recherches" (Toulouse)
 1981. *Textos*. França. (mimeo)
- CORREA, Mariza
 1984. "Mulher & Família: Um Debate sobre a Literatura Recente". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, São Paulo, n.18.
- COSTA, Jurandir Freire
 1984. "Sobre a Geração A1-5: Violência e Narcisismo". In: *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro, Graal.
- CUNHA-NEVES, Angela Maria
 1984. "Femmes Brésiliennes en Exil: la Quête d'une Identité". *Cahiers des Amériques Latines*. Paris, n.26, jui./déc. 82.

DAHL, Maria Lucia

1983. *Quem Não Ouve o seu Papai, um Dia Balança e Cai*. Rio de Janeiro, Codecri.

DANIEL, Herbert

1983. *Passagem para o Próximo Sonho*. Rio de Janeiro, Codecri.

DE BEAUVOIR, Simone

1970. *O Segundo Sexo*. São Paulo, DIFEL.

DELPHY, Christine

1974. "L'Ennemi Principal". In: Partisans. *Libération des Femmes Année 0*. Paris, F.Maspéro.
1981. "Le Patriarcat, le Féminisme et leurs Intellectuelles". *Nouvelles Questions Féministes*. Paris, n.2, oct.

DUMONT, Louis

1983. *Essais sur l'Individualisme: Une Perspective Anthropologique sur l'Idéologie Moderne*. Paris, Seuil.

EVANS, Sarah

1980. *Personal Politics: the Roots of the Women's Liberation Movement in the Civil Rights and in the New Left*. New York, Vintage Books.

EVERS, Tilman

1984. "Identidade: A Face Oculta dos Novos Movimentos Sociais". *Novas Estudos CEBRAP*. São Paulo, n.2-4, abr.

FIGUEIRA, Sérvulo Augusto

1981. *O Contexto Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- 1985a. *Cultura da Psicanálise*. (org.). São Paulo, Brasiliense.
- 1985b. "Modernização da Família e Desorientação: Uma das Raízes do Psicologismo no Brasil". In: *Cultura da Psicanálise*. São Paulo, Brasiliense.
- 1985c. "No Reino da Opção". *Jornal do Brasil* (Caderno Especial), Rio de Janeiro, 14 de julho, p.6
1986. "Notes sur la Culture Psychanalytique Brésilienne". *Sociétés*. Paris, n.7, fév.

FIRESTONE, Shulamith

1970. *The Dialectic of Sex: The Case for Feminist Revolution*. New York, Morrow.

FOUCAULT, Michel

1977. *História da Sexualidade I*. Rio de Janeiro, Graal.
1979. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal.

FREEMAN, Jo

1975. *The Politics of Women's Liberation*. New York, Longmans Inc.

FRIEDAN, Betty

1971. *A Mística Feminina* [1963]. Petrópolis, Vozes.

1983. *A Segunda Etapa* [1981]. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

FUKUI, Lia

1970. "Estudos de Família no Brasil". *Cadernos CERLI*. São Paulo, n.3

1980. "Estudos e Pesquisas sobre Família no Brasil". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. São Paulo, n.10

FUNDAÇÃO Carlos Chagas

1979. *Mulher Brasileira: Bibliografia Anotada*. São Paulo, Brasiliense, v.1.

1980. *Vivência: História, Sexualidade e Imagens Femininas*. São Paulo, Brasiliense.

1981. *Mulher Brasileira: Bibliografia Anotada*. São Paulo, Brasiliense, v.2.

1982. *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

1984. *Seminário Zahidê Machado Neta*. Relatório do Seminário realizado de 30 de maio a 1º de junho de 1984, Salvador. (mimeo)

GABEIRA, Fernando

1979. *O Que é Isso, Campanheira?* Rio de Janeiro, Codecri.

GARCIA GUEDILLA, Natty

1981. *Libération des Femmes, le MLF*. Paris, PUF.

GOLDBERG, Anette

1982a. "Os Movimentos de Liberação da Mulher na França e na Itália (1970-1980): Primeiros Elementos para um Estudo Comparativo do Novo Feminismo na Europa e no Brasil". In: Madel Therezinha Luz (org.), *O Lugar da Mulher*. Rio de Janeiro, Graal.

1982b. *Feminismo em Regime Autoritário: A Experiência do Movimento de Mulheres no Rio de Janeiro*. Trabalho apresentado no 12º Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política, Rio de Janeiro. (mimeo)

1986. "Femmes, Recherches, Féminismes au Brésil: un Ordre de Facteurs qui Altère le Produit". *Bulletin du CRIF*. Paris, n.10, printemps.

GREER, Germaine

1971. *A Mulher Eunuca*. Rio de Janeiro, Artenova.

GRUPO Brasileiro de Mulheres Revolucionárias

1975. *Por uma Tendência Feminina Revolucionária*. Paris. (mimeo)

GRUPO CERES

1981. *Espelho de Vênus. Identidade Social e Sexual da Mulher*. São Paulo, Brasiliense.

GUARANY, Reynaldo

1984. *A Fuga*. São Paulo, Brasiliense.

GUATTARI, Félix

1981. *A Revolução Molecular: Pulsações Políticas do Desejo*. São Paulo, Brasiliense.
1986. *Les Années d'Hiver*. Paris, Barrault.

GUATTARI, Félix & NEGRI, Toni

1985. *Les Nouveaux Espaces de Liberté*. Paris, D.Bedon.

HAHNER, June

1978. *A Mulher no Brasil. Textos Coligidos e Anotados*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
1981. *A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937*. São Paulo, Brasiliense.

HOLE, Judith & LEVINE, Helen

1979. *Rebirth of Feminism*. New York, Quadrangle Books.

JUNHO PENA, Maria Valéria

1980. "A Mulher na Força de Trabalho". *Boletim Informativa e Bibliográfica de Ciências Sociais*. São Paulo, n.9

KELLY, Joan

1984. *Woman, History and Theory*. Chicago, The University of Chicago Press.

KOEDT, Anne; LEVINE, Ellen & RAPONE, Anita (eds.)

1973. *Radical Feminism*. New York, Quadrangle.

KUCINSKI, Bernardo

1982. *Abertura, a História de uma Crise*. São Paulo, Brasil-Debates.

LAPOUGE, Maryvonne & PIZA, Clélia

1977. *Brasileiras: Voix, Écrits du Brésil*. Paris, Des Femmes.

LEGER, Danièle

1982. *Le Féminisme en France*. Paris, Le Sycomore.

LEWIN, Helena et alii

1973. *Evolution of the Labor Force in Brazil from 1950 to 1970*. Rio de Janeiro, PUC/ILO. (Vol.1: The woman's participation). (mimeo).

LEWIN, Helena; PITANGUY, Jacqueline & ROMANI, Carlos Manoel

1977. *Mão-de-Obra no Brasil: Um Inventário Crítico*. Petrópolis, Vozes/PUC-RJ/OIT

LUZ, Madel Therezinha (org.)

1982. *O Lugar da Mulher: Estudos sobre a Condição Feminina na Sociedade Atual*. Rio de Janeiro, Graal.

MACIEL, Maria Lucia

1985. *La Recherche en Sciences Sociales et son Contexte Politique: Brésil, 1968-1982*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de Paris VII.

MADEIRA, Felícia

1973. *Força de Trabalho no Brasil 1940-1970*. São Paulo, CEBRAP, (Caderno 15).

MADEIRA, Felícia & SINGER, Paul

1973. *Estrutura do Emprego e Trabalho Feminino no Brasil 1920-1970*. São Paulo, CEBRAP, (Caderno 13).

MALTA CAMPOS, Maria Machado

1977. "As Creches no Brasil". *CPI sobre a Situação da Mulher*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas. (mimeo)

MANTEGA, Guido (coord.)

1979. *Sexo e Poder*. São Paulo, Brasiliense

MARAZZI, Antonella & TEDESCHI, Elena

1977. *Donna: Riforma o Rivoluzione*. Roma, Controcorrente.

MARTINS, Luciano

1979. "A Geração AI-5. Um Ensaio sobre Autoritarismo e Alienação". *Ensaio de Opinião*. Rio de Janeiro, n.2-9

MATHIEU, Nicole-Claude (org.)

1985. *L'Arraînement des Femmes*. Essais en Anthropologie des Sexes. Paris, Ed. de l'EHESS.

MEAD, George Herbert

1934. *Mind, Self and Society*. Chicago, Chicago University Press.

MICELLI, Sergio

1985. "Os Intelectuais Brasileiros e o Estado". In: Maria Susana Arrosa Soares (org.), *Os intelectuais nos Processos Políticos da América Latina*. Porto Alegre, Editora da Universidade.

MILL, John Stuart

1970. "The Subjection of Women". [1869] In: Alice S. Rossi, *Essays on Sex Equality* (J.S. Mill and Harriet Taylor Mill). Chicago, The University of Chicago Press.

MILLETT, Kate

1970. *Sexual Politics*. Garden City, Doubleday.

MINISTÉRIO do Trabalho/SENAI/SENAC

1976. *A Formação Profissional da Mulher Trabalhadora no Brasil*. Rio de Janeiro, Projeto CINTERFOR. (mimeo)

MITCHELL, Juliet

1967. "Mulheres, a Revolução mais Longa". *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n.14, jul.
1971. *Woman's State*. New York, Pantheon Books.

MOORE JR., Barrington

1969. *Les Origines Sociales de la Dictature et de la Démocratie*. Paris, F. Maspéro.

MORAES, Maria Quartim de

1979. "A 'Nova' Moral Sexual das Revistas Femininas". In: Guido Mantega (coord.), *Sexo e Poder*, São Paulo, Brasiliense.

MOREIRA ALVES, Branca

1980. *Ideologia e Feminismo: A Luta da Mulher pelo Voto no Brasil*. Petrópolis, Vozes

MOREIRA LEITE, Miriam Lifschitz

1984. *Outra Face do Feminismo*: Maria Lacerda de Moura. São Paulo, Atica.

MORGAN, Robin (ed.)

1970. *Sisterhood is Powerful*. New York, Random House.

MOURA CASTRO, Cláudio

1986. *Ciência e Universidade*. Rio de Janeiro, Zahar.

MOVIMENTO Feminino pela Anistia (Núcleo Rio de Janeiro)

1978. *Participação Política Social da Mulher no Brasil Depois de 1964*. Rio de Janeiro. (mimeo)

MURARO, Rose Marie

- 1967. *A Mulher na Construção do Mundo Futuro*. Petrópolis, Vozes.
- 1969. *A Automação e o Futuro do Homem*. Petrópolis, Vozes.
- 1970. *Libertação Sexual da Mulher*. Petrópolis, Vozes.
- 1983. *A Sexualidade da Mulher Brasileira*. Petrópolis, Vozes.

NAMO DE MELLO, Guiomar

- 1977. "A Mulher e o Sistema de Educação Formal". *CPI Sobre a Situação da Mulher*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas. (mimeo).

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria

- 1985. "Mal-Estar na Família: Descontinuidade e Conflito entre Sistemas Simbólicos". In: Sérvulo Figueira (org.), *Cultura da Psicanálise*. São Paulo, Brasiliense.

OLIVEIRA, Maria Helena Darcy

- 1978. *Movimento Feminista Internacional: Origens, Tendências e Ações*. Comunicação feita nas Jornadas de Memória da Mulher, ABI, Rio de Janeiro. (mimeo)

OLIVEIRA COSTA, Albertina

- 1985. "Política Governamental e a Mulher". In: *Mulher Negra; Política Governamental e a Mulher*. São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina.

OLIVEIRA COSTA, Albertina; PORCIUNCULA MORAES, Maria Tereza; MARZOLA, Norma & ROCHA LIMA, Valentina da (ed.)

- 1980. *Memórias das Mulheres do Exílio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

OLIVEIRA COSTA, Albertina; BARROSO, Carmem & SARTI, Cyntia

- 1985. "Pesquisa Sobre Mulher no Brasil-do Limbo ao Gueto?". *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.54, ago.

O PASQUIM

- 1975. *As Grandes Entrevistas do Pasquim*. Rio de Janeiro, Codecri.

PAIVA ABREU, Alice Rangel

- 1986. *O Avesso da Moda*. Trabalho a Domicílio na Indústria de Confecção. São Paulo, Hucitec.

PAIVA ABREU, Alice Rangel; RIBEIRO DA SILVA, Maria da Glória & CAPPELIN,

- 1978. *O Trabalho Feminino em Áreas Urbanas da América Latina*. Uma Revisão da Literatura. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. IUPERJ, Rio de Janeiro.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder

1981. *Retrato de Época: Poesia Marginal Anos 70*. Rio de Janeiro, FUNARTE

PERRROT, Michelle

1981. "Sur l'Histoire des Femmes". *Revue du Nord*. Lille, n.250, juil./sept.

1984. *Une Histoire des Femmes est-elle Possible?*(org.). Marseille, Rivages.

PERRROT, Michelle et alii

1986. "Culture et Pouvoir des Femmes: Essai d'Historiographie". *Annales ESC*. Paris, n.2, mars-avril.

PIMENTEL, Silvia

1976. *Evolução dos Direitos da Mulher: Norma, Fato, Valor*. Tese de Doutorado apresentada à PUC/SP.

POLARI, Alex

1982. *Em Busca da Tesoura*. Rio de Janeiro, Codecri.

PRADO, Danda

1979. *Ser Esposa: A mais antiga profissão*. São Paulo, Brasiliense.

PRADO, Rosane Manhães

1981. "Um ideal de mulher. Estudo dos romances de M.Delly". In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro, Zahar, v.2

RAPP REITER, Rayna (ed.)

1975. *Toward an Anthropology of Women*. New York, Monthly Review Press

ROCHA LIMA, Valentina da

1984. Women in Exile: Becoming Feminist. *International Journal of Oral History*. n.5(2), june.

ROSALDO, Michelle Zimbalist & LAMPHERE, Louise (ed.)

1974. *Women, Culture and Society*. Stanford. Stanford Univ.Press.

ROSEMBERG, Fúlvia

1977. "A Discriminação Contra a Mulher e a Educação Informal." *CPJ Sobre a Situação da Mulher*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas. (mimeo).

ROSEMBERG, Fúlvia & PAHIM PINTO, Regina

1985. *A Educação da Mulher*. São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina.

ROWBOTHAN, Sheila

1973. *Féminisme et Révolution*. Paris, Payot.
 1976. *Conscience des Femmes, Monde des Hommes*. Paris, Des Femmes.
 1981. *Além das Fragmentos: O Feminismo e a Construção do Socialismo*. São Paulo, Brasiliense.

RUBIN, Gayle

1975. "The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex. *In*: Rayna Reiter (ed.), *Toward and Anthropology of Women*. New York, Monthly, Review Press.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovanni

1976. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade* [1969]. Petrópolis, Vozes.

SALEM, Tania

1986. "Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. São Paulo, n.21

SARGENT, Lydia (ed.)

1981. *Women and Revolution: The Unhappy Marriage of Marxism & Feminism: A Debate on Class and Patriarchy*. London, Pluto Press.

SARTI, Cynthia & MORAES, Maria Quartim de

1980. "Aí a Porca Torce o Rabo". *In*: Fundação Carlos Chagas, *Vivência*. São Paulo, Brasiliense.

SCAVONE, Lucila

1976. *La Participation Politique de la Femme au Brésil: Une Mobilisation Conservatrice*. "Mémoire" apresentado ao IHEAL/Paris III. França

SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo J. (org.)

1987. *Uma Revolução na Cotidiana? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul*. São Paulo, Brasiliense.

SCHWARZ, Roberto

1978. "Cultura e Política 1964-1969" [1970]. *In*: *O Pai de Família e Outros Estudos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SCOTT, Joan

1985. "L'Histoire des Femmes". *Bulletin du CRIF*. Paris, n.7, printemps.

SILVA, Carmen da

1966. *A Arte de Ser Mulher*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
 1967. *O Homem e a Mulher no Mundo Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
 1984. *Histórias Híbridas de uma Senhora de Respeito*. São Paulo, Brasiliense.

SIMÕES, Solange de Deus

1985. *Deus, Pátria e Família: As Mulheres no Golpe de 1964*. Petrópolis, Vozes.

SINGER, Paul

1971. *Força de Trabalho e Emprego no Brasil: 1920-1969*. São Paulo, CEBRAP. (Caderno 3).
 1980. "O Feminino e o Feminismo". In: Paul Singer & Vinícius Caldeira Brandt (org.). *São Paulo: O Povo em Movimento*. Petrópolis, Vozes/CEBRAP.

SINGER, Paul & CALDEIRA BRANDT, Vinícius (org.)

1980. *São Paulo: O Povo em Movimento*. Petrópolis, Vozes/CEBRAP

SIRKIS, Alfredo

1981. *Raleta Chilena*. Rio de Janeiro, Record.

SOARES, Maria Susana Arrosa (org.)

1985. *Os Intelectuais nos Processos Políticos da América Latina*. Porto Alegre, Editora da Universidade.

SORJ, Bernardo & TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia (org.)

1983. *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo, Brasiliense.

SOUZA-LOBO GARCIA, Elisabeth

1984. *A Divisão Sexual do Trabalho e as Ciências Sociais: Notas de Pesquisa*. Trabalho apresentado na VIII Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, Aguas de São Pedro.

STUDART, Heloneida

1969. *A Mulher Brinquedo do Homem*. Petrópolis, Vozes.

TABAK, Fanny

1983. *Autoritarismo e Participação Política da Mulher*. Rio de Janeiro, Graal.

TABAK, Fanny & TOSCANO, Moema

1982. *Mulher e Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

TILLY, Louise & SCOTT, Joan

1978. *Women, Work and Family*. New York, Holt, Rinehart and Winston.

TOSCANO, Moema

1976. *Mulher, Trabalho e Política: Caminhos Cruzados do Feminismo*. Rio de Janeiro, Americana.

TOURAINÉ, Alain

1978. *La Voix et le Regard*. Paris, Seuil.

1980. *L'Après Socialisme*. Paris, Grasset & Fasquelle.

TREVISAN, João Silvério

1986. *Devassas no Paraíso: A Homossexualidade no Brasil, da Colônia à Atualidade*. São Paulo, Max Limonad.

VAN GENNEP, Arnold

1977. *Os Ritos de Passagem*. Petrópolis, Vozes.

VARIKAS, Eléni

1986. *La Révolte des Dames: Genèse d'une Conscience Féministe dans la Grèce du XIXème siècle (1833-1908)*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de Paris VII. França.

VARIOS Autores

1980. "Mulher Hoje". *Encontros com a Civilização Brasileira*. Paris, n.26.

1984. "Mouvements de Femmes en Amérique Latine: Nouveaux Espaces de Lutte". *Cahiers des Amériques Latines*. Paris, n.26, juil./déc. 82

VELASCO E CRUZ, Sebastião Carlos & MARTINS, Carlos Estevam

1983. "De Castello a Figueiredo: Uma Incursão na Pré-História da Abertura". In: Bernardo Sorj & Maria Hermínia Tavares de Almeida (org.), *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo, Brasiliense.

VELHO, Gilberto

1972. *A Utopia Urbana: Um Estudo de Antropologia Social*. Rio de Janeiro, Zahar.

1975. *Nobres e Anjos. Um Estudo de Tóxicos e Hierarquias*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP.

1981. *Individualismo e Cultura*. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro, Zahar.

1986. *Subjetividade e Sociedade: Uma Experiência de Geração*. Rio de Janeiro, Zahar.

VELHO, Octávio Guilherme

1983. "Processos Sociais no Brasil Pós-64: As Ciências Sociais". In: Bernardo Sorj & Maria Hermínia Tavares de Almeida (org.), *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo, Brasiliense.

VERUCCI, Florisa & MARINO, Ediva.

1985. *Os Direitos da Mulher*. São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina.

VIOLA, Eduardo & MAINWARING, Scott

1987. "Novos Movimentos Sociais: Cultura Política e Democracia - Brasil e Argentina". In: Ilse Scherrer-Warren & Paulo J. Krischke (org.), *Uma Revolução na Cotidiana? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul*. São Paulo, Brasiliense.

WERNECK, Olga

1965. "O Subdesenvolvimento e a Situação da Mulher". *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n.1(4), set.

WERNECK DA SILVA, José Luiz

1985. *A Deformação da História ou Para Não Esquecer*. Rio de Janeiro, Zahar.

WOLLSTONECRAFT, Mary

1976. *Défense des Droits de la Femme* [1792]. Paris, Payot.

ZARETSKI, Eli

1976. *Capitalism, the Family and Personal Life*. London, Pluto Press.

ZERBINE, Therezinha Godoy

1979. *Anistia: Semente da Liberdade*. São Paulo, s/e.

2. Coleções e Periódicos Pesquisados

Anos 70

Boletim do CMB

Bondinho

Brasil-Mulher

Cadernos da Associação de Mulheres

Cadernos de Pesquisa

Cláudia

Crítica

Desvios

Jornal do Brasil

Movimento

Nós-Mulheres

Nosotras

Nova

O Globo

O Pasquim

Opinião

Perspectivas Antropológicas da Mulher

Retrato do Brasil

3. Arquivo Pessoal

Seminário sobre o Novo Feminismo ministrado por Alain Touraine na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, (fitas cassete).

Documentos do Centro da Mulher Brasileira do Rio de Janeiro.

Documentos do Círculo de Mulheres Brasileiras de Paris.